

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL

CLARA RIBEIRO CAMARGO

Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre
cuidado e política

São Paulo
2023

CLARA RIBEIRO CAMARGO

Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre cuidado e política

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a Obtenção do título de Doutora em Ciência Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Sorrentino

Coorientadora: Profa. Dra. Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos

Versão Corrigida

(Versão original disponível na Biblioteca do Instituto de Energia e Ambiente e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP)

São Paulo
2023

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Camargo, Clara Ribeiro.

Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre cuidado e política. / Clara Ribeiro Camargo; orientador: Marcos Sorrentino; co-orientadora: Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos. – São Paulo, 2023.
226 f.: il., 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

1. Agricultura urbana- São Paulo. 2. Políticas públicas. 3. Mulheres.

Elaborado por Maria Penha da Silva Oliveira CRB-8/6961

Nome: CAMARGO, Clara Ribeiro

Título: Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre cuidado e política

Título: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciência Ambiental.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha avó Mary Pinheiro do Amaral Dias Camargo (in memoriam), quem sempre me incentivou a continuar estudando, sem deixar a música de lado. Dedico também a todas as agricultoras e incentivadoras da agroecologia em São Paulo por insistirem em plantar flores no asfalto. E à minha filha Amora para que ela saiba que lugar de mulher é onde a gente quiser.

AGRADECIMENTOS

Escrever essa tese foi uma das coisas mais difíceis que já fiz na vida. Foram 5 anos de muito trabalho permeados por uma sensação de insegurança quanto aos rumos da ciência e da sociedade brasileira. Por isso, ter contado com o trabalho conjunto dos meus orientadores Marcos Sorrentino e Luciana Travassos foi muito especial e importante. Agradeço imensamente pelos ensinamentos, pelos diálogos, pelas críticas e, sobretudo, por me permitirem ser eu mesma na tese.

Agradeço aos colegas do Procam que, mesmo longe, me apoiaram no desenvolvimento deste trabalho: Cyro e Laize. Agradeço aos colegas do Grupo de Estudos em Ruralidades Metropolitanas da Professora Luciana Travassos, com quem pudemos ter trocas fecundas sobre a agricultura no município e nos entornos de São Paulo. Agradeço ao grupo dos pós-graduandos da Oca – Laboratório de Educação Ambiental, do professor Marcos Sorrentino, com quem me senti super à vontade para pensar e estruturar uma pesquisa participativa e metodologias que incluem a possibilidade da transformação social.

Agradeço imensamente à Rede das Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas (RAPPA) pelo compartilhamento de informações, relatos, visitas às hortas e, sobretudo, utopias. Em especial agradeço à Maria Lúcia Bellenzani, Helen Souza, Flavia Bigai, Aline, Sheyla Saori, Isabel, Raquel e Laura Carvalho, pelas tantas trocas e aprendizados. Meu muito obrigada a Luzia, Jerá, Joselene, Terezinha, Lia, Helena Caroba, Rita, Valeria, Bernadete, Cleide, Luciana e Solange por concederem as entrevistas e abrirem suas roças e corações.

Minha gratidão às companheiras do Grupo de Estudos sobre Agroecologia e Feminismo: Natália Lobo, Sarah Luiza, Miriam Nobre, Marina Rago, entre outras por me ajudarem a refletir sobre os nexos entre esse tema que escolhemos para estudar, trabalhar e viver. Aos companheiros do Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA) e Articulação Paulista de Agroecologia (APA) por me manterem nas trincheiras por alimento saudável para todos e floresta em pé: André Biazoti, Luã, Carla Galvão, Susana Prizendt, Clovis Oliveira, Lucas Ciola, Fabiana Sanches, Bia Stamato e Rodrigo.

Minha gratidão aos meus pais, irmãs e irmãos que sempre me acompanham na jornada. Vânia, Ayrton, João, Thiago (in memoriam), Anna, Francisco e Gina.

Sou grata também às minhas parceiras da vida que me apoiaram com suas habilidades e presença no desenvolvimento deste trabalho: Sheila Tanaka, Flora Guerra e Maria Teresa Mhereb. Que nossas amigas floresçam sempre mais! Por fim, sou grata ao Rodrigo e à Amora pela paciência e pelas ausências do espaço doméstico: é pela vida das mulheres!

Por fim, agradeço o Projeto Temático “Governança Ambiental na Macrometrópole Paulista face à Variabilidade Climática”, vinculado ao Programa FAPESP de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais” (Processo 15/03804-9), com o qual pude dialogar sobre as questões ambientais metropolitanas. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

EPÍGRAFE

A noite não adormece
Nos olhos das mulheres
A Lua fêmea, semelhante nossa
Em vigília atenta vigia
A nossa memória

A noite não adormece
Nos olhos das mulheres
Há mais olhos que sono
Onde lágrimas suspensas
Virgulam o lapso
De nossas molhadas lembranças

A noite não adormece
Nos olhos das mulheres
Vaginas abertas
Retêm e expulsam a vida
Donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
E outras meninas luas
Afastam delas e de nós
Os nossos cálices de lágrimas

A noite não adormecerá
Jamais nos olhos das fêmeas
Pois do nosso sangue-mulher
De nosso líquido lembradiço
Em cada gota que jorra
Um fio invisível e tônico
Pacientemente cose a rede
De nossa milenar resistência

RESUMO

CAMARGO, Clara Ribeiro. Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre cuidado e política. 2023. 225 f.. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, 2023

Os sistemas agroalimentares convencionais reproduzem e aprofundam desigualdades sociais, como a desigualdade de gênero, cuja raiz está na divisão sexual do trabalho. Em oposição, na zona rural, o acesso a pequenas porções de terra e a necessidade de alimentar as famílias aproximaram as mulheres ao campo agroecológico, por conta da diversidade de espécies cultivadas e dos poucos recursos disponíveis para a modernização agrícola. No município de São Paulo, existem 735 Unidades de Produção Agropecuária e 28% delas são chefiadas por mulheres. O objetivo desta tese foi contribuir com a construção de conhecimento sobre mulheres agricultoras e agroecologia, para apoiar a elaboração e aprimoramento de políticas públicas e iniciativas socioambientais comprometidas com a soberania alimentar. Por meio da revisão de literatura, buscou-se encontrar os nexos entre agroecologia e a atuação de mulheres agricultoras a partir da perspectiva feminista, e avaliar se fatores como a divisão sexual do trabalho, especialmente a responsabilidade pela alimentação da família e a participação em redes e/ou mercados sensíveis à diversificação influenciam a agrobiodiversidade existente na agricultura realizada por um grupo de mulheres no município de São Paulo. Buscou-se também analisar o papel das redes e das políticas públicas na consolidação de técnicas de manejo agroecológicas, assim como na visibilização do trabalho de mulheres agricultoras. Para discutir o arcabouço teórico e o alcance das redes e políticas públicas, foi realizado um estudo qualitativo, utilizando como metodologia a etnografia que foi desenvolvida a partir da participação nos encontros presenciais e *online* da Rede das Agricultoras Paulistanas Periféricas Agroecológicas (RAPPA) e pela realização de entrevistas semi-estruturadas com 12 mulheres envolvidas com agroecologia e alimentação nas periferias paulistanas. Os resultados indicam que, a responsabilidade das mulheres pelo trabalho reprodutivo, como apontada pela literatura, é um dos fatores que influenciam na produção biodiversa das mulheres agricultoras. Entretanto, é importante destacar que também há outras motivações, como a geração de renda, a busca por autonomia, o resgate de conhecimentos ancestrais e o próprio reconhecimento de suas práticas enquanto trabalho. As análises também sugerem que, apesar de existirem políticas públicas ligadas à agroecologia no município, poucas mulheres as acessam, o que reduz o acesso delas a terra, crédito, assistência técnica e mercados. Assim, sugere-se a necessidade de algumas mudanças na forma como as políticas públicas para a agricultura e para as mulheres têm sido estruturadas e implantadas no município.

Palavras-chave: agricultura urbana; agroecologia; mulheres; São Paulo

ABSTRACT

CAMARGO, Clara Ribeiro. Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre cuidado e política. 2023. 225 f.. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, 2023

Conventional agro-food systems reproduce and deepen social inequalities, such as gender inequality, whose roots are in the sexual division of labor. In contrast, in rural areas, access to small portions of land and the need to feed families brought women closer to the agroecological field, due to the diversity of cultivated species and the few resources available for agricultural modernization. In the municipality of São Paulo, there are 735 Agricultural Production Units and 28% of them are headed by women. The objective of this thesis was to contribute to the construction of knowledge about women farmers and agroecology to contribute to the elaboration and improvement of public policies and socio-environmental initiatives committed to food sovereignty. Through a literature review, we sought to find the links between agroecology and the role of women farmers from a feminist perspective, and to assess whether factors such as the sexual division of labor, especially responsibility for feeding the family and participation in networks and/or or markets sensitive to diversification influence the existing agrobiodiversity in agriculture carried out by a group of women in the municipality of São Paulo. We also sought to analyze the role of networks and public policies in consolidating agroecological management techniques, as well as in making the work of women farmers visible. In order to discuss the theoretical framework and the reach of networks and public policies, a qualitative study was carried out, using ethnography as a methodology, which was developed from the participation in face-to-face and online meetings of the “Rede das Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas (RAPPA)” and by the realization of semi-structured interviews with 12 women involved with agroecology and food in the outskirts of São Paulo. The results indicate that women's responsibility for reproductive work, as pointed out in the literature, is one of the factors that influence the biodiverse production of women farmers. However, it is important to highlight that there are also other motivations, such as income generation, the search for autonomy, the recovery of ancestral knowledge and the recognition of their practices as work. The analyzes also suggest that, although there are public policies related to agroecology in the municipality, few women access them, which reduces their access to land, credit, technical assistance, and markets. Thus, it suggests the need for some changes in the way public policies for agriculture and for women have been structured and implemented in the municipality.

Keywords: urban agriculture; agroecology; women; São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Figura 1 – Mapa do município de São Paulo

Figura 2 – Linha do tempo das políticas públicas de agricultura e alimentação

Imagem 1 - Encontro da RAPPa no dia 25 de junho de 2022

Imagem 2 – Terezinha Matos, agricultora da Zona Leste

Imagem 3 – preparação de canteiros em curva de nível. Ao fundo, casas pichadas.

Imagem 4 – visita ao terreno onde está sendo desenvolvido trabalho de educação ambiental com os jovens da comunidade a partir da produção de horta.

Imagem 5 – Helena Caroba com um cacho de banana colhido no local e seu banco de sementes ao fundo.

Imagens 6 – Jerá Guarani e seu “parente” planejando o plantio de “jety” (batata doce).

Imagem 7 – O “avaxi”, milho guarani tostado para a alimentação.

Imagem 8 – Joselene realizando capina seletiva no canteiro.

Imagem 9 – Estufa de morangos, horta e mata na propriedade.

Imagem 10 – Produtos comercializados na Hora da Horta.

Imagem 11 – Agricultora Luzia na frente de seu galinheiro construído com bambu com recursos do Projeto Ligue os Pontos.

Imagem 12 – canteiros preparados para o plantio de milho. Há linha de bananeira e mata ao fundo.

Imagem 13 – Valeria olhando as suas plantas próxima a uma galinha d’angola.

Imagem 14 – Cleide e Simone plantando na horta.

Imagem 15 – atividade para conhecer a compostagem termofílica de Rita durante a Caravana de Agroecologia e Saúde promovida pela Fiocruz e pela RAPPa em 7/08/2022.

Imagem 16 – trocas de sementes entre as agricultoras da RAPPa, em evento realizado na secretaria de agricultura do estado de São Paulo em junho de 2019.

Imagem 17 - Exemplo de uma horta biodiversa, a Hora da Horta, visitada em 07/08/2022, durante a Caravana de Agroecologia e Saúde promovida pela Fiocruz e Rappa.

Imagem 18 - Vista de satélite da Horta Sabor da Vitória, em São Mateus, Zona Leste

Imagem 19 - Vista de satélite da Aldeia Kalipety, da Terra Indígena Tenondé Porã.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização das agricultoras entrevistadas	165
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tamanho das áreas cultivadas por quantidade

Tabela 2 – Sistematização do perfil das mulheres entrevistadas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de Agricultores por Região

Gráfico 2 – UPAs chefiadas por gênero

Gráfico 3 – porcentagem de UPA por tamanho na Zona Sul

Gráfico 4 – Presença da Agricultura Familiar nas UPAs da Zona Sul

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tecnologias utilizadas pelas agricultoras

Quadro 2 – Percepção do clima local pelas agricultoras

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAO	Associação de Agricultura Orgânica
AAZL	Associação de Agricultores da Zona Leste
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMESOL	Associação de Mulheres da Economia Solidária
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
AU	Agricultura Urbana
AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
CAE	Casa da Agricultura Ecológica
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
Cati	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CMDRSS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável
CMSAN	Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
Comusan	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
COMUSAN	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Sp
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Cooperapas	Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul
Cosan	Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional
CREN	Centro de referência em educação nutricional
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DEM	Democratas
EMAE	Empresa Metropolitana de Águas e Energia
ENEL	Empresa Nacional de Energia Elétrica
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
Fema	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
FGV	Fundação Getulio Vargas
GAU	Grupo de Agricultura Urbana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Estudos Avançados

IEE	Instituto de Energia e Ambiente
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
Lupa	Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MSP	Município de São Paulo
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
Muda	Movimento Urbano de Agroecologia
Oca	Laboratório de Educação e Política Ambiental
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
Panc	Plantas Alimentícias Não-Convencionais
PCC	Primeiro Comando da Capital
PDE	Plano Diretor Estratégico
Peapo	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
PFL	Partido da Frente Liberal
PMADRS	Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POT	Programa Operação Trabalho
PROAURP	Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana
Procam	Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RMSp	Região Metropolitana de São Paulo
SAA	Secretaria estadual de Agricultura e Abastecimento
Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do São Paulo
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SOF	Sempreviva Organização Feminista
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e Meio-Ambiente
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UPA	Unidade de Produção Agropecuária
USP	Universidade de São Paulo
VAI	Programa de Valorização de Iniciativas Culturais

Sumário

1. Memorial	21
2. Introdução	33
2.1 O problema de pesquisa	35
2.2 Metodologia	37
2.3 Coleta de dados	39
2.4 Análise dos dados.....	40
2.5 Reflexões sobre a metodologia	41
2.6 Estrutura da tese	43
3. Agricultura, alimentação e mulheres: análise de conjuntura	44
3.1 Sistemas agroalimentares e resiliência	47
3.2 Mercado de insumos da agricultura e Maquinários.....	48
3.3 Comércio internacional de <i>commodities</i>	50
3.4 Processamento de alimentos e bebidas.....	51
3.5 A financeirização da terra e da agricultura no Brasil	53
3.6 Mulheres e agricultura.....	58
3.7 Mulheres e Agricultura no Brasil	61
3.8 Considerações finais do capítulo.....	61
4. Mulheres agricultoras e agroecologia: nexos encontrados na revisão da literatura ...	65
4.1 Mulheres e comida: onde estão as relações de poder?	66
4.2 A sistematização de experiências de mulheres e agroecologia e o papel do Estado na transição agroecológica	71
4.3 Teorias que explicam os nexos entre mulheres e agroecologia.....	74
4.4 Termos comuns, debates importantes	78
4.5 As mulheres agricultoras nos limites entre o rural e o urbano	80
5. Agriculturas paulistanas: funcionamento, políticas e participação feminina	84
5.1 A literatura sobre agricultura urbana no município de São Paulo.....	85
5.2 A agricultura no município de São Paulo – dados e instrumentos normativos	86
5.2.1 PROAURP	89
5.2.2 Programa Ambientes Verdes e Saudáveis e Programa Parques Lineares	91
5.2.3 Plano Diretor Estratégico	92
5.2.4 Lei da Merenda Escolar Orgânica	94
5.2.5 Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.....	95
5.2.6 Projeto Ligue os Pontos.....	98
5.2.7 Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.....	100
5.3 A agricultura nas diferentes regiões do município.....	104
5.3.1 Zona Sul	107

5.3.2 Zona Leste.....	111
5.3.3 Zona Norte.....	114
5.3.4 Zona Oeste e Centro.....	115
5.4 Considerações finais do capítulo.....	115
6. A Rede das Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas e as mulheres entrevistadas	117
6.1 Mulheres periféricas e o conceito de periferia	120
6.2 A RAPPa: objetivos e demandas.....	121
6.2 Mulheres entrevistadas.....	129
6.2.1 Terezinha Matos – Horta Sabor da Vitória, São Mateus.....	130
6.2.2 Helena Caroba – Mulheres do GAU, União de Vila Nova	133
6.2.3 Jerá Guarani - Aldeia Kalipety, Terra Indígena Tenondé Porã	137
6.2.4 Joselene Araujo Santana – Comuna da Terra Irmã Alberta, Perus	141
6.2.5 Bernadete Alcebíades – Recanto do Jaquinha, Parelheiros.....	145
6.2.6 Rita Cavalieri – É Hora da Horta, Casa Verde.....	148
6.2.7 Maria de Lourdes Andrade (Lia) – Horta Popular Criando Esperança, Vila Nova Esperança	152
6.2.8 Luzia Souza – Sítio Adalgiza e Manoel, Cipó	155
6.2.9 Valéria Macoratti – Sítio Nossa Fazenda, Parelheiros	158
6.2.10 Solange – Mulheres do Bororé, Ilha do Bororé.....	162
6.2.11 Luciana – Casa Ecoativa, Ilha do Bororé	163
6.2.12 Cleide Duarte – Sítio Campo Verde, Parelheiros.....	165
6.3 Considerações finais do capítulo.....	168
7. Análise dos Resultados	170
7.1 Análise socioeconômica das mulheres entrevistadas: existe um perfil da agricultora paulistana?	170
7.2 Acesso a políticas públicas.....	174
7.3 Comercialização.....	175
7.4 Trabalho, renda e cuidados.....	176
7.5 Cozinha: lugar de mulher? Uma breve análise dos ambientes alimentares.....	177
7.6 Agricultura urbana, autoconsumo e as contradições do capitalismo.....	181
7.7 A escolha pela agroecologia.....	183
7.8 Disputas por terra	185
7.9 A tensão entre tempo de trabalho e tempo da vida.....	187
7.10 O protagonismo das mulheres periféricas na produção agroecológica	188
7.11 Técnicas empregadas.....	189
7.12 Sementes e Mudas.....	191

7.11 Plantas Medicinais.....	193
7.12 Práticas de conservação ambiental.....	193
7.13 Manejo da Água.....	195
7.14 Certificação.....	195
7.15 Mulheres e mudanças climáticas.....	196
7.16 Considerações finais do capítulo.....	198
8. Conclusões.....	201
8.1 Limitações.....	208
8.2 Temas para investigações futuras.....	208
Referências Bibliográficas.....	210
ANEXOS.....	220
ANEXO I – Roteiro de Perguntas de Pesquisa.....	220
ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	223

1. Memorial

Aninha e suas pedras

Não te deixes destruir...
 Ajuntando novas pedras
 e construindo novos poemas.
 Recria tua vida, sempre, sempre.
 Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça.
 Faz de tua vida mesquinha
 um poema.
 E viverás no coração dos jovens
 e na memória das gerações que hão de vir.
 Esta fonte é para uso de todos os sedentos.
 Toma a tua parte.
 Vem a estas páginas
 E não entres seu uso
 aos que têm sede.

CORALINA, C. Vinténs de cobre: meas confissões de Aninha. São Paulo: Global, 2001.

Como é que se cultiva uma tese?

Eu estava reunindo as minhas forças, depois de diversas noites mal dormidas por conta de criança doente em casa, para sentar e escrever sobre a presença de mulheres produtoras de alimento e comunidade, quando abri a Mandala Lunar e li o relato de Bianca Santana sobre como bordar uma tese. Peço licença poética para abrir o computador e desvendar como é que se prepara os canteiros para a produção de um doutorado quando se tem filha pequena para cuidar e uma rede de apoio quase inexistente.

Sinto como se preparar o solo fosse ler toda uma literatura que já existe sobre o assunto. Eu não sou a primeira a desvendar esses mistérios das mulheres que pintam suas unhas de terra. Mulher e comida é algo tão ancestral que é impossível não ter em mente cheiros e lembranças de avó e de mãe quando se fala sobre isso. Por exemplo, não posso deixar de mencionar que foi minha avó quem me apresentou o cuscuz paulista e a minha mãe quem me insiste em gostar de polenta. Essa comida que foi me ensinada na escola que era italiana, mas ora, ora, os europeus querem roubar até a origem do milho, nosso ouro latinoamericano?

Para começar a cultivar, é necessário preparar a terra. Eu confesso ter dificuldade com enxada e que tem sido árduo esse trabalho. O mato cresce e a terra nunca fica descoberta. No início isso me causava desconfortos, mas percebi que aqui existe uma imensa riqueza: talvez isso tudo que habita a pele da terra organicamente possa me ajudar no processo de gerar vida

ao que parecia estéril. Chorei. Tamanha era a ansiedade de produzir e não ver as palavras surgindo e ocupando as laudas brancas da tela luminosa. Choveu. E aquilo foi fundamental para arrancar as tiriricas e braquiárias que bloqueavam o meu processo criativo.

Aquela água fluiu de um jeito que me ensinou que pesquisa também pode ter sentimento e é por isso que escolhi esse lado de cá: o de alguém que se posiciona. De alguém que quer ver emoção ao sistematizar conhecimento sobre a vida. Que reconhece os limites de uma investigação exploratória, mas que nem por isso, não significa não se entregar de corpo e mente a esse tema das mulheres agricultoras de São Paulo. O cheiro da água molhada me fez lembrar os caminhos que já percorri e, ao remexer a terra e ver que existem minhocas, me deu esperança de que sim, é possível fecundar o solo da escrita. Olhei ao redor e vi a cidade.

São Paulo possui os maiores shopping centers do país e os maiores centros de distribuição e logística de alimentos da América do Sul. Tem tanta gente trabalhando e fazendo dinheiro que a agricultura parece algo distante, não pertencente ao mundo globalizado e moderno. Lembrei também que as contradições são parte essencial desse trabalho.

Depois de preparar o solo, precisei trazer adubo. O que pode ajudar a fazer crescer as plantas que aqui viverão? Como nutrir de possibilidade de vida o que sai daqui? Não tive dúvidas de que o melhor adubo seria a RAPPa – Rede das Agricultoras Periféricas Paulistas Agroecológicas e a possibilidade de trocar, de me fazer parte. Lembrei de como eu ainda sonho com redes de apoio e maternidades coletivas e, se isso ainda não é possível nesse momento quase pós pandêmico, talvez seja o caso de compostar sonhos para possibilitar outras redes de mulheres. E eis que elas surgem depois de um encontro inusitado em Recife. Pausa para o café.

...

Conhecer pessoas e construir confiança é um passo fundamental para a elaboração de uma pesquisa. Foi ali que pude adubar a tese com as pessoas certas para entrevistar. Interessante que a Lúcia, uma pessoa que sem ela esse trabalho não existiria, sempre fez questão de apontar para a diversidade que é a agricultura paulistana. Essa diversidade deveria, portanto, estar presente nas mulheres selecionadas. Indígenas, da zona rural, debaixo de linhões, nordestinas da Zona Leste, das hortas comunitárias, acampamentos da reforma agrária, das colônias alemãs e japonesas, tudo isso diz respeito a mulheres e agroecologia em São Paulo.

Depois de tanto afogar essa terra e colocar adubo, é hora de buscar as sementes. Método, escrita, observação. Com quem deixo minha filha? Outra vez doente? Não dá pra levar pra

escola. As avós em outras cidades, o pai trabalhando. Posso adiar mais um pouco ou é hora de lançar as sementes e mudas que já tenho? Arrisco. Nem tudo que se planta cresce. Tem passarinho que também semeia e eu costumo contar com esse tipo de sorte.

...

Cara leitora, caro leitor,

Este é um convite para um mergulho em páginas sobre alimento e afeto; sobre reconexão com a Terra – mãe e solo; com o plano das ideias sobre o estar vivo no aqui agora; sobre a teia da vida; sobre relações entre mulheres e homens em suas tantas possibilidades. Para isso, permita-me contar um pouco da trajetória de quem vos fala: Clara Ribeiro Camargo.

.

Tenho à minha frente, na tela branca do computador, o desafio de escrever um memorial sobre a minha trajetória enquanto pesquisadora, militante, indagadora das relações alimentares com a natureza e com a sociedade. Tenho em minhas mãos um copo de kombucha, uma bebida fermentada que veio da China e sua origem (um tanto nebulosa) data de mais de 3 mil anos. E por que falo disso? O leitor deve se questionar. Pois bem, tenho o privilégio de fazer uma pesquisa que considera a trajetória pessoal como parte integrante do processo investigativo. Que considera as histórias e os casos como relevantes para a compreensão do mundo e do contexto em que vivo e escrevo: Brasil: pandemia – ano 2. E é por isso que aqui, peço licença para adentrar às minhas memórias com respeito e honestidade.

Conheci a kombucha por meio da minha mãe, assim como a alquimia dos alimentos naturais, a importância de se cultivar plantas alimentícias e medicinais no quintal e, sobretudo, que trabalho doméstico é um trabalho. Apesar de meu pai ter aprendido a fazer pão (com ela) em casa e essa ser a sua função semanal desde que me conheço por gente, é a minha mãe que até hoje carrega a função de nutrir física e emocionalmente seus filhos e netos. Filha de camponeses, morou na cidade por um tempo, mas sempre quis voltar pras roças mineiras, fato que, na minha categoria de pesquisadora, conheci como recampesinização. “Na montanha estamos mais perto do céu”, ela me diz tomando um de seus muitos cafés ao longo do dia.

Adentrar o universo da agroecologia para mim, transcende o que Wezel et al (2009) destacam como ciência, técnica e movimento social. Significa uma reconexão com minha ancestralidade, uma volta às raízes, essencial para a construção de um futuro possível. Significa

também afeto e efeito. Afeto por acreditar que a reconexão com as plantas e com a regeneração da natureza é urgente para nos salvarmos enquanto espécie. Efeito porque me sinto extremamente mal quando leio as desastrosas notícias das mortes, da fome e da miséria no Brasil e da ausência de qualquer plano para sua superação; da monotonia alimentar da população brasileira, diretamente relacionada com a saúde e, portanto, com maiores dificuldades em lidar com infecções; com o aumento da violência e sobrecarga de trabalho das mulheres que, individual e coletivamente, cuidam das crianças, dos idosos, da comunidade, onde o Estado resolveu se ausentar de vez, inclusive retirando o direito a serviços essenciais como saúde e educação.¹

Abordar a minha trajetória, portanto, é abordar um microcosmos desse Brasil que vivemos, mais especificamente, as estradas sinuosas que ligam São Paulo ao sul de Minas Gerais, perpassando fronteiras entre o rural e o urbano que se unem a partir das suas contradições.

Meus pais vieram para São Paulo nos anos 70. Minha mãe dizia não suportar a violência com que meu avô tratava minha avó e, de tanto questionar e, às vezes, apanhar, foi mandada para São Paulo para ser babá de seus primos aos 14 anos. Meu pai veio trabalhar e estudar. Os anos 70 iniciaram um processo de globalização da economia, de avanço do capitalismo e da informatização e meu pai estava bastante incorporado a esse processo: era técnico de informática da IBM, o que tirava suspiros de orgulho da minha avó. Também fazia biologia na USP, pois a sua verdadeira paixão sempre fora a natureza, o que aprendera com seu avô durante a infância no interior de São Paulo.

Acho que minhas raízes de questionamento vieram, em parte deles, pois após anos de árduo trabalho, ambos, porém em diferentes momentos, viram que essa vida não era para eles. Resolveram largar tudo e ir morar na comunidade alternativa: uns diziam hippies, outros diziam loucos. Minha mãe (que depois de babá teve diversas outras profissões) se uniu a outras três mulheres, vendeu seu apartamento na Aclimação e comprou um sítio no sul de Minas Gerais, onde montaram a comunidade “Milhos de Vênus”. Tinham por princípio buscar a autonomia alimentar e nada mais simbólico para isso que o nosso *Zea Mays*². Vênus em alusão ao planeta do amor e à deusa feminina, afinal a comunidade era protagonizada por mulheres. O local? Paralelo 47, onde recomendavam os jornalistas místicos da Revista Planeta e também na cidade

¹ Em 2016, durante o governo de Michel Temer, entrou em vigor a Emenda Constitucional 95, que congelou e limitou gastos públicos com saúde e educação por 20 anos.

² Nome científico do milho

onde havia o Movimento Médicos Pés Descalços – que pretendia construir uma visão popular de saúde e apoiar populações que não tinham acesso a instituições de saúde na época – São Lourenço, MG. Minha mãe apoiava o movimento cozinhando nos cursos – foi onde conheceu meu pai – e, com isso aprendeu muito sobre a cura e a saúde através dos alimentos – mesmo nome do livro³ que sempre esteve na estante da cozinha de casa. Minha mãe nunca fez faculdade, carregou consigo essa frustração por um tempo e talvez ainda carregue pelo fato de que nenhum dos filhos se tornou médico. Papo para o divã. Sigamos para a minha vida.

..

Nasci em 1987 e entrei na Universidade em 2005. Sorte a da minha geração ocupar esse espaço no auge do governo Lula. Sonhávamos com uma espécie de revolução em que a educação popular seria o meio para alcançá-la. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”, dizia Paulo Freire e, por isso, uma vez por semana ia com amigos e colegas do grupo de extensão para a periferia de Franca trabalhar com educação de jovens e adultos. Sem dúvida, foi aí que aprendi o potencial do diálogo e tive a certeza que pessoas que não sabiam ler e escrever tinham uma visão crítica do mundo. O mundo sempre me fascinou: não à toa fui estudar Relações Internacionais. Porém, me frustrei quando entendi que a disciplina havia sido criada para compreender a guerra e a balança de poder entre as nações. O lado ingênuo da minha criança interior sofreu, mas resolvi ir até o fim, buscando forças na extensão e no Grupo Alternativo de Relações Internacionais (GARI), onde líamos pensadores latino-americanos que reivindicavam seu lugar de fala e um livro chamado “Mudar o mundo sem tomar o poder”⁴.

No último ano da graduação, um tanto perdida sobre os rumos que tomaria, resolvi entrar para o movimento estudantil da minha cidade natal – bastante marcada pelo coronelismo agrário – e também prestar um concurso para estagiária no governo do estado de São Paulo. Passei e fui “levada” à Secretaria Estadual de Meio-Ambiente, o que me abriu um leque de possibilidades sobre o estar no mundo e com o que trabalhar. Também vim pra São Paulo e me deparei com a aglomerada solidão que Tom Zé cantava em seus versos tropicalistas. Sentia falta da república, da comum unidade. Sentia falta de cozinhar junto, mas os trabalhos tornavam esse ato tão simples impossível durante a semana. Mas, depois que fui contratada por uma ONG de Consumo Consciente, tinha meu vale refeição que me permitiu fazer uma etnografia dos restaurantes da região da Avenida Paulista. Por meio da comida, conheci sabores indianos,

³ Livro de Ernst Schneider. Ed: Casa Publicadora Brasileira, 1983.

⁴ John Holloway

japoneses, baianos, peruanos. A comida, de fato, pode nos apresentar cheiros e cores exóticos, prazer e reconexão com memórias, sonhos, desejos. Eu adoro comer e saborear os alimentos, mas confesso que algo sempre me incomodou na *gourmetização* típica da vida paulistana: quem produz os alimentos que depois são estampados na capa da Revista Veja SP? Será que eles são bem remunerados por isso? Levei esse tema para o instituto, mas fui convencida de que o tema do aproveitamento integral dos alimentos vendia mais projeto.

Essas questões não saíam da minha cabeça. Me lembro que uma vez, um colega comentou: “quem escolhe a pílula vermelha da Matrix uma vez, dificilmente consegue viver sem ver as desigualdades desse mundo”. O ano era 2012 e o Brasil protagonizava mais uma Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Acompanhar de perto algumas discussões, especialmente as que aconteceram na Cúpula dos Povos, encheu meu coração de esperança de que poderíamos caminhar rumo a um futuro sustentável, ainda que tivéssemos que enfrentar uma tal de Economia Verde: o capitalismo estava se pintando da cor da fotossíntese?

Dentro de mim borbulhavam ideias e sentires e, por isso, havia entrado no mestrado no PROCAM. Contudo, a minha vida acadêmica havia sido marcada fortemente por pensar o papel do Estado; Hobbes e Maquiavel me acompanharam por anos e, por mais que eu soubesse que o “Homem” poderia ser mais do que o lobo do Homem, essa havia sido a minha formação.

Fui então estudar um instrumento de política pública da agricultura orgânica: os Sistemas Participativos de Garantia. O Brasil fora o primeiro país do mundo a reconhecer uma técnica de reciprocidade e cooperação feita por agricultores como ferramenta para avaliação e certificação da qualidade orgânica e havia muito otimismo sobre a incidência em política pública. Havia também uma tentativa de fazer dar certo a participação e, com isso, muitos projetos para pôr em prática esse método. Talvez por isso muitas das experiências não tenham dado certo no longo prazo, o que também me trouxe um baita aprendizado: a transformação e a autonomia são processos que vêm de baixo para cima. É a partir da experiência concreta de grupos, coletivos, pessoas que, práticas mais sustentáveis e democráticas surgem. E elas não podem ser vistas como receitas de bolo cabíveis a qualquer comunidade: é necessário MUITO diálogo e disposição.

No meio do processo do mestrado, em 2012, entrei para o Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA-SP), fiz horta em praça e na Universidade, mas achava que a cidade tinha limites para a autonomia alimentar. Foi aí que me mudei para um sítio para produzir meus

próprios alimentos e estar mais próxima da natureza. Não durou um ano. A saudade dos amigos, a falta das conversas sobre política, a militância não existia ali, o que me levou de volta para essa eterna impermanência que é a vida.

Foi então que aterrissei em Botucatu. Primeiro por meio do curso de Agricultura Biodinâmica que me fez lembrar que “o que está no alto é como o que está embaixo”. Que terra e céu dialogam e que podemos ser maestros de uma sinfonia complexa chamada sintropia. Curioso que, após dois anos de mestrado, eu era sempre convencida a entender que a dinâmica do mundo caminhava para a entropia (e talvez essa seja uma lei bastante aplicada à Humanidade). O leitor deve desconfiar da minha facilidade em me apaixonar por possibilidades e alternativas às monoculturas da mente e do capitalismo: sol em Peixes, lua em Áries.

Em Botucatu, fiz estágio e, mais tarde fui consultora na Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, pois eles trabalham com a certificação participativa e pude, portanto, colher os dados para a pesquisa e depois colocar em prática as reflexões do mundo acadêmico. Além disso, comecei a trabalhar como técnica no Instituto Giramundo Mutuando em alguns projetos de transição agroecológica e educação.

Trago comigo boas memórias dessa época, em que tínhamos uma mulher na Presidência da República e uma série de projetos para cumprir as metas do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Tanta coisa foi destruída nesses últimos anos e, por isso, aqui, assumo a importância da memória para reconstruir os avanços que tivemos outrora em pontos importantes – o Brasil havia deixado o mapa da fome da ONU, a agricultura familiar parecia mais organizada e, embora a reforma agrária não houvesse sido realizada, houve sim o fortalecimento de empreendimentos e cooperativas em assentamentos da reforma agrária. E digo isso pois parte do meu trabalho era visitar essa realidade bastante desconhecida de grande parte da população.

Assessorei uma cooperativa de mulheres produtoras e beneficiadoras de plantas medicinais e, com certeza, aprendi muito mais com aquela experiência do que em qualquer sala de aula. As mulheres eram tão pobres, fazia frio, as crianças morriam de doenças respiratórias. A precariedade das condições de vida levou as mulheres a reaprenderem o conhecimento das plantas medicinais e a preparar tinturas, xaropes, sabonetes. Conseguiram construir um laboratório, parceria com a Fiocruz, com a Unesp, participaram de diversas feiras, fizeram faculdade, certificaram suas plantações. Tantas conquistas. Mas, claro, com muitos desafios e contradições, afinal são seres humanos e as desigualdades estão presentes em todos os setores.

Ando bastante distante delas, mas carrego comigo saudades e um vidro de própolis que me traz lembranças e imunidade para esses tempos de enfermidade.

Outro projeto que me inspirou muito foi o curso de educação em agroecologia realizado em parceria com duas escolas do MST⁵. A metodologia? Participativa e com base em três frentes: política, cultural e técnica. Na prática era reativar a horta, produzir alimento, dialogar sobre esse processo por meio de música, teatro, poesia, gastronomia. Lembrar das aglomerações em campo me dá um aperto no peito. Respiro. Lembro que a semente precisa do escuro da terra para poder encontrar suas forças, germinar, crescer, florescer. E talvez seja essa a metáfora desse momento que vivemos: ser pequenina como uma semente que carrega em si o potencial de uma floresta todinha.

Foi por causa dessa experiência que fui pra Espanha intercambiar metodologias de educação em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Que lindo foi construir redes com gente de todo canto. Que triste perceber que a agricultura convencional tomou o planeta, que a monotonia alimentar abastece os supermercados do mundo inteiro, que os camponeses tendem à pobreza até na Europa e, mesmo assim, assumem a responsabilidade de alimentar de verdade a população. De uma coisa tive certeza: se não unirmos nossas forças, desde a divisão do trabalho doméstico até o compartilhamento de experiências de resistência nos territórios, dificilmente sairemos desse labirinto que nos metemos onde “uns com tanto, outros tantos com algum, mas a maioria sem nenhum”. Essa frase é de um samba de Elton Medeiros, de 1965 e, como não podia deixar de mencionar nesse exercício de anamnese da vida: roda de samba pra mim, é sala de aula. E eu não vivo sem a música. É ela que me obriga a ter momentos de alegria mesmo em tempos pesados. Foi ela que me conectou de fato com os movimentos sociais. É ela que me ensina que pausa é essência do ritmo. Foi por meio da música que gritei Fora Bolsonaro mais forte pelas ruas do centro de São Paulo. Naquela época em que tínhamos “direito a uma alegria fugaz, uma ofegante epidemia, que se chamava Carnaval”. Vai passar.

....

Deixemos os devaneios poéticos de lado por enquanto. O dever me obriga a seguir para a trajetória de um microcosmos de vida que reflete o macrocosmos de um país, estão lembrados? Pois é. Em 2016, fomos acometidos por um golpe de Estado nas entranhas dos poderes legislativo e judiciário. Nossa presidenta sofreu um *impeachment* e, com isso, e com a crise econômica que assolava o país, aqueles projetos de agroecologia minguiaram. Trabalhei

⁵ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

uns meses sem garantia de receber, mas percebi que o tempo passava e meus pais estavam envelhecendo na roça. Para eles, trabalhar com agroecologia significava então voltar pra terra, proteger as nascentes do nosso sítio, plantar comida e remédio pra quem estivesse por ali. Voltei. Sofri, confesso. Tenho coração de quem planta e urgência de quem vive na urbe. Mas aprendi muito, especialmente sobre esperar o tempo das coisas: que é diferente quando uma folha cai no chão ou quando um tronco na terra nutre o canteiro a longo prazo. Além disso, aprendi que tem semente que precisa quebrar dormência.

Resolvi então fazer doutorado. Passei uns meses estudando e, sempre soube que no PROCAM haveria espaço para continuar debatendo agricultura e alimentação, especialmente as relações humanas que as constroem. Como o leitor já sabe, venho das Relações Internacionais e o que acalma minha mente é pensar as relações como processos de mediação. Natureza e cultura, seres humanos e não humanos constroem sua existência por meio das relações. A princípio, continuaria o trabalho acadêmico que havia feito com as associações de agricultura orgânica, em sua grande parte atuando no meio rural. Porém, surgiu a possibilidade de estudar a agricultura na região metropolitana, transcendendo a dualidade entre o rural e o urbano. Talvez por gostar de ter um pé em cada área isso tenha feito sentido. Ou talvez para trazer um olhar de maior complexidade para o famoso grito de guerra das lutas camponesas: “se o campo não planta, a cidade não janta”.

.....

Quando voltei para São Paulo senti uma enorme gratidão pela urbe: quantas oportunidades existem aqui nesse emaranhado de arranha céus. Apesar das estrelas estarem encobertas, me sentia feliz em encontrar pessoas, realizar projetos e articular pensamentos. Na época, não tinha bolsa de doutorado, então, fui trabalhar com produção de eventos musicais (festivais, gravações, inclusão social por meio da música). E, não por acaso, fui parar na Bahia para pesquisar e gravar cantos de trabalho relacionados com os alimentos. A bata do milho, a bata do feijão: processo de separação dos grãos da palha e, ao mesmo tempo, ritmo e festa. Esse projeto me fez ver como as coisas não são tão isoladas assim quando pensamos o estar no mundo.

Nessa mesma época, reencontrei uma colega que me disse que estava organizando uma feira de agroecologia e cultura protagonizada por mulheres e me convidou para colaborar. “Claro que sim”, respondi. Na época também vendia as tapiocas artesanais produzidas pela minha família no sítio e seria uma ótima oportunidade de juntar trabalho e vida, essas palavras

que parecem nos levar a uma separação inexorável, especialmente nos espaços-tempo tomados pelo neoliberalismo.

Foi nessa feira que comecei a me dar conta de que são as mulheres que protagonizam experiências de trabalho e vida que levam em conta a solidariedade, o afeto, a presença de natureza. Me chamou a atenção a vocação de dezenas de mulheres para trabalhar para um coletivo sem necessariamente gerar lucro. É claro que gerar renda é importante, inclusive, na posição em que as mulheres ocupam dentro das famílias, mas ali, importava também o fortalecimento do coletivo, as trocas, o acesso à cultura, o conhecimento de um espaço de natureza na cidade de São Paulo, o acesso das crianças ao chão de terra, enfim, uma série de coisas simples que existem na minha memória de criança do interior, mas que são escassas na infância da cidade grande. Ali foi o embrião para ter acesso à RAPPAs – Rede das Agricultoras Periféricas Paulistas Agroecológicas, onde pude ver de perto o protagonismo de mulheres em plantar comida de verdade, em conectar as pessoas por meio das plantas, em resistir em meio à especulação gigante da metrópole, em assumir para si mais uma função de cuidado: além da família e da casa, do planeta, a nossa casa comum.

Cada vez mais via que os cuidados são tão essenciais e tão invisibilizados e talvez isso explique porque, ao contrário das comunidades tradicionais que valorizam seus anciãos, tratamos tão mal os nossos idosos: porque exige trabalho sem remuneração.

Nessa caminhada, conheci o Rodrigo que não tinha nada a ver com esse movimento, mas topou vir comigo nessa loucura chamada vida. Tivemos uma filha, a Amora e ele escuta todos os dias (quase) um pedido pela divisão justa do trabalho doméstico, pela visibilização do cuidado, inclusive da amamentação, tão importante para a criação de filhos saudáveis e seguros. E tão fundamental para a nossa conexão com nossa porção animal mamífero.

E foi nesse contexto que essa tese foi escrita: entre o maternar uma bebê, uma pandemia e o país tomado por um grupo de políticos milicianos que tem na morte estratégia de ação. Mas é na vida que retomo as forças para alargar a compreensão da própria vida. Como diz Mia Couto, é no invisível que estão as fábricas e motores da vida: seja ela um vírus mortal, seja ela a potência da semente. Ambas são instrumentos de regulação da mãe Terra, Gaia, esse organismo vivo que nos acolhe e dá morada. Interessante pensar que, em muitas comunidades tradicionais, o planeta Terra tem essa conotação de mãe, arquétipo da produção e reprodução da vida, da fertilidade. Porém, na nossa civilização, aprendemos a enxergar a Terra como provedora de recursos. E com isso e nesse momento caótico em que vivemos, nada parece fazer

sentido. Será que é tempo então de sentir? E levar para o pensar o sentir e o agir? Há espaço para isso na Ciência? É nessa urgência que me encontro: dotada de vontade de construir conhecimento participativo, castrada pela impossibilidade de estar junto presencialmente, mas consciente de que ficar em casa é a forma de ser solidária nesse momento.

Porém, não posso deixar de dizer da necessidade e da ansiedade de dar sentido ao mundo e é por isso que essa pesquisa é importante para mim: analisar os fatores que levam mulheres agricultoras urbanas a desenvolverem técnicas agroecológicas de cultivo e manejo.

Aqui me sinto inteira, pois sei que trabalho e vida, para mim e para a lógica camponesa, são faces da mesma moeda. Assim como a ciência e a arte, a poesia e a prosa, o rural e o urbano; podemos não dicotomizar tanto as coisas.

.....

Voltando à kombucha, não poderia deixar de contar aqui as reflexões que ela me trouxe. A kombucha, tradicionalmente, é uma bebida feita por uma combinação de fungos e bactérias benéficas para a flora intestinal. Além disso, a sua distribuição se dava muito mais pelo compartilhamento entre uma rede de amigos e familiares. Eu ganhei uma muda da minha mãe que ganhou de uma amiga e por aí vai. Porém, tenho que confessar aqui que a kombucha que estou bebendo não foi feita por mim e nem tampouco pela minha mãe. Foi uma kombucha “industrial”, comercializada e, portanto, saiu dessa ideia do feito em casa. Devo admitir que ando sem tempo de prepara-la, mas isso também me leva a uma reflexão que dialoga com essa tese: o que nos é comum nessa vida? O conhecimento de práticas de alimentação saudável poderia ser algo comum? O compartilhamento de “mudas”, o compartilhamento de práticas. Todavia, como vivemos processos contraditórios dada a nossa inserção no mundo capitalista, isso se torna comercializável. E eu, por mais que valorize práticas não monetárias, percebo que me tornei uma consumidora de kombucha, pois me sinto no limite do tempo dedicado ao trabalho doméstico: o leitor deve se lembrar de que sou mãe, lactante, em tempos de pandemia, em que é bastante complexa a terceirização dos serviços de cuidado e nulas as possibilidades de cuidado por parte do Estado (creche, por exemplo). Assim, o neoliberalismo adentra os nossos corpos por meio da ausência de tempo que temos para nos dedicar à vida de casa, o que é ainda mais acentuado quando pensamos que o trabalho de casa é um não trabalho ou um trabalho invisível. Apenas quando a kombucha passa a ser uma mercadoria com valor de troca é que ela passa a ser vista como algo que tem em si um trabalho. Mas, se eu voltar a produzir

minha própria kombucha, talvez tenha menos tempo para escrever ou para brincar com a minha filha.

Devaneios à parte, essa reflexão me leva a pensar sobre os comuns e o cercamento que estão sofrendo no atual estágio do neoliberalismo. Para além de uma simples kombucha, os comuns são a água, o território, a fertilidade do solo, o conhecimento passado de geração em geração, práticas ancestrais de culinária e técnicas agrícolas, a domesticação de plantas para a alimentação e para o bem-estar humano em geral, enfim, os comuns são necessários para a perpetuação da nossa vida e das futuras gerações, mas que estão se tornando mercadorias. Como retomar a ideia de comum? Como permitir a sua produção e reprodução que fogem à lógica do Estado e do mercado? Aqui estão perguntas que embasam essa pesquisa, especialmente porque nas palavras de Federici, “não existe comum sem comunidade”.

E aqui estamos: construindo comunidade em isolamento social. Escrevendo uma tese em diálogo com movimentos e distante do positivismo que nos ensinou que para conhecer é necessário separar. Aqui nos torna urgente a aproximação como método e a utopia como urgência.

...

O tempo passou. Ao longo deste processo de desenvolvimento da pesquisa, também me envolvi com a Articulação Nacional de Agroecologia no sentido de sistematizar políticas públicas municipais de Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional em São Paulo, buscando entender quais eram as brechas possíveis para se construir política capaz de valorizar e garantir alimentação adequada e regeneração da natureza. Em 2022, as batalhas foram tantas e, agora, ao finalizar essa pesquisa, temos de volta um Ministério do Desenvolvimento Agrário, um Ministério das Mulheres, um Ministério do Meio-Ambiente e das Mudanças Climáticas, um Ministério dos Povos Indígenas. Momento histórico e um presente para quem acredita e luta por um mundo mais justo e sustentável. Seguimos firmes e um pouquinho mais fortes!

Boa leitura!

2. Introdução

O Mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente (FREIRE, 1996, P 76-77).

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para a construção de conhecimentos sobre o trabalho de mulheres agricultoras e a agroecologia do município de São Paulo, a partir de uma perspectiva feminista e no sentido de apoiar a elaboração e aprimoramento de políticas públicas e iniciativas socioambientais comprometidas com a soberania alimentar.

Para alcançar este objetivo geral, foi necessário traçar objetivos específicos capazes de estruturar a investigação. São eles:

- Mapear conceitualmente os nexos existentes na literatura sobre agroecologia e a atuação de mulheres agricultoras;
- Avaliar se fatores como a divisão sexual do trabalho, especialmente a responsabilidade pela alimentação da família e a participação em redes e/ou mercados sensíveis à diversificação influenciam a agrobiodiversidade existente na agricultura realizada por um grupo de mulheres em São Paulo;
- Analisar o papel das redes e das políticas públicas na consolidação de técnicas de manejo agroecológicas, assim como na visibilização do trabalho de mulheres agricultoras;
- Observar se as mulheres entrevistadas durante o trabalho de campo passaram por algum evento climático extremo e se tiveram alguma mudança nas suas técnicas de manejo derivada desse processo.

A metodologia da pesquisa é exploratória, interdisciplinar e qualitativa, pois visa trazer elementos empíricos para discussões teóricas. Apesar disso, foi a revisão da literatura que permitiu a criação de ferramentas analíticas para a coleta de dados, a partir das categorias mobilizadas ao longo da leitura de uma série de artigos. Nesse sentido, é possível afirmar que é uma pesquisa indutiva-dedutiva.

Os objetivos e metodologia da pesquisa revelam que a construção do conhecimento não é neutra e o compromisso de tal investigação é com a transformação da realidade das mulheres

agricultoras urbanas do município de São Paulo. Nessa direção, essa pesquisa se constrói a partir da participação em uma rede de mulheres agricultoras periféricas que visa contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas de agricultura e alimentação a partir de um viés feminista.

A escolha de tal metodologia exigiu a complementariedade com outras duas técnicas: 1) a revisão da literatura realizada com base nos principais sites internacionais de busca de artigos científicos e 2) uma análise da conjuntura da agricultura, da alimentação e da vida das mulheres no tocante a estes temas, tanto em nível internacional, quanto na cidade de São Paulo, com base em relatórios de agências internacionais, ONGs, leis, políticas e planos municipais, entre outras fontes de dados.

Como foi relatado no memorial, possuo uma aproximação com o campo agroecológico desde 2012 por conta da realização de uma dissertação de mestrado na área, assim como na atuação junto a movimentos sociais e ONGs. Além disso, venho de uma família que vive na zona rural e é produtora de alimentos, o que me aproxima sensivelmente a essa temática da produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos.

Assim, é evidente que a participação em tais movimentos e debates foi fundamental para a elaboração do problema da pesquisa, o que revela, portanto,

a ideia de que a ciência nunca é neutra e nem objetiva, sobretudo quando pretende erigir-se como uma prática objetiva e neutra. A consequência desse ponto de partida da pesquisa participante é o de que a confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento, mas na contribuição de sua prática na procura coletiva de conhecimentos que tornem o ser humano não apenas mais instruído e mais sábio, mas igualmente mais justo, livre, crítico, criativo, participativo, co-responsável e solidário (BRANDÃO & STRECK, 2006).

Faz-se mister apontar que, ao longo da elaboração desta pesquisa, foi construído o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável de São Paulo e uma das questões levantadas pelo Conselho de tal política era a participação das mulheres agricultoras do município nos espaços de tomada de decisão. Esta participação é importante, pois revela, por um lado, o protagonismo feminino na produção alimentícia urbana, apesar de sua invisibilidade em uma cidade como São Paulo e, por outro, como historicamente, as mulheres e sobretudo, mulheres pobres e negras são excluídas dos processos políticos. A Rappa surge

deste processo e a sua criação foi a inspiração para conhecer mais sobre as mulheres agricultoras periféricas do município de São Paulo.

Este contexto também se apresentou como uma janela de oportunidade para o estudo do tema, justificando a sua importância no momento atual e abrindo possibilidades para o diálogo entre a pesquisa desenvolvida na Universidade, a política e a sociedade. A pesquisa também se justifica por trazer à tona reflexões importantes sobre alimentação, agricultura, meio-ambiente e gênero em um momento em que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com algum nível de insegurança alimentar (VIGISAN, 2022).

Além disto, esta pesquisa foi desenvolvida durante um período político bastante problemático, ao longo do governo Jair Bolsonaro (2019 – 2022) e da pandemia de Covid-19, em que uma série de políticas públicas que fomentavam a agroecologia, a segurança alimentar e nutricional, a igualdade de gênero, a própria pesquisa científica, foram extintas ou substituídas por programas em que prevaleciam ideias ligadas ao agronegócio, ao patriarcado e ao obscurantismo. Por isso, analisar como a sociedade se organiza para levantar pautas políticas e colocá-las em prática como estratégia de sobrevivência pode inspirar novos e diversificados debates em um momento de retomada da democracia no Brasil.

2.1 O problema de pesquisa

O problema de pesquisa foi construído em etapas. No primeiro momento, antes de estar regularmente matriculada no doutorado, pude observar a sociedade a partir da participação em organizações do terceiro setor e movimentos sociais que atuavam com mulheres e agroecologia e isso foi fundamental para o levantamento de algumas questões. Porém, o seu delineamento e aprofundamento só foram possíveis graças à revisão da literatura e ao contato com teorias feministas.

Ambas as estratégias me levaram à compreensão de que existe uma imensa desigualdade de gênero com relação à remuneração entre homens e mulheres, ao acesso a direitos, terra e políticas públicas, à representatividade na política institucional, entre outros. Tal desigualdade possui suas bases na divisão sexual do trabalho que, em geral, remete às mulheres o papel de cuidadoras e responsáveis pela reprodução humana. Gestar, parir, amamentar, cuidar, alimentar, educar, construir laços de solidariedade e confiança – essas e tantas outras responsabilidades que, em geral, são atividades não remuneradas desempenhadas por mulheres

(BIROLI, 2018). Poucas biológicas, muitas socialmente construídas, elas trazem uma imensa carga de trabalho e pouquíssima visibilidade do conhecimento e das tarefas necessárias para as suas realizações cotidianas.

A invisibilidade dos cuidados caminha junto à observação de que a agricultura convencional deixou de ser aliada à natureza para tornar-se uma atividade industrial, concentrada em poucos produtores e proprietários de grandes porções de terras, cujo objetivo principal é a geração de lucro e a exportação de *commodities*. Para Shiva, são faces do mesmo sistema alimentar patriarcal e desigual que altera o controle dos sistemas alimentares das mulheres e camponeses para multinacionais da alimentação e do agronegócio causando uma disfunção dos processos naturais (SHIVA, 2010).

Essa ideia e a volta da fome que assola mais de 33 milhões de brasileiros, de acordo com o II VigiSan, pesquisa publicada em 2022, levam as mulheres a, individualmente, dentro de suas casas, terem que encontrar maneiras de alimentar suas famílias, diante da escassez de políticas e programas que poderiam, de certa forma, amenizar a responsabilidade e assegurar uma alimentação saudável.

Na literatura sobre mulheres e agroecologia existe um arcabouço teórico sobre o assunto, mas no Brasil, ainda há poucas reflexões teóricas sobre as mulheres da agroecologia urbana. Diante dessa lacuna e da ideia de que, em geral, existe uma relação entre divisão sexual do trabalho e agrobiodiversidade, esta tese foi escrita.

A Agrobiodiversidade foi definida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura como a variedade e diversificação dos animais, plantas e microrganismos utilizados diretamente ou indiretamente para alimentação e agricultura (FAO, 1999).

A literatura sobre mulheres agricultoras e agroecologia no mundo rural estabelece relações entre o trabalho reprodutivo das mulheres, aponta menores áreas destinadas a seus cultivos, pouco acesso a investimento e, por conta disso, há aproximação com técnicas agroecológicas mais intensivas em trabalho. A preocupação com a saúde da família, a necessidade de ter uma agrobiodiversidade maior, visando a alimentação saudável, a importância de fertilizar o solo com recursos locais e a alta produção de resíduos orgânicos são fatores que tornam a cozinha e o quintal faces do mesmo agroecossistema, onde coexistem humanos, animais, plantas, minerais, fungos, vírus e bactérias. Mas, será que essa lógica permanece na agricultura desenvolvida nas cidades? Quem são essas mulheres que

protagonizam a construção de redes agroecológicas na metrópole de São Paulo? A categoria de família, tão importante para a análise sociológica do mundo rural, é reproduzida também na agricultura urbana?

Essas perguntas foram fundamentais para a construção do problema da pesquisa, que foi guiado pela seguinte pergunta mais ampla: quais são os fatores que levam as mulheres agricultoras do município de São Paulo a desenvolverem a agroecologia? Para respondê-la, comecei a organizar o pensamento a partir de dois eixos: o primeiro sendo o doméstico, que inclui a responsabilidade pela alimentação, pelo cuidado, pelo acesso a recursos naturais, entre outros; e o segundo sendo o público, que inclui o acesso a programas e políticas públicas, crédito, investimento, mercados e redes, buscando compreender como se dá a atuação feminina com agroecologia nas cidades com relação a esses eixos.

A hipótese levantada foi a de que, assim como no meio rural, a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo marca profundamente a atuação destas mulheres e a necessidade pela produção de itens alimentícios diversos e saudáveis. No entanto, a existência de mercado consumidor disposto a pagar um pouco mais por alimentos orgânicos incentiva as mulheres a produzirem por meio de técnicas agroecológicas, sendo um fator relevante. A existência de circuitos de economia solidária também possuem papel relevante na manutenção dos espaços agroecológicos por estas mulheres. Os custos de vida mais altos também implicam na necessidade de as agricultoras terem mais de uma profissão.

2.2 Metodologia

Esta é uma pesquisa exploratória, observacional, indutiva-dedutiva e, para o seu desenvolvimento, dialogamos com o campo da etnografia. A etnografia é um método de aprofundamento com a comunidade estudada, um território em rede, nesse caso, uma rede de mulheres, organizações e coletivos que desenvolvem agroecologia na cidade de São Paulo.

O envolvimento com o tema se iniciou em 2014, ano em que iniciei o trabalho de assessoria a uma cooperativa de mulheres assentadas da reforma agrária que trabalham com plantas medicinais e também passei a integrar o GT de Mulheres da Articulação Paulista de Agroecologia. Os caminhos trilhados me levavam sempre a questionar o papel das mulheres na transição agroecológica e porque até hoje é importante avaliar a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão política que, em geral, é bem pequena.

Apesar disso, a etnografia se iniciou, de fato, no final de 2017 com o desenho do projeto e a criação da Feira Agroecológica e Cultural de mulheres no Butantã, município de São Paulo, iniciativa da qual participei ativamente da gestão e da comercialização de itens alimentícios até dezembro de 2019. Tal participação me trouxe reflexões capazes de olhar para as questões relacionadas a gênero e sistema agroalimentar a partir de um outro ponto de vista, como por exemplo, os imensos desafios relacionados à logística e comercialização. Por isso, fica evidente como os papéis de investigadora e investigada se misturam e, como tal pesquisa busca ser um instrumento de colaboração com as iniciativas públicas e socioambientais que melhoram a vida das mulheres agricultoras.

Por meio da feira, cheguei à RAPPa - Rede das Agricultoras Periféricas Paulistas Agroecológicas, da qual tornei-me integrante a partir de 2019. Essa imersão no mundo das mulheres agricultoras do município de São Paulo foi importante para a construção de confiança com as agricultoras e técnicas, parte fundamental para a elaboração da metodologia do trabalho de campo e para a compreensão de como as políticas públicas chegam ao seu público-alvo. Tal postura se justifica no sentido de não apenas colher conhecimento da rede, mas também de colaborar com a sua manutenção e fortalecimento.

A RAPPa tem como objetivo organizar as agricultoras agroecológicas de regiões periféricas da cidade de São Paulo para estimular a sua autonomia econômica, geração de renda e promover protagonismo feminino na construção de políticas públicas para mulheres e, embora a tese não seja especificamente sobre a rede, escrevê-la só foi possível graças à sua existência.

Na tese, trabalho com dois instrumentos metodológicos: a busca por fontes primárias e fontes secundárias. As fontes secundárias são os dados disponibilizados na Plataforma Sampa+Rural e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Além disso, também foram lidas e analisadas as legislações e planos da prefeitura que dialogam com agricultura e alimentação entre os anos de 2000 e 2022 e os relatórios e projetos da RAPPa disponibilizados em seu *drive*.

As fontes primárias são as entrevistas semiestruturadas com 11 agricultoras e uma cozinheira especializada em PANCs na periferia, e anotações no caderno de campo feitas ao longo das caminhadas transversais realizadas nos espaços de produção.

Outro espaço importante de observação participante e colheitas de dados primários foram as reuniões e encontros da RAPPa, que, durante a maior parte da escrita desta tese ocorreram virtualmente por conta da pandemia de Covid-19. Apesar disso, participei de dois

encontros presenciais de toda a rede em 2019⁶ e três em 2022⁷ e uma série de reuniões online, sobretudo com as técnicas da rede. Foi realizada também uma apresentação dos dados da pesquisa para as técnicas da RAPPa para construir coletivamente o perfil das mulheres, as impressões sobre as sujeitas da agroecologia urbana e como a pesquisa pode contribuir com o fortalecimento da rede.

Para a realização das entrevistas, o projeto passou pelo comitê de ética e foi aprovado pelo processo CAAE 41315620.2.0000.5390. Também foi estudada a forma mais adequada para interagir com as agricultoras e avaliou-se que entrevistas semi-estruturadas e turnês guiadas eram estratégias possíveis para serem realizadas.

2.3 Coleta de dados

A escolha das agricultoras visitadas também partiu das técnicas envolvidas na rede e buscou trazer diversidade de estilos de agricultura e de comercialização, assim como a presença das quatro regiões do município (Zona Sul, Zona Norte, Zona Leste, Zona Oeste).

Após a escolha das agricultoras, entrei em contato com elas, duas não responderam. Duas delas não quiseram participar. Com uma delas não consegui agendar em um dia e horário compatível e, para substituí-las, as próprias agricultoras indicaram colegas. Ao final, pude visitar 15 agricultoras e entrevistar 11 delas e mais uma cozinheira.

As entrevistas, realizadas por minha iniciativa como conversas, tinham a finalidade de construir informações pertinentes sobre o objeto da investigação. De acordo com Minayo & Costa,

A entrevista pode prover informações de duas naturezas: sobre fatos cujos dados que o investigador poderia conseguir por meio de outras fontes, geralmente de cunho quantitativo; e sobre o que se refere diretamente ao indivíduo em relação à realidade que vivencia e sobre sua própria situação. Os cientistas das áreas sociais e de humanidades costumam denominar tais informações como “subjetivas”, pois constituem uma representação da realidade sob a forma de ideias, crenças, opiniões, sentimentos, comportamentos, e ação, ou seja, sobre modos de pensar, sentir, agir e projetar o futuro (MINAYO & COSTA, 2018, P 141).

⁶ Visita à Chácara Nossa Fazenda, em junho de 2019 e encontro da rede na Secretaria Estadual de Agricultura no centro de São Paulo, em agosto de 2019.

⁷ Encontro preparatório para a I Conferência das Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas da Agroecologia, realizado no Coletivo Mulheres do GAU com o apoio da Rappa, em maio de 2022; 10º Encontro da Rappa, realizado em junho do mesmo ano e Caravana Agroecológica de Saúde, Agricultura Urbana e Mulheres, realizado pela Fiocruz e CNAU, em parceria com a Rappa, em agosto de 2022.

Para a compreensão da realidade das atrizes selecionadas, a entrevista pode e deve ser complementada com outras bases de dados e, no caso da pesquisa com agricultoras, foi bastante interessante a realização das turnês guiadas, pois, conforme a caminhada acontecia, fatos e informações foram recordados aprofundando as conversas, assim como visibilizando o trabalho e o conhecimento da agricultora.

A turnê guiada é uma técnica utilizada para trabalhar em campo que, normalmente, necessita de um guia local que conhece a vegetação e o espaço, podendo apresentar a sua produção e as técnicas de manejo ali utilizadas. A sua realização consiste em fundamentar e validar os nomes das plantas citadas nas entrevistas, pois este nome pode variar bastante entre regiões, e até mesmo entre indivíduos de uma mesma comunidade (ALBUQUERQUE et al, 2010). Ao longo das visitas, essa caminhada foi feita com as próprias agricultoras, que se sentiam orgulhosas em mostrar o seu trabalho. Em algumas ocasiões, aproveitávamos o momento para desenvolver algum trabalho no local, como capina seletiva, cobertura de canteiros, colheitas. Esses momentos eram bastante especiais e, quando ocorreram, me aproximavam das agricultoras.

A caminhada também ajuda a reconhecer a biodiversidade presente no local, pois, em geral, nas entrevistas, as agricultoras citam as plantas que possuem valor comercial, mas nas hortas é possível encontrar uma variedade de plantas nativas e espontâneas que podem não ser comercializadas. Adicionalmente, utilizo como técnica o caderno de campo, onde faço anotações sobre as impressões que tive ao longo das visitas, assim como sobre informações que não constam nas entrevistas e que, às vezes, surgem.

2.4 Análise dos dados

A análise dos dados é em maior parte qualitativa, buscando contribuir com o aprofundamento do arcabouço teórico sobre os nexos entre agroecologia e mulheres agricultoras urbanas. Entretanto, também foram feitas algumas análises quantitativas, possibilitando algumas comparações.

Esta pesquisa busca a construção do conhecimento de forma dialética, em que teoria e prática conversam, de maneira que as categorias mobilizadas para a análise partem dos estudos acadêmicos, vão a campo, se deparam com a realidade das mulheres e, novamente são analisadas com vistas a perceber se há outras categorias a serem consideradas ou não. A coleta de dados também procurou dar visibilidade ao trabalho e conhecimento dessas mulheres e

compreender se as políticas públicas as incorporam no seu escopo de atuação. Por isso, os nomes das mulheres foram mantidos com as suas respectivas autorizações.

Após a coleta e sistematização prévia dos dados, estes foram apresentados ao Grupo de Trabalho da RAPPa com o objetivo de avaliar conjuntamente os pontos a serem relatados e mais bem trabalhados tanto na pesquisa, quanto na atuação da rede.

2.5 Reflexões sobre a metodologia

A pesquisa foi um processo de aprendizado coletivo em que a comunidade local e pesquisadoras (es) envolvidas (os) são parceiros na produção do conhecimento. Isso significa que os membros da comunidade participam da elaboração da questão da pesquisa, da metodologia, da coleta de dados e análise (EVANS et al, 2006). Neste caso, tais questões não puderam ser criadas conjuntamente com as agricultoras, mas em diálogo com as técnicas participantes da rede e também a partir da participação nos debates coletivos.

A pesquisa exigiu autorreflexão constante na relação das (os) pesquisadoras (es) com a comunidade. Por isso, é importante sempre ter em mente os objetivos e os interesses da pesquisa, assim como as limitações e críticas que ela possa receber. Uma limitação é, por exemplo, a grande possibilidade daqueles que têm mais poder na comunidade terem as suas vozes sobressaídas, uma vez que têm mais facilidade em se comunicar e as suas opiniões, enquanto lideranças, são menos combatidas. Outra questão é que, sem a construção de confiança com os atores comunitários, os procedimentos participativos não funcionam (EVANS et al, 2006).

Neste sentido, foi fundamental participar ativamente das atividades da RAPPa, tanto para ter confiança das técnicas quanto para garantir que o processo contribuísse com reflexões e atuações políticas, ao invés de apenas extrair os conhecimentos das agricultoras, mas de contribuir com reflexões e atuações políticas. Dessa maneira, ao ser apresentada pelas técnicas mais antigas, era mais fácil chegar à propriedade da agricultora, da mesma maneira, quando encontrava as mulheres novamente em outras esferas, já tínhamos lembranças de encontros em outros momentos, o que permitia à agricultora abordar temas mais profundos e íntimos. Além disso, tive que contatá-las por WhatsApp diversas vezes para ter certeza da informação e pedir autorização para utilizá-las publicamente de forma escrita.

Apesar disso, em alguns momentos do desenvolvimento da pesquisa, senti como a pesquisa científica vive um momento de crise e descrédito. De um lado pela recusa de algumas agricultoras em responder ao formulário, alegando que as pesquisas nunca retornam com algo positivo para elas e, por outro, permeada por uma sensação de que é “só mais um trabalho universitário”, em que parece não haver seriedade ou profissionalismo. Essa reflexão tem levantado uma questão que é o retorno das pesquisas às comunidades e a apropriação do conhecimento científico pela sociedade para a elaboração e aprimoramento de políticas.

Nesta direção é que entendo que a observação participante realizada ao longo das visitas necessita ser mesclada com outros procedimentos do campo da etnografia, pois a confiança construída com a comunidade estudada resultante desse processo pode tornar os dados mais confiáveis. A comunidade estudada precisa ser retroalimentada. Isso porque, se a agricultora conhece a pesquisadora e a vê participando de uma série de atividades, a chance dela responder ao questionário com mais veracidade e profundidade é maior.

Outro fator importante para o desenvolvimento de pesquisa participativa foi o estabelecimento de um marco de observação para ter em mente as etapas e limites do projeto (GEILFUS, 2002), pois toda pesquisa carrega em si sua historicidade e as teorias também são influenciadas pelas crises contemporâneas (MINAYO, 2001). Isso significa que

As questões da investigação estão relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e objetivos (Idem).

Assim, apesar da etnografia nesse campo de estudos ter se iniciado previamente, a coleta de dados em campo acontece em dois períodos. O primeiro entre junho e agosto de 2019, onde foram realizadas 03 visitas a agricultoras, numa espécie de “pré-teste” da pesquisa e o segundo momento, de setembro de 2021 a agosto de 2022, após um longo período de isolamento social decorrente da pandemia de COVID 19, onde foram visitadas 12 mulheres.

Importante salientar que o contato com as técnicas da rede foi mantido virtualmente ao longo dos meses de isolamento social, porém, isso não foi possível com as agricultoras devido às dificuldades de internet, bem como devido à escassez de tempo para elas participarem de pesquisas, uma vez que concentram diversas demandas de cuidados com suas famílias e comunidades.

2.6 Estrutura da tese

A tese está estruturada em seis capítulos além desta introdução. No primeiro capítulo encontramos um contexto geral da agricultura, alimentação e como estas se relacionam com a vida das mulheres em nível internacional e no Brasil. O objetivo é contextualizar o problema para mais adiante analisá-lo em nível municipal.

No segundo capítulo, encontra-se a revisão sistemática da literatura, onde foram lidos 24 textos nacionais e internacionais, entre artigos e capítulos de livros com discussões contemporâneas sobre o tema mulheres e agroecologia a partir de uma perspectiva feminista.

No terceiro capítulo, será encontrada uma apresentação das principais políticas públicas de agricultura e alimentação do município de São Paulo e como elas abordam o tema das mulheres e da questão de gênero. Também foi feita uma revisão da literatura sobre o desenvolvimento da agricultura no município, especificando as suas diferenças e desafios em cada região da cidade. Neste capítulo também encontra-se a análise dos dados da Plataforma Sampa+rural, que separou os dados das agricultoras e agricultores, como tamanho da propriedade, locais de comercialização, chefe da produção, entre outros, também por seu gênero, permitindo análises com esse caráter.

No quarto capítulo, há uma descrição do histórico da RAPPa, suas principais pautas e interrelações com o poder público. Nele também se encontra a descrição das agricultoras entrevistadas, o trabalho agrícola e comunitário por elas desenvolvido, considerando suas estratégias de manejo em meio a adversidades como mudanças climáticas e pressão do setor imobiliário e como o entorno reage à presença da agricultura na maior metrópole da América do Sul.

No quinto capítulo, há uma sistematização dos dados coletados em campo e a análise dos resultados, visando compreender o perfil socioeconômico das agricultoras e as principais técnicas utilizadas por elas, sobretudo para se adaptarem às alterações climáticas. Neste capítulo também trazemos referências teóricas para discutir questões que aparecem no trabalho de campo, visando refletir e discutir do ponto de vista teórico questões que surgem a partir da sistematização dos dados empíricos.

No sexto capítulo estão as conclusões, onde trago reflexões sobre a pesquisa e pontuo alguns pontos que podem vir a tornarem-se investigações futuras.

3. Agricultura, alimentação e mulheres: análise de conjuntura

As crises socioambientais atuais têm levado pensadores a afirmarem que os sistemas agroalimentares globalizados da contemporaneidade são insustentáveis. (DE SCHUTTER, 2017; MAZOYER & ROUDART, 2010). Os impactos ambientais, a dependência do petróleo, a emissão de um terço dos gases de efeito estufa de origem antropogênica que causam mudanças climáticas (FAO, 2021) são alguns dos motivos. Além disso, os impactos na saúde derivados do alto consumo de alimentos ultraprocessados, como o aumento da obesidade, o desequilíbrio entre os atores na balança de poder (camponeses x transnacionais, por exemplo), assim como a pobreza rural são outros fatores que devem ser adicionados a esta análise (DE SCHUTTER, 2017).

A fome também é uma questão que se soma à crítica do atual modelo agroalimentar hegemônico, uma vez que não somente permanece como questão historicamente não resolvida, mas também porque existem diversos fatores que contribuem para sua perpetuação.

É verdade que eventos climáticos como secas, inundações, geadas podem gerar problemas na produção de alimentos (MAZOYER & ROUDART, 2010). Guerras e pandemias também influenciam diretamente a produção e distribuição alimentar, como foi possível observar ao longo da pandemia causada pelo Coronavírus. A guerra na Ucrânia e as sanções econômicas à Rússia trouxeram também preocupações ao setor agrícola, pois a Rússia é o maior exportador de fertilizantes do mundo e a falta deste produto pode impactar profundamente a produtividade da agricultura⁸.

Estes temas trazem à tona a necessidade de aprofundar o olhar sobre as bases da agricultura e da alimentação a nível internacional. Isso porque, apesar do imenso avanço da agricultura industrial, coexistem formas distintas de produção agrícola no mundo. Entretanto, as imensas desigualdades entre elas no que se refere a acesso a máquinas, tecnologias, terra e crédito se ampliaram nas últimas décadas, em decorrência do *boom* da produtividade alcançada com a revolução verde. Este feito implicou em redução do preço dos alimentos, o que, por um lado permitiu o abastecimento de populações urbanas, mas por outro, fez com que centenas de milhões de camponeses pobres não conseguissem produzir a esse custo, muitas vezes, nem para

⁸ Informações coletadas em < <https://www.dw.com/pt-br/como-a-guerra-na-ucr%C3%A2nia-amea%C3%A7a-a-agricultura-no-mundo/a-61206434>>. Último acesso em 17/11/2022

o próprio consumo, empobrecendo ainda mais e sendo excluídos de suas terras (MAZOYER & ROUDART, 2010).

Ao longo da segunda metade do século XX, a agricultura passou por uma revolução e começou a empregar elevada motorização-mecanização, a selecionar variedades de plantas e de raças de animais com forte potencial de rendimento, utilizar amplamente fertilizantes, alimentos concentrados para o gado e produtos de tratamento das plantas e dos animais domésticos (MAZOYER & ROUDART, 2010).

Também conhecida como Revolução Verde, seus proponentes difundiam a visão de que o progresso e o desenvolvimento determinariam fatalmente a substituição das variedades locais pelas melhoradas. Afirmavam também que a integração econômica e tecnológica dos sistemas agrícolas tradicionais ao sistema global permitiria o aumento da produção, da renda e do bem-estar. O que eles não revelavam é que isso beneficiaria somente alguns produtores e que, simultaneamente, haveria também uma série de impactos negativos (ALTIERI, 2012).

Neste sentido, deve-se ter em mente que a Revolução Verde foi tanto política quanto agrônômica: o aumento da produtividade agrícola tornou-se prioridade dos governos e a questão da fome e da desnutrição foi vista como um problema quantitativo. Em outras palavras, ela foi tratada como consequência de um desequilíbrio entre oferta e demanda e havia uma expectativa de que a tecnologia, aliada a políticas públicas de apoio ao produtor rural, seria capaz de resolvê-lo (DE SCHUTTER, 2017).

Nos países centrais, os agricultores que já eram produtivos foram beneficiados por políticas de apoio ao desenvolvimento agrícola. Já nos países periféricos, a maioria dos camponeses não encontrou formas de acesso a essas transformações agrícolas e foram excluídos deste processo. Por outro lado, nestes países, alguns grandes empresários agrícolas que dispunham de milhares de hectares e que utilizavam trabalhadores muito mal pagos, puderam se equipar, elevando a sua produtividade e negociando suas mercadorias no mercado internacional (MAZOYER & ROUDART, 2010). O problema é que a maior parte destes países, como é o caso do Brasil, tem raízes marcadas profundamente pela existência de uma elite agrária latifundiária que se utilizou de mão-de-obra escrava por séculos e, portanto, já existia uma imensa desigualdade social. A implantação da Revolução Verde continuou perpetuando esta lógica do poder.

Além destes problemas sociais, houve uma série de problemas ambientais relatados nas áreas em que o pacote da RV foi adotado. Por exemplo, a utilização de híbridos e variedades

melhoradas gerou o aumento do uso de agrotóxicos, o que, em geral, trouxe sérias consequências para a saúde e o meio-ambiente (ALTIERI, 2012).

A difusão da monocultura enquanto prática de integração aos mercados e, conseqüentemente, a utilização de culturas geneticamente uniformes em áreas grandes e com poucas variedades melhoradas aumentou o risco para os agricultores. Isso porque a uniformidade das culturas parece tornar as plantas mais suscetíveis a pragas e a doenças. Soma-se a este diagnóstico o fato de que a uniformidade de culturas também não parece demonstrar boa performance nos territórios em que vivem os agricultores mais pobres. A simplificação dos agroecossistemas tradicionais e a tendência para a monocultura trouxeram consequências também para a diversidade das dietas alimentares, gerando maiores preocupações do ponto de vista nutricional. (ALTIERI, 2012).

Essas tendências são parte da chamada liberalização da agricultura que se tornou negociada globalmente, tanto do ponto de vista dos insumos, quanto do ponto de vista de seus produtos. E, claro, isso teve influência direta no preço dos alimentos.

A crise econômica de 2008 transformou a realidade da baixa crescente do preço da comida. Nesse ano, os preços dos alimentos básicos, tais como trigo, soja e arroz, subiram em 130%, 87% e 74% respectivamente. As principais causas desse acontecimento foram a) a produção de agrocombustíveis, que passaram a concorrer com a oferta alimentícia, devido à tentativa de substituição dos combustíveis fósseis, e b) o crescimento dos investimentos especulativos nos mercados futuros de alimentos. Além disso, é possível relacionar tal crescimento com o aumento do preço do petróleo do qual a agricultura é dependente (VIVAS, 2011).

Essas transformações trouxeram dificuldades sobretudo para os países do Sul Global, onde a população gasta em média de 60 a 80% de seus rendimentos com alimentação, e também aos países importadores de alimentos que estão ainda mais suscetíveis às oscilações do mercado (VIVAS, 2011). Todos estes argumentos citados acima trazem evidências para compreender o sistema agroalimentar como insustentável e extremamente suscetível a riscos. Os choques trazidos pela pandemia de Covid-19 e o isolamento social por ela causado levaram a FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura a elaborar o seu relatório anual sobre o estado mundial da agricultura e da alimentação de 2021 a respeito de como tornar os sistemas alimentares mais resilientes.

3.1 Sistemas agroalimentares e resiliência

De acordo com a FAO, para garantir a segurança alimentar e nutricional de bilhões de pessoas, os sistemas agroalimentares devem se tornar mais resilientes a choques e tensões crescentes de diversas origens, tanto biofísicas quanto socioeconômicas. Resiliência para esta organização é entendida como a capacidade dos sistemas agroalimentares em garantir, com sustentabilidade, a disponibilidade suficiente de alimento nutritivo e seguro para todos, ao longo do tempo e diante de qualquer interrupção, assim como sustentar os meios de subsistência de todos os atores dos sistemas alimentares (FAO, 2021).

Os sistemas agroalimentares são complexos e envolvem desde a produção primária, passando pelas cadeias de abastecimento de alimentos, as redes de transporte doméstico até chegar às famílias e o consumo alimentar. São muitos atores interligados e um choque em qualquer dos componentes pode se espalhar rapidamente pelos sistemas.

A questão da resiliência dos sistemas alimentares vem à tona, pois sabe-se que a fragilidade dos sistemas agroalimentares pode afetar um grande número de pessoas. Atualmente, 3 bilhões de pessoas no mundo não podem pagar por uma dieta saudável e estimativas da ONU revelam que mais de 1 bilhão de pessoas são vulneráveis a estes choques no sistema, caso haja uma redução da renda das famílias em um terço. A interrupção nas redes de transporte, por exemplo, pode gerar aumento no preço dos alimentos para até 845 milhões de pessoas. A somatória destes fatores torna o assunto complexo e os recentes acontecimentos políticos e climáticos o torna urgente (FAO, 2021).

No Brasil contemporâneo, a fome também é uma questão latente. Os dados do II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VigiSan) publicado no ano de 2022 revelam que 33,1 milhões de brasileiros passam fome atualmente. A pesquisa também aponta que as desigualdades sociais são transpostas às desigualdades no acesso a alimentos e, por isso, mulheres, pessoas negras e pobres são as que mais sofrem com esta questão. São essas pessoas, majoritariamente, que são vítimas de violações constantes no que diz respeito ao direito humano à alimentação adequada.

Ainda de acordo com a FAO, a diversidade nas fontes de alimentos (produção doméstica, importações ou estoques existentes), a diversidade de atores nas cadeias de abastecimento de alimentos, redes de transporte redundantes e robustas e acessibilidade a uma dieta saudável para todas as famílias, particularmente os mais pobres e vulneráveis, são pontos

fundamentais para a capacidade de absorção dos sistemas, uma das características da resiliência. No entanto, a diversidade não tem sido praticada pelos maiores produtores do setor agroalimentar, mas sim por camponeses e agricultores familiares.

Uma série de pesquisas desenvolvidas pelo ETC Group⁹, uma Organização Não Governamental que investiga temas relacionados à Erosão, Tecnologia e Concentração sobretudo ligados à agricultura e meio-ambiente, vem demonstrando como o sistema agroalimentar é concentrado em poucas e poderosas companhias transnacionais. Estas empresas atuam em ramos diversos, que envolvem todo o sistema, como a produção de sementes e insumos agrícolas, maquinários, processamento, distribuição, varejo, entre outras esferas. Na próxima seção, serão abordadas algumas questões levantadas por estas pesquisas.

3.2 Mercado de insumos da agricultura e Maquinários

De acordo com os dados do ETC Group, coletados dos relatórios anuais das próprias empresas do setor, existe uma tendência de oligopólio no sistema agroalimentar, desde a comercialização de sementes até a distribuição dos alimentos. O setor de sementes corresponde às sementes comerciais e, apesar de sua robustez, não representa a maior parte das sementes plantadas ao redor do mundo, pois estima-se que, ainda, 80% dos agricultores produzam suas próprias sementes ou troquem ou adquiram de órgãos públicos. No ano de 2020, tal setor movimentou US\$ 62,4 milhões de dólares, sendo que apenas duas empresas controlaram 40% do mercado. Vale à pena mencionar que é recente a liderança de uma empresa chinesa no setor e que isso representa o papel que a China tem desempenhado enquanto potência econômica no sistema internacional como um todo e como os sistemas agroalimentares reproduzem também esta lógica.

As maiores empresas de agroquímicos/sementes do mundo fortaleceram seu controle do mercado por meio de consolidações e megafusões, como é o caso da Syngenta adquirida pela ChemChina. Atualmente, elas estão investindo fortemente em empresas de tecnologias para expandir ainda mais o seu já sólido oligopólio. É por isso que as maiores empresas de dados do

⁹ O Grupo ETC aborda as questões socioeconômicas e ecológicas relacionadas às novas tecnologias que podem ter impacto nas pessoas mais pobres e vulneráveis do mundo. Investiga a erosão ecológica (incluindo a erosão de culturas e direitos humanos); o desenvolvimento de novas tecnologias especialmente agrícolas; e monitora questões de governança global, incluindo concentração corporativa e comércio de tecnologias. Disponível em <https://www.etcgroup.org/>. Último acesso em 06/02/2023.

mundo – Apple, Alibaba, Amazon, IBM, Google, Baidu e Microsoft, entre outras – estão fortemente envolvidas com a produção industrial de alimentos (ETC Group, 2022).

Outra informação relevante que as pesquisas do ETC Group sugerem é que, as indústrias de insumos para a agricultura estão sendo adquiridas por empresas de gestão de ativos ou fundos de investimento, tornando-se um setor ainda mais próximo do mercado financeiro (ETC Group, 2019).

Em 2016, as cinco maiores empresas de gestão de ativos coletivamente possuíam entre 12.4% e 32.7% das partes das empresas líderes do mercado de sementes e agroquímicos (Bayer, Monsanto, DuPont, Syngenta e Dow). As empresas de gestão de ativos não estão apenas investindo em uma companhia, elas estão comprando participações acionárias em todas as maiores empresas dentro de um setor do mercado, prática conhecida como participação acionária horizontal ou comum, tradução literal do termo em inglês “horizontal [or common] shareholding.”. Apesar disso, os dados a respeito dessa prática econômica são escassos e não é objetivo deste trabalho aprofundar estas análises.

Porém, é possível observar o fato de que em mercados altamente concentrados, as empresas concorrentes pertencentes aos mesmos acionistas institucionais têm pouco incentivo para realmente competir entre elas. O que se sabe é que essas práticas anticompetitivas são grandes ameaças dos nossos tempos e influenciam a governança internacional. (ELHAUGE, 2019; ETC Group, 2019)

Com relação ao mercado de agrotóxicos, também conhecidos como inseticidas, fungicidas e herbicidas, tem-se registrado, da mesma maneira uma série de fusões e aquisições. Bayer (Alemanha) comprou a Monsanto (EUA) em 2016, ChemChina, uma empresa chinesa que adquiriu Syngenta (EUA) e Adama (China); Dow (EUA) e Dupont (EUA) fundidas e logo após adquiridas pela Corteva (EUA). Com essa nova configuração, as quatro maiores empresas do setor controlam 62% do mercado global e também se configuram como as maiores vendedoras de sementes (ETC Group, 2022).

São estas empresas também as principais desenvolvedoras de biotecnologias como a transgenia. Porém, o uso desta tecnologia pode criar superervas daninhas devido à pulverização maciça e contínua do mesmo herbicida nas plantações com variedades transgênicas resistentes a essas substâncias. Pode-se também criar pragas super-resistentes e cepas de vírus e bactérias

desconhecidas. Além disso, as culturas transgênicas Bt¹⁰ por exemplo, produzem toxinas que acabam contaminando solos e águas, alterando processos ecológicos, como a ciclagem dos nutrientes (ALTIERI, 2012).

O setor de maquinários inclui a produção e comercialização de tratores, máquinas e equipamentos para ceifa, plantio, aração, cultivo, fertilização, irrigação, pulverização e colheita. Também inclui os *hardwares* e *softwares* utilizados na agricultura de precisão que, apesar de representarem apenas 5% das vendas em 2018, tem demonstrado crescimento nos últimos anos.

As seis maiores empresas do setor são responsáveis por 52% do mercado. O mercado norte-americano de equipamentos agrícolas é muito mais consolidado: apenas 3 empresas (Deere, CNH e AGCO) controlam 95% do mercado de tratores e 100% do mercado de colheitadeiras. O mercado global de equipamentos agrícolas foi de US\$ 126 bilhões em 2018 (ETC Group).

3.3 Comércio internacional de *commodities*

Quando analisados os diversos setores do sistema agroalimentar global, é possível perceber a concentração em todos eles, inclusive nas “traders”, empresas que comercializam as *commodities*. Apesar de conhecidas por essa função, elas também adquirem, processam, transportam, financiam e comercializam grãos, alimentos, fibras, carne, gado, açúcar, entre outros, em escala global. São empresas muito poderosas, mas é difícil mensurar o valor dos mercados globais de *commodities*, pois a maior parte deles não estão disponíveis para o público.

Em 2020, a receita dos seis principais comerciantes de *commodities* agrícolas foi de US\$ 528 bilhões de dólares. Apenas a Cargill, maior companhia do setor, teve a receita de US\$ 134 bilhões de dólares em 2020, ultrapassando as vendas globais de todo o setor de maquinário, por exemplo (ETC Group, 2022).

¹⁰ As culturas Bt recebem este nome por receberem em seu material genético o gene da bactéria *Bacillus thuringiensis*. Esse microrganismo, naturalmente encontrado no solo, produz uma proteína que é tóxica para alguns insetos e, por essa razão, o seu uso é realizado para o controle de pragas. Disponível em <<https://boaspraticasagronicas.com.br/noticias/voce-sabe-o-que-sao-culturas-bt/>>. Último acesso em 17/02/2023

O que tem chamado a atenção, de acordo com a pesquisa do ETC Group é que estas empresas controlam não apenas a infraestrutura como silos, portos, navios, vagões ferroviários e instalações de trituração/processamento, mas também os Big Data.

Big Data é um grande e complexo conjunto de dados, especialmente de novas fontes de dados. Esses conjuntos de dados são tão volumosos que o *software* tradicional de processamento de dados simplesmente não consegue gerenciá-los. No entanto, esses grandes volumes de dados podem ser usados para resolver problemas de negócios que as pessoas não conseguiam resolver antes (ORACLE)¹¹. Eles também podem manipular escolhas dos consumidores e dos eleitores, por meio da construção de um perfil dos usuários das redes sociais a partir dos *likes* disponibilizados¹².

Para eles, a aquisição e controle de plataformas de dados digitais é a chave para a gestão financeira e de risco dada a volatilidade dos mercados de *commodities*. Nesse sentido, pode-se pontuar que grande parte da estratégia das *traders* é, hoje em dia, uma guerra por dados e informações.

A maior parte das *traders* são norte americanas, porém tem se destacado a atuação da estatal chinesa COFCO International que tem sido responsável pelo aumento das importações de alimentos da China e pelo incremento do seu comércio internacional. Esse destaque reflete, de certa forma, a própria balança de poder que tem se alterado e a forma como a China tem disputado mercado e poder com os Estados Unidos no sistema econômico internacional.

3.4 Processamento de alimentos e bebidas

Já a indústria de processamento de alimentos e bebidas foca sua atuação no processamento de matérias primas de *commodities* agrícolas desde o pós-colheita até a transformação em produtos para o consumo humano e animal. As vendas das dez maiores empresas do setor alcançaram a marca de US\$ 450 bilhões de dólares em 2018 e nesta lista constam empresas conhecidas como a Nestlé, a PepsiCo, Coca-Cola, a Cargill e a brasileira JBS. Foi também observada uma série de fusões e aquisições entre as empresas do ramo, com

¹¹ <https://www.oracle.com/br/big-data/what-is-big-data/>

¹² <https://globalsecurityreview.com/cambridge-analytica-darker-side-big-data/>

uma tendência em aquisições de empresas de orgânicos ou de comidas e bebidas da moda. Um exemplo disso foi a compra da Mãe Terra pela Unilever.¹³

A indústria da carne inclui o abate, o processamento, a embalagem e distribuição de carne de boi, porco, ovelha, aves e outros. JBS, o maior frigorífico do mundo, é brasileiro, mas teve a sua reputação um tanto abalada após ser multado pelo Ministério Público Federal em US\$ 3,2 bilhões em 2017 por subornar cerca de 2.000 políticos brasileiros ao longo de 25 anos (ETC Group, 2019).

Apesar do alto consumo de proteína animal, o setor vem sendo questionado por consumidores pelas condições de violência sofridas pelos animais, bem como pela responsabilidade do setor na emissão de gases de efeito estufa, causadores das mudanças climáticas. Para solucionar estas críticas, o setor aposta na produção de carne de laboratório por meio do uso de novas tecnologias como a fermentação com base em biologia sintética.

O varejo, por sua vez, é o setor responsável pela venda de itens perecíveis e não perecíveis por meio de suas lojas físicas ou online. Vendem produtos alimentícios e não alimentícios. De acordo com o Grupo ETC, os gastos dos consumidores ao redor do mundo com alimentação e bebidas no varejo foi de US\$ 8,27 trilhões de dólares em 2020 (ETC Group, 2022).

Os dez maiores supermercados controlam aproximadamente 11% do mercado global. Apenas o Walmart, maior empresa do setor, é responsável por 29,7% das receitas geradas pelos dez maiores supermercados.

O nível relativamente baixo de concentração de mercado no varejo engana devido ao alto nível de investimento institucional: segundo o pesquisador Jacob Greenspon, os gestores de ativos Vanguard, BlackRock, Capital Research, Fidelity e State Street são os cinco maiores proprietários de Kroger; cinco dos seis maiores proprietários da Costco; e quatro dos sete maiores proprietários da Target. Coincidentemente ou não, estas cinco grandes empresas de gestão de ativos também são os maiores *players* do setor de sementes (GREENSPON, 2019).

Olhar para a concentração dos mercados de insumos agrícolas em nível internacional nos traz a dimensão e o poder que estas empresas possuem, pois controlam a alimentação de grande parte do mundo e o comércio de *commodities* agrícolas.

¹³ <https://www.unilever.com.br/news/press-releases/2017/unilever-acquire-a-marca-mae-terra/>. Último acesso em 02/12/2022

A imensa geração de renda e lucro as tornam conglomerados poderosíssimos com receitas superiores a PIBs de muitos países, o que torna ainda mais complexa a sua regulação. Soma-se a isso o fato de que elas trabalham em parceria com os Big Data, o que facilita a extração de lucro ainda mais e que não possui regulação.

A governança das empresas do sistema agroalimentar hegemônico diz muito sobre as estruturas de poder do sistema internacional. Enquanto são as principais potências econômicas, as principais desenvolvedoras de tecnologia e que adquirem os lucros das transações, é no sul global onde as tecnologias são testadas, onde a sua comercialização mais cresce e onde a população mais sofre com os seus efeitos na saúde, natureza e sociedade. Um dos paradoxos do sistema capitalista concentrado.

Descentralizar o controle e democratizar os sistemas alimentares, portanto, é chave para alimentar o mundo, bem como regenerar os ecossistemas, os sistemas de conhecimento e sistemas sociais sobre os quais dependem nossa sobrevivência futura. Alcançar este fim exige estruturas políticas em todos os níveis de governança – da legislação local a acordos internacionais – que apoiem e capacitem pequenos agricultores e camponeses em todo o mundo.

3.5 A financeirização da terra e da agricultura no Brasil

As alianças entre o mercado financeiro e o agronegócio se intensificam no Brasil a partir de 2016. O Brasil é um grande ator no processo de financeirização da agricultura tanto por conta da imensa quantidade de terras disponível, quanto pelo espaço político construído nas gestões de Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) que flexibilizaram o licenciamento ambiental, criaram o Projeto de Lei da Grilagem (Lei nº 510/2021) e desregulamentaram as instituições de fiscalização ambiental e indígena como o IBAMA e a FUNAI, respectivamente.

Paralelamente a este processo, o crescimento dos investimentos do mercado financeiro na agricultura brasileira foi vertiginoso. Segundo levantamentos de O Joio e o Trigo¹⁴, as duas *commodities* mais valorizadas (milho e boi gordo), as duas maiores companhias de compra e venda de terras (SLC Agrícola e Brasil Agro) e os dois principais títulos ligados ao setor, as Letras de Cartas do Agronegócio (LCA) e os Certificados de Recebíveis do Agronegócio

¹⁴ O Joio e o Trigo é um projeto de jornalismo investigativo, abrangente e independente, com informação ampla sobre a indústria de alimentos e seus impactos na saúde das pessoas e do planeta. Tem desempenhado uma série de investigações sobre a relação entre agronegócio e mercado financeiro.

(CRA) movimentaram R\$ 730 bilhões no biênio 2020-2021, um aumento de 80% quando comparado ao período anterior¹⁵.

A questão que se levanta é que esta dinâmica tem levado à redução da produção de arroz, feijão e mandioca e priorizado a produção de *commodities* como milho, soja e boi, inclusive em áreas que deveriam estar protegidas, ou seja, favorece o desmatamento, a concentração de terras agrícolas e a fome. De acordo com as projeções do Ministério da Agricultura, a soja e o milho seguirão avançando quase 30% até 2030, alcançando 70 milhões de hectares (MAPA, 2021)¹⁶. Se somados, o arroz, o feijão e a mandioca terão perdido oito milhões de hectares desde 1994, quando o processo de vinculação das terras brasileiras à produção internacional de grãos e carnes se intensificou (O Joio e o Trigo).

A mesma reportagem elencou alguns riscos associados aos novos instrumentos financeiros do agro. São eles: a contração de várias dívidas usando uma mesma propriedade, o atrelamento de terras griladas ao mercado financeiro, o estímulo ao avanço sobre terras públicas e áreas de indígenas e quilombolas, a vulnerabilidade do país a uma fuga repentina de investidores estrangeiros, a volatilidade do mercado de terras, a concentração da já concentrada propriedade das terras brasileiras e o desestímulo à produção de alimentos (O Joio e o Trigo, 2021).

Este processo ocorre em um contexto bastante paradoxal, porém ilustrativo das escolhas políticas do país. Ao mesmo tempo em que se batem recordes históricos da produção agropecuária, o Brasil observa a intensificação do açoite da fome, com mais da metade da população vivendo com algum grau de insegurança alimentar. Além disso, no Brasil, 1% de grandes propriedades concentram aproximadamente 45% da terra, enquanto os 50% menores detêm apenas 2% da área total explorada (CAMPELO & BORTOLETTO, 2022)

Apesar dessa discrepância, existem no Brasil 10,1 milhões de pessoas que trabalham na agricultura familiar, o que representa 67% de todo o pessoal ocupado na agropecuária no país. Esse setor representa 77% dos estabelecimentos rurais, mas apenas 23% da área total. A agricultura familiar constitui a base da economia local de 90% dos municípios com até vinte mil habitantes e a renda de 40% da população economicamente ativa do país (IBGE, 2017; PACHECO, 2022). Neste sentido, é evidente a importância econômica da atividade para o país.

¹⁵ <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/11/muito-alem-da-porteira/>. Último acesso em 08/12/2022

¹⁶ <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio>. Último acesso em 08/12/2022

Historicamente, no Brasil, havia uma tradição do uso comum das terras e dos recursos naturais, sobretudo por parte das comunidades tradicionais e povos originários, o que foi fundamental para garantir a reprodução social da cultura destes segmentos, assim como a conservação dos biomas e suas complexas e interdependentes teias da vida. Para essas comunidades, o ordenamento social e as regras de convivência das comunidades presavam pelo compartilhamento justo e sustentável dos bens da natureza, considerando, inclusive os seres não humanos.

Porém, em uma sociedade com base no colonialismo, na escravidão e no patriarcado, os cercamentos a essas formas de vida têm se intensificado (PACHECO, 2022). Não é à toa que a bancada ruralista tem pautado projetos de lei que buscam, entre outras coisas, facilitar a grilagem de terras e dificultar as punições ao trabalho escravo e à destruição do meio-ambiente. Tais projetos, além de não reconhecerem os direitos territoriais de indígenas e quilombolas, buscam brechas na lei para evitar a demarcação de novos territórios para que assim, estejam disponíveis para o mercado financeiro.

Ao longo da História, o modelo econômico vigente se ancorou na falta de uma política de reforma agrária capaz de desconcentrar a estrutura fundiária brasileira, porém, atualmente, o constante avanço sobre novas fronteiras agrícolas e a mineração provocam ainda mais conflitos e disputas por terras públicas. Essas iniciativas afetam diretamente os direitos das agricultoras e agricultores (PACHECO, 2022).

Apesar desta estrutura econômica perversa, é dever do Estado garantir os direitos destes povos, bem como a soberania alimentar de sua nação, por meio da garantia da oferta de alimentos saudáveis para todos. Quando isto foi um objetivo político, entre os anos de 2003 e 2015, houve importantes conquistas no campo.

Algumas delas foram a criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Apesar de não terem sido plenamente executadas, alguns dos programas ligados a elas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o aperfeiçoamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade, a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Programa de Inclusão Produtiva para as Mulheres, entre outros, foram responsáveis por tirar o Brasil do Mapa da Fome da ONU em 2014.

Já nos governos Temer e Bolsonaro, tais programas foram extintos ou substituídos, ou tiveram drástica redução de orçamento, como foi o caso do PAA. O PAA, criado em 2003 pelo governo federal para promover o acesso à alimentação e, ao mesmo tempo, incentivar a agricultura familiar, chegou a seu pico de investimento em 2012, alcançando o valor de R\$ 586 milhões (CONAB, 2020). Todavia, no primeiro ano de governo Bolsonaro, o programa foi reduzido a R\$ 100 milhões e, depois de ser renomeado como Programa Alimenta Brasil, passou a receber R\$ 58 milhões em 2021 e até maio de 2022, o governo havia executado apenas R\$ 89 mil reais do orçamento do programa, mesmo com índices alarmantes da população em situação de fome (CARTA CAPITAL, 2022)¹⁷.

O processo de desmonte das políticas públicas veio junto à flexibilização dos critérios de definição da força de trabalho familiar e das maneiras pelas quais associações e cooperativas se organizam, reconfigurando a agricultura familiar, o que reflete na dificuldade de acesso às políticas públicas (PACHECO, 2022).

Outro fator preocupante na política econômica alimentar é a regulação dos estoques de alimentos. De acordo com os dados da Conab de 2022, os estoques públicos de arroz, milho, feijão, soja, trigo e café despencaram nos últimos dez anos (CONAB, 2022). Fruto de uma política liberal, essa ação deixa os preços dos alimentos à mercê da oferta e da procura do mercado, também os deixa vulneráveis a crises climáticas, à valorização do dólar, entre outros fatores. Manter os estoques exige custos, mas coletiviza os riscos do acesso aos alimentos, enquanto a não existência desse tipo de política individualiza os prejuízos com a volatilidade dos preços.

Voltando à agricultura familiar camponesa, é importante destacar que, além da sua importância econômica, ela desempenha papel fundamental na reprodução da vida no planeta por diversos fatores, como: a) elas são, em geral, produtoras de alimentos e, portanto são chave para a segurança alimentar e nutricional; b) as pequenas propriedades são mais produtivas quando se somam os diversos produtos nelas cultivados e conservam mais os recursos naturais quando comparadas com as monoculturas; c) praticam mais a agrobiodiversidade, o que representa modelos de sustentabilidade na agricultura, sobretudo porque, com isso, dispensam o uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs); d) esse modelo de propriedade resfria o clima (ALTIERI, 2012).

¹⁷ <https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-bolsonaro-destroi-programa-alimentar-mesmo-com-avanco-da-fome-diz-site/>. Último Acesso em 16/12/2022

É por isso que a Via Campesina, uma organização internacional que articula movimentos camponeses, acredita que é necessário que a produção de alimentos esteja nas mãos dos pequenos produtores e não concentrada e sob o controle de poucas e gigantes empresas do agronegócio ou redes de supermercados. Isso é fundamental para a proteção dos meios de vida, do emprego, da segurança alimentar e da saúde das pessoas, assim como do meio-ambiente. A agricultura familiar camponesa fortalecida, para essa organização, é capaz de interromper o círculo vicioso da pobreza, dos baixos salários, da migração rural-urbana, da fome e da degradação ambiental. Porém, para isso, é necessário transformar o modelo agrícola industrial, baseado no latifúndio e na exportação de *commodities* (ALTIERI, 2012).

Como alternativa ao paradigma neoliberal e extrativista de produção agropecuária e de comércio internacional injusto, os movimentos sociais do campo utilizam o conceito de soberania alimentar. Este conceito dá ênfase ao acesso dos agricultores à terra, sementes e água, focando na autonomia, nos mercados e circuitos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica e nas redes de agricultor a agricultor (ALTIERI, 2012).

O Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, realizado em Havana (Cuba), em 2001, definiu soberania alimentar como:

O direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (...). A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar apud MALUF & REIS, 2019, p. 20)

Altieri também argumenta que os sistemas agrícolas de pequena escala ainda prevaescentes na África, Ásia e América Latina compõem um patrimônio ecológico para a humanidade e um recurso precioso para a sobrevivência no planeta. Para este autor, no contexto atual de custos crescentes dos combustíveis fósseis e dos alimentos, de mudanças climáticas, de degradação ambiental, de contaminação causada por OGMs e de sistemas alimentares dominados por grandes corporações, as pequenas propriedades agrícolas biodiversas e sob manejo agroecológico do sul global são a única forma duradoura de agricultura que pode alimentar o mundo sob o panorama ambiental e econômico catastrófico que se apresenta.

Apesar da extrema relevância da obra de Altieri no tocante ao desenvolvimento da agroecologia e da importância da agricultura familiar camponesa para o seu avanço, ele não apresenta o papel que as mulheres desempenham no desenvolvimento de uma lógica da produção que tem o cuidado ao centro. A próxima sessão debate esta questão.

3.6 Mulheres e agricultura

Embora sejam invisibilizadas, as mulheres representam quase metade da força de trabalho na agricultura. Elas desempenham papel fundamental na garantia da segurança alimentar de suas famílias, na diversidade alimentícia das dietas e, portanto, na saúde (FAO, 2019). Estimativas mais antigas da FAO afirmam que as mulheres são responsáveis pela produção de 60 a 80% dos alimentos nos países do Sul Global (FAO, 1996).

Estas práticas, cujo objetivo, em geral, é prover a subsistência de suas famílias e comunidades implicam também na conservação da biodiversidade e na manutenção da fertilidade dos solos. Por meio delas, mulheres constroem meios de vida sustentáveis e transformam sistemas alimentares.

Apesar disso, as mulheres encaram obstáculos persistentes, constrangimentos econômicos, como a falta da posse da terra, de crédito e assistência técnica. Muitas vezes permanecem economicamente marginalizadas e vulneráveis à violação de seus direitos, como por exemplo o direito à educação, à alimentação e ao trabalho digno (FAO, 2019).

Dados da mesma organização revelam que nos países de baixa e média renda, as mulheres contribuem com aproximadamente 43% de todo o trabalho agrícola. Essa parcela chega a pelo menos 50% em muitos países da África subsaariana e em outros lugares, sobretudo onde a pobreza está particularmente arraigada e as mulheres têm poucas oportunidades de emprego fora da agricultura. No entanto, como já foi dito, tendem a ter menos acesso a ativos produtivos, como terra e capital, insumos e tecnologia, bem como serviços. Sua capacidade de tomada de decisão, portanto, permanece limitada, inclusive nas decisões da comunidade sobre os recursos naturais. (FAO e ADB, 2013 apud FAO, 2019).

Para exemplificar, na África subsaariana, os níveis de produtividade das agricultoras mulheres são entre 20 e 30% menores do que dos agricultores homens, por conta das desigualdades de gênero no acesso a recursos (FAO, 2011 apud FAO, 2019). Globalmente, tanto as mulheres rurais quanto as urbanas convivem mais com a pobreza e a exclusão, quando

comparadas aos homens em diversos indicadores. Um deles, por exemplo, é a desnutrição. Aproximadamente, 60% das pessoas que passam fome no mundo são mulheres (FAO, 2019).

Parte da estratégia de redução das desigualdades de gênero envolve a educação. Mulheres podem desenvolver níveis mais altos de autonomia por meio da construção de conhecimento pela ação coletiva. Com isso, podem criar oportunidades para a comercialização e melhorar suas habilidades de negociação e liderança. Abrir espaços para mulheres e garotas tornarem-se mais autônomas pode empoderá-las nos lares, na comunidade e na participação em grupos de produtores e, assim, aumentar o acesso a serviços agrícolas e a instituições rurais (FAO, 2019).

A maior parte das pesquisas que relacionam mulheres e agricultura possuem foco nos territórios rurais. Entretanto, tem sido relevante a ampliação do assunto para a agricultura urbana e periurbana e, sobretudo sobre a ideia de pensar o gênero nos sistemas alimentares urbanos como um todo. Isso porque 55% da população mundial contemporânea reside nas zonas urbanas e a tendência é que até 2050, essa porcentagem alcance 70% da população (ONU, 2022)¹⁸. Soma-se a este fato, a informação de que existe um enorme contingente de pessoas e, principalmente mulheres que trabalham com alimentação na informalidade.

Dados da Organização Internacional do Trabalho revelam que as mulheres ocupam mais cargos informais de trabalho do que os homens nos países em desenvolvimento (OIT, 2019). De acordo com esse relatório, muitas mulheres que procuram por trabalho remunerado são empurradas para a economia informal, pois é onde podem encontrar, com mais facilidade, um trabalho flexível em termos de tempo e duração ou são coagidas a optar por um trabalho em casa (OIT, 2019). Dessa forma, conseguem conciliar trabalho produtivo e reprodutivo, mas às custas de terem seus direitos trabalhistas negados.

O sistema alimentar está incrustado nessa realidade, uma vez que a produção e comercialização de alimentos torna-se uma opção viável de geração de renda para pessoas sem trabalho fixo (JOSHI; GALLANT; HAKHU, 2020), ainda que isso implique em uma série de questões como ausência de vigilância sanitária, jornadas exaustivas, baixa remuneração, insalubridade, entre outras.

Aprofundar esse assunto significa olhar para a maneira como as desigualdades de gênero, raça e classe também são sobrepostas à comida, pois são moldadas por normas

¹⁸ <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>. Último acesso em 15/12/2022.

socioculturais e por questões de poder, política e disparidade em escala. Ainda são mulheres negras e mães de baixa renda quem mais ocupam, tanto o lugar da informalidade, quanto o da insegurança alimentar grave. Nesse sentido, faz-se mister pontuar que as experiências e práticas cotidianas de alimentação são moldadas pela intersecção de identidades sociais e contextos locais e, portanto, não existem receitas prontas para abordar essas questões, mas que políticas públicas são necessárias e urgentes.

É por isso que abordar esse tema é complexo, plural e exige um olhar multiescalar, pois os sistemas alimentares não podem ser simplesmente reduzidos a valores econômicos ou utilitaristas. O ato de comer diz muito sobre pertencimento, coesão social, emoções e identidade e o gênero é uma variável crítica nessas intersecções porosas. (JOSHI; GALLANT; HAKHU, 2020).

Analisar a questão de gênero nos sistemas alimentares implica, portanto, pensar que a melhoria da segurança alimentar nos lares está associada ao acesso a renda por mulheres e o seu papel na tomada de decisões nos gastos da família. Isso porque pesquisas da FAO na África, Ásia e América Latina concluíram que as mulheres tendem a gastar proporções significativamente maiores do que os homens em alimentos para a sua família (FAO, 1996).

A renda das mulheres da agricultura é importante, pois o poder de compra das mulheres pode ser utilizado não apenas para a compra de alimentos ou itens de necessidade básica para elas e suas famílias, mas também para os insumos utilizados na produção de alimentos. Se as culturas alimentícias são destinadas ao autoconsumo, os insumos para a sua produção têm que ser providos a partir da renda gerada por outras atividades econômicas. Assim, para a FAO (2019), para melhorar a produção alimentícia nos lares, é necessário priorizar a participação das mulheres nos mercados, assim como sua participação em outros empreendimentos.

Esse posicionamento da FAO gerou críticas feitas pelas pensadoras do movimento feminista, justamente pelo entendimento de que, apenas incorporar as mulheres ao mercado não resolveria questões de desigualdade arraigadas na sociedade. Pelo contrário, fariam com que as mulheres acumulassem mais uma função e, portanto, desempenhassem mais uma jornada de trabalho. Além disso, tal visão não ajudaria a visibilizar o trabalho desempenhado pelas mulheres em funções não monetárias, como o cuidado e o suporte emocional oferecido a crianças e idosos, por exemplo e onde se encontra grande parte da apropriação do trabalho e conhecimento das mulheres e onde reside a sustentabilidade da vida (FEDERICI, 2019; SHIVA, 2016, CARRASCO, 2013).

3.7 Mulheres e Agricultura no Brasil

No Brasil, as desigualdades entre homens e mulheres na agricultura também são bastante proeminentes. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, dos 5,07 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros, 81%, ou seja, 4,11 milhões, estavam, no período do levantamento, sob gestão masculina, e 18,7%, ou seja, 946 mil, sob gestão feminina (HORA, NOBRE & BUTTO, 2021). Quando analisados os estabelecimentos da agricultura familiar (AF), observa-se que em 2017, 19,7% destes estabelecimentos foram dirigidos por mulheres, enquanto os da Não Agricultura Familiar (NAF) eram 15,2%.

De acordo com Hora, Nobre e Butto, a Região Nordeste teve o maior percentual de mulheres na direção de estabelecimentos, sendo 23,2% no total e 24,3% da AF, seguidas da Região Norte com 19,4% no total e 20,2% da AF. Segundo cor e raça, 62% dos estabelecimentos da AF dirigidos por mulheres são por negras, seguidas de 35% de mulheres brancas. As mulheres indígenas representavam apenas 2% dos estabelecimentos enquanto as mulheres amarelas 1% (HORA, NOBRE & BUTTO, 2021).

Com relação ao tamanho das áreas chefiadas por mulheres da agricultura familiar, 77,8% dos estabelecimentos rurais concentram-se nos estratos de área de até 20 hectares. Com relação à média do tamanho da área dos estabelecimentos, na AF eles são de 14,07 ha para os estabelecimentos dirigidos por mulheres, o que significa 63% da área dos estabelecimentos dirigidos por homens. Para a NAF a média da área dos estabelecimentos chefiados por mulheres é 50% da área média dos estabelecimentos dirigidos por homens (HORA, NOBRE & BUTTO, 2021). Em outras palavras, no Brasil, as mulheres têm menos terra do que os homens, de acordo com as estatísticas do Censo Agropecuário de 2017.

3.8 Considerações finais do capítulo

Os choques e crises dos sistemas agroalimentares tem levado a FAO, pesquisadores e formuladores de políticas públicas a olharem para estes assuntos a partir de uma lente da interdisciplinaridade. Olhar para as desigualdades dos sistemas alimentares como expressões das desigualdades que acometem nossa sociedade é um importante passo para a sua superação. Nesse sentido, pensar estratégias de superação da fome, de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como da redução de desigualdades de gênero, raça e renda são pontos urgentes para os sistemas alimentares mundiais.

As mudanças climáticas têm se apresentado como um imenso problema. A agropecuária e o padrão de consumo alimentar correspondem a um terço da produção global de gases de efeito estufa, como metano e gás carbônico (CO₂) (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2020), responsável pelo acirramento das mudanças climáticas. Essa realidade exige uma urgente transformação na maneira que se produz, distribui e consome alimentos. Entretanto, a agricultura também é uma atividade que pode absorver carbono, podendo ser uma ferramenta de adaptação e mitigação às mudanças do clima, quando desenvolvida em consonância com os biomas locais, com a incorporação de árvores e biodiversidade. No entanto, existe uma disputa nas respostas ao combate a essas transformações, especialmente, as falsas soluções encabeçadas pelo mundo corporativo que não consideram a atuação de agricultoras(es) familiares e camponesas (es), bem como de povos e comunidades tradicionais.

Apesar disso, para a FAO (2021), estratégias de gestão de risco para choques como secas, inundações e pragas são fundamentais para ajudar todos os atores dos sistemas agroalimentares a prevenir e antecipar grandes interrupções nos sistemas e evitar sofrimento e dispendiosas intervenções de recuperação. É indispensável a atuação dos Estados para aumentar a resiliência das cadeias de abastecimento alimentar, sobretudo no desenvolvimento de pequenas e médias empresas agroalimentares, cooperativas e programas de proteção social.

As capacidades de resiliência das famílias rurais de baixa renda, em particular os produtores de pequena escala cujos meios de subsistência são cada vez mais vulneráveis aos choques climáticos e ao esgotamento dos recursos naturais, podem ser significativamente fortalecidas por meio de educação, empregos não agrícolas e transferências de renda (FAO, 2021).

Garantir o acesso econômico a alimentos suficientes para uma dieta saudável em todos os momentos é uma dimensão fundamental da resiliência dos sistemas agroalimentares. Políticas e investimentos que reduzam a pobreza, gerem empregos decentes e ampliem o acesso à educação e serviços básicos, bem como programas de proteção social, quando necessários, e estocagem de alimentos são alicerces essenciais da resiliência. E pelas desigualdades existentes na sociedade, os sistemas alimentares também devem reconhecê-las e reduzi-las, como a questão de gênero.

Nesse sentido, a construção de sistemas agroalimentares resilientes e sustentáveis deve ser um objetivo político fundamental e pode garantir que todos os componentes dos sistemas agroalimentares funcionem bem ao longo do tempo. Isso requer a coordenação entre todos os

setores relevantes e âmbitos das instituições governamentais, para garantir a coerência das políticas.

Além disso, é necessário tratar tais políticas a partir de outra lente que não a da liberalização e financeirização, pois sabe-se que medidas que privilegiam o lucro e o ajuste fiscal reduzem os orçamentos na saúde, educação e assistência social. Isso tem implicações sérias sobre as vidas das mulheres que acabam tendo que encontrar formas de resistir e reproduzir em condições insalubres muitas vezes.

Isso significa expandir o olhar para a economia e considerar o trabalho doméstico e de cuidados, desempenhados majoritariamente pelas mulheres, como fundamentais para a produção e reprodução da vida, das quais a alimentação é peça chave. Por isso, a construção de indicadores que visualizem o papel das mulheres na construção de sociedades mais justas e sustentáveis é fundamental, para que o conhecimento produzido se transforme em mudanças reais e materiais na vida de mulheres e crianças por meio de políticas públicas.

Deve-se ressaltar que, apesar da ampliação das formas empresariais de produção de alimentos, são mantidas formas não capitalistas de produção, como por exemplo o campesinato e a produção das mulheres na divisão sexual do trabalho. Tudo isso está articulado nas dinâmicas do capitalismo e, inclusive, é o que permite o próprio processo de acumulação de capital, que necessita da exploração de formas não capitalistas, como a natureza, as mulheres e os camponeses. Isso explica, portanto, a continuidade dessas esferas e não o seu desaparecimento (MIES, 2022).

No contexto das mudanças climáticas, há uma sobrecarga ainda mais pesada para as mulheres rurais que, por serem as responsáveis por pegar água, lenha, alimentos, estão mais suscetíveis a crises climáticas. Ainda mais por terem menos proteção socioeconômica e participação nas políticas públicas. Nesse sentido, a FAO (1996) recomenda algumas medidas que possam reduzir a desigualdade de gênero na agricultura e, com isso melhorar a segurança alimentar das famílias como um todo. E elas também se encaixam para a agricultura urbana. São elas:

- Garantir que as mulheres tenham igualdade de oportunidades em relação aos homens para a posse da terra;
- Facilitar o acesso das mulheres aos serviços agrícolas de acordo com suas próprias necessidades;

- Promover a adoção de insumos e tecnologias apropriadas para liberar as mulheres para terem tempo de realizarem atividades geradoras de renda. Para além disso, o compartilhamento das tarefas domésticas com os demais membros da família é essencial, apesar de não constar nos documentos da FAO. É importante ressaltar que a tecnologia possui limites de atuação quando se pensa na esfera do cuidado, sobretudo quando se pensa em educação e afeto. Assim, deve-se valorizar essas atividades e permitir que todos possam cuidar das crianças, dos idosos e da comunidade.

- Melhorar o status da nutrição das mulheres e crianças
- Oferecer melhores oportunidades de emprego e geração de renda
- Promover e fortalecer organizações de mulheres (FAO, 1996).

Diante deste cenário, esta pesquisa foi desenhada para analisar como as mulheres da agricultura urbana do município de São Paulo desenvolvem suas estratégias de produção, comercialização e consumo de itens alimentícios, bem como para avaliar como as políticas públicas de agricultura do município abordam o tema das mulheres. Entender o contexto mundial é de extrema importância para a compreensão das dinâmicas locais de poder e desenvolvimento. É pensar o contexto e estrutura globais para compreender as potencialidades e limites da atuação local.

4. Mulheres agricultoras e agroecologia: nexos encontrados na revisão da literatura

A contextualização do sistema agroalimentar global e do processo de retrocesso das políticas voltadas à agricultura familiar no Brasil traz elementos para a reflexão sobre como há cooptação da produção e distribuição de alimentos no mundo por grandes empresas transnacionais. Apesar disso, há resistência frente ao modelo hegemônico e uma série de movimentos contestatórios no que concerne à alimentação, como a agroecologia, o vegetarianismo, o locavorismo¹⁹ e o próprio feminismo (AZEVEDO, 2017).

Diante desta constatação, busquei investigar os nexos na literatura sobre mulheres e agroecologia com o objetivo de compreender como estes temas se interrelacionam, quais as principais linhas teóricas que os explicam e os principais indicadores utilizados em pesquisas na área.

Assim, a revisão da literatura sobre relações entre mulheres agricultoras e agroecologia demonstrou que este é um campo fértil de pesquisa. Para compreender o estado da arte do tema da pesquisa, foram utilizados os descritores “mulheres AND agroecologia”, assim como os termos em inglês “women AND agroecology” nas bases de dados Scielo, Scopus, Periódicos Capes e Research Gate. No total, pude encontrar 101 artigos, o que exigiu uma seleção daqueles que faziam mais sentido para a construção da escrita deste texto.

A princípio, escolhi os seguintes filtros: apenas artigos publicados entre 2012 e 2021, experiências com produção vegetal e não animal e com ênfase na América Latina. Para a elaboração deste capítulo, foram lidos 18 artigos, selecionados a partir da aplicação dos filtros, das citações e da relevância para o presente estudo. Também foram lidos outros 6 textos que apareceram bastante nas citações como forma de aprofundar o conteúdo a partir de uma metodologia de bola de neve da revisão da literatura.

A leitura desses artigos indica duas linhas principais de pensamento. A primeira com foco na análise das relações de poder existentes nas estruturas da sociedade a partir de uma perspectiva de gênero que se extrapolam para o sistema agroalimentar (DE CARVALHO; BÓGUS, 2020; DEEPAK, 2014; GUÉTAT-BERNARD; PRÉVOST, 2016; TREVILLA

¹⁹ Locavorismo é um movimento alimentar que prioriza o consumo daquilo que é produzido localmente. Essa prática caracterizada por diferentes maneiras, o que inclui a distância percorrida pelo alimento, mas também a quantidade de intermediários e o método produtivo, pode ter impactos relevantes na mitigação da mudança do clima, no fortalecimento do tecido social e na saúde pública (Ackerman-Leist, 2013). Nessa direção, o locavorismo e a agricultura urbana e periurbana se fortalecem mutuamente, ao promover relações próximas de produção e consumo de alimentos (SANTOS & MARQUES, 2021).

ESPINAL et al., 2021). A segunda, focada nos processos dos movimentos sociais que descreve como a questão do feminismo, foi se aproximando da questão agrícola e ambiental (BENÍTEZ et al., 2020; BUSKO, 2019; COSTA; DIMENSTEIN, 2020; HILLENKAMP, 2019).

Tais linhas, apesar de abordarem os mesmos temas, partem de perspectivas diferentes. A primeira explica os fenômenos sociais, a partir de categorias analíticas como gênero, capitalismo e colonialismo, que se articulam na constituição do pensamento crítico feminista agroecológico e olha para as experiências a partir destas lentes, em um processo de construção do conhecimento mais dedutivo. Já a segunda, parte de realidades e dados empíricos para então contribuir com um arcabouço teórico e, portanto, pode ser considerada mais indutiva.

A revisão de literatura também encontrou dois artigos na área da antropologia, abordando o tema a partir de uma lógica relacional em que os papéis de gênero produzem formas diferentes de relação com a natureza e, no caso das mulheres, por elas serem, na maior parte do tempo, as responsáveis por cuidar, alimentar, educar, tornam-se também grandes conhecedoras de plantas alimentícias e medicinais, assim como guardiãs de sementes e de biodiversidade (ELIAS, 2016; LUZURIAGA-QUICHIMBO et al., 2019). Apesar de extremamente importante, optei por aprofundar mais nas construções teóricas e metodológicas da agroecologia feminista.

4.1 Mulheres e comida: onde estão as relações de poder?

A primeira linha de pensamento identificada é um importante ponto de partida para a compreensão das estruturas que compõem uma matriz de opressão presente na forma como se produz e consome alimentos: o heteropatriarcado, o capitalismo e o colonialismo. Essa perspectiva politiza o debate de gênero, insere a agroecologia feminista como uma alternativa ao sistema agroalimentar globalizado e capitalista e, do ponto de vista analítico, traça importantes quadros (*frameworks*) para a sua análise (CARVALHO & BÓGUS, 2020; DEEPAK, 2014; TREVILLA ESPINAL et al., 2021). Para essas autoras, essa construção é relevante, pois ajuda a dar visibilidade para iniciativas que, por séculos foram vistas como não econômicas ou não políticas, pois não geravam renda. Essa abordagem está bastante alinhada com teorias decoloniais (COSTA & DIMENSTEIN, 2020; DEEPAK, 2014; TREVILLA ESPINAL et al., 2021) e relaciona a atuação das mulheres agricultoras agroecológicas como estratégias de resistência ao capitalismo, ao patriarcado e ao colonialismo.

Porém, apesar do avanço do feminismo enquanto perspectiva analítica e como movimento social, é recente a compreensão de que o reconhecimento do trabalho e conhecimento das mulheres agricultoras é fundamental para o aprofundamento da transição agroecológica, compreendida aqui não apenas pelos aspectos ecológicos, mas também ligados à justiça social. Nesse sentido é que elas apontam que é necessário ir além da perspectiva de gênero e abarcar as lutas feministas de mulheres camponesas, indígenas e negras do Sul Global.

Os artigos relatam uma série de dificuldades sofridas pelas mulheres em diferentes territórios da América Latina. São elas: sobrecarga de trabalho entre o trabalho produtivo e reprodutivo; baixo acesso aos meios de produção como terra, água, sementes, insumos; baixa qualidade da produção agropastoril das terras controladas por elas; dificuldades na participação política; limitada autonomia econômica e de tomada de decisão ainda subordinadas aos interesses patriarcais; empregos temporários e precários que geram insegurança econômica e dependência (NOBRE et al., 2017).

Além disso, o crescimento de projetos extrativistas na América Latina ameaça as fontes de subsistência das mulheres, o que explica o crescimento do papel das mulheres na defesa dos territórios, da biodiversidade e da manutenção cultural e socioeconômica da sua comunidade (TREVILLA ESPINAL et al., 2021). Esse processo também tem sido nomeado como a luta das mulheres pelos comuns e contra os novos cercamentos, fenômeno que vem ocorrendo à medida que o neoliberalismo avança pelos continentes (FEDERICI, 2017).

Apesar destas dificuldades e, muitas vezes, derivadas delas, as mulheres agricultoras desempenham uma série de tarefas que são indispensáveis para a manutenção da própria vida como: a produção diversificada de alimentos de qualidade, a manutenção dos ecossistemas, o conhecimento de plantas medicinais (HILLENKAMP, 2019), o desenvolvimento de técnicas de cultivo próprias, como a integração de culturas no mesmo local de produção. A literatura também aponta que as mulheres são as maiores responsáveis pelo resgate e multiplicação de sementes crioulas, devido à maior preocupação com a segurança e soberania alimentar de suas famílias (LIMA, 2005 apud COSTA & DIMENSTEIN, 2020). Nesse sentido, considerar a perspectiva de gênero tem se apresentado como uma das estratégias para o alcance de metas de políticas de conservação da biodiversidade (LUZURIAGA-QUICHIMBO et al., 2019).

Entretanto, a relação entre mulheres e política, historicamente, é vista como algo pautado na luta pelo reconhecimento de direitos básicos como o voto, o aborto, o divórcio, a posse da terra, entre outras questões. Isso porque a sociedade capitalista e patriarcal foi

construída sob bases da divisão sexual do trabalho, naturalizando e hierarquizando os papéis de gênero, o que excluiu por muito tempo as mulheres do *lócus* da política.

No meio rural, a divisão sexual do trabalho, em geral, atribui, às mulheres, o trabalho doméstico e a responsabilidade por cuidar das pessoas, dos animais e dos cultivos nos espaços perto da casa (quintal, horta, galinheiro, etc) e, aos homens, o trabalho agrícola e não agrícola que envolve espaços maiores (pastos, sertões, roçados, mercados), podendo variar conforme a região (HILLENKAMP, 2019). Todavia, a diferença é que os trabalhos desempenhados pelas mulheres, geralmente, não geram renda monetária, o que expressa uma menor valorização do trabalho feminino e, conseqüentemente, a sua invisibilização (TELLES, 2018). Ao mesmo tempo, os indicadores nacionais sugerem uma maior carga de trabalho para as mulheres, com uma média de 55,3 horas de trabalho por semana para as mulheres rurais em comparação com 47,7 horas no caso dos homens (IPEA, 2011).

Esse papel de cuidadoras, por exemplo, é consequência dessa divisão que permeia as relações sociais e é fundamental na sua organização (BIROLI, 2018). Porém, tem sido visto por pensadoras do marxismo feminista como trabalho não remunerado.

A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é, assim, um ponto central. O trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, como aquele que está implicado na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado. (...) Os produtos que não têm valor quando decorrem do trabalho da mulher em casa passam, no entanto, a ter valor econômico fora de casa, quando atendem às necessidades de outras pessoas (BIROLI, 2018, p. 28 e 29).

Tal divisão, muitas vezes vem carregada de uma falsa neutralidade, na ideia de que o salário do homem pudesse ser capaz de sustentar materialmente a família e que, portanto, seria uma obrigação da mulher realizar o trabalho doméstico, bem como suprir as necessidades de apoio moral e sexual.

O problema é que essa divisão tem impacto profundo nas democracias contemporâneas, uma vez que o equilíbrio entre trabalho remunerado e não remunerado e o acesso diferenciado a ocupações incidem nas hierarquias que definem as possibilidades de participação política, pensada não apenas como ocupação de cargos, mas também como engajamento em ações políticas, mais amplamente (Idem, p. 29).

Além disso, essa configuração gera contradições dentro das famílias e nas sociedades, pois, por um lado, um trabalho em tempo integral afeta o bem-estar dos filhos, mas por outro, os trabalhos em tempo parcial e com mais flexibilidade, em geral, são informais e precarizados, características do trabalho feminino (MOURA & MORENO, 2013). Nesse sentido,

O cuidado impõe custos, em formas de obrigações financeiras, oportunidades perdidas e salários aos que se renuncia, mas também gera compensações intrínsecas, vínculos familiares e sociais mais sólidos e serviços de alta qualidade para as pessoas dependentes (FOLBRE, 2011 apud MOURA & MORENO, 2013)

Além das desigualdades geradas na esfera pública, a visão de que trabalho doméstico não remunerado é um não trabalho gera uma série de dificuldades para a compreensão de indicadores econômicos, de acordo com a perspectiva da Economia Feminista (TELLES et al, 2018; MOURA & MORENO, 2013). Nesse sentido é que as autoras defendem a interdependência entre as esferas de reprodução e produção como forma de contribuir para a reflexão sobre a construção de análises e indicadores capazes de avaliar as configurações da desigualdade de gênero de modo a orientar a elaboração de políticas geradoras de igualdade (Idem).

O que as referidas autoras buscam comprovar, ao longo do seu trabalho e a partir da revisão da literatura, é que

O trabalho doméstico influencia na quantidade e qualidade do trabalho remunerado e está relacionado com as capacidades adquiridas por cada membro das famílias. Por outro lado, segundo Rodríguez (2010), o trabalho do cuidado também influencia na quantidade de horas disponíveis para o trabalho na produção. Sabe-se que para parte das mulheres, este só é possível com as horas restantes do tempo gasto na responsabilidade com a reprodução. Dito de outra maneira, o trabalho da reprodução está, intrinsecamente, incorporado no espaço da economia, uma vez que o trabalho produtivo depende da reprodução para manter-se em funcionamento (MOURA & MORENO, 2013, p.40).

Essa interdependência entre as esferas é ainda mais evidente no meio rural, uma vez que os quintais produtivos²⁰ são como a extensão da cozinha e, portanto, do trabalho doméstico. Entretanto, experiências como aquelas relatadas por TELLES et al (2018) afirmam que, desses

²⁰ O quintal, em geral, é definido como a porção de terra próxima à residência e de fácil acesso (BRITO & COELHO, 2000 apud OLIVEIRA, et al, 2021). Porém, estudos feministas sobre agroecologia revelam como o quintal tem se apresentado como local de trabalho e experimentação de forma autônoma da mulher, visando a produção da socioagrobiodiversidade, soberania e segurança alimentar (OLIVEIRA, et al, 2021).

quintais muitas vezes vêm os alimentos consumidos pela família e o excedente comercializado, o que pode ser visto como trabalho produtivo, tornando ainda mais entrelaçadas as nuances dessas relações. De acordo com elas, os quintais são um espaço estratégico para a transição agroecológica, seja para a produção de alimentos garantindo a segurança alimentar das famílias, seja para a experimentação e a geração de renda monetária e não monetária (TELLES et al, 2018). Porém, é necessário mudar a forma de olhar para essas produções, indo além das lentes da economia ortodoxa que esconde essas relações.

Para alcançar esse objetivo e visibilizar o trabalho das mulheres, alguns desses artigos são embasados na Economia Feminista, especialmente nos escritos de Cristina Carrasco e também na Sociologia Econômica, notadamente na visão de Karl Polanyi. A leitura deste autor sugere uma visão mais ampla da economia que incorpora também os bens simbólicos, culturais e não mercantis. Para essa visão, a organização da produção e da distribuição é resultado da articulação dos princípios de integração econômica: a reciprocidade, a redistribuição, a domesticidade e o mercado (POLANYI, 2000, apud TELLES et al, 2018).

A partir dessa lógica, pode-se compreender que a atuação dessas agricultoras responde a lógicas não apenas mercantis, no sentido de comercializar os seus produtos, mas que a sua atuação no mundo responde antes a alimentar a família, manter o ecossistema, fortalecer a comunidade e, a partir daí se integrar aos mercados locais ou regionais. O que aparece bastante acompanhada dessa lógica nos artigos é a presença e valorização de um modo de vida camponês (BENÍTEZ et al., 2020; DEEPAK, 2014; MESTMACHER; BRAUN, 2020).

A conciliação das esferas produtiva e reprodutiva explica, portanto como a produção de alimentos, seja na agricultura ou no processamento, se configura como atividade econômica realizada por mulheres, especialmente em períodos de crise. Também explica a maior participação das mulheres nos coletivos de Economia Solidária, principalmente em empreendimentos de produção de alimentos e ou artesanato (FARIA, 2009 apud TAIT & JESUS, 2017).

Olhar para essas questões escondidas da economia e da sociedade é fundamental para visibilizar a contribuição econômica das mulheres e ampliar as discussões sobre o caráter androcêntrico das bases da economia, como por exemplo a generalização da existência do *homo economicus*. Do ponto de vista analítico, portanto, a leitura desses artigos trouxe à tona a importância da construção e análise de indicadores capazes de interpretar a realidade a partir da ideia da sustentabilidade da vida (CARRASCO, 2003).

4.2 A sistematização de experiências de mulheres e agroecologia e o papel do Estado na transição agroecológica

Grande parte dos artigos encontrados ao longo da revisão da literatura relata experiências com pesquisa de campo, observação participante e entrevistas com mulheres agricultoras. Assim, percebe-se que, a partir dos dados empíricos, configura-se uma análise conceitual interdisciplinar que mescla conceitos sociológicos, econômicos, agrônômicos, ecológicos e antropológicos.

A escolha por focar em estudos de caso no Brasil e América Latina também nos mostra que este assunto tem sido abordado por políticas públicas em maior ou menor grau a depender do projeto de governo no poder e, por isso, contextualizá-las, ao longo da tese, é importante, com a finalidade de avaliar o papel do Estado no fortalecimento de um modelo de desenvolvimento de agricultura e soberania alimentar.

A questão do Estado enquanto propulsor da transição agroecológica nos territórios é alvo de discussões, pois ao mesmo tempo que pode jogar um papel importante no desenvolvimento de políticas e de mercados locais, pode também enfraquecer os movimentos de base e as organizações sociais que deveriam estar no centro da discussão sobre estratégias de escalonar a agroecologia, de acordo com Mestmacher e Braun (2020).

As mesmas autoras afirmam que, para alcançar a sustentabilidade do ponto de vista ecológico, econômico e social, a agroecologia deve desafiar o patriarcado e as formas de violência estrutural contra as mulheres. A partir do relato de uma experiência no Chile, elas afirmaram que a incorporação das mulheres aos processos de educação e extensão rural realizados por um órgão governamental foram fundamentais para o aprofundamento da transição agroecológica na região. Porém, tal relato concluiu que é necessário abordar o potencial transformador que as políticas de agroecologia têm na questão de gênero na família e na comunidade como um todo, por exemplo compartilhando o trabalho reprodutivo e, assim, permitindo o fortalecimento de laços sociais, a realização de intercâmbios e mais treinamento (Idem).

O mesmo artigo também conclui que, no Chile, a atuação do Estado é realizada, na realidade, por alguns servidores públicos ativistas e que, para ganhar escala, é importante que eles fortaleçam as comunidades e associações de agricultoras e agricultores de maneira que o trabalho não acabe quando o técnico deixar o lugar.

Experiências parecidas também são relatadas em Cuba (BENÍTEZ et al., 2020), Uruguai (BEATRIZ, 2016), Costa Rica (SYLVESTER & LITTLE, 2020) e Brasil (BUSKO, 2019; COSTA & DIMENSTEIN, 2020; HILLENKAMP, 2019; TAIT & JESUS, 2017). Em Cuba, foram relatados os seguintes impactos ao incluir a perspectiva de gênero nos trabalhos de extensão rural desenvolvidos por agências governamentais: aumento das mulheres no desenvolvimento e implementação de inovações agrícolas, melhora da autoconfiança das mulheres agricultoras e sua família; melhora na diversificação produtiva das famílias; aumento do emprego e da renda nos lares por meio dos projetos de processamento de alimentos gerenciados por mulheres e facilitação das oportunidades de comercialização. Apesar de não ser fácil, a incorporação das mulheres como protagonistas desse processo pôde dar visibilidade ao trabalho de cuidados e em como tal trabalho extrapola os limites do lar para cuidar da comunidade e da natureza, incluindo também os seres não humanos (BENÍTEZ et al., 2020).

Tal visão corrobora a abrangência do conceito de agroecologia para além de técnicas e práticas ecológicas, incorporando a visão de transformação social rumo a relações mais justas e igualitárias. Esse conceito, apesar de bastante difundido, muitas vezes não está na prática, pois as desigualdades estruturais são reproduzidas e naturalizadas, sem um questionamento mais profundo.

Na Costa Rica, foram avaliados os benefícios e desafios vivenciados pelas mulheres agricultoras agroecológicas e que podem ser compartilhados pelos demais territórios latino-americanos, considerando, claro, as suas especificidades. De acordo com as autoras, os benefícios encontrados foram o compartilhamento de conhecimento, a criação de comunidade, a geração de renda, a independência financeira e a construção de uma identidade própria (para além de ser esposa e mãe), a equidade na tomada de decisão enquanto família, saúde humana e do solo, conservação da biodiversidade e das sementes, autoconfiança e oportunidades de liderança dentro das redes agroecológicas (SYLVESTER; LITTLE, 2020).

Apesar desses benefícios, as autoras também relataram barreiras enfrentadas pelas agricultoras que não podem deixar de ser mencionadas. São elas: a ampla cultura de discriminação das mulheres na agricultura e os papéis desproporcionais na economia do cuidado que reduz o tempo disponível para as mulheres ocuparem espaços públicos e de tomada de decisão. Elas também apontaram que todas as mulheres reportaram o machismo e as micro agressões cotidianas sofridas por elas (Idem).

Sobre experiências brasileiras, há uma série de artigos que relatam como o feminismo e a agroecologia foram se aproximando enquanto movimentos propositivos de uma nova agenda para o desenvolvimento rural, a sustentabilidade e a soberania alimentar (BUSKO, 2019; COSTA & DIMENSTEIN, 2020; GUÉTAT-BERNARD; PRÉVOST, 2016; HILLENKAMP, 2019; TAIT & JESUS, 2017)

De acordo com esses artigos, no Brasil, as experiências com mulheres trouxeram como aprendizado uma compreensão da relação entre a vida cotidiana, visões de mundo e resistência que invertem uma possível interpretação vitimista ou com ênfase apenas na falta de poder, de igualdade ou opressão. Esse aprendizado nos instiga a pensar sobre a capacidade de ressignificação da política, do público e do privado e das práticas sociais. A relação entre discurso político, práticas cotidianas, lógica do cuidado e concepções éticas é um dos aspectos mais interessantes na constituição de uma “epistemologia engajada” e forjada no mundo da vida, por meio de experiências de interdependência e sustentabilidade que reforcem as propostas éticas e políticas (TAIT & JESUS, 2017).

Essas autoras afirmaram que a relação entre gênero, meio ambiente e agricultura é solo fértil para pensar-agir em prol dos feminismos como expressão de uma emancipação produtiva libertária, em prol de um futuro na direção de uma ética comum implicada com uma noção de bem viver compartilhado, em que a qualidade de vida humana considere a interdependência e a ecodpendência (HERRERO, 2014; TAIT & JESUS, 2017).

Citam também uma série de acontecimentos políticos que questionaram o papel das mulheres na agroecologia assim como os dados das políticas oficiais do Brasil e da FAO. Esses dados refletiam, por exemplo, o não reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras rurais, quando, por exemplo a FAO afirma que 24,2% dos trabalhadores na agricultura no Brasil são mulheres (FAO, 2017), em contraposição às afirmações da Via Campesina de que, entre 70 e 80% dos alimentos consumidos por famílias pobres são produzidos na região por mulheres. Tais afirmações encontram eco nos pensamentos da Economia Feminista de que é necessário rever as métricas e indicadores do pensamento econômico hegemônico para inserir os trabalhos reprodutivos e de sustentabilidade da vida como um todo, como por exemplo a produção de alimentos.

Entre os fatos mais relevantes, é importante pontuar as Marchas das Margaridas como ativismo fundamental para a criação e promulgação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; a luta pela incorporação do lema “Sem Agroecologia não há Feminismo”,

pela Articulação Nacional de Agroecologia no III ENA (HILLENKAMP, 2019), a reivindicação pela incorporação de visão de mulheres negras, indígenas e camponesas nas plenárias de construção da memória da agroecologia no Brasil, no Congresso Brasileiro de Agroecologia de 2017, entre outros (COSTA; DIMENSTEIN, 2020; TAIT & JESUS, 2017).

Tais acontecimentos influenciam também a construção de conhecimentos, levando a questionamentos sobre as epistemologias da agroecologia, as intersecções entre gênero, raça e classe que se sobrepõem também ao processo de construção de conhecimento. A partir dessa movimentação, no Brasil, uma série de publicações começa a surgir, buscando compreender as inter-relações entre agricultura, meio-ambiente e gênero, porém negando a neutralidade e afirmando a importância e a agência das mulheres no processo de produção de alimentos de qualidade a partir do reconhecimento dos seus saberes e dos seus direitos historicamente negados.

4.3 Teorias que explicam os nexos entre mulheres e agroecologia

A teoria mais utilizada ao longo da revisão da literatura como base para a compreensão das atividades de reprodução da vida foi a Economia Feminista, especialmente as análises feitas por Cristina Carrasco.

A Economia Feminista com suas diferentes vertentes tem contribuído para dar visibilidade e promover debates sobre a importância do trabalho voltado para a “reprodução e sustentabilidade da vida humana” (TAIT & JESUS, 2017). A leitura de Carrasco (2003) aborda a interdependência e as tensões existentes no sistema capitalista entre obter lucro e cuidar da vida humana (Idem).

O cuidado com a vida humana e com as necessidades básicas tem, por um lado, uma dimensão objetiva (necessidades biológicas, como alimento, higiene) e, por outro, subjetiva (que inclui afeto, cuidado, segurança psicológica, relações significativas e vínculos humanos). O trabalho doméstico visa, em grande parte, atender a essas duas dimensões das necessidades humanas, muito embora a não materialidade da dimensão subjetiva faça parecerem invisíveis essas atividades (CARRASCO, 2003).

Esses trabalhos têm um contexto social e emocional distinto do trabalho assalariado ou remunerado realizado fora da esfera doméstica. No entanto, o segundo depende do primeiro, pois os trabalhadores na esfera produtiva precisam estar alimentados, saudáveis, confiantes e, de

certa forma, saberem se comunicar ou cooperar com os demais. Infelizmente, esse nexo entre trabalho doméstico e produção capitalista é intencionalmente encoberto, segundo Carrasco (2003), como estratégia para facilitar a transferência de parte significativa dos custos de produção capitalista para a esfera doméstica, ou seja, para em grande parte, mulheres e mães (Idem).

Para a compreensão mais profunda das interdependências entre esferas de produção e reprodução da vida, algumas autoras se baseiam no conceito de economia substantiva de Karl Polanyi (CATACORA-VARGAS; SILIPRANDI; ZULUAGA SANCHEZ, 2018; HILLENKAMP, 2019).

Este enfoque muestra el entrelazamiento de diferentes modalidades de los principios de reciprocidad, redistribución, *householding* y mercado en la construcción de la autonomía. Se aleja tanto de la concepción liberal dominante que reduce la autonomía de las mujeres a su inserción en los mercados, como de una visión autárquica de la autonomía que, por el contrario, apuesta solamente a distanciarse del mercado (...). El marco teórico de la economía substantiva reinterpretado a la luz del cuidado, es necesario para una posición epistemológica que haga justicia al potencial transformador, pero también a la complejidad y a las dificultades encontradas por las actrices y actores de las iniciativas de economía popular solidaria (HILLENKAMP, 2019, p.319).

Interessante pontuar que Polanyi (2000) também aparece como um referencial teórico para possíveis aproximações entre Economia Solidária e Economia dos Cuidados. Isso porque o autor redefine a análise econômica a partir de um exercício dedutivo formal de modelação a partir de pressupostos predefinidos – tais como a escassez, a ação racional e a maximização da utilidade - a um exercício de análise empírica substantiva das práticas históricas de mobilização e organização de recursos para resolver as necessidades humanas. A principal contribuição do autor é a que essas práticas não correspondem a uma esfera autônoma e autorregulada, como afirmam os economistas neoclássicos, mas que estão arraigadas na vida social e institucional de uma comunidade. Desta maneira, para ele, a economia é inseparável da ética, da cultura e da política (AGUAYO & RAMÍREZ, 2019).

Dito isso, torna-se político, por exemplo, reconhecer as práticas alimentares desempenhadas por mulheres agricultoras, assim como analisar as suas contribuições ao processo de construção de meios de vida capazes de resistir às crises sociais, ambientais, econômicas e sanitárias.

Outras teorias que apareceram ao longo da leitura foram o Ecofeminismo, a Ética do Cuidado e a Teoria do Comum. O ecofeminismo pode ser definido como uma corrente teórica e

um movimento social que relaciona a exploração e degradação da natureza com a subordinação e opressão das mulheres (SHIVA; MIES, 1993). Tem suas origens na década de 1970, junto com a Segunda Onda do feminismo e o fortalecimento dos movimentos verdes, e estabelece alianças entre feminismo e ambientalismo, além de promover uma crítica teórica e mobilização social que visam enfrentar os impactos negativos do "desenvolvimento humano", a partir de uma perspectiva relacional humano / natureza / gênero (TAIT & JESUS, 2017).

A ética do cuidado surge como conceito teórico a partir do debate dos anos 1980, no âmbito da Filosofia Moral. Alguns filósofos começam a questionar a hierarquia tradicional da ética que coloca a empatia e as virtudes relacionadas à atenção como formas elementares e inferiores de moralidade (PULEO, 2011). Essa crítica extrapola as relações de gênero para abordar como a ciência moderna foi construída sob as bases do antropocentrismo e do androcentrismo e observar que a sua epistemologia se baseia na separação e hierarquização entre cultura e natureza; sujeito e objeto; razão e emoção, o que favorece uma visão distorcida e fragmentada de natureza e humanidade.

A Ética do Cuidado enfatiza a marca de gênero que desvaloriza os valores e virtudes relacionados às mulheres e as práticas das mulheres no âmbito doméstico, como o cuidado de dependentes - em contraposição à valorização das virtudes masculinas e dos valores e tarefas desempenhadas no espaço público (PULEO, 2011). Assim, propõe uma valorização dos cuidados, relacionando portanto, a questão de gênero com a questão ambiental, se aproximando também da ideia de ecofeminismo.

El ecofeminismo busca un modelo científico empático que reemplace el paradigma del dominio de la naturaleza propio del complejo tecno-científico hegemónico. Pero, para lograr con éxito este cometido, sus teóricas deben evitar caer en una mística biocéntrica que termine negando los derechos de las mujeres sobre sus propios cuerpos y en un relativismo cultural que debilite su objetivo de superación del andro-antropocentrismo y disuelva la realidad del cuerpo sufriente en el espacio ideal del discurso (PULEO, 2017, p. 41).

O ecofeminismo já foi criticado por seu caráter essencialista no sentido de aproximar natureza, mulheres e o seu caráter de sacralidade. Entretanto, as contribuições de Puleo (2017) nos levam a compreendê-lo mais a partir de reencontros entre ciência, filosofia e ética que possam contribuir com o enfrentamento das crises socioambientais contemporâneas.

A teorização sobre o comum se iniciou a partir da ideia de compartilhamento de recursos comuns e, ao longo da História, sobretudo com o sucesso de “A Tragédia dos Comuns”, de Garret Hardin (1968) foi visto como algo que não dava certo, justificando a privatização e/ ou a estatização de terras e territórios. Com o passar do tempo, foi-se compreendendo que os comuns poderiam estar ligados a estratégias coletivas de conhecimento e trabalho configurando-se, portanto, enquanto um princípio político (HARDT & NEGRI, 2016; DARDOT E LAVAL, 2017).

Apesar disso, os comuns sempre estiveram presentes, mas o avanço dos cercamentos sobre as terras comunais e demais experiências do comum tem iluminado essa realidade, que também tem se apresentado como estratégia de superação das crises às quais passamos e da dicotomia entre Estado e mercado, tornando-se, portanto, uma alternativa ao desenvolvimento insustentável.

Nesta direção, a agroecologia urbana e outras redes alimentares alternativas podem servir como uma ferramenta contra hegemônica para recuperar “os bens comuns” do cerco da mercantilização capitalista ao assegurar que o acesso a bens básicos de vida, como os alimentos, possa ser alcançado por meio de canais que não sejam dominados pelo mercado capitalista, particularmente quando falta poder de compra suficiente para todas as pessoas.

Para Johnston apud McClintock (2014), reivindicar os bens comuns não significa necessariamente que os mercados e os estilos individuais de consumo sejam erradicados, mas exige que os mercados sejam reintegrados a estruturas sociais que garantam que alimentos nutritivos e sustentáveis cheguem não apenas àqueles que podem pagar, mas também a todos.

Para este trabalho interessa mais a compreensão do comum pelo paradigma feminista, pois se relaciona com o referencial teórico trabalhado e utilizado para compreender o trabalho de agricultoras urbanas enquanto um trabalho reprodutivo capaz de gerar renda e, antes de tudo, ajudar a sobreviver. Entretanto, faz sentido a compreensão da teoria do comum a partir de um viés crítico, até porque é de onde vieram as principais contribuições para a construção do paradigma feminista.

Do ponto de vista de Maria Mies e Veronika Bennholdt-Thomsen (1999), autoras feministas que abordam o comum, não se pode dizer apenas que “não há comuns sem comunidade”. É preciso dizer também que

“não há comuns sem economia”, no sentido de oikonomia, isto é, a reprodução dos seres humanos na esfera social e natural. Logo, a reinvenção dos comuns está ligada à reinvenção do que é comunal e de uma economia baseada nos comuns.

Trazer a ideia de comuns para a agricultura urbana faz sentido pois dialoga com estratégias de ocupação da cidade por outras lógicas que não a do capitalismo industrial e financeiro que são as lógicas hegemônicas que permeiam, um após o outro e também superpostos, a produção do espaço urbano de forma geral e em São Paulo, particularmente.

4.4 Termos comuns, debates importantes

Ao longo da revisão da literatura, foi possível elencar alguns termos que aparecem bastante na construção de conhecimentos que relacionam o tema de mulheres, agroecologia e economia solidária. Alguns deles são o desenvolvimento de autonomia, a agrobiodiversidade e o cuidado com as sementes. Isso quer dizer que os nexos entre os assuntos refletem a busca por meios de vida independentes de estruturas de opressão e que possibilitem a reprodução dos seus modos de vida.

Hillenkamp (2019) afirma que ser autônoma não significa, em geral, não depender de ninguém. Mas, é através de relações positivas e de inclusão em certos grupos e em certas instituições que se adquire autonomia. Portanto, a autonomia requer a renegociação das relações de poder e opressão existentes e o desenvolvimento de novas interdependências mais igualitárias e inclusivas (HILLENKAMP, 2019). Significa, portanto, a busca por garantia de proteção em pé de igualdade, o que só se conquista articulando redes de cuidado, comprometimento, trabalho e solidariedade, uma vez que os recursos das mulheres agricultoras são escassos, seja com relação a tempo, seja com relação a dinheiro. Para ela, autonomia não existe sem vulnerabilidade e encará-las é fundamental, seja no âmbito doméstico, seja no âmbito político-institucional.

A busca por autonomia se reflete também em reduzir a dependência do mercado, o que explica a direção dos cultivos voltados para o autoconsumo da família e a diversificação das culturas. Também se reflete no cuidado com a reprodução das sementes, pois assim, não necessitam compra-las e conseguem desenvolver variedades adaptadas ao agroecossistema local (BUSKO, 2019; COSTA; DIMENSTEIN, 2020). Não por acaso, foram as mulheres do

Movimento das Mulheres Camponesas as pioneiras em denunciar os impactos do uso de sementes transgênicas para a agricultura familiar (COSTA; DIMENSTEIN, 2020).

Na mesma direção de busca por autonomia, se encontra o manejo agrobiodiverso que organiza a combinação entre plantas. Tais técnicas de cultivo favorecem uma série de serviços ecossistêmicos, como a provisão de alimentos diversificados, adubação do solo, manutenção da biomassa e da água na terra, polinização, barreiras contra o vento ou sol extremo, entre outras capacidades a depender do agroecossistema. De acordo com Altieri,

A diversidade diminui o risco de prejuízo para os agricultores, especialmente os que vivem em áreas marginais com condições ambientais de alta instabilidade. Num sistema diversificado, se a produtividade de um cultivo é comprometida, os rendimentos gerados por outra cultura podem compensar eventuais perdas (ALTIERI, 2012, P. 112).

Assim, a aposta das agricultoras em desenvolver técnicas de manejo agrobiodiversas as ajudam a reduzir suas vulnerabilidades e a encarar a escassez de recursos como terra disponível. A diversificação das atividades econômicas também vai na mesma direção, como por exemplo, o processamento de alimentos e a busca por mais de um canal de comercialização.

Em um contexto mundial de aumento da *commodificação* da agricultura e da alimentação, o não reconhecimento da sabedoria das mulheres acerca das plantas alimentícias e medicinais pode acarretar um risco à saúde das populações e à extinção de espécies alimentícias. Além disso, a exclusão das mulheres da ciência e da gestão dos recursos naturais representa uma falta de rigor metodológico e pode acarretar subestimação do uso e da diversidade das plantas (ELIAS, 2016). Ao mesmo tempo, a perda da diversidade de plantas alimentícias leva à erosão do conhecimento relacionado ao uso e conservação da agrobiodiversidade e ameaça a segurança alimentar e nutricional das famílias, se configurando como uma ameaça global.

Além disso, a industrialização do sistema socioeconômico como um todo causa mudanças rápidas nos sistemas locais de conhecimento agroecológico e nas práticas de gestão de recursos, interrompendo as transferências de conhecimento entre gerações. Reconhecer e valorizar o conhecimento agroecológico de mulheres e homens é crucial para preservar este corpo de conhecimento (adaptável e em evolução), as culturas nas quais está inserido e os agroecossistemas que contribuem para sustentar (ELIAS, 2016). Não à toa que diversas iniciativas relatam a preocupação com a continuidade e reprodução dos seus meios de vida,

quando a juventude parece mais interessada nos avanços da modernidade e da urbanização. Tal preocupação também se relaciona com os papéis de educadores e formadores, em geral, desempenhados por mulheres, ou seja, a perpetuação cultural e, com isso a diversidade de meios de vida também diz respeito à valorização do trabalho feminino.

É por isso que os problemas ambientais globais, como as mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade (LUZURIAGA-QUICHIMBO et al., 2019) e produção de água, exigem que tenhamos um olhar diferente para o desenvolvimento de políticas de adaptação e mitigação. Nesse sentido, os artigos apontam que abordar questões de gênero parece ser bastante relevante.

4.5 As mulheres agricultoras nos limites entre o rural e o urbano

Outro ponto importante para a análise é a questão que, a maior parte dos artigos relata a experiência de mulheres rurais. Todavia, esta tese possui, como trabalho empírico, o caso das agricultoras do município de São Paulo. Importante ressaltar que, mesmo nesse imenso município, muitas destas agricultoras estão localizadas em áreas rurais, de acordo com o Plano Diretor de 2014²¹, porém, às questões ressaltadas anteriormente, é necessário adicionar outras, como as ameaças da especulação imobiliária, da poluição, da perda do acesso à terra, entre outras (BELLENZANI et al, 2019). É importante avaliar como as ameaças e barreiras enfrentadas pelas agricultoras das áreas rurais, assim como os benefícios adquiridos pela incorporação da agroecologia se articulam a essa realidade. Dessa forma, essa reflexão busca avaliar quais os limites dessa perspectiva quando adotada em área delimitada pelo avanço da urbanização ou por sua forte presença territorial.

Nesse sentido, as leituras de Carvalho (2020) e Bellenzani et al (2019), são importantes pois, foi a partir da observação e relato, respectivamente, da constituição da Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas (RAPPA), que elas puderam levantar dados sobre as dimensões da vida das agricultoras e organizá-los. Carvalho & Bogus (2020), com base nas atividades desenvolvidas pela Rappa sistematizaram quatro eixos para a análise dos elementos que moldam suas experiências. São eles:

²¹ O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, de 31 de julho de 2014, é uma lei municipal que orienta o desenvolvimento e o crescimento da cidade até 2030. Ele designa 399 km² do território como zona rural, o equivalente a 26,2% do território (Prefeitura de SP).

- (a) eixo econômico – em alguns casos, a prática da agricultura é a principal fonte de renda da agricultora, em outros, é uma renda complementar; e ainda em outros casos, existe um desejo que a agricultura seja a principal fonte de renda, mas ainda não o é;
- (b) eixo familiar – em alguns casos, a família apoia o trabalho da mulher na agricultura, mas não o aceita como sua principal atividade; em outros casos, o marido ou parceiro é contra o trabalho da mulher na agricultura por questionar sua conduta moral na horta ou por desvalorizar seu trabalho;
- (c) eixo afetivo e existencial – todas as agricultoras falaram de um sentimento de amor pela terra, da relação de afeto que possuem com o cultivo, com as flores e com a terra em si. Uma agricultora falou de como descobriu um novo significado para sua vida devido à atividade na horta. Muitas delas são provenientes da região do nordeste do Brasil e aprenderam a trabalhar na roça com a família. Nesse sentido, o retorno à agricultura na cidade é também permeado por um sentido nostálgico de retorno às raízes e à infância;
- (d) eixo gestão de tempo – o fato de a horta ser perto de seu local de moradia permite maior flexibilidade em relação ao tempo dedicado ao trabalho doméstico, aos cuidados com os filhos e ao tempo que elas dedicam ao trabalho na horta. (DE CARVALHO; BÓGUS, 2020).

Para a elaboração desta tese, foi incorporado mais um eixo relacionado às dimensões da natureza e recursos utilizados pelas agricultoras no desenvolvimento da agricultura.

e) eixo ecológico – que visa avaliar como a disponibilidade de recursos impacta na escolha por técnicas agroecológicas como acesso a esterco, adubação verde, cercas vivas, entre outras ferramentas bastante conhecidas na prática da agroecologia.

De Carvalho & Bogus (2020) se apoiam bastante no estudo levado a cabo pela RUAF denominado *Women Feeding Cities*. No primeiro capítulo, da autoria de HOVORKA, ZEEUW e NJENGA, (2009), encontram-se argumentos que aproximam a agricultura urbana do referencial teórico da agroecologia feminista. Segundo as autoras, o estudo reforça os resultados da sua pesquisa, afirmando que a Agricultura Urbana (AU) é efetiva para mulheres com filhos e chefes de família, pois geralmente é realizada próxima a sua casa, permitindo a conciliação com o trabalho doméstico. A AU requer pouco investimento, tecnologia e insumos e, portanto, é viável para mulheres pobres e com pouca educação. Além disso,

O dinheiro recebido da AU pode fortalecer a posição social da mulher dentro de casa e na comunidade. (...) A AU não só permite que as mulheres consigam atender as necessidades diárias de suas famílias, como também fornece um potencial canal para aumentar sua independência, confiança e a oportunidade de melhorar a qualidade de vida. (tradução da autora). (HOVORKA et al, p.3)

A construção teórica da agroecologia feminista definiu quadros analíticos que nos ajuda a compreender como as estruturas de opressão atuam sobre a vida das mulheres agricultoras. Se, por um lado, existe a opressão capitalista que gera empregos precários e informais, baixa autonomia, por outro existe a dominação sexo/gênero que desvaloriza o trabalho e o conhecimento dessas mulheres nos sistemas alimentares, gerando desigualdade no acesso à terra, sobrecarga de trabalho e diferenças salariais. Soma-se a isso o colonialismo e a destruição de culturas não ocidentais, especialmente relacionadas às práticas alimentares. Isso se dá pelo controle e lucro das companhias transnacionais assim como pela falta de políticas públicas que viabilizem mudanças institucionais. Esse quadro analítico estruturante, porém, é capaz de mostrar que há resistência a essas estruturas de poder, materializando a ideia de que onde há poder, há contrapoder.

As próprias teorias críticas, como as vertentes feministas surgem dessa perspectiva que transcende a crítica a partir da *práxis*, demonstrando que uma categoria analítica não é estática, é dinâmica. Nesse sentido é que olhar para as experiências práticas é interessante e reflete um modo de construir conhecimento agroecológico. Assim, aponta-se aqui a metodologia dedutiva-indutiva, pois analisar o trabalho de mulheres agricultoras agroecológicas no município de São Paulo faz sentido a partir de uma estrutura de conhecimento existente, mas que não se limita de maneira rígida e que dialoga diretamente com as experiências práticas.

A revisão da literatura permitiu construir um arcabouço para olhar para as mulheres agricultoras enquanto categoria analítica a partir dos seguintes indicadores

Produção diversificada de alimentos
Manutenção de espécies nativas / manutenção dos ecossistemas
Conhecimento de plantas medicinais
Produção e troca de sementes
Produtos para alimentação da família ou comunidade (autoconsumo ou trocas)
Tempo de trabalho fora de casa (inclusive com agricultura)
Tempo dedicado ao trabalho doméstico

Dependência de compra de insumos
Origem da família e relação com a terra
Participação em redes
Presença na comunidade

Estas categorias foram mobilizadas ao longo do trabalho de campo para refletir se são suficientes para o entendimento do trabalho das mulheres agricultoras em suas diferentes realidades produtivas, como Comunas da Terra, Horta Urbana, Agricultura Familiar, Agricultura Indígena ou Empreendimento agrícola.

5. Agriculturas paulistanas: funcionamento, políticas e participação feminina

A agricultura urbana é uma atividade antiga, bastante presente ao longo da história dos municípios de países em desenvolvimento, bem como nos países desenvolvidos, sobretudo nos períodos de guerra e crise (NAGIB, 2016; CALDAS & JAYO, 2019). Fatores como a industrialização e consequente empobrecimento de parte da classe trabalhadora na Holanda no fim do século XIX e início do século XX foram propulsores da agricultura em Amsterdã (SCHAICK, 2007). Na Grécia, a crise econômica sofrida na década de 2010 estimulou cidadãos a cultivarem alimentos em terrenos baldios ou em áreas com projetos desativados de maneira a gerar renda e aumentar a segurança alimentar da população (MORÁN & CASADEVANTE, 2014).

Na última década, experiências derivadas da crise climática, como o caso de inundações e alagamentos recordes em Bangkok que evidenciaram a dependência de sistemas alimentares industriais e distantes do mercado consumidor, também impulsionaram a produção alimentícia em áreas urbanas, inovando, inclusive na diversidade de itens alimentícios, como a produção de cogumelos e brotos, diante da escassez de hortaliças e produtos frescos e in natura (BOOSSABONG, 2014)

No município de São Paulo, a agricultura também é uma atividade antiga que era realizada nas suas diversas regiões, desde o centro até a periferia. Não à toa, alguns lugares bastante conhecidos na cidade relembram a importância da atividade agrícola. São os casos do Viaduto do Chá, da Avenida Jacu-Pêssego, da Chácara Santo Antônio, entre outras localidades (OLIVEIRA, 2004).

No entanto, ao longo do século XX, com o avanço da urbanização e o aumento da pressão por terras para moradia, comércio e indústria, a agricultura passou a ser desenvolvida nas periferias (OLIVEIRA, 2004), o que veio acompanhado também de sua invisibilização política. A agricultura ainda é muito vinculada ao rural que foi tratado por muito tempo como sinônimo de atraso e subdesenvolvimento.

Desde a década de 1950, a maior metrópole da América do Sul é, sem dúvidas, conhecida pelos seus arranha-céus, indústrias e serviços e tornou-se um ícone da modernidade capitalista. Entretanto, as crises sociais, econômicas, políticas, ambientais e climáticas sempre estiveram presentes nesse cenário. Além disso, pesquisas recentes revelam um aumento da atividade agropecuária do município (BIAZOTI et al, 2021), assim como a construção de um

arcabouço institucional de políticas públicas voltadas para a agricultura, especialmente a agroecologia no início da década de 2000 e depois, nos meados da década de 2010 (NAKAMURA & MARCOS, 2021; CALDAS & JAYO, 2019).

Esse capítulo busca analisar o contexto da agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo a partir de uma revisão bibliográfica realizada no site de busca de artigos científicos Scielo²², assim como da realização de uma espécie de “bola de neve” da literatura, considerando as principais referências encontradas em tais artigos. Também busca descrever as principais políticas de agricultura e alimentação do município, buscando avaliar como elas abordam o papel que as mulheres desempenham na agricultura do município.

Ao longo da construção do problema dessa pesquisa, foi observado o protagonismo de mulheres no desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana e, portanto, observar se esse protagonismo se reflete nos marcos institucionais é importante para essa investigação. Assim, ainda neste capítulo, será feita uma análise dos dados da Plataforma Sampa+Rural que, ineditamente, apontou que 28% das Unidades de Produção Agropecuária no município são chefiadas por mulheres.

5.1 A literatura sobre agricultura urbana no município de São Paulo

No Scielo, quando se coloca os descritores “agricultura urbana” AND “São Paulo”, aparecem cinco artigos relevantes para a pesquisa. Entretanto, a leitura desses artigos conduziu a pesquisadora para a leitura de outros sete artigos e três dissertações. Além disso, foram lidas as legislações referentes à agricultura ou que dialogam com ela como a lei que instituiu o Programa de Agricultura Urbana (PROAURP), o Plano Diretor Estratégico de 2014, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e a Lei da Merenda Escolar Orgânica.

De maneira geral, política pública pode ser definida como tudo aquilo que o governo (municipal, estadual ou federal) faz no que diz respeito às leis, medidas reguladoras, decisões e ações. Elas são também uma maneira de concretizar os direitos previstos na Constituição e, portanto, envolvem outros atores políticos que não apenas o governo (HEILBORN et al, 2010).

Neste sentido, Souza afirma que as políticas públicas podem ser pensadas como:

²² O site está disponível no seguinte endereço: <https://scielo.org/pt/>. Último acesso em 09/02/2023

o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26)

Entretanto, para isso acontecer, é necessária a atuação da sociedade civil que é heterogênea, diversa e, muitas vezes, possui visões conflituosas com relação às respostas possíveis dadas pelos governos. Assim, o conhecimento sobre os problemas reais e estruturais da sociedade deve ser apresentado de maneira clara e é necessário estar atento aos *lobbies* existentes nas esferas de poder. No caso da agricultura no município de São Paulo, visibilizá-la e aponta-la como atividade econômica capaz de conciliar geração de renda e desenvolvimento sustentável, apenas foi possível dado o engajamento de movimentos sociais, gestores públicos e acadêmicos preocupados com a saúde da população e com a manutenção de áreas verdes no município.

5.2 A agricultura no município de São Paulo – dados e instrumentos normativos

Apesar de extremamente urbanizado, o município de São Paulo tem visto a atividade agrícola crescer. De acordo com Biazoti et al

Há um aumento na produção e no número de agricultores existentes no MSP nos últimos 15 anos. A agricultura tem se desenvolvido e sido ampliada, apresentando um crescimento de cerca de 22% no número de UPA e 33% em área de produção entre 2007/2008 e 2016/2017, segundo o Lupa (BIAZOTI et al, 2021, p. 194)

Essa conclusão refere-se à análise dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e de 2017 do IBGE, assim como do LUPA, o Levantamento de dados sobre as Unidades de Produção Agropecuária do estado de São Paulo. Os pesquisadores sugerem que esse crescimento está associado a uma estruturação de políticas públicas para o setor, à abertura de feiras orgânicas e espaços de comercialização (BIAZOTI et al, p. 203), que valorizam a produção local, de menor impacto ambiental e menores custos decorrentes da logística, em comparação com produtos que percorrem longas distâncias até chegar ao seu destino.

Importante ter em mente os fatores que levam ao desenvolvimento da agricultura nas cidades. Se, por um lado, existe um otimismo decorrente da ideia de que o fortalecimento da agricultura urbana pode trazer benefícios socioambientais para os cidadãos, como a provisão

de alimentos frescos, a melhoria do ar e o controle do escoamento da água da chuva, por outro lado, ela costuma ser uma resposta às crises socioeconômicas. Isso porque ela pode gerar renda e amenizar as consequências do aumento das desigualdades sociais, como uma resposta das comunidades às mazelas do capitalismo.

É verdade que produzir o seu próprio alimento vem imbuído, algumas vezes, do desenvolvimento de autonomia daqueles que o produzem. Mas esse tipo de trabalho também pode ser extremamente degradante e informal, por isso a importância de também olhar para temas como a questão fundiária, o acesso a políticas públicas e a divisão do trabalho. Soma-se ao fato a questão de que, nas crises, a disputa por terra pode ficar atenuada pela ausência de demanda para outros usos da terra normalmente mais competitivos, como moradia, serviços e indústria (MORÁN & CASADEVANTE, 2014), o que pode facilitar o desenvolvimento da agricultura.

As contradições também aparecem quando pensamos sobre a participação das mulheres no sistema agroalimentar. Alguns trabalhos relatam a ampla participação das mulheres na produção, processamento e comercialização de alimentos nas cidades (HOVORKA et al, 2009; ORSINI et al, 2013; CURAN, 2021). Entretanto, é necessário um olhar crítico para o entendimento do funcionamento do sistema agroalimentar que está incrustado nas relações sociais capitalistas, patriarcais e colonialistas e que, portanto, moldam de certa forma o papel das mulheres na produção alimentar, uma extensão da cozinha e, portanto, do espaço doméstico (HOVORKA, 2009), conforme debatido no capítulo anterior. Em outras palavras, representam a forma com que conseguem conciliar a geração de renda com o cuidado de seus familiares, muitas vezes na informalidade e na exaustão. Por outro lado, quando se observam os espaços destinados à tomada de decisão política sobre agricultura e alimentação, há um esvaziamento das representações de mulheres (CARVALHO; BOGUS, 2020).

Por essas razões, é importante pensar sobre o papel desempenhado pelas mulheres nas agriculturas paulistanas, pois, se por um lado, é crescente o interesse delas por tal atividade econômica, assim como a agricultura tem crescido no município, interessa refletir se tal atividade reproduz as contradições do atual modelo socioeconômico ou se pode ser uma possibilidade de vida saudável e sustentável. Para esse entendimento, é necessário conhecer que tipo de agricultura é realizada em São Paulo.

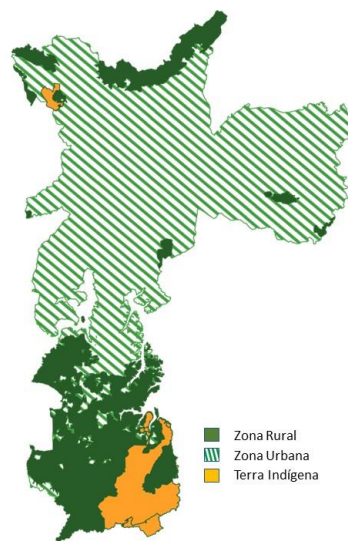
No levantamento feito pela Plataforma Sampa+Rural constam 735 Unidades de Produção Agropecuária (UPA) no município de São Paulo, 9 aldeias guarani, 106 hortas

urbanas e 170 hortas em equipamentos públicos²³. Interessante apontar que a plataforma segue a divisão das áreas urbanas e rurais estabelecida pelo Plano Diretor de 2014.

O Plano Diretor delimita 420 km² de território rural no município, o que representa 28% do tamanho do território. A sua maior parte está localizada no extremo sul do município, nos distritos de Parelheiros e Marsilac e reúne mais de 40 mil habitantes (SÃO PAULO)²⁴.

Na figura 1 é possível visualizar o mapa com as divisões urbano e rural do município, bem como as terras indígenas.

Figura 1 – Mapa do município de São Paulo



Fonte: Plataforma Sampa+Rural

Nesta seção, serão apresentadas as principais normativas do município de São Paulo sobre agricultura e alimentação. Não é objetivo desta pesquisa analisá-las profundamente por meio de teorias como a do ciclo de políticas públicas, por exemplo, mas compreender como elas contribuíram para a estruturação de hortas e espaços de produção, distribuição e consumo de alimentos. A ideia é dar um panorama geral para compreender o papel do poder executivo municipal em fortalecer ou não a agricultura no município. Como isso já foi feito em outras pesquisas, destaca-se aqui como tais políticas, projetos ou planos relacionam as pautas das mulheres aos temas de agricultura e alimentação.

Importante também relatar que são descritas políticas, programas e planos, sendo estes dois últimos, geralmente, instrumentos de execução das políticas, e que também não é a

²³ [Sampa+Rural \(prefeitura.sp.gov.br\)](https://sampa+rural.prefeitura.sp.gov.br). Último acesso em 16/02/2022

²⁴ Idem

proposta desta pesquisa diferenciá-los teoricamente, mas é relevante comentar que são mecanismos diferentes da política.

De acordo com Caldas & Jayo (2019), o município de São Paulo, bem como outros centros urbanos do país e de fora, reduziu drasticamente seu tradicional “cinturão verde” produtor de hortaliças, frutas e pequenos animais. Ao longo do século XX, a periferia e o subúrbio adensaram-se e as áreas que antes eram destinadas à pequena produção tornaram-se bairros densamente povoados, sobretudo por pessoas que precisam se deslocar todos os dias para a região central.

Por conta desse processo e do aumento populacional, a cidade de São Paulo se viu obrigada a se abastecer de alimentos de origens cada vez mais distantes. Na década de 1980, este tema começou a se manifestar de diferentes formas na agenda política do estado e da cidade, trazendo consigo a importância da agricultura urbana (CALDAS & JAYO, 2019).

Para os mesmos pesquisadores, o governo de André Franco Montoro no estado de São Paulo, entre 1983 e 1987 pode ser considerado precursor das propostas de promoção da agricultura na cidade de São Paulo. Assim como em outras áreas, as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional foram descentralizadas e estimulavam a participação social e política (Idem).

No bojo desses projetos desenvolveu-se um conjunto de políticas denominado “Batalha da Alimentação” (São Paulo, 1987), sustentado em três diretrizes básicas: (i) incremento na produção de gêneros de primeira necessidade por meio de apoio ao pequeno e médio produtor (financiamento e seguro rural, assistência técnica, eletrificação rural, infraestrutura de estradas vicinais); (ii) incremento na produção de alimentos para o autoconsumo (hortas comunitárias, projetos em parceria com prefeituras e comunidades); e (iii) fomento a novas formas de comercialização e distribuição de alimentos (feiras do produtor, compras comunitárias) (CALDAS & JAYO, 2019, p. 4).

Já nos anos 1990, com o avanço do neoliberalismo, houve o abandono das políticas de agricultura urbana e, apenas no início dos anos 2000, tal tema volta à pauta. Isso ocorreu na gestão de Marta Suplicy (PT) que instituiu o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana – PROAURP, Lei 13.727/04, regulamentada através do Decreto 51.801/10.

5.2.1 PROAURP

Para este programa, a agricultura urbana é entendida como

toda a atividade destinada ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, plantas frutíferas e flores, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano no âmbito do município (SÃO PAULO, 2004, p. 2).

Ainda no tocante à lei, o programa elenca os seguintes objetivos:

I - combater a fome; II - incentivar a geração de emprego e renda; III - promover a inclusão social; IV - incentivar a agricultura familiar; V - incentivar a produção para o autoconsumo; VI - incentivar o associativismo; VII - incentivar o agroecoturismo; VIII - incentivar a venda direta do produtor; IX - reduzir o custo do acesso ao alimento para os consumidores de baixa renda (Idem).

A proposta de gestão do programa é Intersecretarial, envolvendo a Secretaria Municipal de Abastecimento, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Secretaria do Trabalho e Secretaria da Coordenação das Subprefeituras (OLIVEIRA, 2017).

O PROAURP teve algumas realizações importantes como a criação de duas Casas de Agricultura (CAE), uma na Zona Leste e outra na Zona Sul da capital, cujas funções são prestar assistência técnica aos agricultores. (CAMPOS, 2020). O mesmo programa promoveu aproximadamente 256 hortas, o Projeto piloto de Merenda Orgânica em Parelheiros, a Formação da Associação Orgânica de Agricultores de São Mateus e envolveu cursos e oficinas para cerca de 300 pessoas por ano em parceria com Escola de Jardinagem, Associação de Agricultura Orgânica (AAO), entre outros²⁵.

Desde a sua criação, no entanto, o PROAURP tem perdido força a partir do declínio da própria força política da SVMA dentro do governo municipal. Adicione-se a isso que outros projetos foram realizados em paralelo ao PROAURP, não necessariamente articulados e focados em determinados territórios do município.

Apesar de sua imensa importância para a visibilização da agricultura no município, bem como no suporte aos agricultores no quesito de assistência técnica, o programa instituído por Marta Suplicy, em 2004, não faz referências à palavra “mulheres”. Isso significa que o debate de gênero ainda não era presente na época e, portanto, não havia nenhum tipo de diferenciação entre os sujeitos e sujeitas da agricultura urbana.

²⁵ Informações encontradas em <https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Default.aspx?idPagina=7761>. Último acesso em 24/02/2023

Na gestão de Marta Suplicy também foi criado o Programa Operação Trabalho (POT) pela Secretaria do Trabalho. Tal programa tinha por objetivo oferecer bolsas a pessoas de baixa renda e desempregadas em troca do desenvolvimento de trabalhos em órgãos públicos (CAROLINO, 2021). Na Gestão de Fernando Haddad (PT), em 2015, criou-se a modalidade POT Hortas e Viveiros, em que os trabalhadores da agricultura recebiam uma bolsa do município, o que produziu impacto significativo no impulsionamento da agricultura urbana (LONDRES et al, 2021).

5.2.2 Programa Ambientes Verdes e Saudáveis e Programa Parques Lineares

Nas gestões de José Serra (PSDB) e Gilberto Kassab (PFL, DEM, PSD), entre 2005 e 2012, o secretário do verde e meio-ambiente Eduardo Jorge desenvolveu alguns programas na área, em parceria com a secretaria da saúde. Nesse período,

se destaca a criação de dois programas municipais: o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) e o Programa Parques Lineares. A principal novidade era uma integração entre políticas de saúde, assistência social, ambiente e educação, usualmente pensadas e implementadas de forma compartimentada (MANHAS, 2009 apud CALDAS & JAYO, 2019, p. 4).

O primeiro tratava da capacitação de agentes de saúde em temas que interligavam saúde e meio-ambiente. O seu alvo era a limpeza e manutenção de praças, assim como a criação e manutenção de hortas comunitárias e estímulo à alimentação escolar saudável.

O Programa Parques Lineares, por sua vez, consistia na criação de parques ao longo de rios e córregos no município, recuperados pelo governo do estado. Muitos destes parques foram ocupados, em parte, pela sociedade civil com a criação de hortas, como por exemplo a Horta das Corujas, às margens do rio de mesmo nome, na Vila Madalena, bairro de classe média na Zona Oeste de São Paulo e que é uma referência enquanto horta urbana de educação e ativismo (CALDAS & JAYO, 2019; NAGIB, 2016)

Os programas desenvolvidos nas gestões de José Serra e Gilberto Kassab também não fazem menção às questões de gênero ou ao termo “mulheres”. Embora o primeiro programa desta gestão aborde a relação entre hortas, saúde e meio-ambiente por meio do programa de saúde da família, não foram encontradas referências a trabalhos realizados exclusivamente com as mulheres.

5.2.3 Plano Diretor Estratégico

O Plano Diretor Estratégico de 2014 ressaltou a relevância da zona rural como uma área de beneficiamento da produção agrícola, de contenção da mancha urbana e de conservação dos serviços ecossistêmicos, especialmente a produção de água (São Paulo, 2014). Para estimular a conservação dessa região, o plano aposta na criação de uma zona rural multifuncional que se dedica não apenas à agricultura, mas também a outras atividades geradoras de trabalho e renda, como por exemplo, o turismo.

A zona rural corresponde às Macroáreas de Contenção Urbana e Uso Sustentável e às de Preservação de Ecossistemas Naturais. Ambas fazem parte da Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental de acordo com a Lei 16.050/2014 que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo.

A Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável, localizada ao sul do território municipal é caracterizada pela existência de fragmentos significativos de vegetação nativa, entremeados por atividades agrícolas, sítios e chácaras de recreio que protegem e/ou impactam, em graus distintos, a qualidade dos recursos hídricos e da biodiversidade, com características geológico- geotécnicas e de relevo que demandam critérios específicos para ocupação, abrigando também áreas de exploração mineral, ativas e desativadas (SÃO PAULO, 2014, art 20, p 24).

Essa macroárea, na zona sul, encontra-se, em sua totalidade, na Área de Proteção de Mananciais definida na legislação estadual e compreende o território das Áreas de Proteção Ambiental Capivari-Monos e Bororé-Colônia.

A Macroárea de Preservação de Ecossistemas Naturais é caracterizada pela existência de sistemas ambientais cujos elementos e processo ainda conservam suas características naturais.

§ 1º Na Macroárea de Preservação de Ecossistemas Naturais predominam áreas de remanescentes florestais naturais e ecossistemas associados com expressiva distribuição espacial e relativo grau de continuidade e conservação, mantenedoras da biodiversidade e conservação do solo, bem como várzeas preservadas, cabeceiras de drenagem, nascentes e cursos d'água ainda pouco impactados por atividades antrópicas e áreas com fragilidades geológico-geotécnicas e de relevo suscetíveis a processos erosivos, escorregamentos ou outros movimentos de massa (SÃO PAULO, 2014, p 25).

Com relação ao desenvolvimento do turismo, foi criado um Polo de Ecoturismo de São Paulo, com sugestões de atividades para serem feitas na região, como visitas a agricultores, a centros ecumênicos, a aldeias indígenas, cachoeiras, mirantes, entre outros (Polo de Ecoturismo de São Paulo, 2020 apud NAKAMURA & MARCOS, 2021).

É evidente a importância desse Plano Diretor ao demarcar uma zona rural e reconhecer a agricultura no município. Uma zona rural no maior município brasileiro se apresenta como uma inovação no modo de se pensar a cidade, o planejamento urbano e suas normativas. Todavia, de acordo com Nakamura & Marcos, 2021, ele não aprofunda questões cruciais presentes na região, como

a questão fundiária (fortemente presente, pois ainda existem posseiros, além de muitos loteamentos ilegais e pouca ação efetiva do poder público para regularizar a situação); as atividades produtivas e suas múltiplas dimensões, tais como o perfil dos sujeitos ali presentes, o tipo de produção e comercialização existente, o tamanho das propriedades e suas limitações e a ainda forte presença da agricultura convencional e das problemáticas dela decorrentes, ignorada pelo Plano que destaca a existência apenas de uma agricultura agroecológica (idem, p. 235.)

A aprovação do Plano Diretor em 2014 trouxe avanços para o desenvolvimento da agricultura no município de São Paulo, sobretudo na região do extremo sul. Em 2016, a prefeitura lançou o programa Agriculturas Paulistas, com o objetivo de fortalecer a atividade produtiva e a agricultura familiar na região e iniciar ações pela implementação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, em cumprimento ao PDE (Prefeitura, 2016). Nessa direção, o então prefeito Fernando Haddad (PT) assinou o Decreto nº 57.058, de 14 de junho de 2016, que regulamenta a composição, as competências e o funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS. Apesar disso, o Plano foi oficialmente lançado apenas no fim de 2022.

O Plano Diretor menciona o termo “mulheres” duas vezes. No artigo 303, da seção I, intitulada “Dos Objetivos e Diretrizes do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais”, consta que:

Os objetivos do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são: I - a proteção integral à família e à pessoa, com prioridade de atendimento às famílias e grupos sociais mais vulneráveis, em especial crianças, jovens, mulheres, idosos, negros e pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua;

Ainda no mesmo capítulo, na Seção II, que tem por título “Das Ações no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais”, em seu item XIV, afirma ser necessário “aprimorar as políticas e a instalação de equipamentos, visando à viabilização das políticas de acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência”.

Observa-se, portanto, que nessa normativa, a abordagem à mulher encontra-se presente de forma mais ampla. Destacam-se as violências às quais elas estão submetidas e a necessidade de aprimorar os aparelhos institucionais para solucionar esses problemas. Contudo, o Plano Diretor não faz distinção entre as mulheres urbanas e rurais e, tampouco das populações que habitam as zonas urbanas e rurais. Pode-se concluir, portanto, que há um macrozoneamento que diferencia pouco os cidadãos, suas demandas e direitos, apesar da definição de zonas urbanas e rurais do município previstas pela própria Lei.

5.2.4 Lei da Merenda Escolar Orgânica

Um grande avanço para a agroecologia, na gestão de Fernando Haddad foi a regulamentação da Lei nº 16.140, de 17 de março de 2015, pelo Decreto 56.913 de 5 de abril de 2016 que trata da obrigatoriedade da inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar municipal (SÃO PAULO, 2016). Tal lei representa a acolhida de uma demanda da sociedade civil paulistana pela gestão municipal. Os efeitos dessa Lei, dado o que representa uma cidade do tamanho de São Paulo, são sentidos em todo o estado e outras regiões do país, já que podem ser adquiridos alimentos de agricultores familiares, inclusive aqueles em processo de transição agroecológica. O processo de transição agroecológica pode ser comprovado mediante protocolo válido, atestado pelo órgão municipal competente de agricultura e abastecimento da cidade de São Paulo (ANA, 2018).

A Lei da Merenda Escolar Orgânica e o Plano de Introdução Progressiva de Alimentos Orgânicos ou de Base Agroecológica no Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo também não fazem referência à palavra “mulheres”. Entretanto, as ferramentas para a compra de alimentos agroecológicos podem facilitar a participação de mulheres agricultoras como fornecedoras de alimentos, uma vez que há uma tentativa de priorizar pequenos agricultores que ainda não possuem a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf, o que é uma realidade para as mulheres.

Outro ponto importante de se avaliar é de como a oferta de refeição de qualidade nas escolas pode ser fator que permite às mulheres mães, tempo para gerar renda e ter uma atribuição a menos no seu trabalho doméstico cotidiano. Desta forma, a regulamentação favorece, por um lado, as crianças, por meio da alimentação saudável e, por outro, as mães, por terem uma função reprodutiva a menos.

Apesar de inovador, o referido plano não foi implementado nos anos seguintes à regulamentação da lei. Notícia veiculada pelo portal “Rede Brasil Atual” em 15 de dezembro de 2017 revelou que as metas de compras de alimentos orgânicos pela prefeitura não estavam sendo cumpridas²⁶.

Ainda mais grave, algumas notícias revelaram denúncias feitas por diretorias escolares sobre a não entrega dos alimentos ou a entrega de itens estragados, obrigando as crianças a não comer nas escolas, ou a comer apenas frações dos alimentos. Em alguns casos, foi relatada a substituição por comida ultraprocessada, que deveria ser oferecida apenas em casos especiais²⁷.

Há que se ressaltar que as mudanças nos governos impedem, muitas vezes, a implementação e continuidade das ações programadas, pois podem ter objetivos divergentes, como foi o caso da gestão que assumiu a partir de 2017 que não seguia os mesmos princípios da gestão anterior. Este problema também reflete como a formulação das políticas públicas de agricultura e alimentação no município de São Paulo ainda está no âmbito de políticas de governo e não de Estado, estando sob o risco de desaparecer quando da mudança de gestão e sem uma garantia constitucional de cumprimento permanente do Direito Humano à Alimentação Adequada.

5.2.5 Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Dialoga diretamente com o fortalecimento da agricultura no município de São Paulo, a institucionalização da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, constituída pela lei nº 15.920, de 18 de dezembro de 2013.

²⁶ Doria descumpre meta para compra de merenda escolar orgânica - Rede Brasil Atual. Último acesso em 07/03/2022

²⁷ Escolas municipais de SP recebem alimentos estragados para a merenda (redebrasilatual.com.br). Último acesso em 07/03/2022

Essa Lei prevê que o Município deve tomar as medidas necessárias para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional de sua população. Além disso, a Lei institui os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, a saber: a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CMSAN; o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo – COMUSAN-SP; e a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN-Municipal (SÃO PAULO, 2013).

Um dos seus objetivos é respeitar e promover o direito humano à alimentação adequada, considerando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a livre orientação sexual. Ela também define o Plano de SAN como o seu instrumento de planejamento, avaliação e gestão, e nele encontra-se em maior detalhe as questões que concernem às mulheres.

Esse plano cita a palavra “mulheres” 16 vezes e, sem dúvida, é a normativa de alimentação e agricultura que mais incorporou o tema das mulheres. No capítulo 1.2 Vulnerabilidade de grupos específicos, há um subtópico destinado à questão das mulheres na alimentação, conforme reproduzimos abaixo:

As mulheres têm importante papel na produção de alimentos saudáveis. Elas são responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelas práticas agroecológicas, conservação e reprodução de sementes crioulas, garantindo qualidade de vida na família e na sociedade e manejo ambiental adequado às unidades de produção familiares. Contudo, as mulheres ainda acessam em menor número os recursos produtivos, serviços e créditos destinados à produção. Analisando-se o indicador de segurança alimentar coletado por meio da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios PNAD 2013, percebe-se que a prevalência de insegurança moderada ou grave foi maior em domicílios cuja pessoa de referência era do sexo feminino: 6,9% dos domicílios cuja pessoa de referência era do sexo masculino e 9,3% quando era feminino. Essa prevalência se dá, entre outras razões, porque as mulheres em geral recebem salários menores, são responsabilizadas pelo trabalho doméstico, o que provoca uma tensão entre o tempo de trabalho remunerado e o de cuidado, incluindo o preparo da alimentação. Na ausência de divisão do trabalho doméstico e de serviços de apoio, como creches, restaurantes populares de qualidade e preço acessível, as mulheres, assim como outros segmentos sociais, são levadas ao uso de alimentos industrializados. (SÃO PAULO, 2016, p. 27 e 28)

Este trecho do plano sintetiza o principal problema que levou à elaboração desta investigação: embora sejam fundamentais na produção alimentícia ao longo do sistema agroalimentar como um todo, as mulheres sofrem com a escassez de alimentos e a insegurança alimentar. Importante ressaltar que a pandemia e a profunda crise socioeconômica, política e

climática têm aprofundado essa questão e aumentado os números de pessoas que passam fome e/ou sofrem, em algum nível, a insegurança alimentar.²⁸

O plano também deixa claro como a divisão sexual do trabalho impacta a vida das mulheres, dificultando seu acesso ao ambiente público. Tal divisão a coloca nesse papel de garantidora da alimentação da família, o que dificulta trabalhar fora e gerar renda monetária, agravando esse ciclo vicioso. Ele também enfatiza como essa tensão entre tempo de trabalho remunerado *versus* tempo de cuidados reflete no maior consumo de alimentos industrializados, o que tem fortes consequências na saúde da população e ainda culpabiliza a mulher, como se fosse uma função apenas dela alimentar os filhos.

O plano também chama a atenção para o fato de que muitas mulheres possuem doenças em decorrência da alimentação.

Em relação à prevalência de hipercolesterolemia, destacam-se altos índices entre as mulheres (22,2%) e pessoas entre 55 e 64 anos (35,5%), fato preocupante, uma vez que as doenças crônicas são responsáveis por 72% dos óbitos no país (Vigitel, 2015 apud PLAMSAN, 2016, p. 33).

As mulheres, apesar desse quadro, em geral, parecem se preocupar mais com a alimentação por meio da ingestão de mais frutas e hortaliças, o que permite acessar nutrientes e sais minerais. Ainda segundo o plano,

A dieta dos brasileiros apresenta mais frutas e hortaliças, como marcadores da melhoria da alimentação, principalmente entre as mulheres (42,5% de consumo regular). O feijão ainda se configura como um dos principais alimentos no prato do brasileiro, estando presente na dieta de 66,1% da população. Contudo, doenças carenciais continuam a existir, como a anemia ferropriva, cuja prevalência é de 22,6% para crianças de até 59 meses e de 28,5% para as mulheres, onde temos como um grupo de risco os lactentes menores de 2 anos, pré escolares, escolares, mulheres adolescentes e gestantes (IBGE, PNDS, 2009), caracterizando-se como problema carencial de maior amplitude no Brasil (PLAMSAN, 2016, p. 33 e 34).

²⁸ O inquérito de SAN realizou um levantamento que apontou que 57,8% de brasileiros conviveram com algum grau de insegurança alimentar em 2021 e mais de 33 milhões de pessoas passaram fome no mesmo ano. A pesquisa foi desenvolvida pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), como parte do projeto VigiSAN.

No mesmo sentido, em geral, as mulheres também consomem menos refrigerante e sucos artificiais

No Brasil, quase $\frac{1}{4}$ (23,4%) das pessoas de 18 anos ou mais de idade consumiam regularmente refrigerantes, sendo o hábito mais frequente entre os homens (26,6%) do que entre as mulheres (20,5%). Na comparação por Grande Região, a menor proporção foi de 16,8%, na Região Nordeste, enquanto as maiores foram obtidas nas regiões Sudeste (26,8%) No Brasil, o percentual de pessoas que referiram esse hábito foi 21,7%, que diminuía com o avanço da idade e aumentava com o nível de escolaridade (IBGE, 2013 apud PLAMSAN, 2016, p. 34).

Por fim, no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, consta uma análise do excesso de peso e da obesidade no município de São Paulo a partir dos dados do ISA-CAPITAL.

Foi observada uma tendência de aumento das prevalências de excesso de peso e obesidade, de 38% em 2003 para 49,7% na população de 12 anos e mais. Entre os adultos (20 a 59 anos) do sexo masculino a proporção em 2015 foi de 60,5% e entre as mulheres de 53,5%. A região da zona Norte apresenta a maior taxa da cidade, com 53,9% da população com excesso de peso; a região Centro-Oeste tem menor incidência, com 41,4% (ISA-Capital 2015). Para a hipertensão, a Vigitel 2014 mostra que cerca de 22,9% dos adultos paulistanos apresentam esse diagnóstico, com 19,7% dos homens, e 25,8% das mulheres PLAMSAN, 2016, p. 34 e 35).

Esse plano revela as contradições do sistema alimentar local e global: ao mesmo tempo em que a fome e a desnutrição são presentes, a obesidade e os problemas relativos a excesso de consumo de gorduras, farinhas e açúcares afligem cada vez mais a população.

5.2.6 Projeto Ligue os Pontos

Cabe destacar também que, em 2013, foi criado o Projeto Ligue os Pontos²⁹, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano em conjunto com outras secretarias e órgãos municipais. Seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da zona rural e aprimorar suas relações com o meio urbano a partir dos diversos pontos envolvidos na Cadeia Produtiva. Com essa proposta, a cidade de São Paulo foi vencedora do prêmio Mayors Challenge 2016, promovido pela Bloomberg Philantropies. Com o recurso, diversas ações foram impulsionadas, especialmente a partir da contratação de 10 técnicos de ATER. Entre as atividades e efeitos de destaque estão: um Sistema informatizado de ATER, realizado

²⁹ LIGUE OS PONTOS – PREFEITURA DE SÃO PAULO. Disponível em <<https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/projeto/>>. Último acesso em 18/02/2022.

em conjunto com a Coordenadoria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (CDRS) e em sintonia com o Protocolo de Transição Agroecológica do Estado de SP, e a Plataforma Sampa+Rural. Esta última existe para reunir iniciativas de agricultura, turismo e alimentação saudável disponíveis em São Paulo. Por meio dela, é possível saber os locais em que são produzidos alimentos orgânicos e saudáveis, onde eles são vendidos e quais restaurantes os utilizam no dia a dia (LIGUE OS PONTOS, último acesso em 18/02/2022).

Com a mudança de gestão ocorrida em 2017, o tema da alimentação e da agricultura também passou por transformações. Houve, no início da gestão de João Dória Jr (PSDB), uma tentativa de inserir na alimentação escolar e na assistência social um alimento granulado, também conhecido por “farinata”, produzido a partir de restos de alimentos próximos do vencimento. Este seria o principal expoente do programa municipal de combate à fome, pois atenderia a população em vulnerabilidade social por meio dos órgãos da Assistência Social³⁰.

Sem registro nos órgãos de vigilância sanitária e amplamente criticado por nutricionistas e pela sociedade civil, o até então prefeito de São Paulo, voltou atrás e decidiu não implementar tal programa³¹.

Em resposta às severas críticas recebidas pela “farinata”, a gestão de João Dória criou o Programa Alimento Saudável que seguia na direção dos programas implementados pelo petista Fernando Haddad.

A medida amplia a compra de produtos da agricultura familiar e de orgânicos para a merenda escolar da rede municipal de ensino. Além disso, foram anunciadas a criação do aplicativo Prato Aberto e a implantação de mais 200 hortas pedagógicas em escolas (Prefeitura de São Paulo)³².

Com relação ao Programa Alimentos Saudáveis, implementado na gestão de João Dória Jr, não foram encontradas as leis referentes à sua regulamentação e, tampouco as informações contidas no portal da Prefeitura relacionam o tema da agricultura e alimentação à questão das mulheres.

³⁰ Farinata Doria: saiba tudo sobre essa ração para humanos (seligasaude.com). Último acesso em 04/03/2022

³¹ <https://www.cartacapital.com.br/politica/orgaos-de-vigilancia-nao-trazem-informacao-sobre-farinata-de-doria>. Último acesso em 25/02/2022

³² Prefeitura lança Programa Alimento Saudável nas escolas com produtos da agricultura familiar | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo | Prefeitura da Cidade de São Paulo. Último acesso em 25/02/2022

Nesse contexto, o programa Ligue os Pontos também foi imobilizado, pois a agricultura não era importante para essa gestão da prefeitura. Quando Dória assumiu o governo paulista e Bruno Covas (PSDB), seu vice, tornou-se prefeito, o Ligue os Pontos voltou a ser implementado. Isso porque havia um montante alto de recurso por conta do prêmio recebido, assim como grande visibilidade.

Entre as ações realizadas pelo projeto estão: uma parceria com o programa Teia para a criação de um espaço de *coworking* no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia; o financiamento para oito projetos de agricultores da região, no valor de R\$ 35 mil para cada um; a implantação de sistemas ecológicos de esgoto junto ao escritório cooperativo Sapiência Ambiental para agricultores.

O Programa Ligue os Pontos teve como um dos grandes resultados a Plataforma Sampa+Rural, que, inclusive, serve de base para esta pesquisa. A ampla coleta de dados realizada pelos técnicos a respeito da agricultura, do perfil dos moradores da Zona Rural e das aldeias indígenas, assim como das atividades econômicas da região, teve como objetivo ajudar a monitorar o desenvolvimento sustentável das Áreas de Proteção Ambiental, assim como fortalecer o sistema agroalimentar municipal.

Chama a atenção para esta pesquisa o fato de que a plataforma de dados possui o filtro do gênero, permitindo fazer análises diferenciadas sobre posse da terra, comercialização, local de atuação, acesso à DAP, entre outros a partir do gênero da agricultora/agricultor, o que pode ser considerado um avanço do ponto de vista analítico. Mais à frente, alguns destes dados serão detalhados.

5.2.7 Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável

Após oito anos de intensas mobilizações e reuniões, o referido plano foi lançado em 2022. É um documento bastante importante para a consolidação da agroecologia no município, haja visto que ela faz parte do nome do instrumento normativo, bem como do fortalecimento da zona rural paulistana.

O próprio plano pontua que a agricultura é uma estratégia crescente e relevante, por impactar sistemicamente questões complexas como a gestão territorial, a preservação e aumento da qualidade ambiental, a segurança hídrica, a promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional, a inclusão produtiva e a geração de renda, o avanço na economia circular e o combate e mitigação das mudanças climáticas. Além destes pontos, ele também

colabora para a contenção do avanço urbano irregular em áreas de proteção ambiental e permite um melhor aproveitamento do solo urbano.

O plano se relaciona com uma série de outros planos como o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), o Plano Municipal de Saúde (PMS), o Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU), entre outros. A proposta de relacionar o Plano de Agroecologia a outros já existentes visa, por um lado, dar suporte às ações por meio de estruturas da Prefeitura já existentes, como por exemplo, as Casas de Agricultura, o POT, entre outros e o cumprimento dos objetivos e metas mais gerais da Prefeitura.

Para isso, foi realizado um estudo sobre a interface entre os planos, em que foram registradas as convergências entre as metas previstas, dando origem a um importante instrumento de acompanhamento das ações e de estímulo ao trabalho intersecretarial, necessário para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário (SÃO PAULO, 2022).

O Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável estabelece 65 ações e metas que estão organizadas em 4 Núcleos Temáticos: Econômico Produtivo; Sociocultural e Ambiental; Infraestrutura e Serviços Públicos; e Organização Institucional.

O Núcleo Econômico Produtivo reúne 17 ações relacionadas ao apoio da Prefeitura à instalação de novas hortas, ao fortalecimento de iniciativas de agricultura já existentes, à regularização da produção animal, à ampliação das condições de acesso a mercados pela agricultura local e ao estímulo ao turismo rural. A estratégia versa em construir condições econômicas e viabilizar o acesso a recursos para que a agricultura urbana e periurbana, bem como a economia verde e o turismo sustentável, prosperem na cidade.

O Núcleo Temático Sociocultural e Ambiental estabelece 20 ações que irão promover a educação ambiental, o engajamento comunitário, a preservação de valores culturais, a requalificação dos espaços públicos e privados, e a produção de alimentos saudáveis, elemento essencial para a segurança alimentar e nutricional. Importante destacar que um dos eixos deste núcleo se chama “Mulheres, indígenas e jovens” e visa estimular ações específicas voltadas a estes grupos.

Já o Núcleo Temático de Infraestrutura e Serviços Públicos elenca 18 ações relacionadas a garantir a segurança e fiscalização de áreas rurais, bem como a ações de infraestrutura básica,

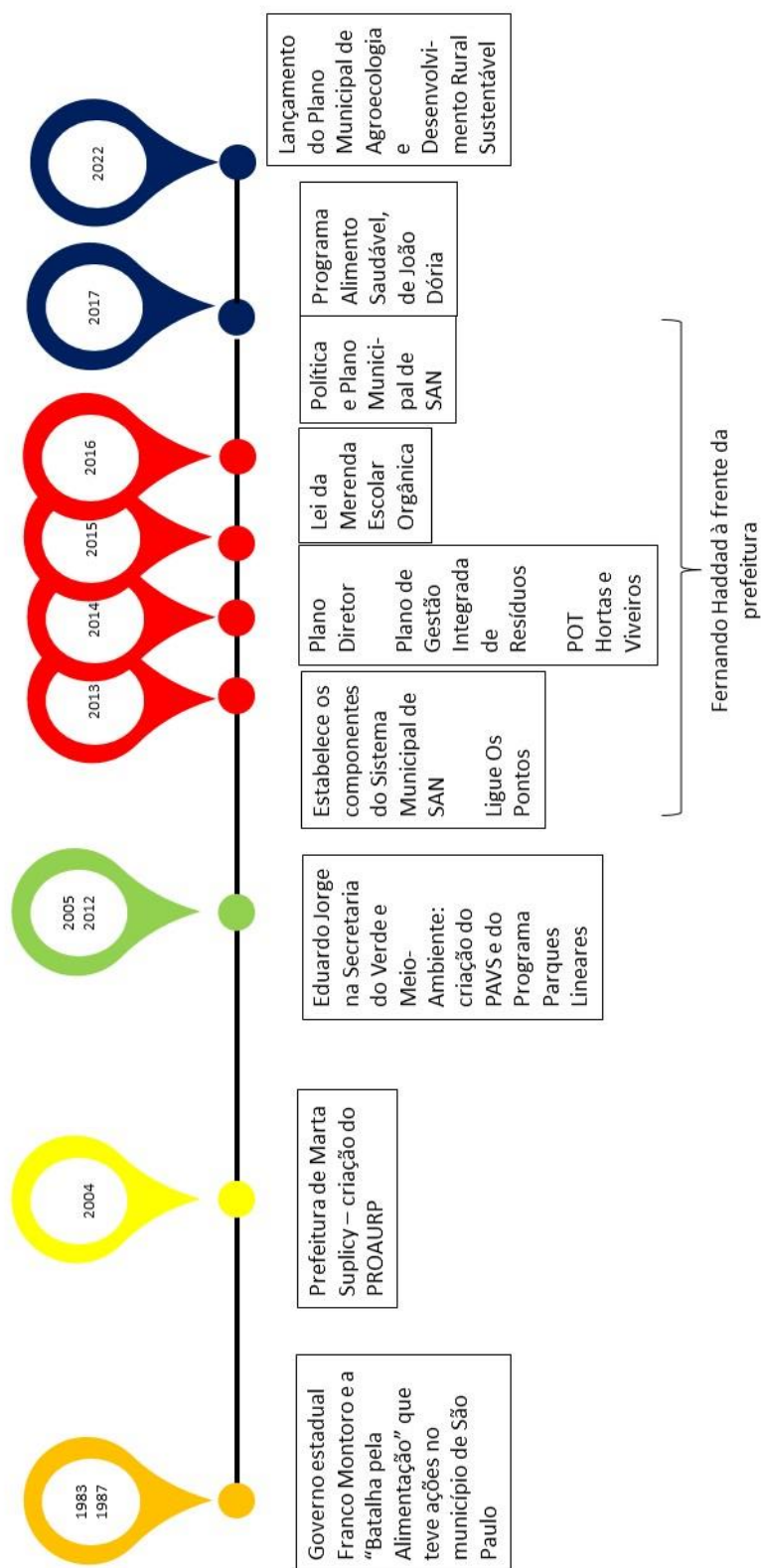
como manutenção de estradas rurais, acesso a água, saneamento, internet, coleta de resíduos e iluminação pública. Também estrutura metas para o avanço no ordenamento territorial e na regularização dos locais de agricultura, seja por apoio e parcerias para regularização de hortas urbanas, seja no progresso da regularização fundiária das unidades produtivas rurais. É neste núcleo que se encontra também as ações de ATER do município, um gargalo da agricultura local.

O Núcleo Temático Organização Institucional, por sua vez, é integrado por 10 ações que buscam aumentar as competências institucionais do poder público municipal para efetivar o plano de fato. Isso envolve, por um lado, garantir que haja financiamento público das atividades, articular os fundos municipais e criar dotação orçamentária própria na Lei Orçamentária Anual. Por outro lado, é aqui que se fortalece também as instâncias decisórias e de participação social e a articulação entre as pastas municipais que compartilham compromissos nas ações e metas deste plano. Nesse contexto, o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Rural Solidário e Sustentável (CMDRSS) na fase de implementação é fundamental.

O plano cita a palavra “mulheres” 48 vezes e é premente como houve uma mudança na incorporação das questões de gênero, identidade e geração neste instrumento quando se compara aos demais. Isso só foi possível por conta da existência do CMDRSS e da inserção de mulheres agricultoras e funcionárias públicas sensíveis a esta temática no grupo. Vale ressaltar que a inclusão das mulheres, das indígenas e da juventude é fundamental para se pensar a continuidade da agricultura.

A figura 2 apresenta uma linha do tempo com os principais instrumentos normativos relacionados a agricultura e alimentação do município.

Figura 2 – Linha do tempo das políticas públicas de agricultura e alimentação.



Fonte: organizado pela autora com base em Caldas & Jayo, 2019 e dados da Prefeitura Municipal de São Paulo

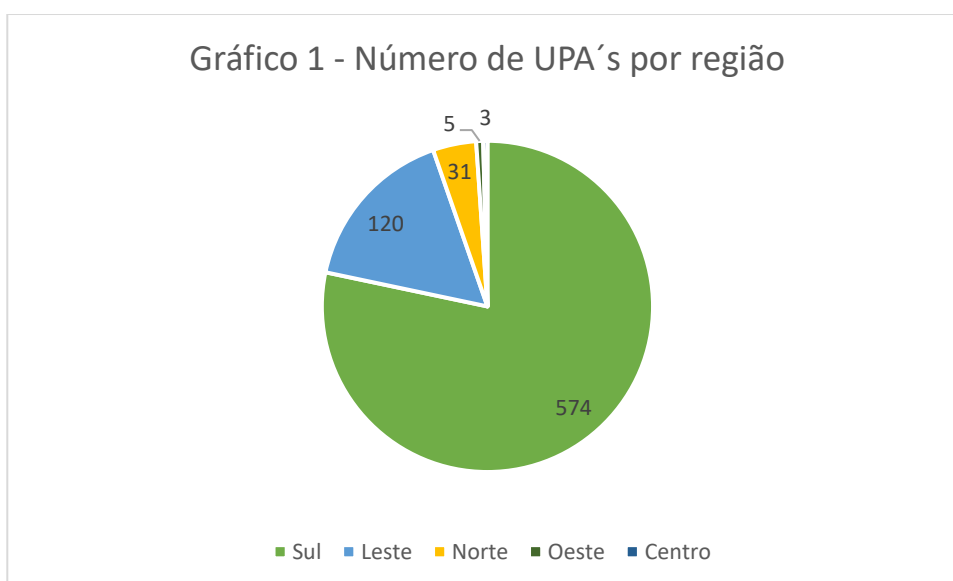
A descrição documental das políticas e programas de agricultura e alimentação revela um interesse recente do poder público na participação e valorização das mulheres na agricultura e alimentação. Apenas a partir de 2016, o tema das mulheres passa a fazer parte das normativas de agricultura e alimentação em São Paulo e ainda há muita desigualdade no acesso a recursos, como será visto adiante. Apesar disso, houve um período em que esta era uma preocupação da prefeitura, sobretudo porque seguia uma postura assumida também pelo governo federal, nos governos Lula e Dilma, entre os anos de 2003 e 2016.

A observação das políticas também traz também a compreensão de como a agricultura urbana é vista como um instrumento de assistência social, uma resposta aos momentos de crise socioeconômica ou de redução de desigualdades. Apesar disso, ela sempre se desloca entre as secretarias do verde e meio-ambiente, do trabalho e/ou da agricultura, de acordo com as visões dos governantes do momento.

5.3 A agricultura nas diferentes regiões do município

A agricultura praticada no município de São Paulo é diversa e está muito mais presente na Zona Sul, porém, ela está localizada em todas as regiões. O gráfico 1 apresenta o número de agricultores por região, de acordo com as divisões da plataforma Sampa+Rural.

Gráfico 1 – Número de UPA´s por Região

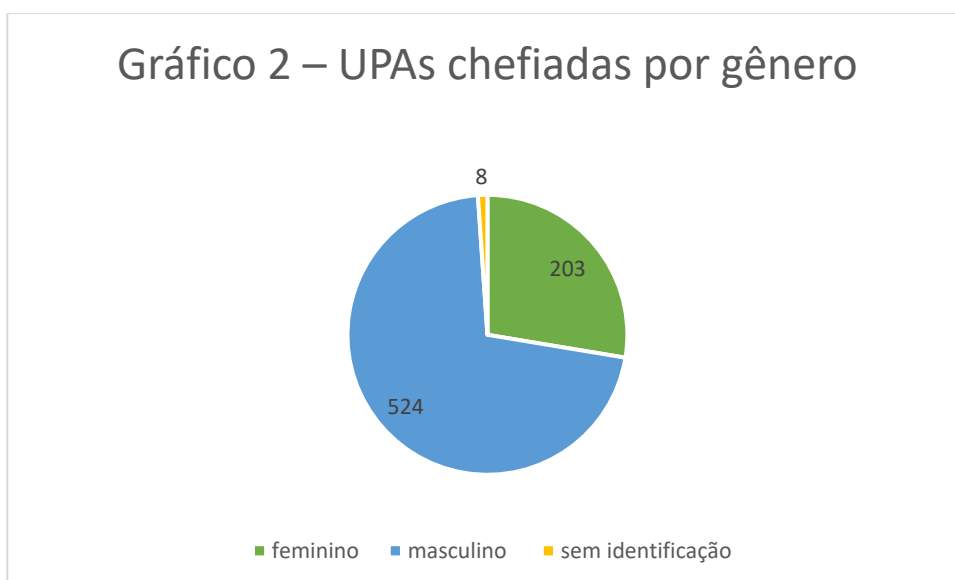


A plataforma apresenta dados interessantes, como, por exemplo, o perfil etário dos chefes das UPAs: 11% possuem entre 18 e 35 anos; 53% possuem entre 35 e 60 anos e 35%

são maiores de 60 anos. Tais dados evidenciam, no município, uma questão premente na agricultura do país: o envelhecimento de grande parte das agricultoras e agricultores.

A plataforma também informa as principais culturas produzidas. 37% das UPAs produzem legumes, verduras e raízes; 21% produzem plantas ornamentais; 35% produzem frutas e 9% possuem outras atividades agropecuárias como a produção de frango, ovos, leite, cereais ou cultivos perenes.

Com relação à presença de mulheres, os dados revelam que 28% das unidades são chefiadas por elas. Isso porque há 157 produtoras agrícolas registradas, somadas a mais 46 UPAs cujas lideranças declararam ser do gênero feminino, totalizando 203 mulheres que chefiam UPAs.



Fonte: organizado pela autora com base nos dados disponibilizados pela plataforma Sampa+Rural

Quando esses dados são relacionados com outros dados, é possível tirar algumas conclusões, como por exemplo a grande maioria delas trabalha com mão-de-obra predominantemente familiar: 167 UPAs, totalizando 82% das mulheres agricultoras.

Também foi observado que, das 203 agricultoras, 45 fazem parte de alguma associação, enquanto 140 não fazem. Há 18 cadastros vazios nesta seção.

Na Tabela 1, é possível acessar os dados dos tamanhos das áreas cultivadas.

Tabela 1 – Tamanho das áreas cultivadas por quantidade

Área cultivada	Quantidade de UPAs
Até 0,1 ha	39
Entre 0,1 e 5 ha	78
Maior que 5 ha	8
Sem informação	78

Fonte: Sampa+Rural

Os dados revelam que as unidades chefiadas por mulheres são pequenas, a maior parte delas variando entre 0,1 e 5 hectares. É verdade que nas cidades, os lotes destinados à produção agropecuária, em geral, são pequenos, pois competem com outros serviços. Em São Paulo, 61% das UPAs tem tamanho que varia entre 0,1 e 5 ha. Porém, neste caso, é grande também o número de UPAs sem informação, o que dificulta algumas análises.

Um dado que chamou bastante a atenção é o de que 83 das 203 agricultoras cadastradas não comercializam os seus produtos, o que representa 41% do total. Tal informação pode sugerir que há produção voltada para o autoconsumo.

Outro dado bastante relevante é que, apenas 14 agricultoras no município de São Paulo têm Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), enquanto 189 não tem.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA),

a DAP é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. A DAP é a porta de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Como uma identidade, o documento tem dados pessoais dos donos da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda da família. Para acessar uma linha de crédito do Pronaf, por exemplo, é imprescindível a DAP, pois nela consta informações que darão segurança jurídica para as transações de financiamentos³³.

³³ Texto disponível no site do MAPA. Disponível em < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap/cadastro-nacional-da-agricultura-familiar-caf>>. Último acesso em 07/08/2023

O baixo acesso das mulheres agricultoras a essa ferramenta pode levar ao entendimento de que, ainda é mais difícil para as mulheres acessarem políticas públicas ou que houve redução da emissão de DAPs devido ao contexto político e ainda, a dificuldade de adaptação de uma ferramenta que existe para a zona rural ser colocada em prática no município de São Paulo, ainda que a maior parte da agricultura esteja localizada em zona rural demarcada por lei.

Com relação aos homens, consta o registro de 38 homens com DAP de um total de 474, ou seja, também é reduzido o número de emissão desse documento para o gênero masculino. Importante pontuar que não foram consideradas nesta conta as hortas comunitárias e as UPAs cuja responsabilidade é compartilhada entre o casal.

Vale ressaltar também que o Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e regulamenta a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. O CAF visa substituir a DAP enquanto instrumento jurídico de acesso às políticas públicas da agricultura familiar, mas ainda está em transição.

Como foi visto, os dados demonstram a maior presença da agricultura na Zona Sul, porém, também mostram que ela tem destaque na Zona Leste, de forma bastante distinta em termos de posse da terra, do próprio território em que está inserida e, assim como a leitura dos artigos, indicam uma diferença entre o tipo de agricultura praticada em cada região do município. Na seção abaixo serão abordadas as regiões e as suas peculiaridades com relação à agricultura.

5.3.1 Zona Sul

O extremo sul do município, composto pelos distritos de Parelheiros, Marsilac e Grajaú tem recebido maior atenção no tocante à agricultura por conta de uma série de programas, políticas e projetos ali implementados, pela configuração do relevo e por ser área de abastecimento de água. Nessa região estão presentes agricultores convencionais e orgânicos, aldeias indígenas, sítios de lazer, atividades de turismo como cachoeiras, parques municipais, duas Áreas de Proteção Ambiental (as APA Capivari-Monos e Bororé-Colônia) e templos religiosos abertos à visitação (NAKAMURA & MARCOS, 2021, p. 225). Essas pesquisadoras, com base em estudos mais antigos, como o de Penteadó (1958) apontam que o relevo da região, já bastante próximo à Serra do Mar, assim como a existência das represas de abastecimento de

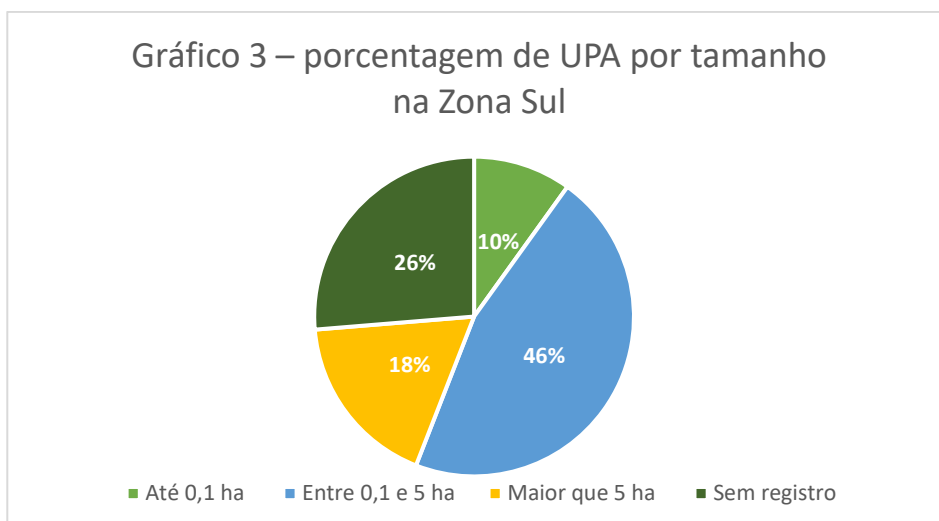
água constituíram-se como barreiras ao crescimento urbano da cidade, o que permitiu ao território o desenvolvimento da agricultura, assim como a permanência de áreas verdes. Faz-se mister também considerar o papel dos imigrantes do Japão na consolidação da agricultura como atividade econômica na região (NAKAMURA & MARCOS, 2021).

Assim, é na região sul do MSP que a produção agrícola é mais expressiva e com mão-de-obra tipicamente familiar. Nessa região,

79% das UPAs cultivam frutíferas, apesar de apenas 16% de fato comercializarem essas frutas, e grande parte produz e comercializa folhosas, legumes, raízes e ervas aromáticas (65%). Também há uma vasta produção de plantas ornamentais (em 45% das UPAs), mas apenas 19% de fato comercializa e acessa os mercados dessa cadeia produtiva. A produção animal também foi evidenciada em 218 UPA, com a produção para comercialização de galinhas e frangos (89%), de ovos (83%), de porcos (21%) e de mel (6%). No total, 54% das UPA tem renda bruta agrícola inferior a R\$ 1000,00/mês e 4% possuem renda agrícola superior a R\$ 20.000,00/mês (SÃO PAULO, 2020 apud BIAZOTI et al, 2021, p. 198)

Os dados disponibilizados pela Plataforma Sampa+Rural informam que a Zona Sul concentra a maior quantidade de UPAs. São 574, contabilizando a Zona Rural Sul, a Zona Urbana Sul e apenas Zona Sul, conforme consta na planilha. Em São Paulo como um todo, existem 735, ou seja, a zona sul reúne 78% do total de UPAs.

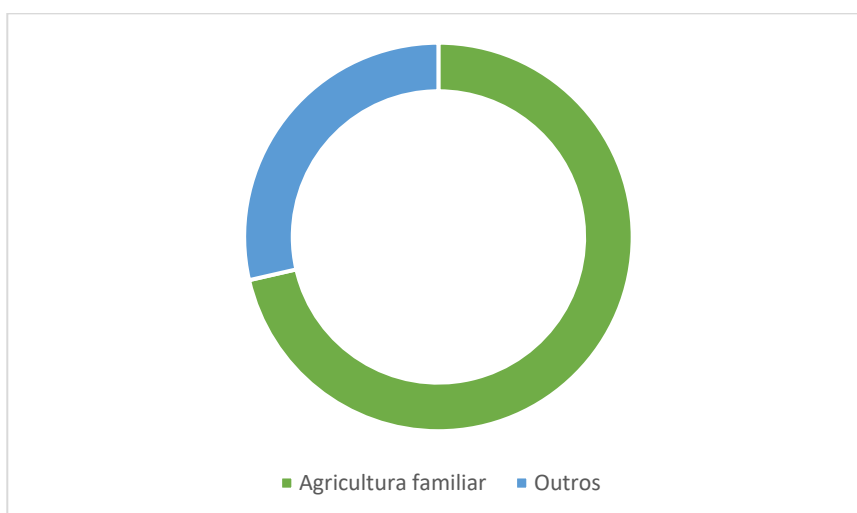
O gráfico 3 revela que a maior parte dessas UPAs tem tamanho entre 0,1 a 5 ha, representando 46% do total de UPA. 10% delas são áreas ainda menores, de até 0,1 ha. 18% são áreas maiores que 5 ha, ainda que possam parecer áreas pequenas considerando o rural brasileiro, representam áreas bastante grandes para o município paulista. A quantidade de UPAs sem registro do tamanho também é alta: 26% delas não declararam essa informação.



Fonte: organizado pela autora com base nos dados disponibilizados pela plataforma Sampa+Rural

A mão-de-obra da agricultura na zona sul de São Paulo é majoritariamente familiar, estando presente em 410 UPAs, 71% do total. Esse modo de produção é majoritário na agricultura paulistana como um todo, das 735 UPA, 509 a empregam.

Gráfico 4 – Presença da Agricultura Familiar nas UPAs da Zona Sul



Fonte: organizado pela autora com base nos dados disponibilizados pela plataforma Sampa+Rural

Os dados da plataforma não trazem informações sobre a posse da terra, porém a dissertação de mestrado de Valdiones (2013) aponta que grande parte dos produtores da Zona Sul herdaram as suas terras de seus ascendentes.

Importante observar que os programas relacionados à agricultura na zona sul estão bastante alinhados com a importância da conservação ambiental e da produção de água. Ao longo da década de 2000 e de 2010, uma série de projetos discutiu essa questão e, foi por isso que, em 2004 foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) Capivari-Monos e, em 2006, a APA Bororé-Colônia. Essas áreas protegidas permitem a prática de atividades econômicas e a moradia de pessoas, porém tornou-se necessária a institucionalização específica de ações que promovessem a ligação entre agricultura e meio-ambiente (NAKAMURA & MARCOS, 2020).

Com o objetivo de aproximar a agricultura desses outros objetivos e de propiciar a transição agroecológica dos produtores da região,

foram lançados, em 2010, o Programa Agricultura Limpa e, por meio do decreto municipal, o Protocolo de Boas Práticas Agrícolas, em parceria com o governo estadual. Ambos serviam para incentivar a agricultura e a conversão agroecológica de agricultores. O programa tinha como objetivo incentivar a agricultura e orientar a conversão da agricultura convencional para a agroecológica. O protocolo era um documento com regras para que essa conversão ocorresse. O poder público oferecia apoio e assistência técnica para ajudar os agricultores na transição. O Protocolo de Boas Práticas Agrícolas também permitia aos agricultores que pudessem vender seus produtos como “em transição” (NAKAMURA & MARCOS, 2020, p. 232).

É na ZS também que está presente a Cooperapas, Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo. É impossível não associar a criação da cooperativa ao contexto de atuação da Casa de Agricultura de Parelheiros, das ONG, da Incubadora de Tecnologias Cooperativas Populares (ITCP) da USP e da própria prefeitura (NAKAMURA, 2017).

No início da década de 2010, havia um interesse dos agricultores em unificar a sua comercialização e tal interesse foi motivado por conta dos diversos projetos que haviam na época. De acordo com NAKAMURA & MARCOS,

muitos deles são pequenos produtores e não têm condições de assumir vendas expressivas e com regularidade. Assim, uma saída seria a formação de um grupo formalizado, como uma associação ou cooperativa. Outro motivo desse interesse era o de possibilitar aos agricultores participar de programas federais de compra de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A CAE acompanhava esses agricultores e suas discussões. O próprio poder público tinha interesse na criação de uma cooperativa, tanto que ele teve uma intervenção direta na formação da Cooperapas (NAKAMURA & MARCOS, 2020, p. 232 E 233).

Foi em junho de 2011 que a cooperativa surgiu oficialmente, com 28 cooperados (NAKAMURA, 2017). Interessante observar como políticas em nível federal estimulam políticas a nível estadual e municipal, não apenas em termos de legislação, mas também em maneiras de estimular a organização da produção e comercialização agroecológica. Entretanto, é importante avaliar se a própria cooperativa consegue se sustentar sem o apoio do Estado ou se há dependência.

A pesquisa de Biazoti et al (2021) apontou que os alimentos produzidos pela Cooperapas, majoritariamente, são deslocados para áreas mais centrais, em que há um maior poder de compra e onde os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) são mais elevados. Além disso, estão no centro expandido os Institutos de Economia Solidária e a maioria das feiras orgânicas, o que se configura como um problema de acesso a alimentos agroecológicos, ou ainda de como a renda determina a possibilidade de consumo destes itens alimentícios.

Com relação à certificação, os produtores da Cooperapas se dividem. Alguns fazem parte do Sistema Participativo de Garantia (SPG) da Associação de Agricultura Biodinâmica (ABD) e outra parte é certificada por auditoria privada.

Além desses formatos oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), alguns agricultores têm o Protocolo de Transição Agroecológica, documento emitido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente que comprova que o manejo da propriedade está em transição entre o convencional e o orgânico. Com esse certificado, os produtores podem acessar espaços de comercialização, sobretudo os restaurantes, ainda que não estejam certificados.

Os produtores da ZS que não atuam em cooperativas ou associações comercializam seus produtos na Ceagesp, em feiras livres ou para feirantes, em mercados locais e diretamente na área de produção. São agricultores com áreas maiores, geralmente especializados em um tipo de cultura, com emprego de manejo convencional. Nota-se que produzem um volume mais expressivo e são mais adaptados aos mercados industrializados (BIAZOTI et al, 2021, p. 202).

5.3.2 Zona Leste

Na Plataforma Sampa+Rural, foram cadastradas 120 UPAs localizadas na Zona Leste. Nessa região, é possível distinguir agricultores que cultivam em terrenos ociosos, em terrenos com linhas de transmissão de energia ou terrenos sobre adutoras de água. “A área produtiva

total desse grupo tem destaque para a fruticultura (perene) e a produção de hortaliças (temporária) com comercialização direta ao consumidor final” (BIAZOTI et al, 2020, p. 198). Na mesma região, foram identificados 99 estabelecimentos agropecuários no Censo Agropecuário de 2017, o que demonstra certa diferença com relação aos dados da Sampa+Rural.

Na Zona Leste, existe a Associação dos Agricultores da Zona Leste (AAZL) que funciona também como OCS – Organização de Controle Social, reconhecida pela Lei 10.831/2003 como uma forma de garantir a qualidade orgânica, desde que sua comercialização seja feita diretamente ao consumidor.

Diferentemente da Cooperapas, a produção da associação permanece, em grande maioria, na ZL de São Paulo, ou seja, alimenta as pessoas do mesmo território em que foi produzida. Isso ocorre

em razão do custo de transporte constituir um fator limitante para esses agricultores, bem como as pequenas áreas que possuem para produzir, não permitindo a venda em escala maior para os programas de abastecimento, por exemplo. É importante citar que 11 agricultores da Associação compõem a Organização de Controle Social (OCS) Agricultores da Zona Leste (BIAZOTI et al, 2021, p 201)

O artigo de Marques et al (2021) apontou que a dificuldade de acesso à terra e à água se constitui como empecilho central para o desenvolvimento da agricultura nessa região. Apesar de produzirem composto a partir dos resíduos gerados localmente, eles não são suficientes e não há espaços para sua estocagem. O artigo ainda aponta que a assistência técnica pública é muito restrita: apenas uma profissional atende toda a Zona Leste Paulistana, o que impossibilita um acompanhamento mais próximo e regular. (MARQUES et al, 2021)

O artigo também indica a existência de um conflito entre os discursos e práticas das hortas urbanas e o direito à moradia.

No caso da AAZL, a maior parte dos terrenos ocupados por seus horticultores encontra-se em áreas públicas ou, sob concessão, de empresas que fornecem serviços públicos, como eletricidade (Ente Nazionale per l’Energia Elettrica, ENEL) ou água e esgoto (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, SABESP). Assim, a ocupação legal destes espaços requer tanto a ratificação de contratos de comodato, quanto o estrito respeito às regras de segurança (por exemplo, observando os cultivos que são autorizados sob os cabos elétricos de alta tensão). No entanto, os entrevistados revelaram que tais contratos existiram no passado, mas hoje estão caducos, o que torna precário o acesso dos agricultores ao solo. Por outro lado, as regras de ocupação destes

terrenos são por vezes desconhecidas pelos próprios agentes municipais ou as informações disponíveis neste âmbito são contraditórias (MARQUES et al, p. 9).

A presença em áreas públicas e as mudanças institucionais se configuram como um risco da manutenção do uso da terra e a burocracia e a linguagem técnica se configuram como desafios para o trabalho desses agricultores.

Também na Zona Leste está presente a ONG Cidades Sem Fome que possui uma perspectiva de abastecimento alimentar a partir de um “modelo agrícola produtivista ancorado em justificativa industrial”, diferente da perspectiva da AAZL, por exemplo, que possui atividade “agrícola diversificada e respeitosa do meio ambiente, tendendo a mobilizar em suas justificativas princípios de justiça cívicos e ecológicos” (MARQUES et al, 2020).

De acordo com Fabio de Campos, o projeto-piloto da ONG Cidade Sem Fome, propõe um modelo de agricultura urbana para faixas de transmissão de energia elétrica, com base na produção monocultural de hortaliças para comercialização local, mercados e empresas. Esse projeto é apoiado pela ENEL e, em contrapartida, a companhia cede comodatos dos lotes para a ONG implementá-lo. A Cidade Sem Fome está presente em uma dezena de lotes na Zona Leste e, assim, representa uma parte expressiva da agricultura na região (CAMPOS, 2020).

A Zona Leste de São Paulo enfrenta uma série de conflitos que também estão presentes nas hortas. Invasão de terras, furtos, prostituição, tráfico de drogas e crime são alguns exemplos desta realidade (OLIVEIRA, 2017; CAMPOS, 2020). Uma das consequências deste processo é que as empresas buscam negociar com uma ONG e não com os agricultores. Entretanto, isso tem trazido questões, sobretudo no plantio de algumas espécies e em práticas de manejo que envolvem plantas de estratos mais altos.

Para exemplificar: na agroecologia, se utiliza o plantio de espécies herbáceas e/ou arbóreas maiores que dois metros, como milho, banana, feijão guandu, árvores de pequeno porte, mamão, entre outras. A existência de regras que proíbem esse tipo de planta altera o sistema produtivo de base agroecológica, bem como erode um conhecimento que foi passado de geração em geração sobre plantas companheiras, adubação do solo, entre outros.

Verifica-se, portanto, que existem disputas no modelo de agricultura empregada na Zona Leste. O problema disso, para Campos (2020) é que existe uma tendência da ENEL e da Sabesp, as companhias donas das terras onde está a maior parte das agricultoras, ditar as regras de como se cultiva alimentos em suas terras, impedindo a autonomia de quem a cultiva.

Um outro desafio bastante premente na região é a água para irrigação.

O uso de água para irrigação na agricultura em faixas de transmissão de energia elétrica em São Paulo é fornecido somente pela SABESP, e as tarifas são as mesmas utilizadas para o consumo residencial. A agricultura urbana não está enquadrada na legislação como agricultura familiar e existem dificuldades burocráticas para fechar acordos com empresas de abastecimento público para adquirirem uma taxa diferenciada. Em alguns casos conseguem abonar a taxa de esgoto após longos períodos de negociação que exigem comprovação de documentos, como por exemplo documentos comprobatórios de que a agricultora tem autorização de uso daquele lote, ação que vem se tornando cada vez mais difícil, uma vez que a antiga ELETROPAULO e a atual ENEL não tem cedido os “comodatos” para os agricultores há mais de uma década (CAMPOS, 2020, p. 92).

Sem a documentação para o uso da terra e sem uma política específica sobre o uso da água na agricultura urbana, as agricultoras se veem impossibilitadas de acessar taxas especiais, créditos e outros benefícios de fomento à agricultura familiar (CAMPOS, 2020).

5.3.3 Zona Norte

Na plataforma Sampa+Rural, constam 31 agricultores na zona norte (ZN). Todavia, foram identificados 140 estabelecimentos no Censo Agropecuário de 2017. De acordo com BIAZOTI et al, a maior parte da produção é de culturas temporárias, vendidas sobretudo para atacadistas, feiras e diretamente para o consumidor final. A região também é conhecida pela produção de animais realizada por mais da metade dos produtores, especialmente a criação de porcos e frangos, que enfrenta problemas relacionados a meio-ambiente.

Na região está presente a Cooperativa Agroverde, responsável pela comercialização de parte dos agricultores da zona norte. Ela acessa canais de via direta aos consumidores dos bairros do entorno das áreas de produção. Embora ela não seja ligada a mecanismos de avaliação da conformidade orgânica, os agricultores afirmam não utilizar agrotóxicos. Faz-se mister salientar que a Cooperativa entregava, até 2016, seus produtos olerícolas para o PNAE dos municípios de São Bernardo do Campo, Santo André, Suzano e São José dos Campos. Na zona norte, os agricultores também vendem seus produtos em feiras livres, pequenos mercados de bairro e diretamente na área de produção (BIAZOTI et al, 2021, p. 201 e 202).

A Zona Norte é conhecida por abrigar parte importante da vegetação nativa do município na Serra da Cantareira. Além disso, é onde está localizada a Comuna da Terra Irmã Alberta, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A área, que possui remanescentes de mata e produção de alimentos agroecológicos, está espremida entre rodovias

e ainda não foi reconhecida como assentamento pelo INCRA. O terreno pertence à empresa SABESP e, por conta do seu valor e localização estratégica, é constantemente ameaçado por loteadores. Apesar disso, o protagonismo das mulheres na conservação ambiental, na produção alimentícia e na luta por espaços de reprodução da vida neste local é inegável (CAMARGO, BELLENZANI & IYUSUKA, 2021). Para escoar os produtos desta e de outras comunas da terra da Região Metropolitana de São Paulo, foi criada a cooperativa Terra e Liberdade que comercializa os alimentos em cestas, feiras e em loja especializada do MST.

5.3.4 Zona Oeste e Centro

Na Plataforma Sampa+Rural, foram encontradas 5 UPAs na Zona Oeste e 3 na região central, duas delas sendo “fazendas urbanas” de produção hidropônica. A maior parte dos artigos lidos não remete tal região à produção agropecuária. Porém, é possível observar que existe nessa região um crescimento de hortas comunitárias, o que Caldas & Jayo (2019) chamam de agricultura de visibilidade. Segundo eles,

A grande visibilidade que estas iniciativas ganharam é inversamente proporcional à sua capacidade de produzir para alimentar pessoas: não se trata de hortas “de escala”, mas sim “de visibilidade

Ainda segundo os mesmos autores,

As hortas classificadas como “de escala”, mais voltadas ao abastecimento e ao consumo alimentar, localizam-se via de regra em áreas periféricas da cidade, ao passo que as com perfil “de visibilidade”, mais voltadas à produção de discurso e geração de visibilidade para a agenda política da agricultura urbana, tendem a concentrar-se em regiões centrais.

Além da agenda política, verifica-se a estratégia de educação ambiental e ocupação do espaço público com plantas, uma espécie de resistência ao avanço da ação imobiliária, do asfalto e dos automóveis.

5.4 Considerações finais do capítulo

A agricultura praticada no município de São Paulo é extremamente diversa em termos de tipo de terreno, acesso à água e insumos necessários à agricultura e organização do trabalho.

Apesar disso, em todas as regiões, a agricultura enfrenta pressão imobiliária, conflitos socioambientais e desigualdades extremas, sobretudo nas periferias metropolitanas (CAMARGO, BELLENZANI & IYUSUKA, 2021).

Em momentos de crise, como a pandemia e a crise socioeconômica resultante dessa e do governo Bolsonaro, muitos coletivos ligados à agricultura urbana tem se organizado para distribuir alimentos de qualidade para as populações mais vulneráveis. Essas ações levantam uma questão importante para se pensar o sistema alimentar do município ou da região, pois, em geral, os alimentos produzidos nas periferias seguem para áreas centrais, com IDH mais alto (BIAZOTI et al, 2021). Como foi relatado, na Zona Leste e na Zona Norte, a produção tende a ficar na região, mas isso ainda é visto como um problema de logística.

Diante disso, é fundamental ter em mente os marcos institucionais e políticas públicas ligadas à agricultura e alimentação, pois são elas que tem a capacidade de fazer alimentos saudáveis chegarem de forma mais igualitária a uma parcela maior da população. Por isso, esse capítulo se dedicou a compreender esse histórico, por entender que o Estado pode ser promotor de direitos. Apesar disso, o avanço do neoliberalismo e o desmonte de políticas públicas ocorrido entre os anos de 2016 e 2022 tem demonstrado como o Estado também pode ser ator chave na desregulamentação de tais políticas, o que permite o avanço das corporações no domínio do sistema agroalimentar, desde os insumos para a agricultura, como sementes, adubos e fertilizante, passando pelo processamento, até chegar à distribuição alimentar, altamente concentrada nos supermercados. Refletir sobre a agricultura urbana é antes de tudo, refletir sobre os sistemas alimentares e a soberania alimentar.

Pontua-se também como o cooperativismo, o associativismo e a estruturação de redes são fundamentais para a manutenção do trabalho agrícola, da avaliação da conformidade orgânica e da comercialização no município de São Paulo. As organizações citadas, como a Cooperapas, a AAZL, a Cooperativa Devo Verde e a Terra e Liberdade possuem papel fundamental na organização das agricultoras e agricultores, bem como na logística e na própria constituição da unidade política da agroecologia paulistana (NAKAMURA, 2017; CAMPOS, 2020; BIAZOTI et al, 2021).

6. A Rede das Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas e as mulheres entrevistadas

O capítulo 5 contextualizou as políticas municipais que dialogam com a agroecologia e a soberania alimentar, assim como apresentou os dados do Projeto Ligue os Pontos, o que nos permitiu uma análise geral sobre a participação das mulheres nas agriculturas paulistanas. O capítulo 6, por sua vez, analisa a constituição da Rede das Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas (RAPPa), relata os conteúdos trabalhados ao longo dos encontros entre essas mulheres, assim como apresenta o trabalho de onze agricultoras e uma cozinheira especializada em ecogastronomia que foram entrevistadas ao longo do desenvolvimento dessa tese.

A criação da RAPPa foi impulsionada pela falta de participação das agricultoras na construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, o que gerou uma necessidade de estabelecer união entre agricultoras, técnicas e pesquisadoras da área no município, assim como dar visibilidade política para as questões dessas mulheres. O processo de constituição da rede possibilitou o desenvolvimento da presente pesquisa, pois o objetivo principal dela é contribuir para a construção de conhecimentos sobre o trabalho de mulheres agricultoras e a agroecologia no sentido da elaboração e aprimoramento de políticas públicas e iniciativas socioambientais comprometidas com a soberania alimentar. A análise da RAPPa é realizada, portanto, no sentido de avaliar se ela é capaz de trazer transformações para a vida dessas mulheres agricultoras, cujo trabalho e conhecimento tem sido historicamente invisibilizados.

A rede foi criada em resposta à constituição de um Plano Municipal e este fato conduz a algumas reflexões, como a importância das políticas públicas e dos canais de participação que permitem um diálogo entre o poder executivo e a sociedade civil. Também leva à reflexão sobre o papel do Estado em fomentar políticas públicas que garantam os direitos fundamentais da população quando ele se coloca neste papel, ou como, a sua ausência, estimula a ocupação deste papel por organizações da sociedade civil ou do próprio mercado. Neste último caso, a tendência é que nem todos possam acessar os serviços, já que eles são cobrados. Por isso, existe um reconhecimento do papel do poder executivo municipal de São Paulo em estimular a agricultura por meio de ações e metas que

gerem um ciclo virtuoso de prosperidade da atividade rural fomentando a cadeia produtiva agroecológica, elevando os índices de alimentação saudável e fresca, gerando inovação, emprego e renda, além da preservação ambiental e combate às mudanças climáticas (SÃO PAULO, 2022)

Apesar das discontinuidades das políticas municipais, o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PMADRS) havia sido instituído pelo Plano Diretor Estratégico de 2014 que buscava um novo olhar para o desenvolvimento dos territórios do rural metropolitano. Não obstante, ele foi lançado apenas em 2022. Sua construção é fundamental para guiar o desenvolvimento econômico da zona rural paulistana e seu monitoramento presume a participação social, o que é feito pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Este conselho também foi instituído pelo PDE, no seu artigo 192, e seus membros foram eleitos no âmbito da I Conferência sobre Desenvolvimento Rural Sustentável, realizada em 2016. Nessa conferência também foi aprovada uma carta a qual afirmava que

Todas as políticas públicas, estratégias, programas e projetos relativos ao desenvolvimento rural agroecológico devem ser pautados pela participação ampla e democrática, pelo respeito às especificidades dos territórios e às questões de gênero e etnia (SÃO PAULO, 2016³⁴).

Isso quer dizer que as mulheres jogam papel fundamental na criação e desenvolvimento de políticas, mas que para isso é necessário criar condições para essa participação, uma vez que, historicamente, as mulheres e, sobretudo as mulheres negras, indígenas e periféricas estiveram apartadas dos espaços políticos.

O debate contemporâneo sobre a participação política das mulheres tem como ponto de partida o diagnóstico de que o direito ao voto e o direito a disputar eleições, conquistados na maior parte do mundo entre as primeiras décadas do século XX e meados do mesmo século, não redundaram em condições igualitárias de participação. Sua análise demanda, assim, que se vá além das regras formais, dos direitos estabelecidos, em direção a um entendimento mais complexo da permeabilidade seletiva das democracias contemporâneas (BIROLI, 2018, p. 171).

As dificuldades impostas pela estrutura patriarcal do fazer política, entretanto, têm se alterado ao longo da história brasileira e, em alguns momentos históricos, a democracia esteve mais disposta a uma permeabilidade de debates sociais, incluindo as questões relativas às mulheres. Momentos como a redemocratização e os anos do Partido dos Trabalhadores no poder foram períodos importantes tanto para a incorporação dessas pautas, como também de uma

³⁴ Disponível em <RelatorioFinalweb.pdf (prefeitura.sp.gov.br)>. Último acesso em 30/11/2022

tentativa de buscar reduzir as desigualdades na representatividade (BIROLI, 2018). Para além disso,

Os movimentos feministas têm atuado de “fora” (exercendo pressão a partir das ruas) e “dentro” do Estado, participando na construção de políticas e de novos marcos de referência para as democracias contemporâneas no âmbito estatal nacional e em organizações e espaços transnacionais (BIROLI, 2018, p. 175)

Nesse sentido, os conselhos foram vistos como espaços onde as mulheres poderiam ser ouvidas, ainda que com todas as dificuldades existentes, seja por conta da própria divisão sexual do trabalho e da dificuldade em separar um tempo para o exercício da cidadania, seja pela própria efetividade dos governos em executarem planos criados em conjunto com a sociedade civil. Apesar das críticas, é reconhecida a importância do conselho para a criação da RAPPÁ.

Bellenzani et al (2020) fazem uma análise interessante acerca do processo de participação das mulheres no CMDRS e como as suas reivindicações não são refletidas nos mecanismos legais.

Ainda que metade das representações do Conselho seja de mulheres, que a participação delas nas oficinas tenha sido expressiva, e que as duas organizações de agricultura orgânica na cidade de São Paulo sejam presididas por mulheres (à época), o protagonismo feminino na construção das políticas públicas e o atendimento às suas reivindicações específicas não espelha essa realidade (p. 3).

Certas disso, duas técnicas resolveram criar o GT Mulheres e Agroecologia. O grupo procurou a Sempreviva Organização Feminista (SOF), referência no assunto mulheres e agroecologia e, juntas organizaram nove encontros entre 2018 e início de 2020. Com a pandemia da COVID-19 e a imposição do isolamento social, as atividades presenciais foram interrompidas. Algumas atividades online foram realizadas, porém, com bastante dificuldade devido à falta de acesso à internet de qualidade e também de tempo, dado que as mulheres, que já são as principais trabalhadoras do cuidado, tiveram as suas responsabilidades aumentadas ao longo da pandemia (WEITZMAN et al, 2021).

No artigo “Mulheres na Pandemia: agroecologia, cuidado e ação política”, Weitzman et al (2021) relatam não apenas esses dois fatores como dificultadores do trabalho remoto com mulheres agricultoras, como também a concentração delas, uma vez que em suas casas estavam

sempre imersas no trabalho, na companhia de seus familiares e, frequentemente em sofrimento psíquico por conta do andamento da pandemia e do isolamento social. Apesar dessas dificuldades, foram realizados dois encontros virtuais com a Rede como um todo e encontros também remotos entre as técnicas da RAPPa.

6.1 Mulheres periféricas e o conceito de periferia

A identidade destas mulheres enquanto periféricas marca profundamente a sua atuação e a forma como observam o seu entorno. Trazer esse adjetivo ao nome da rede foi importante para compreender as diversas opressões às quais elas estão submetidas, mas também as possibilidades de atuação em conjunto.

De acordo com Giselle Tanaka (2006), o entendimento dominante do conceito de periferia é uma problemática contraposta à ideia de centro, ou mesmo de cidade (cidade versus periferia, que seria a área ainda não incorporada na cidade, ou não urbanizada).

O desenvolvimento do conceito se deu nos anos 1970, durante a Ditadura Militar a partir das construções teóricas, surgidas da ideia de país comprometida com a transformação estrutural da sociedade e das lutas dos movimentos sociais urbanos. Com o passar do tempo, o conceito periferia ganha corpo como um espaço particular na cidade, e passa a ser objeto de estudos específicos, muitas vezes de maneira redutora e reificada (TANAKA, 2006).

A conceitualização dentro do contexto de luta social, trouxe à periferia um sentido de relação de oposição e antagonismo a outra situação: a da cidade formal, a da cidade industrial, a das classes dominantes, a da cidade ordenada. Portanto, como característica dessa luta social, é conformada uma relação de contraposição, como a resistência à espoliação urbana – base de sustentação da concentração econômica e da acumulação industrial predatória, contra a permissividade do Estado que privilegia os interesses da produção e das classes dominantes, contra o mercado imobiliário excludente.

O conceito de periferia nasce associado ao conceito de desigualdades, produzidas como resultado da espacialização do conjunto de relações sociais, econômicas e políticas dominantes na sociedade. Nesse sentido, se configura em uma relação a antagonismos sociais, pares de oposição, binaridades: urbano – não urbano, legal – ilegal; formal – informal, ordem – caos, cidade – não cidade; centro – periferia; riqueza – pobreza. Pares de oposição com forte relação entre si, quando pela produção social capitalista é a riqueza que produz a pobreza; o desenvolvimento industrial que produz o exército industrial de reserva, a espoliação urbana, a periferia; as relações de valorização imobiliária que provoca expulsão da população pobre e produz a periferia (TANAKA, 2006, p. 149).

Entretanto, essa ideia passa a mudar a partir dos anos 2000, quando da conquista de direitos sociais e de aumento do consumo, consequências dos governos do PT. As periferias paulistanas também são transformadas à medida que a igreja evangélica chega com força nestes territórios, com o surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC) e com a explosão de coletivos artístico-culturais (D'ANDREA, 2021).

Esses três fenômenos foram saídas encontradas pela própria população da periferia para superar o contexto de violência e pobreza da década de 1990. Foram formas de superar o esgarçamento do tecido social e criar uma ética regulatória em um contexto de crise (D'ANDREA, 2021).

O envolvimento das mulheres com a agricultura urbana compõe parte das culturas periféricas paulistanas. Elas partem de ausências materiais, mas se ressignificam a partir das suas raízes ancestrais recriando a cultura alimentar dos povos que ali vivem. Mulheres negras que resgatam suas origens africanas e, com elas, os seus pratos típicos preparados em rituais espirituais, mulheres indígenas que resgatam técnicas de cultivo dos seus parentes mais antigos e variedades alimentícias que não são encontradas no mercado, como batata doce laranja e milho guarani. Nordestinas que relembram suas memórias e, com isso, conseguem resgatar plantas que vieram de lá, como a palma, a arquitetura que carrega afeto e sinais de sobrevivência na selva de pedra.

É necessário também compreender que, as mulheres entrevistadas são consideradas periféricas por estarem localizadas geograficamente nas margens da cidade, mas também nas margens da sociedade por serem mulheres negras, indígenas e pobres, considerando, portanto, as diversas formas de opressão de gênero, raça e classe do sistema capitalista patriarcal e racista.

6.2 A RAPP: objetivos e demandas

A constituição da rede tem como objetivo principal

organizar as mulheres para a construção de uma rede sociotécnica de agricultoras, extensionistas rurais, técnicas e pesquisadoras da cidade de São Paulo, visando à autonomia econômica das agricultoras, posto que a comercialização ainda é um entrave no que diz respeito ao escoamento da produção das agricultoras. A partir da economia solidária pretende-se organizar essas mulheres para futura autonomia econômica e geração de renda e para um maior protagonismo na construção de políticas públicas (BELLENZANI et al, 2020, p. 3).

Como foi dito, a RAPP surgiu em maio de 2018 como uma resposta à necessidade de participação de mulheres agricultoras periféricas na construção do PMDRS.

A primeira atividade ocorrida foi uma oficina de reconhecimento e de conversa sobre o que deveria constar no plano a partir da visão das mulheres agricultoras, na sede da Sempreviva Organização Feminista. Foi neste momento que surgiram os 4 eixos trabalhados por Carvalho & Bogus (2020), a partir do relato das próprias participantes sobre a condução de seu trabalho agrícola: o eixo econômico, o eixo familiar, o eixo afetivo e existencial e o eixo gestão do tempo. A segunda atividade ocorrida no mesmo dia visou construir proposições para o Plano Municipal. Os principais temas que apareceram foram: saúde, acesso à terra, maior transparência dos recursos financeiros e incentivo para que as mulheres os acessem (CARVALHO, 2021).

Após essa primeira aproximação, as mulheres participantes decidiram continuar a realização de encontros nas hortas das participantes como forma de prosseguir com os trabalhos iniciados. Assim, o segundo encontro foi no coletivo Mulheres do GAU (Grupo de Agricultura Urbana), localizado na Zona Leste do município. O simples ato de ouvir as mulheres e a interação entre elas criaram laços de solidariedade e a construção de pertencimento e reconhecimento enquanto agricultoras periféricas (CARVALHO, 2021).

Uma vez amplificadas as vozes das mulheres envolvidas e suas histórias, as narrativas se tornam vivas e envolvem as demais participantes, como as entrevistadoras e as pesquisadoras. Seus hábitos, crenças, angústias e desejos, uma vez compartilhados, trazem consigo vivências e memórias ao mesmo tempo particulares e partilháveis. O convite e a valorização da fala de mulheres é um exercício na contramão do patriarcado, enquanto uma estrutura coercitiva e negadora das elaborações das mesmas (WEITZMAN, 2021, P. 79 e 80).

Para a realização do terceiro encontro, três indígenas sugeriram abrigar uma atividade das mulheres na aldeia indígena Guarani Kalipety, localizada na terra indígena Tenonde Porã, no extremo sul da cidade de São Paulo (CARVALHO, 2021). Nele, estiveram presentes cerca de 60 mulheres e debateu-se a importância do resgate de alimentos tradicionais para os indígenas, como a batata-doce, o milho e a mandioca. Por isso, falou-se sobre a experiência de reprodução de mudas e sementes crioulas como estratégia de soberania alimentar e autonomia econômica (Relatórios RAPPAs). Já o quarto encontro foi realizado no Acampamento de luta pela terra, Comuna da Terra “Irmã Alberta”, localizado em um terreno da SABESP que foi ocupado justamente para a conservação ambiental, para a produção de alimentos agroecológicos e para a moradia de famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. O tema foi Plantas Medicinais e as técnicas conduziram uma atividade para resgatar o conhecimento e os usos que as mulheres agricultoras possuem com relação a essas plantas. Essas atividades contaram com o apoio da CATI, órgão de assistência técnica do estado de São

Paulo, que possui uma visão sobre a importância de gerar renda nos territórios como forma de garantir sustentabilidade. Por isso, também se discutiu sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural, se e como elas chegam aos espaços produtivos dessas pessoas³⁵.

O contexto era de aumento do bolsonarismo e da vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, o que tornava urgente a união de povos tradicionais, sem-terra, mulheres, agricultores familiares, ou seja, os povos historicamente marginalizados do processo de desenvolvimento do Brasil. Não à toa que nessa época, o grande lema era: ninguém solta a mão de ninguém.

O quinto encontro foi realizado na Vila Nova Esperança, local de conflitos entre conservação ambiental e o direito à moradia. Lia, a representante da organização contou o processo de mobilização e ocupação da área, as ações de resistência e apoios que as famílias tiveram no processo de reconhecimento (Relatórios RAPPAs).

As atividades sistematizaram as seguintes informações de acordo com os eixos:

- Valorização e treinamento – necessidade de valorizar a agricultura familiar orgânica e capacitação para processamento de alimentos (bolos, farinhas, geleias, conservas etc.); valorização de si própria e de suas parceiras; consideração do trabalho da agricultora; agregação de valor ao alimento;
- Comercialização – aquisição de selo de qualidade e licença para acessar mercados consumidores formais; viabilizar a venda nas periferias urbanas, garantindo a segurança alimentar da população que reside próxima aos locais de produção;
- Articulação – mobilização de mais gente e fortalecimento comunitário; união entre as diversas comunidades e regiões da cidade; trabalhar em equipe;
- Problemas – frequentes ameaças e assédio moral; imprecisão sobre a garantia de acesso à terra; dúvidas em relação à continuidade dos projetos; burocracia relativa à infraestrutura da horta (falta de água, luz, esgoto e comprovante de residência); e questões relativas à leitura e escrita, pois muitas agricultoras possuem baixo nível de escolaridade;

³⁵ Informações retiradas dos relatórios da RAPPAs. Acervo da rede

- Desafios – maior autonomia na gestão da horta; aprendizado de métodos alternativos para controle de pragas e doenças, bem como na preparação de canteiros; busca de novas fontes de financiamento;
- Potencial – criação de um mapa social com redes de produção, comercialização e consumo; novas parcerias; promoção do uso de cadernetas agroecológicas³⁶; compartilhamento de saberes, mudas e sementes; e fortalecimento da rede (CARVALHO, 2020, p 201 e 202).

A sexta oficina foi realizada no dia 29 de junho de 2019, em Parelheiros, na Chácara “Nossa Fazenda”, propriedade da ex-presidente da COOPERAPAS, Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo, Valeria Macoratti.

A atividade teve início com uma roda de conversa sobre a Cooperativa, sua forma de organização local e as atividades que envolvem a produção agroecológica. Valeria contou sobre como ela iniciou seus trabalhos, sobre a construção de uma cozinha e sua relação com a alimentação saudável, assim como a importância de a chácara ser um espaço educativo que recebe visitas por meio do turismo de base comunitária.

Ela também abordou a sua experiência na cooperativa e sua atuação em vendas para os mercados institucionais, como o PNAE, que distribui os alimentos nas escolas públicas municipais. Apesar disso, ela relatou que estão preocupadas com as outras maneiras de comercialização, uma vez que os contratos com a prefeitura tem sido cada vez menores. Diante desse contexto, a COOPERAPAS tem realizado contratos com restaurantes de São Paulo e, por isso, tem incentivado e mantido os agricultores locais na produção orgânica e agroecológica. Em seguida, as mulheres acompanharam uma visita guiada e conheceram o sistema agroflorestal, as criações, as estruturas de banheiro seco, a fossa séptica instalada e a água tratada por círculos de bananeiras.

O grupo relatou que as experiências e alternativas ecológicas visitadas podem ser uma alternativa para as hortas que não possuem estruturas como banheiros e tratamento de água. Ficaram impressionadas com a diversidade de produção em 0,4 ha e o aproveitamento do

³⁶ As Cadernetas agroecológicas são um instrumento político pedagógico desenvolvido pelo GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia que tem uma metodologia criada por mulheres e para mulheres que visa a anotação dos itens alimentícios e de artesanato produzidos nas unidades de produção agropecuária. O objetivo é visibilizar a produção das mulheres ainda que esses itens sejam consumidos pela família, trocados ou comercializados.

espaço com a criação de animais: jumentos, patos, gansos, galinhas e cachorros (Relatórios RAPPAs).

No sétimo encontro da Rede, ocorrido na Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), em 31 de agosto de 2019, foi realizado um mapeamento de iniciativas de agroecologia, de hortas e pomares até locais de venda de produtos e apoio técnico, como a Casa da Agricultura. As participantes se dividiram a partir das regiões em que vivem (Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro). Nesse dia também ocorreu uma feira de troca de sementes cultivadas pelas próprias mulheres.

O oitavo encontro realizou-se na Nossa Chácara – Cantinho da Serra que fica na zona norte do município de São Paulo, próxima à Serra da Cantareira, no dia trinta de novembro de 2019. Dona Dagmar, a proprietária do terreno relatou que é desafiada com frequência por pessoas que questionam a presença dela em área próxima a uma construção abandonada do Rodoanel e pelas dificuldades em ser mulher produtora na metrópole. Nesse dia, também foi conversado sobre as atividades da rede, pensou-se em questões de planejamento para o ano seguinte e foi realizada uma troca de presentes entre as participantes. Enfim, em janeiro de 2020, a rede foi nomeada de “Rede das Agricultoras Paulistanas Periféricas Agroecológicas (RAPPAs)” (CARVALHO, 2020).

Carvalho aponta também a diversidade de perfis das mulheres, com relação a idade (de 20 a 60 anos), a etnia, a escolaridade e renda, a orientação sexual e religiosidade.

Diversidade de perfis configura-se em um espaço de formação de identidades transformativas e articulação de ações pautadas por ideias feministas de caráter emancipatório em relação às diversas formas de opressão às quais as mulheres são submetidas, especialmente as mulheres negras e periféricas. Todas as participantes demonstram grande satisfação em participar dos encontros e de fazerem parte da RAPPAs (CARVALHO, 2020, p. 204).

Todas essas reuniões da Rede foram realizadas de maneira autogestionada, com aportes financeiros das participantes para deslocamento e alimentação. Nos debates coletivos, a autogestão, a autonomia feminina, o estímulo à participação e à representação das mulheres nas políticas e também nas chamadas públicas para compra de alimentos são pontos de destaque, guiam o trabalho da RAPPAs e a continuidade das oficinas.

Os desafios da RAPPa são similares às outras organizações no que se refere às questões de ordem de logística como transporte, escoamento da produção, assistência técnica, acesso a insumos (sementes e adubos orgânicos), capacitação e extensão rural em área urbana. (CARVALHO, 2020, p 204)

Ao longo da pesquisa, pude participar de dois encontros em 2019: o que ocorreu na “Nossa Fazenda” e o que aconteceu em agosto de 2019 na Secretaria de Agricultura. Em 2020, ocorreu também a participação no Dia Mundial das Mulheres, onde as participantes levaram a questão da agroecologia e soberania alimentar para o movimento feminista, por meio da realização de um piquenique com alimentos agroecológicos.

Na pandemia, foram realizados dois encontros virtuais com a rede toda e com bastante dificuldade. Isso porque muitas mulheres têm acesso restrito à internet (poucos dados móveis) ou compartilham o celular com outros membros da família, como netos e filhos (especialmente na fase crítica da pandemia, quando as atividades escolares estavam sendo realizadas online).

Além disso, foi organizada uma *live* em parceria com o Fórum Popular da Natureza, em dois de junho de 2020, cujo tema era “Mulheres em rede na agricultura urbana”. Essa atividade foi interessante para ouvir a complexidade da crise político-sanitária-econômica-socioambiental que afeta essas pessoas diretamente. Diante desse cenário, procurei as técnicas da rede para dar andamento à pesquisa e descobri que o Grupo de Trabalho delas não estava totalmente parado. Foram realizadas seis reuniões virtuais entre novembro de 2020 e maio de 2022 entre elas.

A aproximação com as técnicas da rede se deu por meio da confluência de projetos anteriores que dialogavam com agroecologia e feminismo, o que foi fundamental para a construção de laços de confiança para que eu pudesse participar desse GT. A ida a um congresso em Recife, em 2019 também foi imprescindível para essa aproximação, pois lá apresentei um trabalho no mesmo espaço que duas das técnicas.

Esta aproximação foi fundamental para o mapeamento de agricultoras a serem visitadas, assim como para a reflexão sobre a contribuição delas para a agroecologia paulistana.

Depois de mais de dois anos de espera, ocorreu nos dias 25 e 26 de junho de 2022, o 9º Encontro da RAPPa no sítio Adalgiza e Manoel, de uma das agricultoras entrevistada por esta pesquisa, em Parelheiros. Ao todo estiveram presentes mais de 50 mulheres nos dois dias de atividade. No primeiro dia, a ideia era reconectar as mulheres após tanto tempo sem encontro presencial. Foi realizada uma atividade chamada Rio da Vida, em que as mulheres traziam um

objeto que representasse como foi o período de isolamento social. A proposta era escutá-las e compreender os desafios comuns a quais as mulheres passaram nesse difícil período. Também foram feitas duas falas sobre um projeto da Fiocruz sobre agricultura urbana e saúde, do qual a RAPPa foi convidada a fazer parte, bem como um informe sobre a construção do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de São Paulo. Na mesma noite, foi realizada uma Festa Junina e no dia seguinte foi feita uma visita a uma produção orgânica de mirtilo também em Parelheiros.

Esse encontro teve um caráter de reconexão, de emoção e muitas das mulheres trouxeram elementos de resistência, de afeto, de reconexão com a terra, de gratidão pelos alimentos e por quem os produz. Cinco das mulheres presentes trouxeram a questão da maternidade como algo que muda a relação com o cuidado e com a terra e com o próprio estar no mundo. Apesar da rede ser intitulada “Rede das Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas”, nesse encontro houve um maior número de técnicas, servidoras públicas e estudantes / pesquisadoras. Apesar disso, é perceptível como a participação das agricultoras é fundamental para o fortalecimento da rede e para a construção de uma visão de mundo mais profunda e diversa. A proposta das atividades desse dia foi então de resgate da articulação e dos afetos.



Imagem 1 - Encontro da RAPPa no dia 25 de junho de 2022. Créditos: Flora Guerra

Os encontros da RAPPa são sempre muito animados e há diversidade de mulheres: crianças, jovens, adultas, idosas, pesquisadoras, servidoras públicas, agricultoras, brancas, negras, indígenas, descendentes de imigrantes, nordestinas.

Algumas mulheres apenas conseguem participar se as filhas e filhos as acompanham, então uma diretriz dos encontros é que sempre haja um espaço destinado ao público infantil com brinquedos, papel, caneta, lápis de cor. As pautas costumam ser extensas, por conta de haver poucos encontros e também pelo interesse que este tema tem despertado na sociedade.

Em 2022, a Rappa foi procurada pelo Sesc Itaquera e pelo Sesc Interlagos para a realização de eventos e feiras; por um projeto da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) para a realização de uma Caravana Agroecológica que discutisse a relação entre as mulheres, plantas medicinais e saúde. Também houve interlocuções com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) para a participação em encontro sobre as mulheres negras, indígenas e quilombolas da agroecologia no Maranhão. No mesmo ano, a rede iniciou uma parceria com a Feira Agroecológica e Cultural de Mulheres no Butantã.

Estes projetos e articulações são realizados de forma voluntária e demandam bastante trabalho, porém as técnicas acreditam que essa é uma forma de dar visibilidade às agricultoras, assim como criar mecanismos para a geração de renda por meio do trabalho com a agroecologia.

Estes encontros envolvem a organização a partir de outros parceiros, mas acabam sendo espaços de encontro e intercâmbio entre as agricultoras, construindo conhecimento e vínculo entre elas e as redes de agroecologia.

Apesar disso, a alta demanda de temas e projetos torna difícil a abordagem completa e profunda deles nos encontros, o que tem obrigado a RAPPa a se organizar em subgrupos de acordo com cada assunto. Há também uma preocupação em garantir o protagonismo das agricultoras e a contribuição destes projetos com o trabalho destas mulheres e com o fortalecimento da própria rede. Isso nem sempre é fácil considerando os tempos diferentes entre patrocinadores de projetos e a construção coletiva das mulheres que já possuem uma imensa carga de trabalho produtivo e reprodutivo. Ao final, as técnicas acabam tomando a frente destes projetos, pois nem sempre as agricultoras possuem tempo ou disponibilidade para atuarem mais diretamente. Porém, um desejo da rede é que as agricultoras se envolvam também na concepção destes projetos, garantindo que eles sejam espaços para o alcance de suas demandas sociais e técnicas.

A alimentação dos encontros é sempre preparada considerando os princípios da rede: agroecologia, economia solidária, feminismo. As mulheres se organizam para compartilhar caronas e os itens do café. O almoço geralmente é preparado no local e as despesas são divididas entre quem pode arcar com parte delas ou, em casos em que há parcerias, há recurso destinado para alimentação das participantes.

No último encontro da RAPPa, a chuva forte e a chegada de uma frente fria impediram as mulheres de fazerem a visita guiada à nascente e APP da agricultora e dificultaram a tomada de decisão de pautas importantes. Isso porque não havia um espaço adequado e coberto para que todas pudessem se ouvir e dialogar em condições confortáveis, evidenciando como há falta de estrutura nas casas das agricultoras para receber este tipo de encontro. Apesar disso, muitas mulheres relataram estar felizes por terem retornado as atividades presenciais.

6.2 Mulheres entrevistadas

A revisão da literatura sobre mulheres e agroecologia apontou alguns pontos chave para a compreensão da contribuição das mulheres à soberania alimentar. Produção diversificada de alimentos, manutenção de espécies nativas e de ecossistemas, conhecimento de plantas medicinais, produção e troca de sementes, produtos para alimentação da família ou comunidade (autoconsumo ou trocas), tempo de trabalho produtivo, tempo dedicado ao trabalho doméstico, dependência ou não de compra de insumos, a origem da família e relação com a terra, participação em redes e/ou associações e cooperativas, presença na comunidade e formas de comercialização foram os temas selecionados.

Estes pontos foram transformados em 29 perguntas divididas em 4 eixos: o eixo socioeconômico, o eixo ecoprodutivo, o eixo familiar e de gestão do tempo e o eixo cultural/afetivo.

Como foi dito na introdução, a escolha das agricultoras a serem visitadas se deu em parceria com as técnicas da rede, visando garantir a presença das 4 regiões do município e as diferentes categorias de agricultura urbana e periurbana: sítios na zona rural, hortas urbanas comunitárias ou não, comuna da terra, quintais produtivos, aldeia indígena, entre outras. Os contatos também foram compartilhados pelas técnicas, o que facilitou o acesso às agricultoras e a acolhida da pesquisadora.

Ao longo da pesquisa, foram entrevistadas 12 mulheres, 11 agricultoras e uma cozinheira especializada em ecogastronomia, com o objetivo de contribuir para a construção de conhecimentos sobre o trabalho de mulheres agricultoras e agroecologia. Todas as entrevistas foram feitas presencialmente.

Estas mulheres estão em diferentes locais da cidade: Perus e Casa Verde, na Zona Norte; Parelheiros, Marsilac, Colônia e Ilha do Bororé no extremo sul do município, Vila Nova Esperança, na Zona Oeste, São Miguel Paulista e São Mateus, na Zona Leste. Todas as entrevistadas são protagonistas na produção de alimentos, sendo que algumas apenas na agricultura, outras na agricultura, processamento, comercialização e gestão. Algumas trabalham em grupos, o que permite uma maior diversificação das tarefas. Uma mulher entrevistada é cozinheira.

As próximas páginas são dedicadas a uma descrição do perfil e do trabalho dessas mulheres a partir das visitas e entrevistas realizadas:

6.2.1 Terezinha Matos – Horta Sabor da Vitória, São Mateus

Terezinha é uma mulher de 55 anos. Ela possui Ensino Médio completo, três filhos e faz parte da Associação de Agricultores da Zona Leste, AAZL, desde 2010. Produz hortaliças, legumes, raízes e frutas. Sua horta se localiza em terreno da ENEL, ou seja, embaixo de linhas de energia. Além de produzir, ela comercializa e faz a gestão do seu trabalho. Disse, em entrevista realizada no dia onze de novembro de 2021 que a sua certificação de orgânicos para comercialização está vencida, mas que vai renovar. Ela possui certificação participativa via AAZL.

Terezinha faz parte da RAPPa e também atua na rede do Sesc. Possui Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), mas está vencida. Mesmo antes de vencer, nunca conseguiu acessar nenhum programa destinado a esse tipo de agricultores. Comercializa para o CREN, um centro de referência internacional na área de educação nutricional e no tratamento de distúrbios nutricionais primários (subnutrição e obesidade), que possui uma parceria com a prefeitura. Além disso, realiza entregas no bairro e há pessoas que vêm comprar na porta da horta.

Com relação ao trabalho, atualmente, ela “não trabalha fora, trabalha na horta” e o trabalho se dá por empreita. Por isso, tem dia que tem 2 ou 3 funcionários e tem dia que trabalha

sozinha. Trabalha oito horas por dia, de segunda a segunda. Relatou não ter tempo livre, pois quando não está na horta está em casa, onde tem muito trabalho também. Nas palavras dela, “tempo livre é carregar pedra”.

Com relação à sua ancestralidade, ela afirma que sua família era da zona rural na Bahia e, portanto, vivia da agricultura. Ela deixou sua terra natal em busca de uma outra profissão, porém acabou voltando para a agricultura em São Paulo, depois de ter experienciado outras atividades econômicas. Terezinha está nesse terreno da ENEL há dez anos. A ENEL é uma empresa do grupo italiano do ramo de energia elétrica que adquiriu a Eletropaulo, em 2018. A Eletropaulo criou o Programa de Hortas Comunitárias em 1985 com o objetivo de diminuir os gastos com manutenção dos terrenos onde estão instaladas as torres de transmissão de energia elétrica e solucionar parte dos desafios relacionados às instalações em contexto urbano, como as invasões e ocupações ilegais dos imóveis (FRANÇA, 1999 apud CARVALHO, 2021).

A agricultora afirmou que grande parte da sua alimentação vem da horta e, portanto, é orgânica, principal motivação para permanecer trabalhando com a terra.

“Sinto muita diferença na saúde por poder ter acesso a alimentos frescos e sem veneno. Eu me junto com outras pessoas para comprar coletivamente açúcar, farinha, arroz, feijão, tudo orgânico, com o CNPJ da loja e sai mais barato, assim todo mundo se beneficia e não sai tão mais caro” (Fala da agricultora coletada na entrevista do dia 16/11/2021).

Além disso, Terezinha tem 20 galinhas para a produção de ovos para o consumo próprio e de sua família, mas se há excedente, ela comercializa também.



Imagem 2 – Terezinha Matos, agricultora da Zona Leste e Imagem 3 – preparação de canteiros em curva de nível. Ao fundo, casas pichadas. Créditos: Clara Camargo

A produção da Dona Terezinha é focada em hortaliças. Ela relatou que produz mais de 30 tipos de folhas, entre variedades distintas de alface, espinafre, almeirão, couve, taioba, chicória. Ela também produz plantas medicinais e condimentares, como erva-doce, hortelã, poejo, guaco, mentruz, erva-cidreira, cebolinha, orégano e tomilho. Além disso, também produz chuchu, cenoura, beterraba, inhame, açafrão da terra, mandioca, abacaxi, limão, café, maracujá, acerola, banana e banana da terra.

No terreno também há plantas nativas como goiabeira, ameixeira do mato, jabuticabeira, atemoia e quaresmeira. A identificação delas foi feita conjuntamente entre a agricultora e a pesquisadora.

Com relação às técnicas de cultivo, Terezinha disse não utilizar adubação verde, porém faz cobertura de solo com casca do alho que ela ganha. O terreno é murado, o que ajuda a segurar o vento. Há rotação de culturas e pousio de alguns canteiros por 3 ou 4 meses.

Atualmente, tem comprado mudas de hortaliças prontas, pois está sem mão-de-obra na horta. Quando fazias as mudas, comprava as sementes da Isla, uma marca que não utiliza tratamento químico nas sementes. A questão da mão-de-obra impacta também a compostagem:

“Quando tem gente trabalhando, faço direitinho, misturando os restos de alimentos, com podas e capim, mas quando não tem, eu deixo lá no mato uns 4, 5 meses e vira adubo”.

Terezinha disse que a irrigação é feita com água da rua e que, ultimamente, ela tem usado mais água porque o período de seca parece estar mais longo. Isso impacta diretamente nos custos de produção. Além disso, já aconteceu de acabar inclusive a água da rua e ela não ter como irrigar sua produção.

Ela tem a percepção ainda de que há uma maior alteração de temperatura: “uma hora tá frio, outra hora tá muito quente, as plantas amanhecem crespas e amarelas”. A fragilidade das plantas também parece aumentar a incidência de pragas e, para lidar com elas, Terezinha utiliza calda de pimenta.

Com relação à pandemia, a agricultora relatou que não houve mudanças na forma de produzir, mas na de comercializar. As feiras pararam, a princípio as vendas caíram, mas depois voltaram em um esquema diferente, de encomendas por WhatsApp e entrega de cestas. Entretanto, ela relatou um grande aumento na quantidade de embalagens utilizada e, conseqüentemente, de resíduos.

6.2.2 Helena Caroba – Mulheres do GAU, União de Vila Nova

Helena é uma mulher de 63 anos e faz parte do GAU – Grupo de Agricultura Urbana, coletivo também localizado na Zona Leste, porém em área próxima à linha 12 – Safira, da CPTM. É mãe e, junto ao grupo, participa da AAZL desde, aproximadamente, 2018. O GAU reúne nove mulheres que se dividem entre as funções de: a) produção de hortaliças, b) processamento de alimentos em pães, bolos, geleias, bolachas, entre outros itens alimentícios; c) gestão e comercialização. Helena relatou que apenas três mulheres não se envolvem com agricultura e trabalham mais na cozinha e no escritório.

O espaço é um terreno cedido pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU³⁷) e, por isso, essa instituição é responsável pelo pagamento da água e da energia elétrica do espaço. Foi relatado pelas mulheres do coletivo que a CDHU³⁸ está em processo de extinção pelo governo de SP e, por isso, o terreno vai passar a ser da prefeitura, o que causa receio e insegurança, pois as mulheres terão mais custos de manutenção do espaço e não existe uma certeza sobre a manutenção do acesso à terra.

As mulheres do GAU vendem cestas de alimentos orgânicos para o CREN, como a Terezinha e comercializam cestas para apoiadores e pessoas da comunidade. Elas relataram que se sentem felizes em poder produzir alimentos para as crianças da comunidade e isso parece dar sentido ao trabalho delas. Além disso, as mulheres produzem alimentos para uma série de eventos e denominam essa frente de ecogastronomia.

Ao longo da pesquisa, fui a eventos em que elas serviram as “catarinhas”, aportuguesamento de *catering*³⁹, como o evento de regulamentação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), realizado na Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA) em 15 de fevereiro de 2022, bem como a Audiência Pública sobre o projeto de lei que pretende criar a Política Estadual de Redução de Agrotóxicos (PERA) no dia 11 de maio de 2022, na Assembleia Legislativa de São Paulo. A experiência delas na produção de alimentos agroecológicos da horta à mesa e a participação em redes de agroecologia permitem a presença nesse tipo de evento que também funciona como uma vitrine para a divulgação de suas atividades.

Helena relatou que a alimentação vem melhorando conforme melhora o trabalho na agricultura. Em outras palavras, diz que, conforme há maior diversidade de alimentos e de conhecimento referente a eles, mais isso tem impactado no cotidiano alimentar e na saúde dessas mulheres. Em conversas paralelas, uma mulher relatou como aquele espaço é também um espaço de cura.

“Muita gente chega aqui com depressão, triste porque tem filho com problema, filho usando droga. Aos poucos, mexendo na terra, vendo as sementes brotar, a gente vai

³⁷ O site da companhia pode ser acessado em < <https://cdhu.sp.gov.br/>>. Último acesso em 07/08/2023

³⁸ Este processo é recente e vale relatar que esta informação foi coletada oralmente em outubro de 2021, portanto, pode ter sido alterada.

³⁹ Catering é um serviço de fornecimento de alimentos para eventos e reuniões, em que são servidos lanches e petiscos como pães, bolos, frutas, sucos, café, bolachas, entre outros itens alimentícios. No caso das catarinhas das Mulheres do GAU, a proposta é utilizar Plantas Alimentícias Não Convencionais como taioba, ora-pro-nóbis, capim limão, tagetes, entre outros, na preparação dos produtos.

vendo que as coisas devagarzinho vão melhorando” (Fala feita por Vilma, uma das mulheres do coletivo e anotada em caderno de campo, no dia 14/05/2022).

Todas as mulheres do GAU são migrantes do Nordeste e isso marca profundamente a atuação delas no espaço e na comunidade, pois trazem com força a importância da ancestralidade. Apesar disso, todas relataram na oficina⁴⁰ realizada em maio de 2022, as dificuldades que suas famílias sofriam no Nordeste e também ao chegar em São Paulo. Racismo, trabalhos exaustivos, distância de parte da família são alguns pontos relatados por elas. Helena veio da Bahia, sua família era do sertão, região próxima à Chapada Diamantina. Ela relatou diversas dificuldades sofridas lá, como a falta de água e de comida, e como vir para São Paulo com 18 anos de idade foi a única escolha possível. Relatou também que está há, aproximadamente, catorze anos no GAU. Helena Caroba disse que, ao chegar a São Paulo, trabalhou como diarista e cuidadora de idosos, trabalhos feitos por mulheres negras em grande maioria na nossa sociedade. Agora trabalha na terra e na educação de jovens da comunidade.

De acordo com ela, a divisão do trabalho acontece da seguinte maneira: há mulheres que trabalham na horta e as que trabalham na cozinha. Dos recursos que entram da venda das hortaliças são subtraídos os custos de produção e é feita a divisão por quem trabalhou. Já na cozinha, o pagamento é feito a partir das horas de trabalho de cada uma. Nas palavras dela,

“Um tempo atrás tinha bolsa do POT (Programa Operação Trabalho da Prefeitura Municipal de São Paulo) para trabalhar na horta, mas agora não tem mais. Dia de domingo tem escala para molhar a terra, fora isso eu venho todos os dias”.

Em seu tempo livre, Helena disse que gosta de andar de bicicleta que é também um meio de transporte. O coletivo possui uma série de projetos e muita articulação acontece ali. Um dos projetos que chama a atenção é o AgroGym, uma academia que aproveita para realizar trabalho na agricultura, uma bicicleta parada que recebe palha seca em um recipiente acoplado a ela e, conforme a pessoa pedala, a palha vai sendo triturada, produzindo matéria orgânica para a cobertura morta dos canteiros.

⁴⁰ Uma atividade que pude participar ao longo da realização da pesquisa de campo, foi a Oficina Preparatória para o Encontro Nacional de Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas da Agroecologia. Essa atividade foi uma roda de conversa em que as mulheres puderam compartilhar as suas vivências enquanto mulheres negras nordestinas e o papel da ancestralidade em fortalecer a união do grupo e as atividades de agricultura, alimentação e educação.

O coletivo é muito ativo na comunidade por meio das aulas de educação ambiental e na relação com o CREN. Pude participar de uma aula de bioconstrução, em que os jovens estavam aprendendo a fazer reboco de terra e palha com instrutores do coletivo Quebrada Sustentável. Esse trabalho tinha por objetivo rebocar a parede da Casinha da Vovó, espaço em que a Helena guarda as suas sementes produzidas e colhidas no terreno, bem como livros, mudas, bordados e todo conhecimento digno de uma avó. Ela afirma que parte do trabalho que desenvolvem lá tem a finalidade de lembrar da família, dos aprendizados e da ancestralidade. Não é à toa que o nome do espaço é Casinha da Vovó. Chama a atenção como essa atitude revela uma postura que vem sendo perdida na sociedade: a valorização dos conhecimentos de pessoas mais velhas em um contexto geral em que há discriminação também contra os idosos.

As mulheres do GAU possuem o certificado de transição agroecológica, um instrumento de política pública do estado de São Paulo.



Imagem 4 – visita ao terreno onde está sendo desenvolvido trabalho de educação ambiental com os jovens da comunidade a partir da produção de horta. Imagem 5 – Helena Caroba com um cacho de banana colhido no local e seu banco de sementes ao fundo. Créditos: Clara Camargo

A produção das mulheres do GAU é bastante biodiversa. Elas possuem horta em dois espaços, no Viveiro, onde também há uma cozinha e um galpão e em um terreno próximo. Ambos pertencem à CDHU.

Dentre as espécies produzidas, podemos citar couve, taioba, almeirão, berinjela, bananeiras, flores comestíveis e utilizadas nas receitas como capuchinha e tagetes. Há também árvores como leucena e nativas como pitangueira e goiabeira, além de muitas plantas ornamentais que as fazem recordar sua infância e ancestralidade. As plantas medicinais também têm espaço garantido: poejo, erva-cidreira, hortelã, camomila, erva-doce, alfavaca, guiné e arruda.

Com relação às técnicas de manejo, as mulheres sempre cobrem o solo e a presença de árvores no terreno ajuda a produzir a biomassa necessária para tal. O composto vem do Pátio de Compostagem da Subprefeitura que existe por conta da Política Municipal de Resíduos Sólidos que recolhe os restos das feiras urbanas, mistura com podas de árvores de praças e parques e produz composto em grande escala. Elas também fazem compostagem, mas não é suficiente para a produção. Entretanto, as mulheres relataram que tem sido cada vez mais difícil conseguir o adubo do pátio.

Helena relatou que sente que o clima é mais fresco na horta por conta da existência das árvores e de terra. Nunca passou por nenhum evento climático extremo, mas na época da seca é mais difícil a questão da água. Atualmente, tem utilizado parte da água da casa de uma das integrantes do coletivo que mora próximo ao estabelecimento. No espaço também havia uma bica, mas secou em decorrência da grande utilização feita pelos lava rápidos da rua. Este relato evidencia que o conflito por água está presente na Zona Leste de São Paulo. Helena também relatou que, após uma extensa seca, as mulheres resolveram fazer uma cisterna para captar água da chuva e isso tem ajudado um pouco. Essa estratégia tem por objetivo colocar em prática técnicas da permacultura, o que é estimulado por meio da parceria com a “Quebrada Sustentável” e o Instituto NUA - Nova União da Arte, parceiros antigos do coletivo.

6.2.3 Jerá Guarani - Aldeia Kalipety, Terra Indígena Tenondé Porã

Chovia quando cheguei à Aldeia Kalipety. Mesmo assim, homens e mulheres estavam trabalhando na terra com suas enxadas, enxadões, facões. Era dia de mutirão da batata-doce, então estavam colhendo o que havia sido plantado meses atrás e preparando canteiros para replantar a partir da rama da própria batata.

Fui recebida por Jerá Guarani, uma liderança da aldeia e quem conduzia os trabalhos no mutirão, indicando as tarefas, a estruturação dos novos canteiros e tirando as dúvidas dos companheiros de trabalho. Não entendi nada do que conversavam no primeiro momento, pois se comunicam na língua guarani. Depois de um tempo ajudando a tirar mato e a colher as batatas, alguns deles começaram a dizer algumas palavras em português. Jerá é uma mulher de 40 ou 41 anos, me contou dando risada sobre o conflito entre a memória da mãe e o registro que consta no documento. Possui Ensino Superior Completo em Pedagogia pela Universidade de São Paulo.

Como foi dito, a produção é feita tanto por homens quanto por mulheres e, em dia de sol, as crianças também vão a campo, pois assim aprendem a cultivar seus próprios alimentos e a estar em comunidade. “A terra é a escola das nossas crianças”, ela afirmou. Apesar disso, elas têm os seus limites respeitados de acordo com a idade, assim como são garantidos os seus momentos de brincadeiras. Em dia de mutirão, a alimentação é feita coletivamente e quem não vai plantar, em geral, algumas mulheres, cozinha e cuida das crianças. Não há gestão de dinheiro na agricultura, pois a produção é destinada totalmente para o consumo próprio. Nas palavras dela,

“Tudo o que se planta se come, mas ainda tem que comprar de fora ou receber doação. A produção dos indígenas sempre foi para o consumo ou para a troca. Inclusive os artesanatos, quando dá, a gente prefere até trocar pelo que estamos precisando”⁴¹.

Também não há certificação da produção, inclusive porque a relação com a terra é diferente, não há necessidade de provar que o manejo é orgânico e, tampouco os produtos são comercializados.

Sobre a participação em associações, Jerá comentou que existe um comitê inter-aldeias que reúne as aldeias da capital e do litoral sul do estado de São Paulo. Tem também a rede Guarani Yvyrupá, uma organização indígena que congrega coletivos do povo guarani das regiões Sul e Sudeste do Brasil na luta pelo território⁴². Já acessou o Programa Aldeias da Secretaria Municipal de Cultura. Este programa, iniciado em 2014, tem como objetivo principal promover o fortalecimento cultural e político dos Guarani que vivem nas duas Terras Indígenas incidentes no município de São Paulo: A TI Jaraguá e a TI Tenondé Porã.⁴³

Ela contou que já foi professora de crianças das séries iniciais, da escola estadual, localizada na aldeia Tenondé Porã, mesmo nome da Terra Indígena que abriga essas duas aldeias e mais cinco⁴⁴. Nas palavras dela

“Eu morava na Tenondé Porã, a escola era lá, essa aldeia Kalipety, onde moro agora é retomada nova⁴⁵, de 2014.”

⁴¹ Informações coletadas durante entrevista realizada no dia XX de maio de 2022.

⁴² <https://web.archive.org/web/20211204145156/http://www.yvyrupa.org.br/sobre-a-cgy/>. Último acesso em 18/07/2022

⁴³ <https://trabalhoindigenista.org.br/programa-aldeias/#:~:text=Iniciado%20em%202014%20pela%20Secretaria%20Municipal%20de%20Cultura,cidade%2C%20e%20TI%20Tenond%C3%A9%20Por%C3%A3%2C%20no%20extremo%20sul>. Último acesso em 18/07/2022

⁴⁴ <https://www.tenondepora.org.br/todas-aldeias/>. Último acesso em 18/07/2022

⁴⁵ A retomada é um processo de luta dos povos indígenas por suas terras, cuja ocupação era originária. Para muitos povos, esse processo está relacionado à reafirmação de identidades étnicas que foram negadas devido

Assim como as demais entrevistadas, Jerá relata que trabalha o dia todo, todos os dias, pois é mãe, dona de casa, artesã, esposa e da equipe de lideranças indígenas – é ela quem lidera os mutirões que acontecem todas as terças e quartas feira. Como muitas das agricultoras, relatou não ter muito tempo livre.

Jerá se relaciona com as plantas de muitas formas. Se sente honrada por ser mulher indígena, orgulho de ser guarani, se sente com privilégios por ter acesso àquela terra e água, mas sabe conscientemente dos direitos dos seus povos e dos tantos massacres e pilhagens dos quais seus ancestrais foram vítimas. Ela dá palestras sobre a questão indígena e o dinheiro também é dividido entre os custos da comunidade.

Perguntei sobre o projeto do cinturão verde guarani, o projeto de lei (PL 181/2016) que garantiria o apoio da Prefeitura para os indígenas continuarem preservando, recuperando e protegendo as florestas e os recursos hídricos paulistanos dos quais são guardiões e ela me disse que está engavetado. Se virar lei, o PL vai criar a Política Municipal para o Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social das Terras Indígenas, que são áreas já reconhecidas no Plano Diretor do município desde 2015 ⁴⁶. Ela acha que se houvesse uma lei de apoio ao trabalho que eles fazem de recuperação ambiental de áreas degradadas do que resta da Mata Atlântica, a vida e o trabalho desses povos estariam mais seguros.

à pressão e à violência do Estado e da colonização. Neste movimento, são muitas as dificuldades enfrentadas por povos em retomada, como o descaso do poder público e o preconceito da sociedade (CIMI, 2022).

⁴⁶ <http://cinturaoverdeguarani.info/projeto-de-lei/>. Último acesso em 19/07/2022



À esquerda Jerá Guarani e seu “parente” planejando o plantio de “jety” (batata doce). À direita, o “avaxi” milho guarani tostado para a alimentação. Imagens 6 e 7. Créditos: Clara Camargo

Na aldeia são produzidos batata-doce, mandioca, abacaxi, milho, feijão, cana guarani, taioba, variedades diversas de abóboras, erva-cidreira, várias frutas nativas como jaracatiá, cambuci, jussara, além de espécies exóticas como banana, cítricos e tomates. Os indígenas cultivam uma série de plantas para o manejo agroecológico do roçado, como mamona, feijão de porco, feijão guandu e a banana que é essencial para a cobertura e a manutenção da água no solo.

Com relação às plantas medicinais, Jerá disse que eles não cultivam, pois elas estão na floresta. Entretanto, ela não tem permissão para dar informações sobre elas. Há presença de muitas espécies nativas ali, pois a mata é bem preservada e há sobreposição de terras indígenas com a Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia. Porém, também há muito eucalipto no local, por conta da ocupação anterior à retomada indígena e que tem sido bastante utilizado para a moradia, fogo e biomassa. A terra indígena como um todo tem 16 mil hectares.

As sementes utilizadas vêm mais de fora, todavia, parte vem de trocas entre os próprios indígenas de outras aldeias. Os Guarani Mbya têm desenvolvido um trabalho de recuperação de sementes, como a do milho (Avaxin), por exemplo. Produzem um pouco de composto na

aldeia a partir dos restos de alimentos, terra preta da mata e restos de podas. Entretanto, também vem adubo de fora para melhorar a produção. Não utilizam o esterco das galinhas.

Ali, Jerá relatou que nunca presenciou falta d'água. Como tem muita mata na aldeia e arredores, chove muito. Lá, há uma nascente com água super limpa e um poço para segurá-la, um exemplo de como a presença dos indígenas preserva o meio-ambiente.

Assim como as demais agricultoras, Jerá observa uma intensidade do clima. Quando chove, há muita chuva, fica chovendo duas semanas sem parar. Quando tem sol, é um sol muito forte. Em 2021, houve geadas terríveis que mataram muitas plantas. Eles ainda não têm técnicas para lidar com esses extremos do clima.

Na pandemia, produziram mais, pois tinham mais tempo para se dedicar ao plantio. Ficaram mais na aldeia e receberam menos visitas, o que fez aumentar o tempo de dedicação à agricultura.

6.2.4 Joselene Araujo Santana – Comuna da Terra Irmã Alberta, Perus

Joselene produz, vende e faz toda a gestão, com o apoio da cooperativa Terra e Liberdade, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Regional Metropolitana de São Paulo, de que faz parte há quatro anos, desde o início. Possui 49 anos, estudou até a 7ª série e continua fazendo cursos de agroecologia nos assentamentos ligados ao MST. Tem um filho que vive no barraco ao lado do dela com seus 2 netos e a nora.

Para a Terra e Liberdade, ela entrega os produtos duas vezes por semana. Seu lote não tem certificação, mas outros do acampamento têm. Tentou tirar a DAP mas não conseguiu. Faz parte da RAPP, do MST e também participa de atividades da Rede Sesc. Vende seus produtos na Feira Agroecológica e Cultural de Mulheres no Butantã, no Sesc Santana, nas cestas da cooperativa e para quem vai lá comprar em sua propriedade.

Sua alimentação é baseada no que tem na horta e, por isso ela come tudo o que dá. Nas palavras dela,

Só planto o que gosto de comer. Meu marido queria que eu plantasse rabanete, mas eu não gosto, vou plantar pra quê? ⁴⁷

⁴⁷ Informações coletadas em entrevista no dia 03/05/2022

Apesar dessa fala, Joselene contou que, depois de experimentar receitas novas com o rabanete, passou a gostar e só por isso, introduziu esse tubérculo nas suas plantações. “O bom é que cresce rápido e ajuda outras plantas na horta agroflorestal”, disse ela.

Joselene contou que já foi babá e cozinheira por 18 anos, agora faz cinco anos que está agricultora. Ela que faz tudo em casa e na horta, o marido não tem tempo, pois ele tem um bar e fica mais tempo lá. Ela conta que, às vezes, ela cozinha para o bar para dar uma ajuda para ele. Eles parecem ter uma relação afetuosa apesar de cotidianos diferentes. Ele ligou enquanto eu estava lá e ela disse: “é o meu amô”.

Ela relatou que participa de uma série de atividades como cursos, feiras, reuniões e não enfrenta nenhuma restrição imposta por ele, o que não é muito comum entre as mulheres militantes, conforme relatado na tese de Siliprandi (2009). Para esta autora,

As pressões vividas pelas mulheres que passam a assumir um papel de liderança social são, em geral, mais fortes em nível familiar, por conta de não conseguirem (ou se recusarem a) cumprir o papel esperado de esposa e mãe, cujo único interesse e foco de atenções deveria ser a própria família – embora, evidentemente, também haja exceções (SILIPRANI, 2009, p.198)

Jô disse que trabalha aproximadamente 19 horas por dia, 7 dias na semana. Cuida dos diversos bichos que tem lá, como papagaio, gato, cachorro, galinha. Jô relatou que já pegou animais abandonados para cuidar ou fez o favor de ficar com eles para amigas que não tem onde deixar o bicho, pois moram num quatinho pequeno na periferia e ali onde ela mora tem mata, tem quintal, espaço perfeito para animais.

O acampamento Irmã Alberta está localizado em Perus, na Região Noroeste de São Paulo. Suas ruas são de terra e a observação da paisagem revela uma mescla de atividade e ocupações: tem mata, indústria, favela e horticultura, uma demonstração dos conflitos que recaem sobre as periferias urbanas e o uso dos seus espaços.

Joselene relatou que, na pandemia, chegou uma família nova para morar lá, abriu um bar e tem ameaçado os seus animais com armas de fogo, o que a tem obrigado a manter o cachorro preso. Ela relata também como, ao longo dos anos tem sido atacada. Nas palavras dela:

“Já botaram fogo, já jogaram veneno, agora dizem que vão matar meu cachorro”.

Resistir ao modelo de cidade que cresce com concreto e com a “feia fumaça que sobe apagando as estrelas”⁴⁸ é tarefa árdua. Os militantes do MST enfrentam mais essa luta, que amplia suas pautas. É por reforma agrária, mas é também pelo acesso aos direitos humanos como água, alimento, cultura, educação, saúde, comunicação, pelo fim da violência de gênero, entre outras.⁴⁹

Jô relata também que sua família era da Zona Rural, entretanto, seus pais quando se casaram foram para uma pequena cidade chamada Jaçu na Bahia, próxima à Chapada Diamantina. Apesar disso, ela ia aos finais de semana para a roça dos avós, pois sempre gostou de planta e de animais. Depois de alguns anos, ela veio para São Paulo, morava na cidade, mas não deixava de plantar.

“Eu plantava em vaso e em saco; quando dava comprava terra ou, se encontrava, pegava na rua. Sempre fui envolvida com os movimentos, mas mais de moradia. É recente que entrei para o MST”.

Ela conta que, na Comuna da Terra (nome dado aos espaços metropolitanos de luta por reforma agrária e agroecologia do MST), quando ela encontra o pessoal, falam de plantas e trocam coisas, às vezes tem atividade, como mutirão, encontros, almoço. Antes tinha a festa do milho e existe uma expectativa de ser retomada.

Fui a um Encontro de Vivência Agroecológica lá, em 2019 e também a uma feira de troca de sementes, em 2017. Nesses encontros participam estudantes universitários da USP e da UFABC, militantes, agricultores urbanos e assentados da reforma agrária, trabalhadores do SESC, filhos dos assentados, o que revela a diversidade de apoio ao movimento e às famílias que lutam por terra e natureza em meio ao avanço imobiliário. Em 2018, também entrevistei Maria Alves, militante histórica do movimento, mas como o roteiro de entrevista foi alterado, ela não foi incluída nesse trabalho. Apesar disso, seu legado de mulher agricultora na metrópole foi fundamental para a motivação deste trabalho.

Jô relatou que se sente feliz e disposta com a vida que leva, apesar de ser muito corrido, gosta da natureza, de ouvir os pássaros e de estar em um lugar que tem mato.

⁴⁸ Referência da autora à música Sampa de Gilberto Gil e Caetano Veloso

⁴⁹ www.mst.org.br. Último acesso em 29/07/2022



Imagem 8 – Joselene realizando capina seletiva no canteiro. Créditos: Clara Camargo

Nesta horta, no dia em que visitei havia as seguintes plantas alimentícias plantadas: alface, rúcula, couve, alho poró, salsinha, cebolinha, espinafre, acelga, brócolis, jiló, berinjela, quiabo, tomate, cebola, rabanete, abobrinha, banana, abóbora, batata-doce, mandioca.

Também cultiva plantas medicinais como manjeriço, lavanda, guiné, arruda, entre outras. Utiliza-as na preparação de chás, banhos e, também como tempero na alimentação. No lote, há uma nascente protegida por uma mata que é a Área de Preservação Permanente (APP). Lá, há uma série de espécies nativas, mas ela não soube dizer quais. Ela disse que utiliza um aplicativo do celular para identificação botânica.

Jô utiliza uma série de plantas para o manejo agroecológico da produção, como por exemplo, o plantio de espécies de leguminosas conhecidos por adubação verde, como o feijão guandu e o nabo forrageiro. Utiliza folhas caídas da mata, poda de ingá, capim-braquiária, capim-elefante para fazer cobertura do solo. Nas palavras dela,

“Sou conhecida por aí como aquela que sai catando capim e folha das árvores, porque as plantas gostam muito de ter o solo coberto e dá pra sentir a diferença, elas ficam mais saudáveis e não perdem tanta água quando tem cobertura”.

Faz compostagem no local com o esterco dos animais, restos de alimentos e podas. Não produz sementes de hortaliças, porque, segundo ela “dá muito trabalho”, então compra as sementes da Isla, prepara as mudas e as planta nos canteiros que são implantados em curva de

nível. O espaço de produção possui bananeiras que dividem o espaço em pequenos lotes, o que a ajuda a ir plantando um pouco por dia e permite realizar a rotação das culturas.

Com relação ao clima, observou redução das chuvas e um sol muito quente, o que fez aumentar a vulnerabilidade das plantas e a incidência de pragas. Ela perdeu parte da produção e, conseqüentemente, teve prejuízos econômicos. Após a última seca mais drástica, ela cavou um poço de 4 metros de profundidade para poder captar água.

No verão também observou chuvas intensas, o que também gerou prejuízos à lavoura. Foi indicado a ela comprar sombrite para a proteção das plantas, mas ela ainda não conseguiu fazer esse investimento. Em comparação ao clima da “cidade”, na Comuna da Terra, é perceptível um clima mais fresco e mais úmido.

Na pandemia, trabalhou muito, era a única coisa que fazia. Vendeu muito, pegou COVID duas vezes e perdeu amigos e familiares. Nas palavras dela:

“Foi um período muito triste, muito difícil”.

6.2.5 Bernadete Alcebíades – Recanto do Jaquinha, Parelheiros

De volta ao extremo sul de São Paulo, em Parelheiros, no dia 9 de abril de 2022, visitei Bernadete. Ela é responsável pela produção, gestão e comercialização dos alimentos produzidos em seu sítio. Tem 68 anos e Ensino Superior Completo em Administração. Não tem filhos, mas sua casa vive cheia de brinquedos e crianças. Encontrou no turismo uma atividade que pode se unir à agricultura para a geração de renda e trabalho. Por isso, faz parte do grupo Acolhida na Colônia de Parelheiros, desde agosto de 2021.

Tem certificação em grupo do IBD junto com 22 famílias. Participa do IBEAC e já foi a encontros da RAPP. Participou do edital do Ligue os Pontos, por meio do qual construiu uma cozinha para o processamento mínimo de alimentos. Nela são desidratadas frutas, como abacaxi e banana; ela também produz geleias com as frutas produzidas no sítio: morango, cambuci, entre outras. Fora isso, Bernadete tem horta e pomar, rodeados de Mata Atlântica.

A família toda (incluindo seus irmãos e sobrinhos) se alimenta do que é produzido no sítio, especialmente os ovos e verduras.

Bernadete conta que trabalhou em indústria na parte administrativa por muitos anos e veio para o sítio depois que se aposentou.

“Há uma moça que trabalha comigo quatro vezes na semana, mais um moço que vem de vez em quando para fazer o trabalho mais pesado”.⁵⁰

Trabalha todo dia no sítio e no seu tempo livre “curte os sobrinhos”, o motivo pelo qual a casa tem diversos brinquedos.

Com relação à sua cultura, Bernadete relata que seus pais eram da Zona Rural, mas ela cresceu na cidade e teve acesso aos estudos, o que considera um grande valor. É envolvida com a comunidade, participa do Circuito das Parelhas e foi assim que cheguei até ela. Apesar de ela ter sido indicada pela técnica da RAPPa como uma mulher a ser entrevistada, ela não havia respondido às minhas mensagens. Quando resolvi ir ao Circuito das Parelhas, pois entendi que era importante conhecer mais sobre a história, a cultura e os atores presentes no distrito de Parelheiros, a conheci.

A comercialização é feita no local, para amigos, conhecidos e visitantes. Ela já vendeu para a Rede Ballaio, mas não tem vendido mais. A participação nesse circuito foi muito valiosa, pois além de entrevistar Bernadete e conhecer seu sítio, pude conhecer pessoas que atuam com turismo comunitário na região.

O sítio de Dona Bernadete está localizado em Parelheiros, possui 10 mil m² (1 hectare) e é todo cercado por Mata Atlântica, pois tem como vizinhos um mosteiro e uma casa que trata pessoas dependentes de álcool e drogas, portanto, eles mantêm a mata preservada. Ela tem uma imensa biodiversidade, possui área de horta, área de pomar e uma estufa onde produz morangos. Na horta, no dia em que estive lá, havia couve, alface, major gomes, taioba, ora-pro-nobis, cúrcuma, milho, abóbora, mandioca, alfavaca. Ao redor dela, é possível encontrar árvores de frutas como figo, café, carambola, cabeludinha, urucum, entre muitas outras.

Ela aproveita as cascas das bananas que são vendidas desidratadas para fazer uma calda utilizada na produção do morango. “Deixa as frutas mais docinhas, pois a banana é rica em potássio”, afirma a agricultora. Ela também utiliza plantas forrageiras para fazer cobertura viva da terra, utiliza a serrapilheira da floresta e faz cobertura morta nos canteiros para proteger o solo. Ela diz que quase não tem praga lá, mas quando aparece alguma coisa, utiliza produtos biológicos certificados para reequilibrar o ambiente.

⁵⁰ Informações retiradas da entrevista realizada em 9/04/2022

As mudas são produzidas pelo vizinho, de quem a agricultora as compra e a compostagem é feita na área da mata. Ela usa também as folhas secas da mata e a terra preta antes da palhada que serve como cobertura morta e isso melhora a fertilidade da terra, segundo ela.

Já teve geadas lá e ela, depois do ocorrido, colocou um túnel de sombrite para proteger as plantas. Percebeu que, depois de uma série de geadas próximas, as abelhas foram embora. Ela relatou que 2021 foi um ano frio e que ela nunca tinha visto tanta geadas assim. De acordo com ela, o clima anda agressivo,

“Aqui está parecendo com clima da praia, tudo bem que a praia está perto, a 30 km daqui. Digo isso porque quando o sol sai, é muito forte e quando chove é muita chuva”.

Ela utiliza as plantas medicinais como chás, remédios e temperos. Tem poço semi artesiano, poço caipira e nunca teve problema com falta d'água.

É possível perceber que Dona Bernadete é uma agricultora com melhores condições financeiras em comparação com as agricultoras da Zona Leste, às indígenas e sem terra. Além da aposentadoria, ela aluga quartos para hóspedes, já que o turismo é uma aposta para ela. Nesse sentido, ela consegue criar estratégias de adaptação às situações inesperadas.

Ela também relatou que, na pandemia, houve um aumento das vendas e logo, do trabalho, o que remete a uma interpretação de que as pessoas passaram a valorizar mais o alimento saudável.



Imagem 9 – Estufa de morangos, horta e mata na propriedade. Créditos: Clara Camargo

A participação no circuito das Parelhas, intitulado pelos seus membros como ecoturismo, foi interessante para conhecer diferentes articulações locais. Lá estavam presentes um representante do Sebrae que apoia a gestão da agricultura paulistana, um vereador da região, outra produtora agrícola e uma criadora de cavalos.

Além disso, almocei em um restaurante que se abastece das verduras produzidas localmente e é de uma mulher que entende a comida como patrimônio: o Restaurante da Dona Marlene. E também conectada com a questão de agricultura e alimentação, pude conhecer o trabalho de um bloco de carnaval que homenageou Carolina Maria de Jesus, residente do distrito de Parelheiros e uma das escritoras brasileiras com grande reconhecimento, sobretudo no que diz respeito à denúncia da fome nas periferias paulistanas.⁵¹

6.2.6 Rita Cavalieri – É Hora da Horta, Casa Verde

Rita faz a produção, a venda e a gestão. Tem 60 anos, mas ainda não se aposentou, seu sustento econômico vem da comercialização dos produtos da horta. Assim como Terezinha, a Rita produz em área localizada embaixo dos linhões da ENEL. Tem dois filhos, um mora com ela e outro não. Não faz parte de nenhuma associação ou cooperativa. Quando é possível, vai aos encontros da RAPPa. Também faz parte do grupo de bonecos do Viva Agroecologia⁵².

Rita disse que já ouviu falar de vários programas do governo, mas nunca conseguiu acessá-los. Vende os produtos no local, pois há clientes que já estão acostumados a buscar os alimentos na porta da horta. Aos sábados fazia uma feira, mas parou na pandemia. Além disso, ela disse que a ENEL não tem permitido vendas em áreas da empresa. A agricultora também comentou, descontente, que a empresa proíbe que tenha banheiro e energia elétrica. Relatou que não pode produzir espécies arbóreas que tenham mais de dois metros de altura e que, recentemente, os técnicos da ENEL têm obrigado a cortar as bananeiras.

⁵¹ Quarto de Despejo relata a situação de Carolina e seus filhos na favela do Canindé, em São Paulo.

⁵² O Viva Agroecologia é um projeto que estimula a implantação da biodiversidade das PANC (Plantas Alimentícias Não Convencionais) na pedagogia, nas hortas e nos cardápios escolares, por meio do desenvolvimento de diversos materiais educativos. A iniciativa articula a Rede de Viveiros de PANC do município e inspira escolas, educadores e municípios de diversos lugares do país. A partir de 2021, o projeto amplia sua atuação incluindo conteúdos de arte-educação e apoio à edição de vídeos da série de programas Sabores da Agricultura Familiar (www.saboresagriculturafamiliar.org.br).⁵²

Ela, o filho e o marido se alimentam de muitos alimentos da horta, porém, a maioria das pessoas que compra seus produtos não é do bairro. Ela relata que as vizinhas da horta não apoiam o seu trabalho.

“As vizinhas reclamam do mato que cresce e elas nem sabem que não é mato, é ora-pro-nobis. Reclamam das abelhas que vem polinizar e nunca compraram um pé de alface. Quando vem gente aqui fotografar ou fazer reportagem, porque tem muita gente de fora que apoia o meu trabalho, elas ficam olhando de longe, escondidas, não tem coragem de aparecer”⁵³.

As dificuldades relatadas por ela também estão relacionadas a furtos, como de botijão de gás e de plantas. Com a pandemia e o aumento da pobreza, a violência cresceu e as agricultoras urbanas percebem isso em seu cotidiano, especialmente porque à noite, não há iluminação e as hortas parecem um espaço fácil para ser invadido.

Com relação a trabalho e tempo, Rita comentou que, antigamente, trabalhava com paisagismo e decoração e largou essa atividade para trabalhar na horta. Todavia, é notável como a estética tem papel relevante em seu espaço de produção. Janelas, flores, trabalhos em madeira dão um ar extremamente agradável ao local.

Talvez por isso ou pelo gosto em prostrar que Rita revela:

A horta é também um espaço terapêutico, pois muitas pessoas chegam aqui precisando desabafar. Eu acredito que colocar a mão na terra, plantar, colher são atividades de terapia ocupacional, mas a escuta dessas pessoas tem papel fundamental no seu processo de cura⁵⁴.

Ela contrata um funcionário que faz canteiro, poda e às vezes roça. Porém, é ela quem mexe no canteiro, tira mato, planta, rega as plantas. Disse que trabalha doze horas por dia, seis vezes na semana, a não ser que chova. Apesar disso, domingo é dia de passear e ela gosta de ir a teatro, exposição ou visitar outra horta. Como disse, “eu tenho rocinha no pé”. Confesso que fiquei feliz por ver uma agricultora acessando cultura na cidade de São Paulo. Diferentemente

⁵³Informações coletadas durante entrevista realizada pela autora no dia 05/04/2022

⁵⁴ Palavra usada pela própria agricultora

das outras que não relataram fazer esse tipo de atividade, fundamental para o descanso e a fruição cultural.

Com relação a suas origens, Rita revela que sua família não era ligada à agricultura, o pai nasceu em uma cidade do Vale do Ribeira e ela cresceu na cidade grande.

Rita relatou questões importantes para a manutenção do trabalho na horta, como o planejamento da produção a partir do que se vende mais, que são as hortaliças e PANCs e que tem necessidade alta de sol e água, o que exige estar em local apropriado. Outra dificuldade enfrentada por Rita é com relação à mão de obra. Nas palavras dela:

“A gente contrata por hora, a pessoa enrola, faz pouco, 1/10 do que precisa fazer”.

Essa dificuldade é latente, por conta da idade avançada das mulheres, da dificuldade em encontrar pessoas na cidade que querem e sabem desempenhar trabalho na área agrícola e também que respeitem as escolhas da agricultora.



Imagem 10 – Produtos comercializados na Hora da Horta

Nesta horta são produzidas salsinha, cebolinha, alface, rúcula, alho-poró, PANCs como taioba, ora-pro-nobis, beldroega, frutas como jambo, banana, amora, pitanga, mamão, jabuticaba, acerola, caqui, jambolão, maçã, entre outras.

As técnicas agroecológicas envolvem a própria biodiversidade da produção, pousio de alguns espaços e incorporação de matéria orgânica no solo. Ela faz compostagem, inclusive desenvolveu em parceria com a organização Pé de Feijão, um esquema de coletar o

biofertilizante da composteira termofílica que fica na terra e gera adubo a partir dos restos de alimentos e de podas da ENEL. Como foi dito, esse terreno está localizado sob linhas de eletricidade, porém na Zona Norte. Para a adubação, ela utiliza bokashi, um composto que mistura diversos ingredientes orgânicos e é utilizado após passar por processo de fermentação e o EM (Microorganismos Eficientes). Essa tecnologia é feita na Serra da Cantareira, pois é necessário inserir arroz em terra preta de mata. Ela tem relatado que tem muita formiga cortadeira na horta, que já tentou usar uma série de caldas, mas que ainda não sentiu diferença, “as formigas comem quase tudo que eu planto ultimamente”.

A percepção da agricultora é de que o clima oscila muito e sempre com intensidade. Na época da seca é muita seca, na época da chuva é muita água. Ela percebe que algumas variedades sofrem mais com isso, por exemplo a alface americana. Por isso, para evitar perdas, ela tem preferido plantar a alface crespa que é mais resistente. Ela observa que o local da horta é muito mais fresco do que o da rua cimentada. “No inverno é um gelo, dá uns 5 graus de diferença”, diz ela.

Com relação às plantas nativas, ela afirmou que conhece e cultiva erva-baleeira, goiaba e pitanga, mas teve dificuldade em saber se há outras espécies. Produz e processa em formato de sabonete e pomada algumas plantas medicinais, como capim santo, limonete, alecrim, tomilho, boldo, sálvia, manjeriço.

Rita comentou que os custos com a água para irrigação aumentaram recentemente, pois a água da SABESP é cara para irrigar, mas que sem ela, é impossível produzir. Como o terreno é da ENEL, ela teve que se responsabilizar pela água e tem solicitado mais materiais de poda para usar como cobertura morta nos canteiros e, com isso tentar evitar a evaporação da água muito rapidamente. Ela também comentou que a ENEL não permite ter banheiro e que os fiscais tem falado para ela que ela deverá cortar algumas árvores com mais de 2 metros de altura.

No início da pandemia, ela parou de ir para a horta durante um mês. Depois voltou, até porque se sentia mais saudável ao ar livre, tomando sol e fazendo exercícios. Apesar disso, ela parou de comercializar como antes. Na primeira onda, houve um aumento na procura pelos alimentos, já na segunda em 2021 “o povo sumiu”, reduzindo, portanto, a comercialização e a renda. Este fato pode ser explicado pela redução da renda da população em geral.

6.2.7 Maria de Lourdes Andrade (Lia) – Horta Popular Criando Esperança, Vila Nova Esperança

A horta está localizada em um terreno da Sabesp, na Comunidade Vila Nova Esperança que é local de moradia de, aproximadamente 600 famílias. Há 5 voluntários na horta e a maioria é mulher. Liderado por Lia, a entrevistada que atua na produção e na gestão dos alimentos e dos recursos ali produzidos.

Ela possui Ensino Fundamental completo, 58 anos e cinco filhos. Está organizada em associação do bairro e recentemente montou o Instituto Lia Esperança. O espaço não possui nenhum tipo de certificação, ela comentou que começou o processo e parou na pandemia. Ela participa ativamente de alguns grupos, como o grupo Sol, uma associação sem fins lucrativos, que, uma vez ao mês reúne voluntários para fazer doações e visitas a instituições, associações e comunidades em vulnerabilidade.⁵⁵ Ela também participa do grupo Mulheres do Brasil, “uma rede suprapartidária feminina que defende a liderança da mulher na construção de um país melhor. O grupo tem por objetivo estimular a participação feminina na construção de um Brasil que seja melhor para todos os cidadãos e, para isso reúne mulheres de diferentes classes, cores e credos”⁵⁶. Lia também relatou que compartilha o saber com o Movimento de Moradia, ativo na comunidade.

A liderança afirmou que é visível a transformação do espaço. Nas palavras dela:

“tinha muito lixo aqui e ratos. Agora tem muita especulação, querem construir a Nova Granja Viana aqui”.

A comunidade fica no Parque Jequitibá, na Zona Oeste de São Paulo, próximo à Rodovia Raposo Tavares e o espaço ilustra bem as disputas na cidade por moradia, natureza e geração de lucro.

Lia também abordou o tema da dificuldade em dar continuidade ao trabalho que, sem o engajamento real da comunidade, não permanece. Ela afirmou:

⁵⁵ Informações coletadas no Facebook do Grupo Sol. Último acesso em 14/05/2022

⁵⁶ Informações coletadas no portal [Grupo Mulheres do Brasil - Protagonismo que transforma](#). Último acesso em 30/05/2022

“A horta é como uma poupança, se você não põe de novo e só colhe, acaba. E tem gente que só quer colher, aí fica difícil manter”.

No instituto, Lia criou a Moeda Esperança, um meio de troca de trabalho realizado pelos produtos da horta e o que mais tiver no local. Eles recebem muitas doações por conta das articulações da liderança, o que reflete em produtos para a comunidade. No dia que eu fui, recebi dois sabonetes líquidos da Natura, fruto de uma parceria entre a empresa e o instituto.

Interessante avaliar que o dar/presentear está sempre nas atividades dessas mulheres. Foi algo que eu percebi que tinha que ser parte da minha metodologia, inclusive pelo sentido de reciprocidade que é algo que faz parte das relações nos interiores, no rural e, em parte das periferias.

Lia afirmou que nunca acessou nenhum programa ou política pública, mas que entende da importância de conhecê-los e acessá-los, ela foi candidata a vereadora em 2020 pelo partido REDE e teve 4070 votos⁵⁷.

Ela também contou, em entrevista, que já trabalhou como florista, mas que teve que fazer uma escolha entre o trabalho e a comunidade e optou por cuidar da comunidade, no projeto Fio da Esperança. Nele, começou em 2006 e, em 2010 se tornou líder comunitária.

Segundo ela, a divisão do trabalho se dá de acordo com as necessidades. Muitas vezes, ela ou a voluntária mais ativa tem que dizer aos demais o que fazer. Lia trabalha no instituto de segunda à sexta, das 7 às 11 horas e às vezes de sábado. Relatou estar cansada, pois faz 12 anos que não tira férias. Fora isso, tem o trabalho de casa e o trabalho no celular que são as articulações de doações, entrevistas e participação em grupos que, ao longo da pandemia, tiveram sua atuação basicamente em ambiente virtual.

Relatou também que sua família não era da roça, era de uma pequena cidade da Bahia. Ainda nas palavras dela:

“Aqui é APA (Área de Proteção Ambiental) – era ZEPAM, com o Plano Diretor tornou-se Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)⁵⁸. Ao lado da ONG há um centro comunitário, mas “tá difícil” envolver a comunidade no trabalho”.

⁵⁷ TSE. [Resultados – TSE](#). Último acesso em 30/05/2022

⁵⁸ As Zonas Especiais de Interesse Social são porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas Habitações de Interesse Social – HIS e Habitações de Mercado Popular – HMP a serem dotadas de equipamentos sociais,

Lia tem muita clareza sobre alguns conceitos e afirmou com veemência os objetivos da horta. Ela surgiu para trazer sustentabilidade, educação ambiental e segurança alimentar para a comunidade.

Na área coletiva de 5 mil m², Lia e as demais voluntárias da Horta Criando Esperança produzem hortaliças e frutas para a alimentação delas e da comunidade, como alface, cenoura, beterraba, couve, feijão, milho, maçã, romã, abacate, banana entre outras. A horta também é repleta de flores como rosas e suculentas. Quanto às espécies nativas, Lia afirmou que há uvaia e ameixa do mato. Utilizam adubação verde, principalmente o feijão guandu que também é utilizado na alimentação, inclusive como forma de resgate de práticas alimentícias do Nordeste, de onde vem a maior parte das famílias que residem na comunidade. Essas sementes de adubação verde são produzidas localmente, todavia as sementes de hortaliças são compradas e às vezes já compram as mudas prontas, pois é mais fácil. Fazem compostagem com restos de comida e folhas secas e também tem um biodigestor.

Na associação há uma cisterna que armazena água da chuva e ela relatou nunca terem sofrido falta d'água. Observou que a presença da mata próxima deixa o local mais frio comparado a locais mais urbanizados. Quanto a eventos climáticos extremos, ela relatou que ali é uma área de risco de deslizamento e que essa é uma ameaça constante, inclusive foi um dos motivos que a levou a pensar na questão ambiental, pois, nas palavras dela

“se tem terra e plantas, a água da chuva é absorvida com mais facilidade e é mais difícil de ter esses deslizamentos. Mas ninguém pensa nisso aqui, só pensam em construir o barraco!”

Outra estratégia de prevenção ao risco de deslizamento é a construção de um muro de arrimo pela comunidade com o apoio técnico de arquitetos e engenheiros. Foi a forma que a comunidade encontrou de minimizar o risco de deslizamento a partir do uso de recursos locais, já que não havia recurso financeiro para esta ação.

É um caso que evidencia como as vulnerabilidades ambientais tornam-se ainda mais preocupantes em áreas onde há uma maior vulnerabilidade social. O espaço era tomado por entulhos e lixo antes da criação da horta e Lia relatou que havia muito rato, muita doença e o

espaço era feio. A transformação trouxe a importância de se criar espaços agradáveis para se viver nas periferias no sentido de combater a ideia de que não há beleza e qualidade de vida nesses espaços. A reciclagem é uma atividade econômica bastante presente no local e as voluntárias da horta afirmaram que é de onde vem parte de seu sustento.

Na pandemia, a produção da horta continuou igual. O que mudou foi que havia mais gente desempregada e passando necessidade, o que aumentou a demanda por alimentos e também o número de voluntários. Eles começaram a fazer e servir marmitas para as pessoas que estavam passando por necessidades.

6.2.8 Luzia Souza – Sítio Adalgiza e Manoel, Cipó

Luzia é a responsável pelo preparo da terra para o plantio e produção dos alimentos, comercialização do excedente e gestão do sítio que está localizado no bairro do Cipó, em Parelheiros, extremo sul do município de São Paulo. Possui 57 anos e Ensino Superior incompleto. Tem filhos adultos que não vivem com ela.

Participa do Projeto Mão na Massa junto à comunidade do bairro do Gramado e desenvolve ações solidárias no sítio, em datas especiais há mais de cinco anos. Nestas ações, há distribuição de cestas básicas, alimentação saudável, atividades educativas e artísticas para crianças, segundo ela. Possui certificação de grupo do IBD e participa da RAPPa. Ela recebe assistência técnica da Casa da Agricultura da Prefeitura de São Paulo. A agrônoma da Casa deu instruções sobre como acessar o PRONAF, mas sempre faltam documentos, como a DAP por exemplo, o que, segundo ela, “requer persistência”. Ela disse que gostaria de retomar essa frente de acesso às políticas públicas.

No momento em que estive na propriedade de Luzia, ela afirmou comercializar os produtos por meio da Rede Ballaio,

uma rede que une e amplifica o trabalho de agricultores familiares da região de Parelheiros, extremo sul de São Paulo, com o objetivo de democratizar o acesso ao consumo de produtos orgânicos, agroecológicos e artesanais de maneira consciente⁵⁹.

Apesar da rede, a maior parte das vendas é para familiares e amigos que frequentam o sítio. De acordo com ela, sua alimentação é bem natural, evita comer farinha branca, leite e

⁵⁹ Informações encontradas no site www.ballaiorganico.com. Último acesso em 30/05/2022

açúcar, gosta muito de resgatar as comidas nordestinas, como tapioca e cuscuZ de milho. Também come bastante batata doce e mandioca do sítio.

“Eu como bem pouco de comida industrializada e isso me faz me sentir bem. Essas comidas industrializadas deixam a gente sem vida. Quando comemos algo plantado por nós mesmas ou pelos companheiros da agroecologia, a gente sente diferença, é outro gosto, é outra energia”.⁶⁰

Com relação ao eixo gestão do tempo, Luzia afirmou ter começado a trabalhar com 13 anos e já ter desempenhado diversas atividades diferentes. Atualmente se dedica ao sítio, como agricultora e cuidadora de um senhor enfermo. Ela relatou que trabalha sete dias por semana, dezenove horas por dia e o seu tempo livre é para dormir.

Como grande parte das mulheres entrevistadas ao longo dessa pesquisa, a família de Luzia também era da Zona Rural no Nordeste. Ela veio para São Paulo em 1972. Seus pais compraram o sítio em Parelheiros como uma forma de manter a tradição de estar perto da terra, não mais no Nordeste, mas no rural paulistano. Não à toa, o nome do sítio leva o nome de seus pais: Adalgisa e Manoel, como forma de honrar a ancestralidade que trouxe o amor pela terra e por tudo que nela vive.

Luzia afirmou que se relaciona com o território por meio da alimentação (trocas, compras, doações e vendas). Também desenvolve ações sociais, cursos e visitas. Ela também afirmou que está fazendo um curso de agroecologia no Instituto Federal voltado para mulheres agricultoras.

⁶⁰ Informações coletadas durante entrevista realizada no dia 23/09/2021



Imagem 11 – Agricultora Luzia na frente de seu galinheiro construído com bambu com recursos do Projeto Ligue os Pontos. Imagem 12 – canteiros preparados para o plantio de milho. Há linha de bananeira e mata ao fundo. Créditos: Clara Camargo

Neste sítio, localizado no Bairro do Cipó, são produzidas banana, mandioca, abóbora, milho, feijão, couve, chicória, alface. Os itens da roça são para comercialização e alimentação das galinhas; os itens da horta são para o consumo da agricultora, amigos e família. Também há diversas frutíferas como caqui, cambuci, jaboticaba, jaca, coco, ameixa e goiaba.

As técnicas de produção utilizadas pela agricultora são curva de nível, leira de contenção e adubação verde. O sítio é rodeado por Mata Atlântica, pois está localizado na APA Capivari-Monos, o que faz com que os roçados estejam um pouco mais protegidos dos ventos intensos e de pragas. Também há remanescentes de pinus e eucaliptos, já que havia produção de madeira

no local antigamente. A presença de árvores faz com que a agricultora tenha uma percepção de maior umidade e frio em comparação com a zona urbana. Ela relatou que aparecem alguns animais no local em busca de comida, como por exemplo, um veado. As plantas medicinais por ela cultivadas são para chás, como hortelã e erva-cidreira, mas também para temperos como manjeriço. Ela disse que pretende cultivar mais plantas medicinais.

Com relação às sementes, ela utiliza milho orgânico do MST ou da CATI de Avaré-SP. Ela ganha e reproduz para que possa sempre ter e compartilhar. O local sofre, nos invernos, com geadas. Ela observou que, em 2021, houve mais geadas do que o normal, mas por outro lado, não tem problema com falta de água. Apesar disso, Luzia relatou:

“Eu sempre espero a primeira chuva para semear o roçado e ela tem demorado mais para chegar nos últimos anos”.

A pandemia não alterou a forma de produção, mas sim as visitas. Luzia integra o IBEAC - Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário, uma parceria com o Acolhida-SP que realiza uma série de ações comunitárias por meio do turismo e isso ficou parado. Luzia também recebia vivências de grupos de pessoas interessadas em aprender sobre agroecologia e conservação ambiental, o que reduziu drasticamente na pandemia. Com o fim do isolamento social, estas atividades foram retomadas com menos gente e uso da máscara, a princípio.

6.2.9 Valéria Macoratti – Sítio Nossa Fazenda, Parelheiros

Valéria é uma mulher de 53 anos e Ensino Médio completo. É casada com Vânia e ambas vivem no Sítio Nossa Fazenda, em Parelheiros. Quando perguntada sobre filhos, ela disse que tem 54 cachorros. Faz parte da Cooperapas desde 2011 e agora está na Orgânicas para Todes que surgiu na pandemia, em 2020. Foi presidente da Cooperapas por duas gestões.

Ela afirmou que já teve certificação participativa. Agora está com o protocolo de boas práticas e vai tirar a certificação em grupo pelo IBD. Participa da RAPPA, da Rede Sesc e parece acreditar na rede como potência. Nunca conseguiu acessar o PRONAF, mesmo possuindo DAP, e fez uma fala emocionada sobre como os agricultores são mal-recebidos no Banco do Brasil, ainda mais em São Paulo. Comercializa os seus produtos pela COOPERAPAS, na propriedade e nas redes em que atua.

Valeria afirmou que já teve outros trabalhos antes de ser agricultora. Rindo, disse:

“Eu queria ser policial, mas a vida não permitiu. Passei anos estudando para o concurso. Depois disso, me mudei para Parelheiros por conta dos cachorros, descobri uma paixão pela terra e virei agricultora. Hoje em dia faço eventos e atuo com turismo de base comunitária e educação”.

Um dos espaços do seu sítio chama-se Portal do Saber e conta com uma biblioteca e uma sala ao ar livre. Elas recebem estudantes da região e grupos do Sesc-SP.

As duas mulheres trabalham juntas: Valéria é responsável por produzir, comercializar e gerir o sítio. Já a Vânia atua mais na cozinha (maravilhosamente bem). Elas também contam com um estagiário, o Edvaldo que atua na parte agrícola. Ela afirmou que trabalha doze horas por dia, sete dias na semana. Assim como a Luzia, seu tempo livre aproveita dormindo. Também contou que adora encontrar as amigas para conversar e tomar cerveja.

A família de Valéria é da Zona Leste de São Paulo, então ela cresceu em ambiente urbano. Conta que, logo que se mudou para o bairro rural, fez um curso de Agricultura Orgânica e Biodinâmica em Botucatu, no interior de São Paulo, o que mudou a vida dela. Relaciona-se com o território por meio do Acolhida SP, um projeto de turismo de base comunitária. Antes da pandemia oferecia formações a jovens da comunidade para ensinar sobre turismo, meio ambiente e gastronomia. Acredita que “é importante despertar as “joias da comunidade para manter a floresta em pé, assim como juntar as mulheres é muito importante e potente!” Para exemplificar esse pensamento, contou sobre uma amiga que perdeu o marido por conta do Covid-19.

“Ela era crente e não fazia nada, vivia por conta do marido. Agora que ela não tem mais de quem cuidar, é hora de cuidar dela. Estou apresentando a cidade para ela, ouvindo, me colocando como uma rede de apoio e a mulher está passando por uma transformação imensa. Está virando agricultora também, mas, principalmente, amiga (entrevista realizada no dia 16/11/2021)”.

Ela relatou sobre uma invasão ao lado do sítio dela que já tem mais de quinze famílias morando.

Eles vão construindo os barracos e o problema disso é que não tem esgoto tratado, nada... então, a sujeira vai toda para os rios e na região está o único rio limpo do município (Idem)

A fala de Valeria sobre os riscos da moradia irregular traz aspectos importantes sobre a análise de como a cidade vem sendo construída: falta de direitos básicos como acesso à água e saneamento e também o não cumprimento da legislação ambiental. Esse assunto parece polarizar duas questões que são complementares e não opostas: moradia e produção alimentícia, porém a forma como a narrativa é construída as coloca como opositoras, quando na realidade o problema é a ausência de uma reforma urbana efetiva.



Imagem 13 – Valeria olhando as suas plantas próxima a uma galinha d'angola. Créditos: Clara Camargo

A produção dessa chácara de 5 mil m² é voltada para hortaliças, plantas aromáticas e medicinais, Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), espécies nativas como Cambuci, grumixama, goiaba, jaboticaba, guabiroba, uvaia, pitanga, araçá, palmito juçara, pau-brasil, castanha do Maranhão. Também há espécies exóticas, mas popularmente conhecidas, como a bananeira, onde é utilizada não apenas para a alimentação, mas também para a produção de biomassa e para o tratamento de águas cinzas da pia da cozinha, por meio de uma tecnologia social chamada Círculo de Bananeiras⁶¹.

⁶¹ O Círculo de Bananeiras consiste em uma vala circular preenchida com galhos e palhada, onde desemboca a tubulação. Ao redor são plantadas bananeiras e/ou outras plantas facilmente adaptáveis ao solo úmido e rico em nutrientes (...) Unidade de tratamento para águas servidas ou cinzas (chuveiro, pias, lavanderia e cozinha) ou tratamento complementar de esgoto doméstico ou águas de vaso sanitário, provenientes de uma unidade de tratamento prévia, como um Tanque de Evapotranspiração (TEVAP). O círculo de bananeiras é uma alternativa de tratamento e de disposição final. Deve-se evitar seu uso em locais com solo arenoso e em locais onde o lençol freático é raso (Brasil. Fundação Nacional de Saúde, 2021, p. 84).

Na chácara há uma cozinha semi industrial, onde as mulheres produzem geleias, licores, pães, bolos, entre outros alimentos com os ingredientes do local. O cultivo de plantas medicinais é realizado com a finalidade da alimentação e da saúde.

Com relação às sementes, Valeria relatou produzir algumas, sobretudo as de adubação verde como guandu, crotalária, tremoço e feijão de porco que trazem nitrogênio para o solo. Porém, com relação às hortaliças, ela compra as mudas prontas. A chácara Nossa Fazenda é um espaço repleto de tecnologias socioambientais. Ela faz compostagem com os restos de alimentos, podas e esterco dos animais (possuem burros, patos, gansos e cachorros). Há também um minhocário para compostar os resíduos domésticos que transformam os resíduos orgânicos em húmus, banheiro seco⁶² e um biodigestor⁶³ na casa dos cachorros que transforma as fezes dos animais em energia.

As alterações climáticas são perceptíveis para Valeria. Ela disse que 2021 foi um ano muito frio e que o inverno foi longo (a visita foi em novembro e a temperatura estava baixa naquele dia). Ela relatou imprevisibilidade no clima e muita oscilação. Por exemplo, em 2019 houve muita chuva, o que a impossibilitou de plantar hortaliças mais sensíveis como alface, brócolis. “Aí eu deixei a terra produzir e colhi foi muita PANC”. Na estação seguinte, a seca foi muito severa e secou a nascente do vizinho. Valeria relatou que a dela não secou e ela acredita que tem a ver com as técnicas que tem utilizado, como por exemplo, manter o solo coberto com matéria orgânica e o sistema de “barraginha⁶⁴” que é um sistema de “plantio de água”.

⁶² Banheiro seco é uma versão de vaso sanitário que funciona sem o uso de descarga de água. Esse modelo de vaso é mais sustentável do que a privada comum, pois reduz o gasto de água e energia, além de possibilitar o aproveitamento dos dejetos como adubo para as plantas ornamentais. Fonte: <e-cycle.com.br/banheiroseco>. Último acesso em 02/09/22

⁶³ O biodigestor é um sistema que realiza a decomposição anaeróbica (sem oxigênio) de resíduos orgânicos, como fezes de animais de estimação e restos de alimentos, e gera como produto biogás e biofertilizante. Esse sistema é conhecido por ser usado na área rural para tratar os resíduos agropecuários, em fazendas e granjas, por exemplo. Fonte: <e-cycle.com.br/biodigestor-residencial>. Último acesso em 02/09/22

⁶⁴ O sistema Barraginhas é um conjunto de práticas mecânicas de conservação de água e solo, empregado para captação da água das chuvas e do escoamento superficial. As Barraginhas são caracterizadas como pequenas bacias escavadas em áreas de enxurradas, agem como caixas de retenção que evitam as perdas de água, permitem a infiltração no solo e garantem o abastecimento do lençol freático. (...) Trata-se de uma tecnologia social de baixo custo que traz diversos benefícios como: concentração de nutrientes, diminuição da erosão do solo e promoção da recarga do lençol freático contribuindo para a conservação de nascentes e de mananciais (BREMENKAMP, 2020).

Ela cavou buracos em áreas específicas e estratégicas do terreno que captam a água da chuva e a fazem infiltrar no lençol freático aos poucos. Ainda assim, com a redução das chuvas, ela construiu uma cisterna, colocou uma bomba na nascente e parou de mecanizar a terra.

6.2.10 Solange – Mulheres do Bororé, Ilha do Bororé

Solange vive na Ilha do Bororé, um bairro localizado na Zona Sul de São Paulo, próximo ao Grajaú. Embora seja conhecida como ilha, o bairro situa-se em uma península na represa Billings⁶⁵.

Datado do final do Século XIX, o bairro existe antes mesmo da construção da Represa e conta atualmente com cerca de 80% de sua área útil coberta pela vegetação da Mata Atlântica. As demais áreas do entorno caracterizam-se por usos tipicamente rurais, tais como sítios e chácaras de lazer e propriedades agrícolas, além da própria represa Billings .

Solange fazia parte do Coletivo Mulheres do Bororé que tem passado por uma série de dificuldades, como o roubo de seus equipamentos conquistados coletivamente por um edital da empresa Consul chamado Consulado da Mulher, bem como dificuldades ligadas à gestão coletiva de empreendimento. O coletivo produzia doces, geleias e pães com ingredientes da Mata Atlântica, como o cambuci. Atualmente, Solange tem produzido com uma amiga e sua neta e comercializado na Feira Agroecológica e Cultural de Mulheres no Butantã e no Café da Mata, no próprio bairro onde vive. Solange tem 58 anos, é viúva e possui Ensino Fundamental Completo. Possui dois filhos já casados, um mora próximo a ela. Mora sozinha, mas conta com a companhia da neta que passa parte da semana com ela, com quem divide parte do trabalho doméstico.

Ela relatou que a maior parte das atividades ligadas à agroecologia, meio ambiente e gastronomia ocorrem na Casa Ecoativa, uma organização instalada em terreno da EMAE – Empresa Metropolitana de Água e Energia - e que desenvolve uma série de projetos socioambientais. Ela também atua junto à AMESOL - Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo, em que a tem papel crucial.

Solange não é exatamente agricultora, mas tem um quintal produtivo e conhece pequenos produtores da Ilha, de quem compra a matéria prima para fazer os seus doces. No seu quintal tem cambuci, pitanga, jabuticaba, goiaba, mexerica, abacate, banana e outras espécies

⁶⁵ PARQUE NATURAL MUNICIPAL BORORÉ | Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente | Prefeitura da Cidade de São Paulo

não comestíveis. Ela também já plantou mandioca e milho, mas as galinhas do vizinho comeram tudo, o que a fez desistir de ter plantas anuais.

Ela disse que não consegue viver apenas do quintal e dos seus quitutes e, por isso, aos finais de semana, ela trabalha no Café da Mata, que pertence a um dos idealizadores da Casa Ecoativa.

Nos dias de produção e de feira, Solange trabalha o dia todo, oito horas ou mais, mas durante a semana, em casa trabalha umas cinco ou seis horas por dia. De fim de semana é que o turno é maior, pois fica no café das 9 às 19 horas. Disse que aproveita o seu tempo livre em casa

“Não sou muito de sair, de vez em quando vou encontrar uma amiga, mas não sou uma pessoa de muitas amigas, apesar de conhecer quase todo mundo daqui”⁶⁶.

Solange nasceu e cresceu no bairro, seus pais e avós eram de lá, contou inclusive que foi seu avô quem levou o sino da capela no carro de boi, de São Bernardo do Campo até o centro da Ilha do Bororé, em 1904.

Ela relatou algo curioso para nossas análises: de que são mais os turistas que comem o Cambuci, “o pessoal da comunidade não liga muito para a fruta”. A decisão dela por fazer os doces com a fruta é para divulgar também e ensinar as pessoas a comerem coisas diferentes. Ela mesmo disse que não dava muito valor para as frutas nativas, mas que fazer parte da feira e dos projetos tem ensinado muito para ela nesse sentido. Especialmente a feira da Economia Solidária (que ela ainda não conseguiu voltar depois da pandemia por conta de problemas de saúde), que ela relata dar uma esperança. Se preocupa muito com as futuras gerações:

“as crianças elas precisam saber da natureza. Um exemplo disso é o peixe. Antes aqui a gente pescava cará, lambari, tilápia... agora está tudo poluído e contaminado. Se conhecer e cuidar, dá pra comer o que tem aqui.”

6.2.11 Luciana – Casa Ecoativa, Ilha do Bororé

⁶⁶ Informações coletadas durante entrevista realizada no dia 28/05/2022

Solange disse que seria interessante conhecer a Casa Ecoativa, pois lá há uma agrofloresta e uma cozinheira que faz preparos com PANCs. Além disso, a Casa é uma referência em educação ambiental do bairro. Lá conheci a Luciana, mulher solteira de 37 anos e mãe de quatro filhos.

Ela relatou que a agrofloresta do espaço não está totalmente ativa, pois há escassez de mão-de-obra. Para solucionar essa questão, a organização fez uma horta na EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil), onde há pessoas todos os dias para cuidar, o que tem funcionado melhor. A casa recebe jovens para atividades de educação ambiental e culinária – na semana em que estive lá, receberam em torno de cem jovens, inclusive uma turma no sábado. São crianças e jovens da Ilha e de fora, de escolas, creches, universidades, do CAPS, de abrigo, entre outras instituições. Com as escolas públicas eles desenvolveram parcerias que permitem receber os alunos para as atividades sem custo e, em troca, recebem alguns materiais de limpeza e papel higiênico da escola.

O terreno pertence à EMAE, porém é gerido por um coletivo e está em processo de regularização junto à SVMMA. Faz parte da Rede Sesc – antes da pandemia, recebiam os “curumins” no espaço, crianças atendidas pelo programa de educação infantil do Sesc-SP.

Luciana disse que já receberam recurso do VAI – Programa de Valorização de Iniciativas Culturais e outros programas de aceleração na periferia. Por isso, para eles é tão importante a junção da questão ambiental, com a geração de renda, a produção artística e cultural. Isso torna o espaço ainda mais bonito, pois há pinturas, grafittis e poemas por toda parte; além disso permite às crianças e jovens o contato com arte e natureza, geralmente inacessíveis à população das periferias urbanas. Ela disse também já ter se envolvido com a cozinha comunitária Trançamor, um coletivo que atua na Zona Sul em diferentes frentes: capacitação profissional, barbearia especializada em tranças e dreads, cozinha comunitária para a produção de marmitas para pessoas em situação de vulnerabilidade social, feira orgânica gratuita, entre outras ações.

Luciana relata como o desenvolvimento do seu trabalho enquanto cozinheira saudável na periferia que utiliza PANCs e alimentos integralmente, como talos e folhas e proveniente dos pequenos produtores do bairro, está relacionado com encontrar-se a si mesma e conseguir sobreviver. Ela relatou ter vivido um relacionamento abusivo por 13 anos que não permitia que ela tomasse pílula anticoncepcional e, tampouco, ter uma vida social que não fosse ligada à

igreja evangélica. Luciana ficou grávida cinco vezes e depois foi abandonada, como quem já tivesse cumprido sua função: a de reproduzir.

Aparte isso, continua com força e garra seus projetos, acreditando na potência da coletividade, do comer bem e do aprendizado em sobreviver. Nas palavras dela:

“sobreviver é uma coisa que as mulheres sabem bem”.

Atualmente, está fazendo curso técnico em nutrição pela ETEC, trabalha na Casa Ecoativa, presta serviços de alimentação duas ou três vezes na semana, participa de palestras e cursos. Antes disso, já havia sido manicure, peruqueira, designer de sobrancelha e eletricista.

“Se alguma coisa na rede elétrica na cozinha der ruim, eu sei resolver. Aliás, todas as mulheres deveriam aprender esse tipo de coisa, tem uns cursos muito bons que ensinam elétrica, hidráulica, mecânica, chamados ‘Se vira, mulher’”.

6.2.12 Cleide Duarte – Sítio Campo Verde, Parelheiros

A última agricultora entrevistada, Cleide, reside também no extremo sul de São Paulo, no distrito de Parelheiros, porém mais próximo ao município de Itapeverica e Embu-Guaçu. O sítio Campo Verde pertence a ela e sua companheira, Simone. Cleide tem 51 anos, Ensino Superior Completo e um filho de 17 anos que mora com ela. Não está organizada em associações ou cooperativa, mas já fez parte da Cooperapas. É certificada pelo IBD, mas antes possuía certificação participativa pela ABD. Disse que nunca acessou nenhuma política pública ou programa de governo. Ao andar pelo sítio, observei que a sua fossa séptica fora construída com recursos do Projeto Ligue os Pontos, por meio da empresa Sapiência Ambiental.

O casal vive no sítio desde o início de 2020. Antes morava em Guarulhos, onde tinha um restaurante que funcionava sete dias por semana. O restaurante durou 30 anos e parte das verduras era produzida no sítio. Também já comercializou para a merenda escolar por meio da Cooperativa, mas parou, pois achou que não estava valendo à pena. A divisão do trabalho é bem simples: Simone faz podas e Cleide faz mudas. De resto, dividem o trabalho também com o filho João.

“Cuidar todo mundo cuida. Plantar, colher, regar, essas coisas”⁶⁷.

Cleide relatou que trabalha, aproximadamente 5 horas por dia, pois está com um problema na coluna, o que não a tem permitido realizar uma carga muito pesada de trabalho. No seu tempo livre, fica em casa, justamente por conta desse problema de saúde. Ela contou que faz um tratamento na Avenida Angélica e que é muito cansativo e caro ter que ir até lá. Chamou atenção para um ponto que é a falta de instituições de saúde e educação na região do extremo sul e nos municípios que compõem o Cinturão Verde de São Paulo. Essa fala é relevante considerando que o rural é visto como um espaço atrasado, onde não há serviços públicos satisfatórios. Nas palavras dela:

“Em uma visita recente do governador e do prefeito, foi prometida a pavimentação das estradas, mas ninguém toca no assunto saúde e educação para a nossa população”.

Com relação às origens de sua família, Cleide disse que são da Bahia, mas ela cresceu em Guarulhos. Não tem lembranças de parentes que trabalhavam na agricultura e, por isso, aprendeu o ofício no sítio mesmo e em alguns cursos que fez. Atualmente, não tem participado de nenhuma atividade nas redondezas do sítio, mas esteve presente um dia no encontro da RAPPa que ocorreu em 26 de junho de 2022.

Quando a perguntei sobre como se sente sendo agricultora em São Paulo, ela disse que se sente “lascada”. Isso porque a agricultura é uma atividade que exige muito trabalho e tem pouco retorno financeiro. O mirtilo, por exemplo, leva dois anos para começar a produzir. Enquanto isso, ela tem que viver de suas economias. Sorte que boa parte da alimentação vem da horta, o que gera uma economia de recursos.

Ela também disse que foi morar em Parelheiros por conta do sossego e que o silêncio é muito bom para dormir. Porém, já tentaram invadir o sítio e, na região, são recorrentes os problemas com invasão de terra.

⁶⁷ Informações coletadas durante entrevista realizada no dia 27/07/2022



Imagem 14 – Cleide e Simone plantando na horta. Créditos: Clara Camargo

O sítio Campo Verde possui 5 hectares e a sua produção é focada em mirtilo. Aparte isso, há também uma horta com produção biodiversa destinada ao consumo da família, onde havia no dia da visita alface, couve, escarola, coentro, banana, cebolinha, salsinha, pepino, entre outras espécies. Há também um pomar com frutas como pêsego, caqui, ameixa, pitanga. Com relação às plantas medicinais, no sítio há hortelã, menta, capim-santo, entre outras. O uso delas é para chás da família.

Diante das oscilações do clima, Cleide realizou algumas mudanças na sua produção. Passou a plantar nos vasos e automatizou a irrigação. Ela faz compostagem com os restos de alimentos e com borra de café que ganha da empresa Nespresso que fica próxima ao sítio.

O sítio é rodeado por Mata Atlântica, o que funciona como um quebra-vento natural, de acordo com ela. Para o controle de pragas e doenças, utiliza *neem*⁶⁸ e calda viçosa⁶⁹, que, de acordo com ela, é uma calda bordalesa mais completa.

⁶⁸ O óleo de neem é um inseticida biológico utilizado para controlar insetos e doenças causadas por fungos. É extraído de uma planta cujo nome científico é *Azadirachta indica*.

⁶⁹ De acordo com o MAPA, a calda viçosa é utilizada em hortas e pomares para o manejo de doenças causadas por fungos e para a adubação das plantas, pois contém micronutrientes (boro, zinco) e macronutrientes (cálcio e magnésio). Disponível em < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/fichas-agroecologicas/arquivos-sanidade-vegetal/7-calda-vicosa.pdf>>. Último acesso em 11/08/2023

Cleide relatou que, em 2021, houve geadas no local, o que gerou perdas, sobretudo das bananeiras, pois elas não conseguem produzir e demoram para reagir. Ela percebe diferenças no clima local quando comparado aos espaços mais urbanizados, de acordo com ela “é mais frio, mais úmido e tem menos poluição”. Mais da metade da área do sítio é para a proteção ambiental, o que garante ampla variedade de espécies nativas, como juçara, pau-brasil, cambuci, entre outras. Ela relatou nunca ter tido problemas com falta d’água.

6.3 Considerações finais do capítulo

Este capítulo buscou descrever as principais questões discutidas pela RAPPa ao longo dos seus primeiros anos de existência (2018 a 2022), assim como descrever o trabalho e o contexto em que estão inseridas as doze mulheres entrevistadas ao longo do trabalho de campo.

Questões como saúde, geração de renda, acesso a políticas públicas e incentivos financeiros à produção agroecológica foram bastante citados tanto nas entrevistas, quanto nos encontros promovidos pela rede. Vale destacar a diversidade de mulheres que constroem a rede, envolvendo mulheres indígenas, nordestinas, sem-terra, negras, brancas, funcionárias públicas, pesquisadoras, do terceiro setor, entre outras. A diversidade também se manifesta na idade das participantes, variando entre 16 e 75 anos, o que gera ricas trocas intergeracionais e culturais.

Vale ressaltar que nos encontros, sempre há a presença de crianças, filhas ou netas das participantes, o que requer estratégias de cuidado coletivo, como a existência de um espaço com brinquedos, materiais escolares, entre outros objetos utilizados para o entretenimento infantil. Essa estratégia é conhecida como “ciranda infantil” e é inspirada nas atividades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que buscam a maior participação das mulheres nos processos políticos.

O capítulo também apontou para diferentes realidades das agricultoras paulistanas, o que reflete as diversas modalidades de agricultura urbana em São Paulo e como o contexto faz diferença na escolha de estratégias para a produção, consumo e comercialização de alimentos, ou seja, nas tecnologias adotadas para a atividade agrícola. Apesar dos diferentes contextos, algo que une as agricultoras é os conflitos existentes no uso da terra, seja por meio da relação com os vizinhos, ou com a pressão imobiliária ou com a sobreposição com áreas protegidas, gerando instabilidade na manutenção na terra.

A criação da RAPPa e o envolvimento de diferentes atrizes nas suas atividades também aponta para o crescimento do interesse pela agricultura urbana, por um lado e, por outro, para

a importância de envolver mulheres na elaboração de políticas e planos sobre agricultura e alimentação. Este fato é relevante à medida que visibiliza o trabalho e conhecimento de agricultoras, mães e cozinheiras, sujeitas fundamentais para a garantia da sustentabilidade da vida e da soberania alimentar.

7. Análise dos Resultados

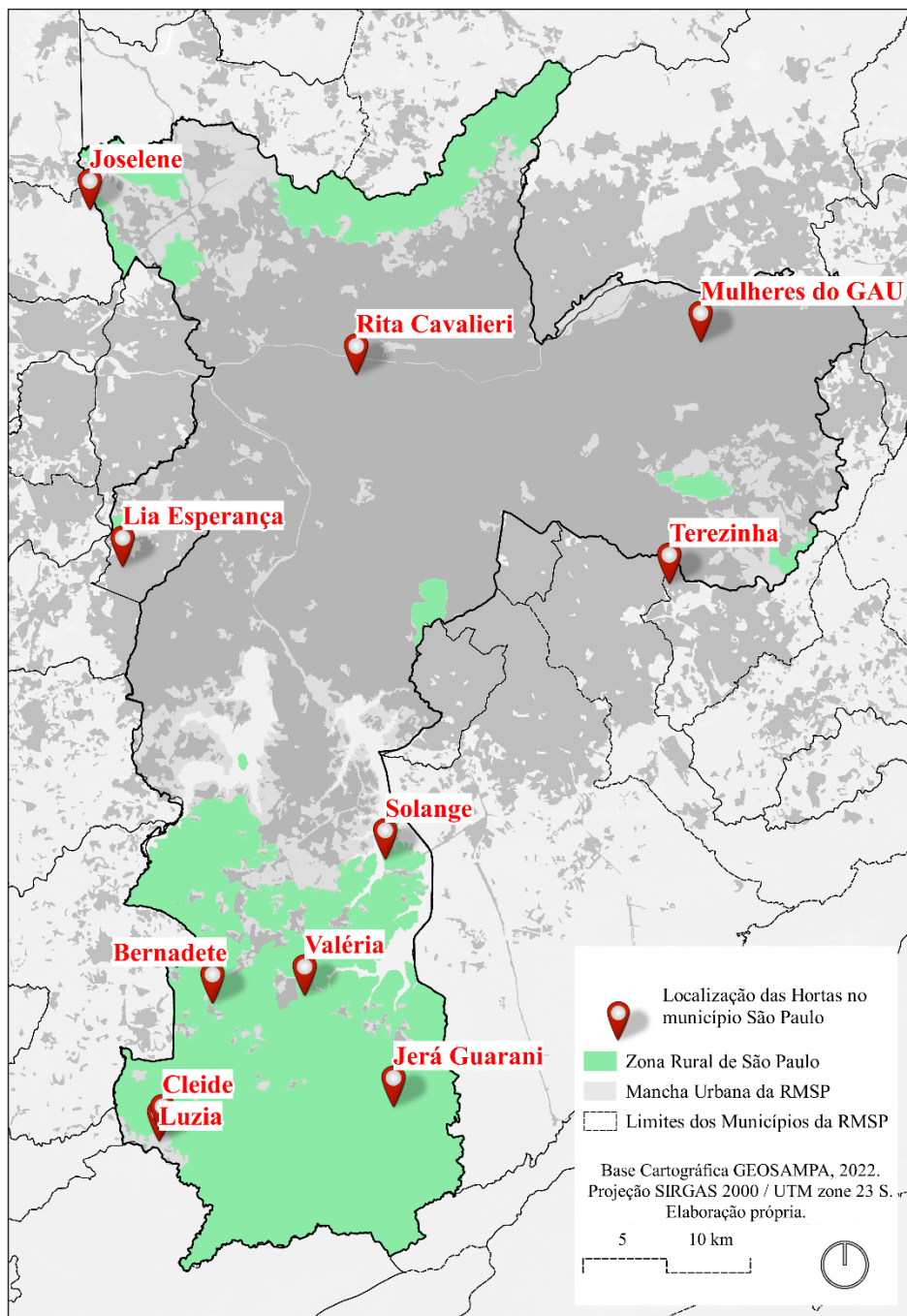
O capítulo 6 descreveu a atuação da RAPPa e relatou a experiência de 12 mulheres com agricultura e alimentação nas periferias paulistanas. O sétimo capítulo busca analisar os principais resultados encontrados ao longo da pesquisa e relacioná-los com os apontamentos das teorias trabalhadas na revisão da literatura. São elas a economia feminista, o ecofeminismo e a agroecologia. Antes de entrar nas questões mais específicas, é necessário traçar o perfil socioeconômico das entrevistadas e a apresentar o conceito de periferia utilizado.

7.1 Análise socioeconômica das mulheres entrevistadas: existe um perfil da agricultora paulistana?

Um dos objetivos deste trabalho é trazer luz sobre quem são e qual é o perfil das mulheres agricultoras de São Paulo. Longe de ser uma pesquisa censitária ou com amostragem capaz de fazer generalizações, é possível analisar alguns dados e interpretá-los a partir da leitura de outras pesquisas para então, contribuir com o debate e sugerir caminhos para a valorização das mulheres na agricultura urbana. Antes de analisar os dados das entrevistas, cabe olhar para onde estas mulheres estão localizadas no município de São Paulo.

A maior parte das mulheres entrevistadas ao longo desta pesquisa faz parte da RAPPa – Rede das Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas e, elas estão de fato, localizadas nas periferias da metrópole de São Paulo, com exceção de uma agricultora localizada na zona norte mais próxima ao centro expandido. No Mapa 1, é possível visualizar esta informação.

Mapa 1 – Localização das agricultoras entrevistadas



Fonte: Google Maps com base nos endereços das agricultoras visitadas

O mapa deixa claro como as agricultoras estão localizadas nas periferias paulistanas, muitas vezes bem próximo à divisa com outros municípios da região metropolitana. Esta informação já revela como são as mulheres periféricas quem têm na agricultura uma estratégia de reprodução e produção da vida.

Para apresentar o perfil destas mulheres, seus dados foram sistematizados na tabela 2. O objetivo é avaliar se existe um perfil das mulheres agricultoras do município de São Paulo. Os dados que nela constam, estão detalhados e discutidos ao longo do capítulo 7.

Tabela 2 – Sistematização do perfil das mulheres entrevistadas

Nome	Idade	Escolaridade	Filhos	Acesso a política pública	Acesso a redes	Comercialização	Profissão
Luzia	57	Ensino Superior Incompleto	Sim	Sim	Sim	Cestas, Rede Ballaio Orgânico	Agricultora e cuidadora de idoso
Lia	58	Ensino Fundamental Completo	Sim	Não	Sim	Comunidade	Agricultora e líder comunitária
Rita	60	Ensino Superior Completo	Sim	Não	Sim	No local	Agricultora e paisagista
Bernadete	68	Ensino Superior Completo	Não	Sim	Sim	No local	Aposentada e agricultora
Joselene	49	Ensino Fundamental Incompleto	Sim	Não	Sim	Feiras, Sesc, Cestas e no local	Agricultora e cozinheira
Jerá	41	Ensino Superior Completo	Sim	Sim	Sim	não comercializa	Agricultora e líder comunitária (ex professora)
Helena	63	Ensino Fundamental Incompleto	sim	Sim	Sim	CREN, cestas, eventos	Agricultora e educadora
Terezinha	55	Ensino Médio Completo	Sim	Não	Sim	CREN, cestas, eventos	Agricultora e vendedora
Solange	58	Ensino Fundamental Completo	Sim	Não	Sim	Café da Mata e feiras	Produtora de frutas, Cozinheira e atendente
Valéria	53	Ensino Médio Completo	Não	Não	Sim	Cooperapas, SESC, Orgânicas para Todes	Agricultora e educadora
Luciana	37	Ensino técnico em andamento	Sim	Sim	Sim	Casa Ecoativa, eventos	Cozinheira
Cleide	51	Ensino Superior Completo	Sim	Sim	Sim	Cestas, Ceagesp, Hortifrutis da região	Agricultora e ex proprietária de restaurante

Fonte: pesquisa de campo

A primeira questão que chama a atenção é com relação à idade dessas mulheres. Das doze entrevistadas, na data das entrevistas, uma mulher possuía idade entre 31 e 40 anos; duas mulheres possuíam entre 41 e 50 anos; sete mulheres entre 51 e 60 anos; e, duas delas tinham entre 61 e 70 anos.

Esses dados evidenciam que a maior parte das agricultoras urbanas está envelhecendo, o que pode sugerir uma preocupação com a continuidade dessa atividade. Por outro lado, os relatos indicam que essas mulheres migram para a agricultura como atividade econômica em um momento mais avançado da vida, após se aposentarem ou quando estão cansadas do ritmo de trabalho em empresas ou casas de família. Algumas relataram terem optado pelo trabalho na

agricultura ou cozinha após seus filhos nascerem, por ser mais fácil a conciliação entre cuidados com eles e geração de renda.

A idade avançada e os relatos das agricultoras nas entrevistas e nos encontros da RAPPa sobre a importância de pensar na sua saúde e de suas famílias tornam-se importante elemento a ser considerado neste contexto. A agricultura urbana tem sido apontada como prática que pode servir de base para estudos e para a construção de políticas públicas com foco em saúde e bem-estar da população por meio de uma visão ampliada (NAKAMURA & RANIERI, 2021). Para estes autores,

Por meio da AU, é possível: promover a alimentação adequada e saudável, tanto pelo aumento da oferta de alimentos in natura, quanto pelo seu caráter educativo e de manutenção de práticas culturais; contribuir diretamente com as metas de redução da pobreza e promover a inclusão social; estimular a atividade física, por meio das práticas profissionais ou de lazer envolvendo o cultivo de alimentos; integrar comunidades, melhorando o relacionamento entre grupos e vizinhança (NAKAMURA & RANIERI, 2021, p. 29).

Também chama a atenção a diversidade dos níveis de escolaridade. Interessante notar que quatro das doze mulheres entrevistadas possui Ensino Superior Completo, o que não reflete a realidade de mulheres agricultoras, em geral. Apesar desse dado, também quatro é o número de mulheres entrevistadas que não chegaram a concluir o Ensino Médio. Isso revela uma diversidade e desigualdade nos níveis de escolaridade entre as mulheres entrevistadas. É notável ainda o fato de todas serem alfabetizadas, sendo que apenas duas têm ensino fundamental incompleto.

Dez das doze mulheres entrevistadas são mães, o que revela uma possível conexão com a preocupação em alimentar os seus familiares e garantir a sua saúde. Para Siliprandi (2009), a condição de mães e esposas marca profundamente as preocupações das mulheres agricultoras, não só com relação à própria família, mas também com relação à comunidade e ao território onde vivem e atuam. De acordo com a autora, pensam mais no futuro e vem mais à tona a ética do cuidado

Entretanto, com relação às mulheres mais velhas, a necessidade de alimentar os filhos parece não influenciar tanto, uma vez que os filhos são crescidos, moram em outros lugares e, em geral, não se interessam por agricultura. Esse fato aponta que é necessário atenção para não fazer análises monossêmicas que considerem apenas motivações das mulheres em se

aproximarem da agroecologia por questões de cuidado com seus familiares, evitando assim uma injustiça epistemológica conforme apontado por Prévost (2019).

A ausência, nos trabalhos agroecológicos, de representações das mulheres como sujeitas políticas, como lideranças, como conhecedoras dos processos e resolvendo por si mesmas os obstáculos encontrados, tem efeitos que o feminismo há muito tem documentado. Isto leva à interiorização de uma falta de capacidade intelectual, de conhecimentos e de saberes práticos. Invisibilizadas como atrizes e conhecedoras, não podem se considerar como capazes, o que conduz a uma ausência/perda de autoconfiança e, conseqüentemente, na falta de participação e dependência do grupo social dos homens. Esta inércia conduz a uma reafirmação das relações de poder e das assignações de gênero e provoca, segundo a autora, uma injustiça epistêmica (PRÉVOST, 2019, p 46).

Isso não quer dizer que o cuidado não seja importante para as análises feministas, mas que, há que se atentar para não reforçar a naturalização dos papéis de gênero socialmente construídos, como por exemplo o da responsável pelos trabalhos domésticos.

7.2 Acesso a políticas públicas

Com relação ao acesso às políticas públicas, metade delas relataram nunca ter acessado nenhum programa ou política, o que significa seis das entrevistadas. Das outras seis mulheres que disseram ter acessado políticas públicas, apenas três foram referentes à agricultura, o Programa Ligue os Pontos. Outras duas acessaram políticas ligadas à cultura (Programa Aldeias e Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI) e uma delas, um programa social da CDHU. Essa companhia, entretanto, não possui uma política institucional específica para o desenvolvimento de hortas e viveiros, mas sim um projeto de desenvolvimento local, vinculado à Gerência Social de Ações de Recuperação Urbana e Fomento de Desenvolvimento Local (CARVALHO, 2021).

Vale relatar que existe uma dificuldade entre as agricultoras de identificar o que é uma política pública. Isso pode ser exemplificado pelo fato de algumas delas receberem assistência técnica da prefeitura, sobretudo as agricultoras do extremo sul de São Paulo, mas afirmarem não acessar política pública. Nesse caso, elas parecem identificar exclusivamente as políticas a crédito, como o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar).

Ainda com relação a essa temática, apenas três das doze agricultoras relataram ter a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, instrumento necessário para o acesso às políticas

da agricultura familiar de crédito e venda de alimentos para o Estado. Fora isso, duas relataram já ter tentado emití-la, mas sem sucesso.

7.3 Comercialização

Referente à comercialização, pode-se afirmar que a maior parte delas (10 das 12) fornece diretamente ao consumidor, por meio de venda de cestas, em feiras e no próprio local da produção. Algumas afirmaram também comercializar por meio de Redes e Projetos destinados a esse fim. Duas delas afirmaram já ter feito parte de uma rede para a comercialização dos produtos, a Rede Ballaio. Duas disseram que vendem ou já venderam para a Cooperapas, cooperativa dos produtores do extremo sul, sendo que uma dessas também entrega alimentos para um projeto que visa contribuir com a segurança alimentar de uma comunidade na Zona Sul do município, o Orgânicas para Todes.

As duas entrevistadas da Zona Leste afirmaram comercializar para o Centro de Referência em Educação Nutricional (CREN) e para a Rede Sesc, que tem se consolidado como importante parceira na comercialização dos produtos. A produção de alimentos para eventos também parece ser importante atividade para a geração de renda dessas mulheres, especialmente, porque assim conseguem processar seus produtos in natura, aumentando o prazo de validade e agregando valor. Chama a atenção também o foco da agricultora indígena em suprir a segurança alimentar da sua comunidade e a não procura pela venda desses produtos, já que a autonomia alimentar do seu povo é algo extremamente importante. Apenas uma agricultora relatou vender para o CEAGESP.

A diversidade de formas de comercialização se configura como estratégia para a garantia de escoamento da produção e geração de renda. Além disso, reforça a importância das redes no apoio à produção agroecológica. Estas redes englobam uma diversidade de temas, passando por agroecologia, economia solidária, povos indígenas, arte, ativismo, educação, meio-ambiente e turismo. Um ponto importante que as redes trazem é o acesso a informações, o que pode ser traduzido como acesso a cursos, a editais de financiamento, a troca de conhecimentos e materiais reprodutivos, como mudas e sementes. De fato, a rede traz legitimidade, reconhecimento e senso de pertencimento ao trabalho destas agricultoras.

As redes de agroecologia têm se configurado como importante mecanismo de interrelação entre Estado e sociedade civil na incidência de políticas públicas, considerando, por exemplo a atuação da Articulação Nacional de Agroecologia, bem como na construção social de mercados de agricultores familiares agroecológicos, como é o caso da Rede Ecovida

de Agroecologia no sul do país. Importante destacar que a aproximação da ideia de rede com os estudos agroalimentares e as transformações do mundo rural e urbano,

permite abordar potencialidades a serem exploradas, a partir de uma abordagem relacional dos atores, dos mercados, das políticas e dos processos sociais e ecológicos envolvidos na coprodução de distintas ruralidades (SCHMITT, 2011).

Neste sentido, a participação em redes mostrou-se elemento fundamental para o reconhecimento do trabalho das agricultoras entrevistadas. Além disso, a diversidade de atores fortalece a visão da importância da agricultura urbana agroecológica em diferentes esferas da sociedade, seja por meio do poder público, seja por uma questão de segurança alimentar, de cultura, de meio-ambiente ou de saúde, é um tema que transcende as fronteiras do conhecimento disciplinar.

7.4 Trabalho, renda e cuidados

Chama a atenção o fato de as mulheres se identificarem com mais de uma profissão. Por questão de necessidade de geração de renda, elas acabam acumulando mais de uma função, como a de cuidadora de idosos, cozinheira, educadora. Elas também relatam que são as responsáveis não só pela produção, mas pela venda dos produtos.

Esta pesquisa não buscou analisar a renda média das mulheres agricultoras, mas buscou entender as estratégias de sobrevivência que essas mulheres desenvolvem a partir da agricultura. O que se revelou foi como ainda é difícil viver da agricultura em um município como São Paulo e como é necessário ter outra fonte de renda.

Aparte isso, três mulheres disseram que desenvolvem ou já desenvolveram atividades educativas na comunidade, sobretudo com crianças e jovens. Esse fato nos leva ao entendimento de que, o trabalho de cuidados, que inclui não apenas o cuidado físico, mas também o suporte emocional e o de aprendizagem social, mesmo quando desempenhado fora dos lares, é designado às mulheres, como se as ruas e a cidade fossem uma extensão dos lares e sua divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2019).

As próprias mulheres entrevistadas afirmaram que é extremamente importante para elas desenvolver esse trabalho nas comunidades, pois elas notam a diferença dos jovens quando estes têm acesso a conhecimentos sobre natureza, agricultura, bioconstrução, turismo, entre outros temas trabalhados por elas. É como se essa atuação materializasse o que elas entendem como cuidar do planeta, cuidar da vida como o cuidado com as futuras gerações.

Isso também se relaciona com o fato de algumas agricultoras mencionarem a horta como um local de cura. Em dois momentos isso apareceu, como o encontro com as plantas e com a terra tem ajudado as mulheres a lidar com depressão, com filhos viciados em drogas, perdas de parentes ou amigos e até mesmo com a crise sanitária e social recente pela qual passamos. Nas palavras de Kelly e de Rita, respectivamente.

“Eu perdi a minha mãe pro câncer e estou passando por um momento de depressão. Minha mãe gostava muito da natureza e quando eu vou pra lá eu encontro paz. É como se eu tivesse esse contato com a minha mãe” (Kelly, Mulheres do GAU).

“Muita gente vem aqui precisando conversar, falar dos problemas. Eu converso com elas, mas o que ajuda a curar mesmo essas pessoas é o trabalho com as plantas e a mão na terra. Essas pessoas vêm aqui procurando isso”. (Rita, É Hora da Horta)

É evidente o protagonismo das mulheres na agricultura urbana, na alimentação coletiva, na constituição de formas de troca e redes de ajuda mútua, além de desenhos alternativos no cuidado com a saúde. Há ainda outros campos em que é possível verificar uma reorganização da esfera da reprodução que parece deixar ou reduzir o âmbito familiar para tornar-se mais comunitário. Nas palavras de Federici,

Está começando a emergir uma nova economia, que talvez possa converter o trabalho reprodutivo de uma atividade opressiva e discriminatória em um campo de trabalho mais libertador e criativo para a experimentação das relações humanas (...) Isso não é uma utopia. Certamente, as consequências da economia mundial globalizada teriam sido muito mais nefastas se não fosse o esforço realizado por milhões de mulheres para garantir o sustento da família (...). Através de suas atividades de subsistência, assim como de várias formas de ação direta, as mulheres ajudaram sua comunidade a evitar a espoliação total, a esticar os orçamentos e a colocar comida na panela (FEDERICI, 2019, p. 231).

Esta afirmação reforça a importância do trabalho reprodutivo e, portanto, da visibilidade do trabalho e do conhecimento das mulheres na superação das crises alimentar, ambiental e política e no próprio fortalecimento das comunidades, fundamental no enfrentamento da violência advinda do avanço do capitalismo.

7.5 Cozinha: lugar de mulher? Uma breve análise dos ambientes alimentares

Todas as mulheres entrevistadas possuem uma relação com o alimento que atravessa a sua história de vida. Cuidar e alimentar sua família exige criatividade e adaptação em tempos de crise, seja ela uma família com cachorros chamados de filhos ou com muitos filhos, casais

homoafetivos, uma família de avó e neta. São muitas as possibilidades de família no rural metropolitano e essa é uma descoberta da pesquisa. A necessidade ainda de gerar renda de maneira a conciliar com os cuidados dessa família torna-se um imenso desafio cotidiano. Além disso, a urgente necessidade de cuidar da natureza, pois dela originam-se recursos fundamentais para a reprodução da vida e, portanto, de lutar pela manutenção de um espaço verde onde o concreto insiste em se multiplicar.

A alimentação dessas mulheres parece algo simples, mas que revela uma enorme resistência ao modelo alimentar imposto no Brasil: o crescente consumo de alimentos ultraprocessados, especialmente nas periferias urbanas. Ao longo dos caminhos trilhados para realizar as visitas, anotei no caderno de campo as feiras livres que vi e apenas pude registrar a ocorrência de duas: uma na Casa Verde, em uma quarta-feira e outra em Interlagos, em um domingo. Apesar disso, foram inúmeros os hipermercados, os McDonalds, as bancas que vendem salgadinhos, pães de queijo, sorvetes, entre outros alimentos industrializados.

O crescimento do consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil e nos países do Sul Global é uma realidade. Pesquisa da Organização Pan-Americana de Saúde de 2015 revelou que esse crescimento está relacionado a uma série de fatores socioeconômicos como o aumento da população em áreas urbanas, o aumento da renda e a desregulamentação do mercado. Também estão relacionados diretamente com o maior consumo desses alimentos o ganho de peso e a obesidade (OPAS, 2015).

A maior presença de alimentos ultraprocessados na mesa dos brasileiros e sua influência na saúde têm sido discutidos por pesquisas sobre ambientes alimentares, que visam avaliar como a presença de estabelecimentos comerciais que vendem alimentos in natura ou ultraprocessados ou mistos interfere nas escolhas familiares a respeito da sua alimentação. O ambiente alimentar da comunidade é caracterizado pela disponibilidade, ou seja, pelo número de estabelecimentos que comercializam alimentos e/ou comida, sua localização, os tipos de serviços e a dinâmica de funcionamento (dias e horários) (GLANZ et al., 2005 apud CASTRO JUNIOR, 2018)

O interessante dessa análise é que a questão alimentar torna-se um problema da sociedade e não do indivíduo, a quem, em geral é atribuído o problema da obesidade, do ganho de peso e, inclusive da fome. As pesquisas sobre ambientes alimentares apontam para a configuração de três tipos de espaços: os desertos, os pântanos e os oásis alimentares.

Os desertos alimentares são áreas que não oferecem acesso a alimentos que integram uma dieta saudável, por conta da baixa disponibilidade de empreendimentos que distribuem alimentos ou difícil acesso físico a eles (CASTRO JUNIOR, 2018). No Brasil, para ser considerado um deserto, é necessário que determinado local agrupe 500 pessoas que precisem se deslocar mais de 1,5 km para ter acesso a estabelecimentos de comida saudável e nutritiva, como feiras livres, sacolões e supermercados (CAISAN, 2019 apud O JOIO E O TRIGO, 2020).

Pântanos alimentares são regiões onde a comercialização e disposição de alimentos ultraprocessados, abundantes em calorias, porém com poucos nutrientes, dominam. Nestes locais, também é comum o estímulo induzido por propagandas e campanhas de marketing (O JOIO E O TRIGO, 2020). Oásis alimentares, por sua vez, são locais onde o acesso a alimentos naturais e saudáveis é fácil, ou seja, onde há a presença de feiras livres, mercados, hortas e pomares. Para exemplificar, o Grajaú foi considerado um deserto alimentar, pois possui apenas 2,5 estabelecimentos que comercializam produtos in natura para cada 100 mil habitantes (O JOIO E O TRIGO, 2020). Soma-se a esse dado um baixo IDH – 0,64 e a quantidade alta de moradores: Grajaú é o distrito mais populoso de São Paulo com 445 mil moradores e também onde há a maior concentração de pessoas que vivem em favelas do município. Todos esses indicadores revelam as imensas dificuldades que as pessoas dali enfrentam para garantir o seu direito humano à alimentação adequada. No Grajaú está localizada a Casa Ecoativa, espaço ecocultural que desenvolve ações de alimentação saudável e meio-ambiente, onde foi realizada a entrevista com uma cozinheira.

Com relação a Parelheiros, distrito onde a maior parte da pesquisa de campo foi realizada, há 3,5 estabelecimentos de venda de produtos in natura a cada 100 mil habitantes, respectivamente. O IDH deste distrito é um dos piores do município, equivalente a 0,680 (GONÇALVES & MAEDA, 2017).

Já em São Mateus na Zona Leste, onde está localizada a horta de Terezinha Matos, o índice de estabelecimentos comerciais de alimentos frescos é 5,5 e, em São Miguel Paulista, onde se encontra o Viveiro Escola União de Vila Nova /Mulheres do GAU, esse índice é de 4,3, ambas localizadas na Zona Leste. São índices altos em comparação com outros distritos. Os IDHs são de 0,732 e 0,736 respectivamente (Idem).

Com relação ao centro expandido, é interessante apontar que, não necessariamente, há menor oferta de alimentos ultraprocessados, pelo contrário, como há maior índice de emprego e renda, há também o maior consumo deste tipo de alimentos. Na Barra Funda, por exemplo,

há 115 estabelecimentos que vendem alimentos ultraprocessados por 100 mil habitantes e apenas 3 empreendimentos que vendem alimentos in natura ou minimamente processados (O JOIO E O TRIGO, 2020).

Esses dados revelam como a presença de alimentos ultraprocessados e a baixa oferta de alimentos in natura e minimamente processados está presente em São Paulo como um todo, claro que não de forma homogênea, mas a partir do que os habitantes podem pagar. Nas bordas do município, há mais desertos alimentares, enquanto os pântanos se concentram nas regiões centrais, onde também concentram-se os estabelecimentos mistos que vendem tanto alimentos in natura quanto os ultraprocessados (O JOIO E O TRIGO, 2020)

Diante deste cenário, a agricultura urbana produtora de alimentos in natura nas periferias é de extrema importância para a sua comunidade de entorno. Todas as agricultoras entrevistadas afirmaram produzir hortaliças e/ou frutas para o consumo próprio e de sua família. Mais da metade das agricultoras afirmaram comercializar hortaliças de ciclo curto. Esse dado revela como a estratégia de comercialização de hortaliças que crescem e se desenvolvem mais rápido tem sido adotada sobretudo nas áreas urbanas, por serem terrenos menores, com escala menor e por haver necessidade de gerar renda a curto prazo. De acordo com Nakamura & Ranieri,

Muitos agricultores urbanos optam por plantas de ciclo mais curto, com maior procura pelo público e boa produtividade por área, como é o caso dos vegetais folhosos. Legumes, como abóbora, mandioca e batata-doce, são em geral cultivados para autoconsumo, porque tem um ciclo longo, ocupando uma mesma área por muito tempo (NAKAMURA & RANIERI, 2021).

Também chama a atenção o dado de que 45% das mulheres entrevistadas processam os seus alimentos e produzem pães, bolachas, bolos, geleias, desidratados. A finalidade é facilitar o consumo por parte de seus clientes e aumentar o valor agregado dos produtos. Algumas afirmaram que é uma maneira mais fácil de apresentar plantas alimentícias não convencionais aos consumidores, como por exemplo, ao produzirem biscoito de polvilho de araruta, torta de taioba com frango, macarrão de *ora-pro-nobis mousse* de cambuci mais gente se interessa pelos alimentos.

Além disso, duas mulheres relataram que parte da sua produção é destinada à alimentação animal e uma afirmou comercializar produtos de plantas temporárias, como milho e feijão. Vale dizer que estas agricultoras estão localizadas em Parelheiros, local onde as hortas

são maiores e, por isso, elas conseguem uma maior diversidade de plantas, bem como plantar variedades de ciclos mais longos.

7.6 Agricultura urbana, autoconsumo e as contradições do capitalismo

Como foi dito, todas as agricultoras entrevistadas relataram que alimentam a si e a sua família com itens produzidos em suas hortas e que isso tem relação direta com a obtenção de hábitos mais saudáveis como a diversificação dos alimentos e a redução do consumo de itens ultraprocessados. Muitas relataram ter emagrecido depois de tornarem-se agricultoras, o que reduziu seu sobrepeso. Entretanto, outras relataram sentir mais dores no corpo e envelhecimento da pele devido à exposição ao sol.

A produção destinada ao autoconsumo dessas mulheres é fato que merece destaque nesta pesquisa, pois, politicamente e, em termos de sobrevivência das comunidades, isso tem papel fundamental na construção de um modo de produção alternativo ao neoliberalismo (FEDERICI, 2022). Todavia, para abordar esse tema é importante apontar a contradição existente na agricultura e que, na realidade, diz respeito à sociedade capitalista, que é: apenas tem valor o que gera renda monetária (CARRASCO, 2014). Isso fica muito evidente quando se olha para a produção das mulheres voltada ao autoconsumo e as implicações a ela relacionadas, como por exemplo, a falta de autonomia das mulheres com relação às decisões financeiras da família, a ausência de ATER ou crédito, com a “desculpa” de que essa produção não existe. Mas ela, apesar de não gerar renda direta, garante a segurança alimentar da família, diminui os custos com alimentação e pode criar laços de reciprocidade na comunidade, como algumas pesquisas vêm demonstrando por meio da sistematização dos dados de vendas, autoconsumo, trocas e doações por meio das cadernetas agroecológicas (TELLES & ALVARENGA, 2021).

Essa contradição é a principal crítica da economia feminista à economia neoclássica que se baseou em um suposto agente racional, autônomo, egoísta e que toma decisões no sentido utilitário e em contexto de escassez. Como afirma Picchio (2012), essa experiência é a de um sujeito masculino – geralmente branco, assalariado, europeu – e serviu de base para a generalização de toda uma teoria econômica, deixando de lado outras referências de trabalho e de consumo.

O desenvolvimento do pensamento econômico adotou métodos, temas e uma pedagogia que atribuiu importância apenas às atividades mediadas pelo mercado (NELSON, 1995), ignorando as relações de interdependência entre produção e reprodução e, com isso, um

conjunto enorme de trabalho realizado pelas mulheres (TELLES & ALVARENGA, 2021). Não é à toa que estudos sobre as mulheres agricultoras urbanas ou rurais têm ganhado evidência apenas nos últimos anos, porque esse tema era extremamente invisibilizado por conta da divisão sexual do trabalho. Como se fosse natural e não uma construção sociocultural a mulher ficar em casa cozinhando, cuidando e como se isso não tivesse implicações no mundo socioeconômico e político.

Nesse sentido, é importante entender como as próprias mulheres percebem essa divisão sexual, tema abordado na tese de doutorado de Siliprandi (2009). Esta autora, ao abordar o tema da construção das mulheres na agroecologia enquanto novos sujeitos políticos da agricultura familiar, apontou que a conscientização acerca das desigualdades geradas pela divisão sexual do trabalho tem papel fundamental no seu engajamento. De acordo com ela,

Quando (as mulheres) colocam, por exemplo, o peso da sobrecarga de trabalho que recai sobre elas, em função da recusa da maioria dos homens em realizar as atividades domésticas, incluindo cuidar dos filhos, essa não é uma questão menor. Nos casos em que os homens aceitam compartilhar esse papel, tudo parece fluir mais harmonicamente. Elas usam mesmo o termo “libertação” – do trabalho doméstico, das amarras da casa - ; usam a expressão “sair da cozinha”, quando passam a ter acesso ao “mundo lá fora”. É uma questão fundamental e que está presente todo o tempo, porque está vinculada ao papel das mulheres na divisão sexual do trabalho, e às hierarquias – e, portanto, ao poder – dentro da família. (SILIPRANDI, 2009, p. 206)

A mesma autora também relatou, por meio da transcrição de entrevistas, que algumas mulheres mais jovens enxergam o casamento ligado a um tipo de submissão, à perda da individualidade e à perda do amor-próprio. Uma percepção de que as mulheres vivem uma situação de fazer tudo e parecer escravas da família (SILIPRANDI, 2009).

Apesar de extremamente relevante, esse tema não apareceu nas entrevistas realizadas por esta pesquisa. Algumas hipóteses que podem explicar isso são:

a) Existe uma maior flexibilidade em formatos de família na agricultura desempenhada nas periferias e no rural metropolitano. Grande parte das mulheres entrevistadas não são casadas; existe relacionamento homoafetivo; existem famílias que não possuem o chefe de família masculino ou ainda que a agricultura é uma atividade exclusiva da mulher e, nesse caso, como elas geram renda e autonomia, o marido não interfere diretamente.

b) Talvez porque seja um tema muito delicado que exige construção de um nível mais avançado de confiança. Como as entrevistas foram realizadas individualmente e não havia esse tipo de pergunta, o assunto não apareceu. Diferente, por exemplo, do que apareceu em um

momento de roda de conversa ocorrida no coletivo Mulheres do GAU em 14/05/2022 sobre racismo e machismo. Nesse momento, as mulheres compartilharam experiências de violência física e psicológica sofridas em relacionamentos passados.

7.7 A escolha pela agroecologia

A opção pela produção com base na agroecologia possui um forte componente com a relação com saúde. Algumas das entrevistadas relataram durante as entrevistas que existe uma necessidade por hábitos saudáveis devido ao contexto da precarização dos serviços básicos de saúde somada às facilidades da industrialização da alimentação a curto prazo.

“Se eu não cuidar de mim e da minha família, quem é que vai cuidar? Hoje em dia, tá difícil até depender do SUS, demora muito pra conseguir uma consulta. Então, o jeito é fazer uma alimentação saudável, comer verdura e legume pra evitar ter que ir no médico toda hora. Aqui a gente não usa veneno pensando nisso também, que a comida e a terra fica mais saudável sem (Vilma, das Mulheres do GAU, Caderno de Campo)”.

A ideia de não separação entre produção para comercialização e para consumo, presente na abordagem de diversas agricultoras, também merece destaque. Essa ideia é relevante, pois explica como a produção de alimentos levada a cabo por mulheres nas periferias paulistanas é um trabalho reprodutivo e, portanto, é o seu excedente que é destinado às vendas.

Assim sendo, esta produção de alimentos está subjugada às hierarquias impostas entre trabalho produtivo e reprodutivo, base para o funcionamento do patriarcado e do capitalismo, de acordo com as autoras feministas. Esta divisão, também conhecida por divisão sexual do trabalho, atribuiu às mulheres o papel de cuidadoras e reprodutoras da força de trabalho, enquanto liberou coletivamente os homens dessas funções para que eles sejam os provedores dos bens materiais (BIROLI, 2018). Não por acaso a agricultura urbana desempenhada por mulheres foi invisibilizada por tanto tempo.

Nesta direção, entende-se que a provisão de alimentos para as necessidades nutricionais da força de trabalho que ocupará as fábricas, escritórios, obras e etc não entra nas contas públicas, sendo desempenhada por mulheres gratuitamente ou a um custo extremamente baixo. A não remuneração pelo trabalho reprodutivo o faz ser visto como um não trabalho no capitalismo, o que gera sobrecarga para as mulheres, além de invisibilizar o fenômeno que Carrasco (2001) denomina sustentabilidade da vida.

Para essa autora, os sistemas naturais, o trabalho de cuidados e a criação e manutenção das comunidades não foram analisados por pensadores na reflexão sobre a sustentabilidade. De

acordo com ela, se não fossem essas esferas, o sistema capitalista já havia colapsado. Federici (2013; 2022) e Mies (2022) avançam ainda mais neste pensamento, ao colocar o trabalho reprodutivo como fator fundamental e ainda contemporâneo da acumulação de capital, afirmando que o capitalismo, para se perpetuar necessita de formas não capitalistas, como o trabalho doméstico de mulheres, o trabalho camponês e a própria reprodução da natureza. Para materializar essa ideia, analisamos duas falas de Vilma, uma das agricultoras do Coletivo Mulheres do GAU.

“As pessoas regateiam para pagar a comida preparada pelas Mulheres do GAU e não se importam de pagar caro por comidas que nem são tão gostosas, mas são vendidas no centro da cidade. Sentimos que as portas não se abrem porque somos agricultoras, negras e periféricas. O produto orgânico é caríssimo e aqui a procedência é do nosso quintal. Agricultura orgânica é só um certificado. Agroecologia é o saber popular, a realidade nossa, é a gente estar neste encontro falando destas coisas. Quando eu mando orçamento é a maior negociação. Tem agricultoras que até desanimam de vender e decidem plantar só pro seu próprio sustento.

Por isso que planto pra comer e pra vender, mas primeiro é pra gente que tá aqui perto. Se vem alguém aqui da comunidade e quer levar verdura, mas só tem R\$1,00, a gente vende por R\$1,00. Se não tem nada, a gente doa também (Vilma, Mulheres do GAU, Caderno de Campo).

Estas falas exemplificam a responsabilidade das agricultoras em fornecer alimentos para a sua família e para a sua comunidade, muitas vezes arcando com os custos de produção, como se fosse sua responsabilidade alimentar uma pessoa que, muito provavelmente, vai, depois de alimentada, ter capacidade de vender a sua força de trabalho. Em outras palavras, as mulheres permitem a reprodução da força de trabalho, mas este fato não foi incorporado às principais teorias econômicas e políticas, incluindo o marxismo (FEDERICI, 2022).

A falta de recursos financeiros também pode ser uma explicação do porquê as mulheres optam pela agroecologia enquanto estratégia de produção de alimentos. Siliprandi (2009) em sua tese de doutorado apontou para os fatores que tornaram a agroecologia uma opção mais viável para as agricultoras as quais pesquisou. Segundo ela, o aproveitamento dos recursos locais de acordo com cada agroecossistema se apresentou como fator de viabilidade para a melhoria da qualidade de vida, em uma conjuntura de poucos recursos existentes para investimento na atividade agrícola. Ao mesmo tempo que a agroecologia exige menos gastos com compra de insumos, ela também é mais exigente em trabalho. Entretanto, outro fator apontado por ela foi a valorização de atividades que já eram desempenhadas pelas mulheres, o

que possibilitou o exercício da criatividade, da observação e da experimentação, como por exemplo os cultivos biodiversos dos seus quintais e o uso de plantas medicinais.

Em São Paulo, as agricultoras entrevistadas relataram retomar práticas que realizavam quando crianças nas áreas rurais ou que observavam ser realizadas pelos seus ancestrais.

“O trabalho com as sementes eu aprendi com meu pai e minha mãe. Foram eles que me ensinaram a escolher as melhores sementes para o replantio. Na época que a gente morava na roça, no sertão, era tudo muito difícil, mas eu lembro que tinha muita fartura de macaxeira, batata, milho, feijão, farinha e fumo” (Helena Caroba, Mulheres do GAU, entrevista em 16/11/2021).

A aproximação com a agroecologia traz também uma análise crítica a respeito da questão do acesso à terra e das disputas referentes a ela.

7.8 Disputas por terra

A presença de mulheres agricultoras na Zona Rural paulistana tornou possível observar como o rural no entorno da metrópole não se caracteriza apenas por atividades agrícolas, mas pela sobreposição de áreas de proteção e conservação ambiental, áreas de lazer, segunda moradia, configurando-se não enquanto polo contrário ao urbano, mas enquanto espaço socialmente integrado (PORTES & TRAVASSOS, 2018)

Não apenas no rural, mas também no espaço intraurbano, em São Paulo e nas metrópoles intensamente urbanizadas, a terra é disputada por diversos atores, sobretudo pelo mercado imobiliário. Nas palavras de Carvalho & Tait, 2022,

A prática da agricultura urbana na cidade chama a atenção para o fato de que milhares de pessoas não possuem uma terra para cultivar e, que dirá, (ter) uma horta.

Nessa perspectiva, a agricultura urbana praticada em grandes cidades é também uma forma de reivindicar, socialmente, o acesso à terra e aos recursos naturais, configurando-se em luta pelo direito ao cultivo e à coesão comunitária a partir do compartilhamento desses recursos (Reynolds, 2016), e que remete ao conceito de espaço público como ideal, associado ao espaço político e exercício da cidadania individual." (CARVALHO; TAIT, 2022).

Não perder de vista a disputa pela terra e o papel do Estado em garantir a democratização deste bem é fundamental para reconhecer como a agricultura urbana é complexa e diversa, podendo reproduzir assimetrias de poder, não sendo necessariamente um instrumento de

transformação social rumo a sociedades mais justas, igualitárias e sustentáveis (McCLINTOCK, 2014).

Não à toa que o lema: “a luta pela mãe terra é a mãe de todas as lutas” tem ganhado relevância na contemporaneidade. Este lema tem sido utilizado pelos movimentos indígenas e sem terra, como forma de unificar uma série de demandas socioambientais e espelha também uma demanda da agricultura urbana, pois sem terra, não há agricultura, muito embora essa tenha sido uma discussão presente dada a existência das *pink farms*, por exemplo.

As *pink farms* são esquemas de produção de alimentos folhosos como alface, rúcula, salsa, entre outros, por meio de hidroponia e luzes artificiais. As luzes são rosas pois é uma mistura de luzes infravermelhas e ultravioletas, o que acelera a fotossíntese nas plantas. Dessa forma, há uma redução da quantidade de terra utilizada e há um controle da produção.

Este tipo de tecnologia mascara os conflitos pela terra, porém as agricultoras, em seus relatos, comentam criticamente sobre estes processos de apropriação de terra e de como há insegurança em relação à manutenção nos espaços públicos.

“A tomada das terras pelos ricos está muito forte, estamos respirando um pouquinho por causa da resistência das indígenas. Aqui o espaço do viveiro escola não tem documento. A incerteza aumentou com a extinção do CDHU pelo governo Dória. O que se diz é que a área vai ser transferida para a Secretaria de Habitação da prefeitura de São Paulo com a recomendação de que as Mulheres do GAU sigam responsáveis pela gestão. Nestes 14 anos transformamos este espaço e dá muito receio que nos tirem daqui. Hoje o CDHU se responsabiliza pela conta de água, de eletricidade, e por seguranças nas duas áreas. A área que está sendo cultivada a partir da pandemia era um cemitério de carros. Não se sabe como será com a prefeitura. Na área nova tem um poço, mas nem CDHU nem a associação Mulheres do GAU tem outorga para sua utilização” (Vilma, Mulheres do GAU, durante roda de conversa realizada em maio de 2022).

Olhar para as questões sociopolíticas envolvidas com a agricultura urbana faz sentido pois ajuda a compreender o atual contexto do neoliberalismo. McClintock (2014) analisa uma série de trabalhos de cientistas sociais sobre agricultura urbana que demonstram como, muitas vezes, apesar de suas intenções progressistas ou radicais, geram consequências de caráter neoliberal (ALLEN & GUTHMAN, 2006; GUTHMAN, 2008; HOLT-GIMENEZ & WANG 2011; ALKON & MARES 2012 apud MCCLINTOCK, 2014). Esses resultados são o afastamento do Estado das suas funções de garantia da assistência social aos mais necessitados, o discurso de empreendedorismo que, muitas vezes, esconde privilégios, ou imprime ao mercado a instituição responsável pela segurança alimentar; o foco no indivíduo como

solucionador das crises estruturais por meio do consumo; a meritocracia, com a ideia de progresso econômico por meio do trabalho que, sabemos, não funciona para todos da mesma forma.

O autor também traz uma questão referente a como a agricultura urbana desempenha um papel no processo de gentrificação, valorizando bairros e encarecendo a moradia, o que, ao final, gera um processo de expulsão dos habitantes locais que não podem mais pagar pelo novo valor.

É essencial trazer o elemento da luta de classes para a análise da agricultura urbana, mas é importante ir além, dada a complexidade da sociedade paulistana. A agricultura paulistana tem a presença indígena dos Guarani Mbya, de imigrantes japoneses, alemães e analisar essa realidade requer também olhar para a diversidade cultural que ela representa e para como se deu a formação da sociedade paulistana, o que não foi feito nesta tese.

Ao final, McClintock (2014) reconhece que há um componente de transformação socioambiental da AU, mas que é necessário cautela nas análises para não pensarmos que ela resolverá todos os problemas das metrópoles.

Esta discussão ganha relevância à medida que observamos a complexidade de formas da agricultura urbana. Sobretudo nas periferias paulistanas, onde esta pesquisa foi desenvolvida, tratam-se de realidades muito diferentes umas das outras.

7.9 A tensão entre tempo de trabalho e tempo da vida

Outro tema que chamou bastante atenção foi a ausência de tempo livre na vida destas mulheres. Todas relataram que têm pouco tempo livre ou que não têm, pois além do trabalho na horta, realizam o trabalho doméstico e outro trabalho produtivo, como já abordado. Três das mulheres relataram que aproveitam o seu tempo livre dormindo, sendo aproximadamente cinco horas por noite. Uma relatou que gosta de andar de bicicleta, mas que geralmente aproveita também para se locomover de um local a outro. Uma mulher disse que faz artesanatos no seu tempo livre, cujas vendas são revertidas para as atividades da comunidade. Uma relatou cuidar dos sobrinhos e apenas uma disse que gosta de sair para encontrar suas amigas.

É impressionante observar como a maioria das mulheres trabalha também em seu tempo livre, porém, são trabalhos não reconhecidos como trabalho muitas vezes por trazer junto algum laço de afeto e cuidado.

A questão do tempo revela a tensão existente entre o tempo do trabalho monetário, da empresa, o famoso “tempo é dinheiro” e o tempo da vida e das necessidades afetivas e relacionais do ser humano. Nas palavras de Carrasco (2003), existe uma

difícil "conciliação" entre o tempo de trabalho e os tempos das atividades públicas e de relações, particularmente para a população feminina, que experimenta não somente dificuldades consideráveis para estruturar suas vidas, mas também uma contínua tensão e contradição, ao superpor tempos de dimensões tão diferenciadas. Trata-se de uma contradição que repercute na própria categoria do ser das mulheres (CARRASCO 2003, p 14).

A consequência dessa tensão e sobreposição é manifesta na ausência de tempo livre e no acúmulo de cargas mentais, gerando uma série de problemas relacionados também à depressão e ansiedade.

7.10 O protagonismo das mulheres periféricas na produção agroecológica

Como foi dito no capítulo anterior, as experiências de produção agroecológica de alimentos estão nos bairros mais distantes do centro. A participação nos encontros da Rede das Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas (RAPPA) foi fundamental para esse desvelamento.

Por uma questão de sobrevivência, as mulheres periféricas, em geral, constroem vínculos mais fortes com seus territórios já que, em grande parte, são as responsáveis pelo trabalho reprodutivo e não tem como pagar pela construção de redes de apoio. Não porventura, elas estão em menor número em espaços de poder e decisão sobre as políticas urbanas e de habitação e seguem tendo menos acesso à titulação de terras e moradias (TAVARES, 2015).

Além disso, a lógica da expropriação territorial nas metrópoles é em si contraditória. De acordo com Costa et al (2022),

se por um lado a cidade possui um longo histórico de expropriação territorial, por outro, sempre conviveu com práticas insurgentes de construção do seu território. As favelas e periferias são exemplos de cidades que se constituem à margem do planejamento urbano. Nas últimas décadas, as lutas pelo direito à cidade e à moradia digna (no Rio de Janeiro) ganham outros contornos ao terem como convergência a agricultura de base agroecológica em territórios periféricos e a luta das mulheres. São principalmente as mulheres negras e periféricas as responsáveis por trazer à tona esse debate nos movimentos sociais. Essas mulheres articulam as violências a que seus territórios estão

submetidos como parte das violências de gênero que atingem os seus corpos, assinalando a relação indissociável entre essas dimensões. (COSTA et al, 2022, p 411)

Apesar da pesquisa de Costa et al (2022) ter sido realizada no Rio de Janeiro e com mulheres ligadas aos movimentos de moradia, a existência de um número crescente de hortas agroecológicas nas periferias de São Paulo (BIAZOTI et al, 2020) e a própria constituição da RAPPa podem apontar para um caminho similar.

O interessante é que as reivindicações dessas mulheres fazem emergir um novo olhar para a conciliação das esferas produtiva e reprodutiva que incorporam uma visão de futuro, pensando por exemplo nas ameaças trazidas pela pressão imobiliária e também de presente, considerando a crise do aumento do preço dos alimentos e suas possíveis estratégias de superação. Ainda citando Costa et al (2022)

Ao reivindicarem a ancestralidade, a memória, os afetos, a esfera do cuidado, as lutas antirracistas e feministas para pensar o planejamento urbano, as mulheres organizadas em torno da defesa da agricultura urbana constroem estratégias que questionam os padrões urbanísticos hegemônicos e coloniais de pensar e habitar as cidades e trazem importantes discussões e ações que contribuem para a efetivação do direito a uma cidade plural que considere a diversidade de formas de experiência urbana e a vida das populações que foram historicamente subalternizadas. (COSTA et al, 2022, p. 412)

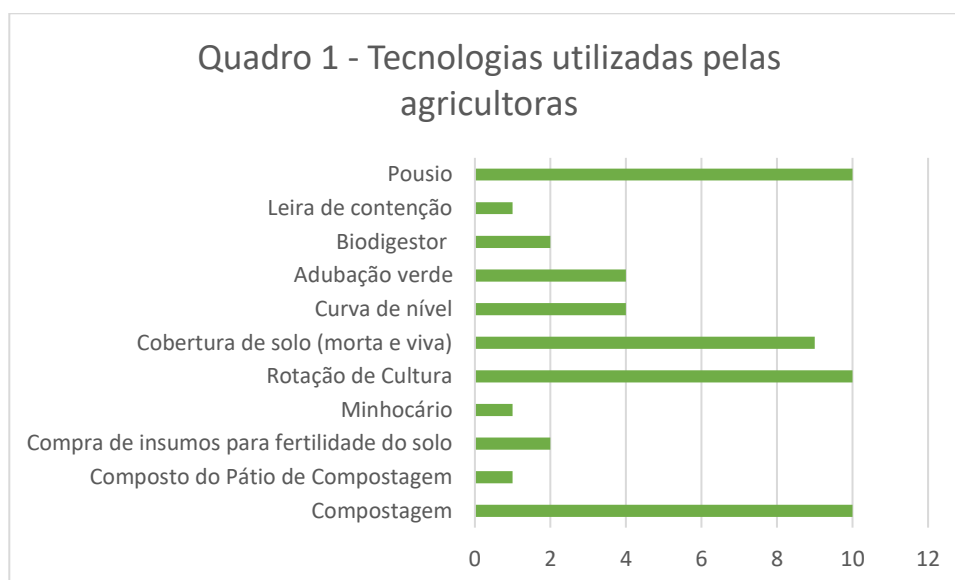
O protagonismo destas mulheres é ampliado, portanto, de não apenas produtoras de alimentos, mas de produtoras de espaço de uma periferia que pode vir a ser composta de verde, beleza e potência de vida.

7.11 Técnicas empregadas

As abordagens desta seção dizem respeito a 11 mulheres entrevistadas, considerando que uma das mulheres que respondeu à primeira parte do formulário da entrevista, não respondeu à segunda, pois ela não é agricultora, mas sim desenvolve ações de ecogastronomia na periferia.

Esta parte da pesquisa busca analisar as principais técnicas de manejo empregadas pelas agricultoras considerando as seguintes categorias: fertilidade do solo, controle de pragas e doenças, mudas e sementes, presença de plantas medicinais, incorporação de práticas ambientais e manejo da água.

Com relação às práticas relacionadas à fertilidade do solo foram encontradas as seguintes: compostagem termofílica; recebimento de composto do Pátio de Compostagem da Prefeitura Municipal; compra de insumos como, por exemplo, o bokashi; minhocário; rotação de culturas; cobertura de solo (morta e viva); curva de nível; adubação verde; biodigestor; leira de contenção e pousio. No quadro 1, é possível encontrar as informações com mais detalhes.



Fonte: pesquisa de campo

Interessante apontar que a grande maioria das mulheres entrevistadas realizam compostagem termofílica próxima ao local de plantio, a rotação de culturas e o pousio, práticas simples e fundamentais para a manutenção da fertilidade do solo que podem ser empregadas a partir do seu próprio trabalho sem necessariamente ter que pagar por isso.

A quarta técnica mais empregada pelas mulheres foi o uso da cobertura morta e/ou viva nos canteiros, realizada por 9 das 11 mulheres. Em seguida, em quinto lugar, estão o uso de adubação verde e, nesse caso, pode-se citar o plantio de feijão guandu, feijão de porco, crotalária, tremoço e ervilhaca, e a prática de curva de nível desenvolvida por três mulheres. Duas mulheres afirmaram comprar produtos que melhoram a fertilidade do solo, como por exemplo o bokashi. Duas delas também afirmaram compostar resíduos em biodigestor e reutilizá-los como adubo ou como fonte de energia. Uma delas possui minhocário para compostagem de resíduos domésticos; uma delas desenvolve leiras de contenção no seu sítio e um coletivo de mulheres recebe composto do Pátio de Compostagem da Zona Leste.

Com relação ao controle de pragas e doenças, três agricultoras disseram produzir localmente caldas para a utilização nas lavouras de maneira a evitar que essas sejam atacadas.

Outras duas mulheres relataram comprar esse tipo de insumo permitido pela legislação orgânica quando necessário. Seis mulheres não abordaram esse tema, uma vez que não havia uma pergunta específica sobre isso, porém, na medida em que a entrevista avançava, algumas mulheres relatavam essas práticas.



Imagem 15 – atividade para conhecer a compostagem termofílica de Rita durante a Caravana de Agroecologia e Saúde promovida pela Fiocruz e pela RAPPa em 7/08/2022. Créditos: Lia Palm

7.12 Sementes e Mudanças

A reprodução das plantas antes da Revolução Verde era um trabalho feito, majoritariamente, por camponeses e mulheres. Por meio de uma diversidade de espécies e variedades de plantas, o que garantia uma maior diversidade também genética, este trabalho possibilitou o desenvolvimento de variedades resistentes a secas e pragas, mas com um forte componente local. Por ser o primeiro elo da cadeia alimentar, e pela sua capacidade de auto renovação, as sementes simbolizavam o conhecimento e o poder das mulheres em culturas não ocidentais, como na Índia e no Nepal. No entanto, a modernização da agricultura transformou totalmente a natureza da produção de alimentos e o controle sobre os sistemas alimentares passou a ser estabelecido por grandes corporações, inclusive a produção e distribuição de sementes (SHIVA, 2016).

Na agricultura urbana de São Paulo foi relatada uma dificuldade em produzir sementes e mudas de hortaliças por conta da alta demanda por trabalho e mão-de-obra escassa, bem como espaços nem sempre disponíveis para isso. Nesse sentido, 55% das entrevistadas afirmaram comprar sementes para a produção de mudas de hortaliças. A maior parte delas afirmou utilizar

a marca Isla que não realiza tratamento com agrotóxicos. Na mesma direção, 45% das agricultoras afirmaram comprar as mudas de hortaliças prontas, o que facilita o trabalho e reduz o tempo entre o plantio e a colheita. Duas delas também afirmaram que, ao comprar as mudas de um agricultor próximo, fortalecem o trabalho de uma pessoa que vive da agricultura, de maneira a fortalecer a rede de interação entre os próprios agricultores do bairro.

Por outro lado, 55% delas também afirmaram produzir sementes de plantas anuais, como milho, feijões e outras leguminosas utilizadas como adubo verde. Duas das mulheres entrevistadas relataram trocar e ganhar sementes de outras agricultoras e agricultores. Para Shiva (2016), a produção de leguminosas que também adubam o solo é um ganho da produção biodiversa, uma vez que as plantas cultivadas em consórcios produzem não apenas alimentos, mas forragem e sementes para a sua reprodução, o que pode ser considerado um recurso para pequenos agricultores.

A troca de sementes e mudas tem sido uma estratégia utilizada pela RAPPa para estabelecer vínculos entre as mulheres, bem como estimular trocas que fortaleçam o trabalho das mulheres e a busca por autonomia. No grupo do *whatsapp* também circulam informações sobre a compra coletiva de sementes de milho da CATI, por exemplo. A ideia é que as agricultoras tenham acesso a insumos agrícolas de qualidade sem que dependam exclusivamente das grandes companhias transnacionais que comercializam sementes.



Imagem 16 – trocas de sementes entre as agricultoras da RAPPa, em evento realizado na secretaria de agricultura do estado de São Paulo em junho de 2019. Crédito: Andrea Sendoda

7.11 Plantas Medicinais

Todas as mulheres entrevistadas afirmaram utilizar algum tipo de planta medicinal, seja para chás, tinturas, banhos ou até mesmo na alimentação. Onze delas relataram cultivar plantas medicinais e duas afirmaram que coletam o que nasce espontaneamente ao redor, sendo que ambas estão localizadas próximas a remanescentes florestais.

O uso e cultivo de plantas medicinais se relaciona diretamente com a busca por práticas populares de promoção da saúde e resgata conhecimentos que têm sido deixados de lado na vida urbana. As pessoas das comunidades as procuram para adquirir estas plantas, o que é uma enorme responsabilidade para estas mulheres. Não à toa que nos encontros da RAPPa, sempre aparece uma demanda por cursos sobre plantas medicinais.

7.12 Práticas de conservação ambiental

Todas as mulheres entrevistadas relataram a escolha pela produção biodiversa, a presença de pelo menos duas espécies de árvores nativas em seu agroecossistema e, portanto, a presença da árvore enquanto elemento da produção agrícola. Não se tratam, portanto, de monoculturas e, tampouco de separação entre horta e pomar, por exemplo. Os cultivos são realizados em consórcios, o que garante maior diversidade de itens alimentícios, bem como a busca por um equilíbrio natural entre as plantas e animais em interação.

Essa afirmação encontra ressonância na teoria ecofeminista de Vandana Shiva. Para esta autora, a biodiversidade é uma estratégia de resistência das mulheres. Entretanto, é necessário aprofundar o próprio conceito, pois para ela,

a biodiversidade é uma categoria relacional em que cada elemento adquire as suas características e valor através do relacionamento com outros elementos. A biodiversidade é ecológica e culturalmente adaptada. É reproduzida e conservada através da reprodução e conservação da cultura em festivais e rituais que celebram não só a renovação da vida, mas fornecem igualmente uma plataforma para testes sutis de seleção e propagação de sementes. (SHIVA, 1993, p 220 e 221)

Shiva reconhece a complexidade dos sistemas biodiversos, assim como o conhecimento derivado das suas técnicas de manejo, todavia, assim como outras linhas do feminismo, ela reconhece que o patriarcado hierarquiza os conhecimentos. Nesse sistema, mulheres e natureza são vistas como inferiores quando comparadas a homens e cultura. É por isso que, muitas vezes, o conhecimento que as mulheres agricultoras têm sobre as relações entre as plantas, entre plantas e animais e produção de alimentos é visto como um não conhecimento ou um não trabalho.

Apesar disso, as mulheres agricultoras têm se demonstrado importantes sujeitas na conservação ambiental, o que é fundamental para o combate às mudanças climáticas (FEITOSA & YAMAOKA, 2020). Em São Paulo, 55% das mulheres entrevistadas relataram a presença de Áreas de Preservação Permanente em suas propriedades e 55% delas afirmaram que produzem Plantas Alimentícias não Convencionais – PANCs.

As PANCs são muito diversas e podem ser hortaliças, verduras, castanhas, cereais, frutas e temperos (RANIERI, 2017). Muitas delas foram negligenciadas ou deixadas no esquecimento, mas já foram consumidas como alimento em outros momentos ou regiões. Diversas espécies delas também são consideradas como mato ou erva-daninha, porém são plantas com alto valor nutricional, como o caruru e a beldroega, por exemplo.



Imagem 17 - Exemplo de uma horta biodiversa, a Hora da Horta, visitada em 07/08/2022, durante a Caravana de Agroecologia e Saúde promovida pela Fiocruz e Rappa. Créditos: Lia Palm

7.13 Manejo da Água

Com relação ao manejo da água, 3 mulheres afirmaram utilizar água da Sabesp, duas delas tiveram que instalar sistemas de água e o coletivo usa a água da casa de uma das suas integrantes que é ao lado da horta. São os casos das agricultoras localizadas em áreas urbanas da Zona Leste e da Zona Norte.

Menos da metade, 37%, utiliza água do poço para irrigação quando não chove, sobretudo aquelas que vivem nas áreas rurais. Duas delas, também da zona rural, afirmaram utilizar a água da nascente. Duas delas construíram cisternas recentemente para poderem aproveitar a água da chuva. Uma delas construiu as barraginhas para contenção da água da chuva e infiltração lenta no lençol freático.

7.14 Certificação

Apesar de todas as agricultoras entrevistadas praticarem a agroecologia, o número das que têm certificação é baixo. Dentre as onze mulheres, três possuem certificação por auditoria em grupo realizada pelo Instituto Biodinâmico (IBD); duas delas possuem certificado do protocolo de transição agroecológica, um instrumento de política pública da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio-Ambiente (SIMA) em parceria com a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), Fundação Itesp e Instituto Kairós.

Apenas uma agricultora entrevistada faz parte de uma Organização de Controle Social (OCS), mecanismo participativo de avaliação da conformidade que não permite o uso do selo, mas que permite a auto intitulação enquanto orgânico desde que a venda seja direta para o consumidor.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio do decreto 6.323/07, que regulamenta a Lei nº 10.831, criou um sistema de avaliação da qualidade orgânica em que, não apenas a certificação por terceira parte pudesse atestar se, de fato, um produto ou propriedade é orgânico. Ao longo desse processo, o MAPA também construiu um cadastro de todos os produtores e empresas que estão avaliados por algum destes sistemas: auditoria, Sistema Participativo de Garantia ou OCS.

A análise deste cadastro traz informações também sobre a agricultura orgânica brasileira e, por meio dos filtros, é possível acessar dados do município de São Paulo. Desta localidade, constam 43 agricultores pessoa física (excluídas as empresas e associações) certificadas como orgânico. Destas, 22 são do gênero masculino, 20 são do gênero feminino e 1 não foi identificada. É interessante observar que esses são os primeiros dados analisados nesta pesquisa nos quais a participação de homens e mulheres na agricultura aparecem de forma quase equânime.

É importante declarar que, apesar de não existir um filtro de gênero para as consultas no cadastro, a análise foi feita a partir da seleção pelo nome da produtora ou produtor.

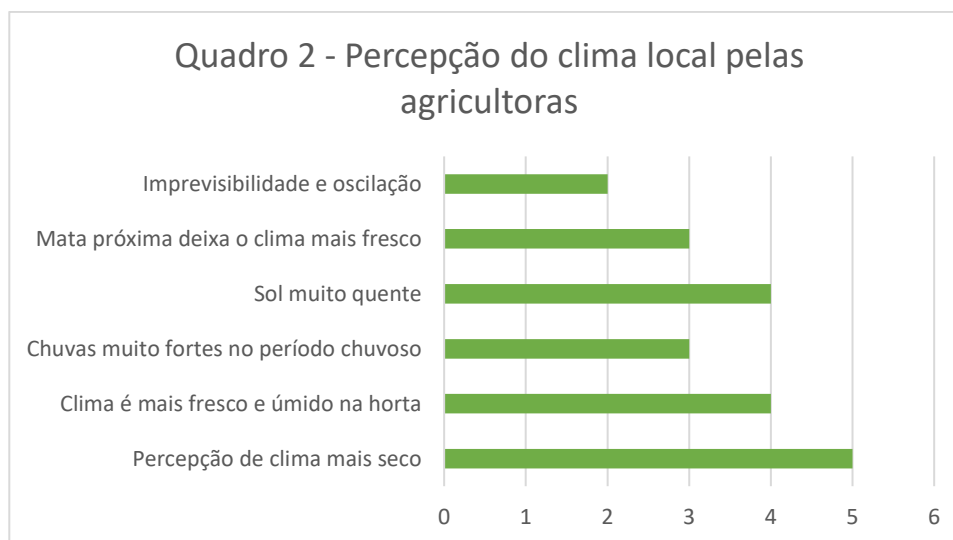
7.15 Mulheres e mudanças climáticas

Outro ponto abordado nas entrevistas foi a percepção sobre o clima. A agricultura é uma atividade diretamente ligada à questão climática e observar como as mulheres agricultoras urbanas e do rural metropolitano têm lidado com as transformações climáticas apareceu como um objetivo secundário da pesquisa.

Foram realizadas duas perguntas no formulário. A primeira foi: você já passou por algum evento climático extremo, como seca, geada, inundação ou outros? A segunda pergunta foi: como você percebe o clima atualmente?

Dentre as entrevistadas, cinco relataram que têm passado por secas severas nos últimos anos. Dessas cinco, três relataram sofrer com a falta de água nesses períodos de seca, o que as obrigou a construir estratégias de adaptação, como cisternas. Essas mulheres estão localizadas em áreas mais urbanizadas, na Zona Leste e na Zona Norte, estando, portanto, mais vulneráveis à crise hídrica. Por outro lado, quatro mulheres relataram ter sofrido com geadas mais do que o normal no ano de 2021 e todas elas estão localizadas no extremo sul do município, o que demonstra que existem desafios diferentes com relação ao clima nos diferentes territórios do município paulistano.

Com relação à percepção do clima, foram relatadas as seguintes observações, conforme sistematizado no Quadro 2.



Fonte: pesquisa de campo

O clima mais seco, em geral, foi percebido por quase metade das entrevistadas. Um terço delas relatou a sensação de que o sol está muito quente e essa afirmação, em alguns casos, vem acompanhada da ideia de intensidade do clima como um todo. “Quando tem sol, é muito sol e quando tem chuva é muita água”, afirmou Jerá Guarani. A síntese dessa ideia pode ser compreendida pela percepção de duas das agricultoras de que o clima está imprevisível e oscilante. Essas condicionantes são bastante prejudiciais para a prática agrícola, pois, em geral, o planejamento dos plantios é realizado a partir das estações do ano.

Com relação às práticas de adaptação a essas mudanças no clima, uma agricultora relatou comprar sombrite e fazer uma estufa na horta. Outra relatou trocar variedades mais sensíveis por variedades mais adaptadas, como por exemplo, a alface americana foi trocada pela alface crespa. Cabe notar que as adaptações às transformações climáticas exigem investimento, o que é mais difícil para as agricultoras em vulnerabilidade social.

De acordo com Matos & Yamaoka,

Embora os efeitos das mudanças climáticas variem de acordo com o contexto e com situações socioeconômicas individuais, há temas comuns ao redor do mundo (IPCC 2014). Uma dessas é a probabilidade de aumento do trabalho das mulheres da agricultura familiar. As mulheres, em geral, são as principais responsáveis pela obtenção de alimento, água e combustíveis e o aumento da escassez destes recursos tem um impacto óbvio sobre elas. A situação é ainda mais séria no contexto de pequenos produtores devido à sua reduzida capacidade de adaptação e dependência da agricultura de subsistência. As alterações no padrão de temperatura e chuva nas estações obrigam muitas mulheres em comunidades rurais a lidar com cargas de trabalho mais pesadas devido à flutuação das colheitas das culturas, às distâncias mais longas para conseguir lenha, combustível e água para seu consumo, e isso tem consequências adversas para a saúde (FEITOSA & YAMAOKA, 2020, p. 460, tradução livre feita pela autora).

Esses fatores são preocupantes, pois reduzem o acesso das mulheres a direitos universais. Esse fato pode levar a uma maior violência contra as mulheres, à medida que a competição por recursos limitados reforça os desequilíbrios de poder dentro das comunidades e dos lares.

Por outro lado, a escolha por alimentos mais adaptados ao ecossistema local é uma opção viável, porém, é importante desenvolver estratégias de educação do consumidor para o uso dessas verduras em sua alimentação, como é o caso das PANCs. Algumas destas plantas que poderiam estar presentes na alimentação da maior parte da população, mas não estão, são plantas com mais facilidade em se adaptar a condições de umidade excessiva, pouco sol ou muita seca (NAKAMURA & RANIERI, 2021). Nas palavras destes autores,

Enquanto as hortaliças convencionais, encontradas comumente nos mercados de todo o país, têm exigências muito específicas de irrigação, insolação e fertilidade, as Panc abrem esse leque de condições, permitindo que áreas antes impróprias para produção de alimentos sejam aproveitadas. Muitas dessas plantas (...) apresentam teores muito elevados de nutrientes, sendo mais nutritivas que as plantas convencionalmente consumidas (NAKAMURA & RANIERI, 2021, p. 23 e 24).

Essa estratégia tem sido adotada pela maioria das agricultoras. 54% delas afirmaram optar por cultivar plantas mais adaptadas ao clima local, ainda que não sejam convencionais na alimentação cotidiana dos consumidores e, às vezes, delas mesmas. Entretanto, descobrir novas receitas, novos sabores e formas de reduzir os custos com alimentação é algo que estimula o trabalho destas agricultoras. Além disso, essa prática pode valorizar o conhecimento gastronômico das mulheres periféricas, visibilizando hábitos ancestrais – uma vez que, geralmente, ao resgatar essas receitas, resgatam-se memórias e afetos de seus antepassados, estimulando criatividade, fundamental para a superação das crises nas quais estamos inseridas.

Importante ressaltar que esse não foi o ponto principal da pesquisa, porém, diante do contexto de alterações do clima, avaliei a importância de inserir perguntas que trouxessem a problemática à investigação, ainda que não seja o tema principal da tese, mas pela necessidade de fazer aproximações entre os assuntos.

7.16 Considerações finais do capítulo

Este capítulo buscou analisar os dados coletados em campo com a finalidade de compreender quem são as mulheres agricultoras paulistanas periféricas e quais são as suas

estratégias de produção e comercialização de alimentos em um contexto de mudanças climáticas e de poucos recursos financeiros disponíveis.

Os dados revelam que a maior parte das agricultoras possui idade avançada e, por isso, problemas de saúde são recorrentes. Não por acaso, o tema da saúde surge como demanda dentro da rede e a curiosidade por aumentar o conhecimento pelo cultivo e uso de plantas medicinais também. Com relação à escolaridade, existem níveis distintos entre elas, mas chama a atenção o fato de que 1/3 das entrevistadas possui Ensino Superior Completo e que elas têm vontade de continuar estudando, não necessariamente em cursos formais. Apesar disso, 1/3 também não finalizou o Ensino Médio. Todas são alfabetizadas.

A grande maioria delas é mãe e algumas são avós e/ou tias, o que marca profundamente a relação delas com a ética do cuidado. Se preocupam com as futuras gerações e este argumento aparece algumas vezes como explicação para o cuidado com as hortas e com o território onde vivem.

Metade delas já acessou políticas públicas, mas apenas 3 acessaram políticas públicas de agricultura no município de São Paulo. Este número é baixo, considerando que São Paulo foi considerado um município de referência na existência de políticas ligadas à agroecologia e segurança alimentar e nutricional (LONDRES, 2021).

A comercialização é um desafio dado que a logística é complexa em um município como São Paulo e não é possível contar apenas com a venda para os vizinhos, pois eles raramente apoiam o trabalho realizado nas hortas. Apesar disso, a maior parte delas vende seus produtos diretamente para os consumidores conscientes da importância da alimentação orgânica para a saúde e para o meio-ambiente, por meio de cestas e/ou feiras. Porém, este formato de comercialização é carregado de incertezas e instabilidades, sobretudo nos períodos de crise, como a pandemia de coronavírus e a crise econômica.

Neste sentido, fortalecer a comercialização dos produtos destas mulheres é uma demanda da RAPP. Embora as mulheres gerem pouca renda monetária direta com a agricultura, as produtoras alimentam as suas famílias e membros da comunidade e, portanto, a dimensão da subsistência deve ser considerada do ponto de vista da segurança alimentar dos bairros periféricos e, inclusive para acessar políticas públicas. As dificuldades com a comercialização relacionam-se com o baixo número de agricultoras certificadas, já que, por não acessarem canais de comercialização mais distantes, não vêem necessidade de certificar seus produtos, o que seria um fator de aumento dos custos de produção. Por outro lado, a ausência

da certificação dificulta o acesso aos mercados. O Protocolo de Transição Agroecológica tem se mostrado como ferramenta importante para os casos em que as mulheres gostariam de ter a certificação, mas ainda não tem estrutura para isso.

A agroecologia é adotada como prática por meio da produção alimentícia biodiversa, da não utilização de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos e pelo uso de técnicas de desenvolvimento da fertilidade do solo a partir dos recursos locais, como rotação de culturas, cobertura viva e morta do solo e adubação verde. As ameaças principais a que estão submetidas são: 1) os eventos climáticos extremos, como a seca nas regiões urbanas, as geadas nas regiões rurais e o excesso de chuvas que pode gerar deslizamento em regiões de encosta; 2) a insegurança com relação à posse da terra, sobretudo as mulheres que produzem em áreas públicas ou sob linhões da ENEL e; 3) as violências presentes nas periferias urbanas e de gênero que, muitas vezes podem parecer sutis, mas estão sempre presentes.

A produção de plantas alimentícias não convencionais, porém mais adaptadas ao clima local tem se apresentado como forma de adaptação às mudanças climáticas, evitando perdas muito grandes nos períodos de seca ou chuva extrema. A desigualdade de renda se expressa na forma como as agricultoras se adaptam às mudanças do clima. Por exemplo, a implantação de estufas e a automatização da irrigação foram estruturas realizadas pelas produtoras para se adaptarem aos eventos climáticos extremos e, isso só foi possível para aquelas que tiveram condições socioeconômicas, geralmente mulheres que tem outra fonte de renda que não a da agricultura. Isso é algo que deve ser considerado nas políticas para que as mudanças climáticas não reforcem ainda mais as desigualdades sociais estruturais.

8. Conclusões

Pesquisar as mulheres da agricultura urbana de São Paulo é uma demanda social e acadêmica (CARVALHO, 2021; CAMPOS, 2020), uma vez que há poucas pesquisas aprofundadas sobre este tema. Apesar disso, é um assunto que tem ganhado relevância, o que pode ser exemplificado pela ênfase dada ao papel que as mulheres desempenham na agricultura urbana pelo Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável de São Paulo e a importância de garantir os seus direitos enquanto provedoras de serviços ecossistêmicos.

Os objetivos específicos da tese foram 1) Mapear conceitualmente os nexos existentes na literatura sobre agroecologia e a atuação de mulheres agricultoras; 2) Avaliar se fatores como a divisão sexual do trabalho, especialmente a responsabilidade pela alimentação da família influencia a agrobiodiversidade existente na agricultura realizada por um grupo de mulheres em São Paulo; 3) Analisar o papel das redes e das políticas públicas na consolidação de técnicas de manejo agroecológicas, assim como na visibilização do trabalho de mulheres agricultoras e; 4) Observar se as mulheres entrevistadas durante o trabalho de campo passaram por algum evento climático extremo e se tiveram alguma mudança nas suas técnicas de manejo derivada desse processo.

Para alcançar tais objetivos, ao longo da tese, foi realizada uma análise da conjuntura da agricultura mundial e de como as mulheres resistem ao neoliberalismo e à monocultura alimentar no Brasil e no mundo, assim como foi apresentada uma revisão da literatura sobre os nexos entre os temas agroecologia e mulheres. Os artigos, em geral, trabalhados por lógicas distintas, sendo uma linha mais política e macroeconômica e outra que partia de experiências locais, sugeriram temas que dialogam com a vida das mulheres produtoras de alimentos: sementes, alimentação da família, tempo de trabalho produtivo e reprodutivo, plantas medicinais, conservação de espécies e biomas e presença na comunidade são alguns dos temas presentes na bibliografia sobre mulheres e agroecologia. Estas categorias de análise foram mobilizadas ao longo do trabalho de campo e avaliadas com base na literatura sobre economia feminista e ecofeminismo no capítulo quatro.

Faz sentido relatar que, ao longo do desenvolvimento da tese, foi-se fortalecendo a ideia de como a responsabilidade pelos cuidados e pelo trabalho reprodutivo desempenhadas pelas mulheres se relaciona com a agroecologia e com as tecnologias a ela relacionadas. Nessa direção, a análise sobre a economia solidária deixou de ser ponto central deste trabalho, tanto

por ter aparecido pouco na revisão bibliográfica, quanto pela própria estruturação das estratégias de comercialização destas mulheres que, muitas vezes são feitas individualmente e sem envolvimento com as redes de economia solidária. Apesar disso, as mulheres relatam interesse em fazer parte de institutos ou coletivos de economia solidária, uma vez que a comercialização é um desafio para elas e parte essencial para a sua manutenção enquanto agricultoras metropolitanas.

A literatura também apontou que algumas experiências de agroecologia urbana desenvolvidas por mulheres têm sido interpretadas como práticas constituintes do comum por terem um forte componente de coletividade em suas composições (FEDERICI, 2022; CARVALHO & TAIT, 2022). Isso é verdade quando se analisa a existência de coletivos que cultivam terrenos cuja propriedade não é individual. Em geral, são terras do Estado, empresas públicas, como Sabesp, CDHU, sob linhões da ENEL, empresa de energia elétrica, acampamentos da reforma agrária e terras indígenas.

A produção do comum a partir do viés feminista nas periferias urbanas possui uma lógica tanto de sobrevivência quanto de reflexão sobre outros modos de vida possíveis. A permanente crise econômica e a necessidade de criar redes de apoio para criarem seus filhos e trabalhar fora criam estruturas comunais de cuidado e compartilhamento. Soma-se a isso, a consciência de que a expropriação e a degradação ambiental trazem ainda mais trabalhos de cuidados para estas mulheres, o que as levam a participar de assembleias, a cobrar por instituições de educação e saúde, por infraestrutura no bairro, ou seja, a estarem nas linhas de frente das lutas sociais e territoriais (FEDERICI, 2022).

Os dados coletados e analisados permitem a compreensão de que a responsabilidade das mulheres pelo trabalho reprodutivo é um dos fatores que influenciam na produção biodiversa das mulheres agricultoras. Entretanto, é importante destacar que também há outras motivações, como a geração de renda, a busca por autonomia, o resgate de conhecimentos ancestrais e o próprio reconhecimento de suas práticas enquanto trabalho.

Essa última observação decorre dos relatos de duas mulheres. Ambas afirmaram que, em diferentes momentos, foram perguntadas sobre as suas profissões e, ao responderem serem agricultoras, foram descredibilizadas. A reação de ambas foi se colocarem como defensoras da categoria e de reconhecer que, apesar de invisibilizadas, elas existem e resistem. Uma delas foi a Valeria Macorati, quando foi ao Banco do Brasil tentar acessar crédito do Pronaf e, de acordo com ela, foi hostilizada e a outra foi uma das mulheres do GAU, ao realizar uma compra em

um comércio local, onde necessitava comprovar renda e, ao dizer que era agricultora, foi descredibilizada.

Outro ponto importante para ser mencionado é que o conceito de família entre as mulheres agricultoras entrevistadas extrapola a ideia de família heteroafetiva; nem todas as mulheres são mães e a grande maioria enxerga o trabalho comunitário como parte do trabalho com agricultura e alimentação. É como se a comunidade fosse também uma extensão da família. Diante disso, nem sempre o trabalho de cuidados é visto por elas como uma opressão patriarcal, mas uma necessidade cotidiana, imprescindível para a sustentabilidade da vida.

A literatura também aponta para a necessidade de tomar cuidado para não essencializar a relação entre mulheres e alimentação / cuidados no sentido de naturalizar o espaço ocupado pelas mulheres. Apesar disso, é reconhecível a presença de uma ética do cuidado que mais uma vez vai além da ideia de cuidado com a família e que toma dimensões mais amplas, como o cuidado com o bairro, com a cidade, com os rios, com os animais, com o planeta, trazendo inclusive uma abordagem mais política no sentido de se colocarem como sujeitas dos territórios em que vivem e atuam. Entretanto, esse papel também traz uma sobrecarga a muitas dessas mulheres que relataram cansaços, ausência de tempo livre e doenças mentais como ansiedade e depressão.

Com relação às redes, elas são fundamentais para a manutenção do trabalho dessas mulheres, especialmente as redes de comercialização e consumo, mas também as redes que valorizam o trabalho e o conhecimento dessas mulheres e oferecem recursos como cursos de formação, acesso a crédito, certificação participativa, assistência técnica, entre outros aspectos.

Apesar do contexto difícil de falta de recursos do Estado e do não cumprimento de uma série de direitos, as redes têm se mostrado uma ferramenta fundamental de articulação, resistência, solidariedade e de construção de força política para essas mulheres. Por outro lado, os dados apontam que ainda há a exclusão das mulheres das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no município de São Paulo, conforme apontado na Tabela 2.

Importante relatar que, apesar da escassez de políticas públicas para essas agricultoras, a criação da RAPPa se deu a partir de um instrumento de participação social que é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Nesse sentido, fica clara a ideia de que a política se desenvolve por meio das disputas por recursos e narrativas e, por isso, a presença nestes espaços é fundamental para melhorar o direito à alimentação humana adequada à população. A tendência é que, com maior participação das mulheres nos espaços de tomada de

decisão, mais temas relacionados à esfera dos cuidados sejam colocados em pauta e quem mais se beneficiará disso são as futuras gerações.

Esta pesquisa também reconhece que as hortas urbanas ressignificam a dicotomia entre urbano e rural, uma vez que, além de contribuírem com a segurança alimentar, incorporam elementos da cultura como mutirões, pratos típicos, a observação e celebração das estações do ano e das festas típicas, entre outras. Tais elementos apenas resistem pois trazem consigo a sociabilidade intergeracional, pela qual as mulheres são fundamentais.

Além disso, a pesquisa realizada permitiu a confirmação de que o rural no entorno da metrópole se caracteriza por uma série de atividades não agrícolas, como o turismo e lazer, a sobreposição de áreas de proteção e conservação ambiental, segunda moradia, estabelecendo-se enquanto espaço socialmente integrado ao urbano e não oposto a ele (PORTES & TRAVASSOS, 2018). Estes espaços merecem ser mais bem estudados, uma vez que eles são responsáveis pela produção de uma série de serviços ecossistêmicos como água, regulação climática, polinização, fundamentais também para a manutenção da vida na metrópole.

Entretanto, vale mencionar como a disputa pela terra é ferrenha tanto nas regiões dos entornos da cidade quanto nas áreas intraurbanas. Se nas áreas onde a agricultura está conciliada com a proteção ambiental e com áreas de mananciais, as ameaças estão relacionadas à expansão urbana e a grandes projetos de empreendimentos como o Rodoanel (CAMARGO et al, 2021), nas manchas urbanas, existe uma ideia contraditória de que a produção alimentícia atrapalha a alocação de moradia, sendo que muitas vezes, terrenos antes utilizados para a produção de alimentos ou de áreas verdes são convertidos em prédios. Vale mencionar que essa é uma falsa ideia dado que existe muito imóvel sem moradores e também pelo fato de a produção de comida, oxigênio e lazer serem essenciais à reprodução da vida. Nesse sentido, como bem pontam Carvalho & Tait (2022), a agricultura urbana ilumina o fato de que a terra é mal distribuída no Brasil inclusive nas áreas urbanas. A luta pela agroecologia nas cidades portanto é uma maneira de reivindicar o direito à cidade mais inclusiva, mais sustentável e com elementos culturais da diversidade que é a formação do município de São Paulo que, ainda é marcada pelo silenciamento e invisibilização das culturas negras, indígenas e periféricas.

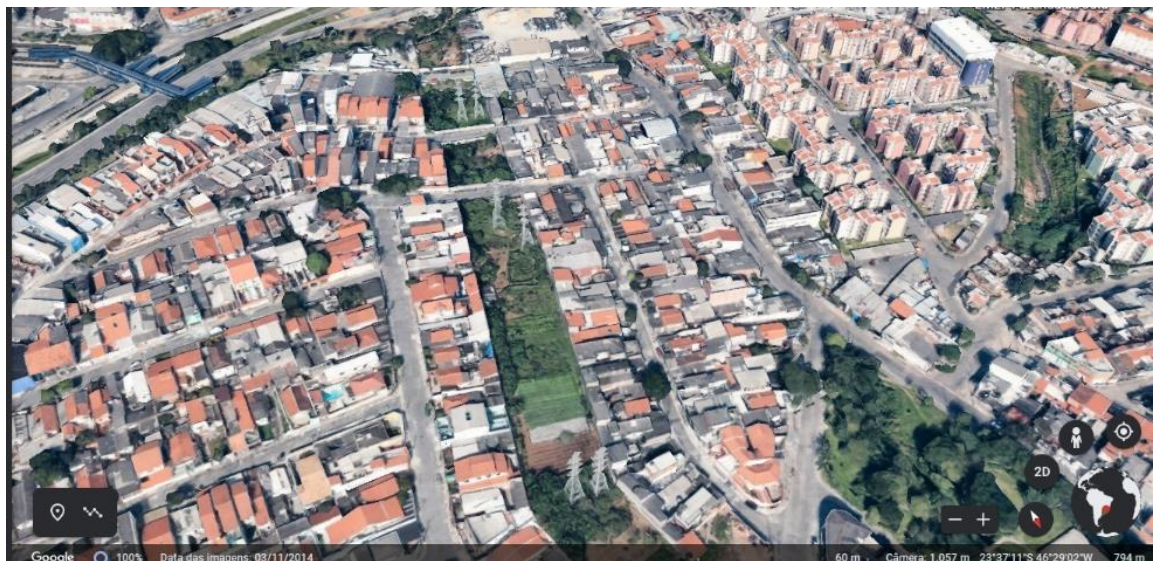
É possível concluir, portanto, que a agricultura urbana compõe parte da cultura periférica paulistana e a sua reprodução permite a reprodução cultural de populações que foram marginalizadas. Isso porque as periferias são reflexos de uma metrópole conhecida por sua constante migração, que se estende hoje muito além da mobilidade pura e simples de seus

habitantes. Trata-se de um constante rearranjo de valores, formas, funções e significados e, portanto, de uma permanente destruição e construção dos espaços e paisagens da qual a metrópole é testemunha (HAESBAERT, 2021).

Este constante rearranjo produz hiatos onde surgem as resistências à padronização. A agricultura urbana pode ser considerada como um destes hiatos, onde ressurgem uma lógica diferente da metrópole e, por isso, talvez tenha sido tão invisibilizada por tanto tempo.

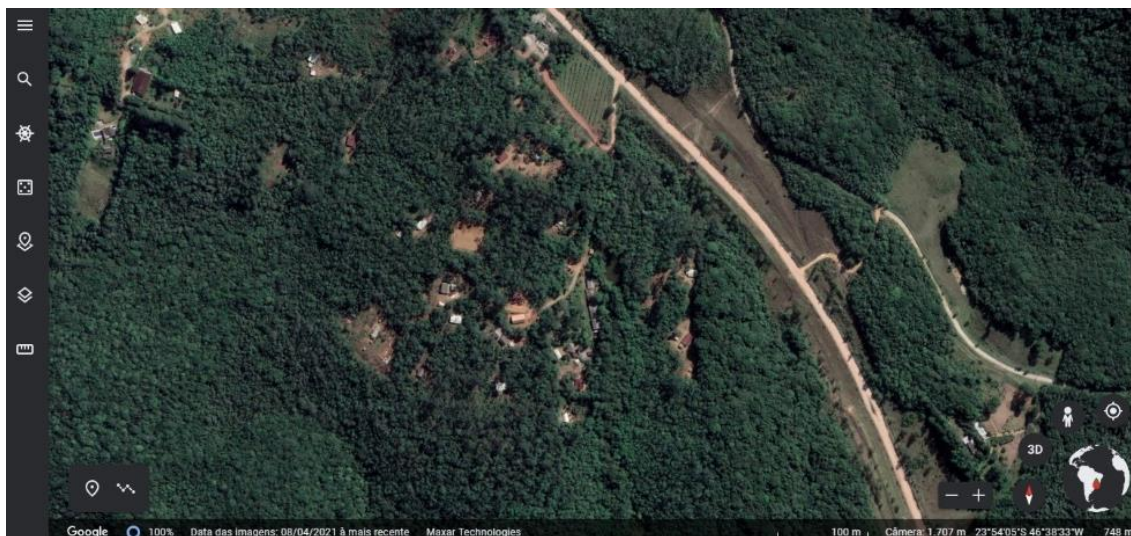
A comparação entre as imagens 18 e 19 trazem a dimensão da heterogeneidade das periferias paulistas. Se, na primeira, é a periferia mais conhecida no imaginário das pessoas, onde há habitações precárias e um imenso adensamento urbano, na segunda, imagem de satélite da Terra Indígena Tenondé Porã, fica explícito como o conceito mais conhecido por periferia urbana não se encaixa. Apesar disso, não significa que não existem disputas, violências e dominação. Pelo contrário, os assédios podem ser ainda mais intensos.

Imagem 18 - Vista de satélite da Horta Sabor da Vitória, em São Mateus, Zona Leste



Fonte: Google Earth

Imagem 19 - Vista de satélite da Aldeia Kalipety, da Terra Indígena Tenondé Porã.



Fonte: Google Earth

Apesar de territórios e realidades tão distintas, ambas as agricultoras que cultivam nestes espaços atuam na mesma rede.

As redes funcionam por meio de fluxos cada vez mais dinâmicos, marcados pela velocidade crescente dos deslocamentos (...) Uma das características das redes é que elas formam apenas linhas (fluxos) que ligam pontos (polos), jamais preenchendo o espaço no seu conjunto, muitos são os interstícios que se oferecem para outras formas de organização do espaço. Há redes de dimensão território mundo e há redes de caráter local e regional que, muitas vezes possuem potencial para propor organizações territoriais alternativas. (HAESBAERT, 2016, p 123)

A Rappa pode ser, portanto, considerada um território rede alternativo para usar os termos de Haesbaert (2016), com atributos também locais e solidários, onde interligam diversos atores, desde servidoras públicas, técnicas de ONGs, pesquisadoras até as agricultoras das diversas regiões do município.

Outra conclusão interessante é que as mulheres periféricas, sobretudo da Zona Leste de São Paulo afirmaram o potencial da agroecologia urbana em ajudar a reverter problemas estruturais de violência contra as mulheres e de construção de autonomia por meio da geração de renda.

“As mulheres quando chegam aqui estão doidas, tristes e vão sendo curadas. (...) A primeira oficina que participamos com a RAPPa em maio de 2018 foi um momento de reflexão e mudança na vida. Como grupo entendemos que as mulheres seguravam todo o trabalho, mas era um homem que aparecia como porta voz, então decidimos nos reorganizar como Mulheres do GAU. Pessoalmente entendi a relação abusiva que vivia e o sofrimento que causava em mim e minha filha e pude mudar a minha postura, o que mudou a relação. No 8 de março de 2020 participamos juntas da manifestação com a Marcha Mundial das Mulheres. Preparamos um virado de feijão que servimos na folha de bananeira e comemos juntas na Avenida Paulista. Comida de abundância. Ainda assim achamos que a agricultura urbana tá muito calada, é muito invisível, por ser feita por mulheres, a maioria negras, nordestinas, na periferia” (Vilma, em fala durante o evento preparatório para o Encontro Nacional das Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas da Agroecologia, no dia 16/05/2022).

A prática da agroecologia urbana diz muito sobre melhorar a vida das pessoas nas periferias, onde o Estado se ausentou e o mercado se importa em ter um exército de reserva para pagar baixos salários. Diante dessa situação, só resta às mulheres se organizarem para desenvolverem seus trabalhos reprodutivos que, solitariamente, é ainda mais difícil. Soma-se a este contexto a imensa quantidade de mães solteiras, cujos pais dos filhos desapareceram ou optam por não cumprirem essa responsabilidade de cuidar de uma criança ou de uma família. Nesse sentido, é sim revolucionária a atuação dessas mulheres, não no sentido de revolução armada que visa tomar o poder, mas de transformação do papel que, historicamente foi relegado às mulheres de ficarem em casa cuidando caladas, dóceis e meigas.

É importante também ter em mente a importância de as mulheres ocuparem espaços políticos e, sabemos que para isso, é urgente uma transformação destes espaços e da sociedade como um todo. Plenárias com espaços para crianças brincarem ao lado, enquanto suas mães atuam politicamente; apoio dos homens no cuidado com as crianças, respeito aos ciclos femininos, entre outras ideias que poderiam trazer o cuidado ao centro, como forma de buscarmos viver melhor.

A participação intensa de representantes da RAPPa no CMDRRS tem trazido resultados importantes para a incorporação destes assuntos na vida política do município de São Paulo. A Rede possui uma cadeira enquanto movimento de agricultura urbana e duas agricultoras possuem cadeiras enquanto representantes de seus territórios.

Apesar destes avanços em termos políticos, ainda é urgente melhorar a geração de renda e a autonomia econômica destas mulheres. Participar de feiras em locais distantes, ter constância na venda de cestas, pagar funcionários tem sido desafios elencados por elas.

8.1 Limitações

Esta é uma pesquisa exploratória que buscou contribuir para a construção de conhecimentos sobre os nexos entre agroecologia e trabalho de mulheres no município de São Paulo. Assim, algumas limitações são evidentes, como por exemplo, a comparação de dados sobre as mulheres agricultoras com dados sobre homens agricultores. Tal limitação se dá tanto pelo recorte da pesquisa quanto pela forma como os dados estão organizados. Apesar de haver a categoria gênero nas planilhas da Plataforma Sampa+Rural, poucos agricultores a preencheram. Em alguns casos também, há gestão compartilhada da UPA entre o casal ou é uma gestão empresarial, da qual é impossível saber o gênero de quem a realiza.

Outra limitação é a ausência de dados sobre mulheres agricultoras que não participam das redes e que, por esse motivo, é mais difícil de contatá-las. Supõe-se que elas tenham menos acesso ainda a canais de comercialização e a políticas públicas, mas não é possível confirmar essa afirmação.

Outra limitação desta pesquisa é a ausência de análises históricas a partir da lente decolonial que permita uma compreensão sobre os processos de formação da cidade de São Paulo a partir dos fluxos migratórios, de expulsão dos habitantes originários de seus territórios e como isso interfere na organização da agricultura no município.

Também vale lembrar aqui como a economia solidária não foi abordada enquanto objetivo principal diante das escolhas que foram sendo feitas ao longo da construção da tese e dos próprios desafios encontrados pelas mulheres entrevistadas em não estarem de fato nos espaços da economia solidária.

8.2 Temas para investigações futuras

O lançamento recente do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável exige a necessidade de acompanhamento de sua implementação. Apesar de sabermos que é papel do conselho fazê-lo, pesquisas científicas na área podem embasar a construção de indicadores de avaliação das transformações nos territórios onde há agricultura em São Paulo e, sobretudo, indicadores que integrem a visibilização dos trabalhos reprodutivos desempenhados pelas mulheres.

Outro tema que merece investigação mais profunda é a ausência de homens nas famílias do rural metropolitano e das periferias. Compreender se há taxas altas de abandono afetivo e

físico ou se são dinâmicas econômicas que os separam por conta de emprego e renda, enfim, aprofundar as dinâmicas da constituição das famílias que atuam com agricultura nas regiões metropolitanas e não apenas de São Paulo.

Do ponto de vista das mudanças climáticas, também vale à pena aprofundar quais espécies e variedades tem mais capacidade de se adaptar às alterações do clima na região; como as agricultoras urbanas são incorporadas aos marcos institucionais das Mudanças Climáticas e quais são os desafios dos mercados de alimentos para incorporarem a sazonalidade e as plantas mais adaptadas em seu portfólio.

Por fim, termino com uma frase de uma das agricultoras sobre nossa postura com relação ao estar no mundo inspirado pelo reino vegetal.

“Tem planta, feito ora-pro-nóbis, que é resistência por si mesma, uma planta forte, nutritiva, que acolhe e alimenta várias pessoas. Outras, como a maria-sem-vergonha, que são lembrete pra gente perder a vergonha e lutar por nossos direitos” (Helena Caroba, das Mulheres do GAU, no evento preparatório para o Encontro Nacional das Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas da Agroecologia, no dia 16/05/2022).

Que este trabalho ajude a visibilizar a importância das mulheres agricultoras no desenvolvimento de uma cidade mais agradável, com alimentos frescos e afeto compartilhados!

Referências Bibliográficas

- AGUAYO, Beatriz Eugenia Cid; RAMÍREZ, Loreto Patricia Arias. **Solidary care economy in the politization and socialization of women's hidden labour.** Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 1–12, 2019. DOI: 10.1590/1806-9584-2019V27N254486.
- ALBUQUERQUE, U.; LUCENA, R; ALENCAR, N. **Métodos e Técnicas para Coleta de Dados Etnobiológicos.** In: Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica, U. P. Albuquerque, R. F. P. de Lucena, L. V. F. C. da Cunha (Orgs.). Recife: NUPPEA
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3ª ed ver. Ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- AZEVEDO, Elaine. **Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos.** Sociologias [online]. 2017, vol.19, n.44, pp.276-307.
- BELLENZANI, Maria Lucia; COLETA, Flavia; YIUSUKA, Sheyla. **Mulheres agricultoras em São Paulo-SP: tecendo a teia da agroecologia nas periferias paulistanas.** v. 15 n. 3 (2020): Anais do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, Recife/PE, Brasil / CIFA - Feminismo, Agroecologia e o Comum na Construção de Sist. Alim. Urbanos
- BENÍTEZ, Barbara et al. **Empowering Women and Building Sustainable Food Systems: A Case Study of Cuba's Local Agricultural Innovation Project.** Frontiers in Sustainable Food Systems, [S. l.], v. 4, n. November, 2020. DOI: 10.3389/fsufs.2020.554414.
- BIAZOTI, André. **Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo.** 2020. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Universidade de São Paulo, 2020.
- BIAZOTI, André. et al. **Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização.** Estudos Avançados, vol 35, nº 101, 2021.
- BOOSSABONG, P. **Coping with flooding in Bangkok.** Urban Agriculture Magazine. nº 27, 2014
- BRANDÃO, Carlos & STRECK, Danilo (orgs). **Pesquisa participante – a partilha do saber.** Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006
- Brasil. Fundação Nacional de Saúde. **Programa Nacional de Saneamento Rural: Eixos Estratégicos - Matrizes Tecnológica / Fundação Nacional de Saúde.** – 1. ed. – Brasília : Funasa, 2021.149 p. : il. – (Série Subsídios ao Programa Nacional de Saneamento Rural ; v. 3 ; t. 1) ISBN 978-65-5603-018-0
- BRASIL. Lei Federal no10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003.
- BUSKO, Paula Simone. **Escrevivências Decoloniais: o Movimento do Feminismo Agroecológico como um Modelo de Educação Informal no Vale do Ribeira (SP).** Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 302, 2019. DOI:

10.17921/2447-8733.2019v20n3p302-311.

CAISAN. **1º Plano Municipal De Segurança Alimentar e Nutricional**. São Paulo. 2016

CALDAS, Eduardo.; JAYO, Martin. **Agriculturas urbanas em São Paulo: histórico e taxonomia**. Confins, Paris, v.29

CAMARGO, BELLENZANI & IYUSUKA, 2021. **Mulher, terra e semente: uma só luta**. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais dos Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia - v. 16, no 1, 2021

CAMARGO, C., BELLENZANI, M L; YUSUKA, S.. **Mulher, terra e semente: uma só luta**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 16 n. 1 (2021): Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia

CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (orgs). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro** – São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.

Campos, 2020

CAMPOS, Fábio. **Agricultura Urbana e a Natureza Social na Manutenção De Infraestruturas Verdes: Estudo de caso da Associação de Agricultores da Zona Leste, no distrito São Mateus, zona leste de SP**. Dissertação de mestrado. UFABC, São Bernardo: 2020.

CARNEIRO, Roberto. **Produção orgânica e Organização de Controle Social (OCS) : cadastramento de OCS, procedimento para controle social e qualificação da produção** – Brasília : Emater-DF , 2016.

CAROLINO, Katia. **Agricultura em São Paulo: uma análise sobre os programas públicos instituídos no município**. 2021. 248 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

CARRASCO, Cristina. **A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?** In. Mujeres y trabajo: cambios impostergables. Porto Alegre, REMTE/MMM/Clacso/ Alai, 2003. Tradução de Gustavo Codas.

CARRASCO, Cristina. **La falsa neutralidade de las estadísticas: hacia un sistema de indicadores no androcêntrico**. In: CARRASCO, C. Com vos própria. La economía feminista como apuesta teórica y política. Madri: La Oveja Roja, 2014.

CARVALHO, Laura & TAIT, Marcia, **Agricultura na cidade: o cultivo de alimentos e do comum pelas mulheres**. – 1. Ed. – São Paulo: Ícone, 2022

CARVALHO, Laura. **Agricultura urbana em contextos de vulnerabilidade social na zona leste de São Paulo e em Lisboa, Portugal/ Tese de Doutorado**. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; São Paulo: 2021

CARVALHO, Laura; BÓGUS, Cláudia. **Gender and social justice in urban agriculture: The network of agroecological and peripheral female urban farmers from São Paulo.** Social Sciences, [S. l.], v. 9, n. 8, 2020. DOI: 10.3390/SOCSCI9080127.

CASTRO JUNIOR, Paulo Cesar. **Ambiente alimentar comunitário medido e percebido: descrição e associação com Índice de Massa Corporal de adultos brasileiros** /Tese de doutorado. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2018. 176 f

CATACORA-VARGAS, Georgina; SILIPRANDI, Emma; ZULUAGA SANCHEZ, Gloria Patricia. **AGROECOLOGÍA EN FEMENINO** Gloria Patricia Zuluaga Sánchez. [s.l: s.n.].

CMDRRS. **Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** São Paulo: 2022

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Série histórica de Estoques Públicos** - Brasília: Conab, 2022

COSTA, Graça; DIMENSTEIN, Magda. Costa et al ., 2020 . **Narratives and Feminisms in Dispute in the Construction of Agroecological knowledge** in. [S. l.], n. December, 2020.

COSTA, Maria, et al. **Terra para morar, água para plantar: mulheres agricultoras e a luta por direito à cidade e à moradia** In: Relações pessoa-ambiente na América Latina: perspectivas críticas, territorialidades e resistências, ABRAPSO Editora: 2022

CURAN, R; MARQUES, P. [Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática](#). Estudos Avançados, vol 35, nº 101, 2021.

D´ANDREA, Tiaraju (org). **Reflexões Periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas** -- São Paulo : Editora Dandara : Centro de Estudos Periféricos, 2021

D´ANDREA. Tiaraju Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo.** Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: USP, 2013.

DANTAS MOURA, Maria da Conceição; FALEIROS CAMARGO MORENO, Renata. **A Interdependência das Esferas da Reprodução e Produção na Produção de Indicadores: Reflexões a Partir da Experiência das Mulheres Rurais no Sertão do Apodi.** Mediações - Revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 28, 2013. DOI: 10.5433/2176-6665.2013v18n2p28.

DE SCHUTTER, Olivier. **The political economy of food systems reform.** European Review of Agricultural Economics, Oxford University Press 44 (4):705-731. DOI:10.1093/erae/jbx009. 2017

DEEPAK, Anne C. **A Postcolonial Feminist Social Work Perspective on Global Food Insecurity.** Affilia - Journal of Women and Social Work, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 153–164, 2014. DOI: 10.1177/0886109913516456.

DUBBELING, M. **A agricultura urbana como estratégia de redução de riscos e desastres diante da mudança climática.** RUAF Foundation. Revista de Agricultura Urbana no 27,

março de 2014.

ELIAS, Marlène. **Distinct, shared and complementary: Gendered agroecological knowledge in review**. CAB Reviews: Perspectives in Agriculture, Veterinary Science, Nutrition and Natural Resources, [S. l.], v. 11, n. 040, 2016. DOI: 10.1079/PAVSNNR201611040.

ETC GROUP. **Food Barons: Crisis Profiteering, Digitalization and Shifting Power**. 2022.

ETC GROUP. **Mapping Corporate Power in Big Food Corporate concentration by sector and industry rankings by 2018 revenue**. Research by Hope Shand and Kathy Jo Wetter, 2019

EVANS, K et al. **Guide to participatory tools for forest communities**. Bogor, Indonesia: Center for International Forestry Research (CIFOR), 2006.

FAO. **TAPE Tool for Agroecology Performance Evaluation** – Process of development and guidelines for application. Test version. Rome, 2019

FAO. **Women and Sustainable Food Security**. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/x0171e/x0171e02.htm>>. Último acesso em 19/12/2022

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. Editora Elefante: 2022

FEITOSA, Cíntya & YAMAOKA, Marina (2020) **Strengthening climate resilience and women's networks: Brazilian inspiration from agroecology**, Gender & Development, 28:3, 459-478 To link to this article: <https://doi.org/10.1080/13552074.2020.1840149>

FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA. **Declaración Final: Por el derecho de los Pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria**. Havana, Cuba, 2001.

GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación** / Frans Geifus – San José, C.R.: IICA, 2002

GREENSPON, Jacob “**How Big a Problem Is It That a Few Shareholders Own Stock in So Many Competing Companies?**” Harvard Business Review, 19 February 2019: <<https://hbr.org/2019/02/how-big-a-problem-is-it-that-a-few-shareholders-own-stock-in-so-many-competing-companies>>.

GUÉTAT-BERNARD, Hélène; PRÉVOST, Heloïse. **L'agro-écologie au Brésil, un instrument genré de luttes sociales**. L'Ordinaire des Amériques, [S. l.], v. 220, n. 220, 2016. DOI: 10.4000/orda.2888.

HAESBAERT, Rogerio. **Territórios Alternativos**. 3ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2021.

HELENE, Diana. (2019). **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia**. Cadernos Metrôpole, 21(46), 951-974.

HILLENKAMP, Isabelle. **¿Cultivar su autonomía? La agroecología de las agricultoras brasileñas**. *Revista de Antropología Social, [S. l.]*, v. 28, n. 2, p. 297–322, 2019. DOI: 10.5209/raso.65616.

HORA, Karla; NOBRE, Miriam & BUTTO, Andrea. **As mulheres no censo agropecuário 2017**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES) / Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), 2021.

HOVORKA, J. et al. **Women Feeding Cities: Mainstreaming Gender in Urban Agriculture and Food Security**, Rugby UK: Action Publishing, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). “Censo Agro 2017”, Rio de Janeiro, 2017.

JOSHI, Deepa; GALLANT, Bryce; HAKHU, Arunima. **Beyond Just Adding Women: Towards Gender Transformative Food Systems**. In *Gender in Urban Food Systems*. RUAFF Magazine, vol 37, 2020

LONDRES, Flavia et al. **Municípios agroecológicos e políticas de futuro: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional / 2. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro : Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2021.**

LUZURIAGA-QUICHIMBO, Carmen X.; DEL BARCO, Míriam Hernández; BLANCO-SALAS, José; CERÓN-MARTÍNEZ, Carlos E.; RUIZ-TÉLLEZ, Trinidad. **Plant biodiversity knowledge varies by gender in sustainable Amazonian agricultural systems called chacras**. *Sustainability (Switzerland), [S. l.]*, v. 11, n. 15, 2019. DOI: 10.3390/su11154211.

MALUF, Renato & REIS, Marcio. **Conceitos e princípios de Segurança Alimentar e Nutricional**. In: ROCHA, C. (org) *Segurança Alimentar e Nutricional – perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. – Rio de Janeiro, Editora Fiocruz: 2013

MARQUES et al. **[Justiça ecológica como bússola para ações em favor da agricultura urbana e periurbana](#)**. *Estudos Avançados*, vol 35, nº 101, 2021.

MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. [tradução de Cláudia Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MCCLINTOCK, N. **Radical, reformist and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture’s contradictions**. *Local Environment*, Vol 19. No 2, 147-171, 2014.

MESTMACHER, Jolene; BRAUN, Andreas. **Women, agroecology and the state: New perspectives on scaling-up agroecology based on a field research in Chile**. *Agroecology and Sustainable Food Systems, [S. l.]*, 2020. DOI: 10.1080/21683565.2020.1837330.

MINAYO, M C S & COSTA, A P. **Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa**. *Revista Lusófona de Educação*, ed 40, 2018.

MINAYO, M C S (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORÁN, N; CASADEVANTE, J. **Urban Agriculture Springs Up in Greece**. Urban Agriculture Magazine, nº 28, 2014.

MOREIRA, Sarah Luiza. et al. **Estado e políticas públicas /**. -- Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021. (Coleção agroecologia e políticas públicas: subsídios para a incidência nos municípios)

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. São Paulo, 2016. 434p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

NAKAMURA, A & MARCOS, V. [Agricultura urbana e agroecologia no território do extremo sul do município de São Paulo](#). Estudos Avançados, vol 35, nº 101, 2021.

NAKAMURA, A. C. **Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo**. São Paulo, 2017. 303f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

NAKAMURA, Angelica & RANIERI, Guilherme. **Agricultura Urbana: agroecologia, alimentação, saúde e bem-estar**. Rio de Janeiro – Editora Fiocruz: 2021

NOBRE, Miriam; HORA, Karla; BRITO, Claudia; PARADA, Soledad. **Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe**. FAO, 2017

OLIVEIRA, Ariovaldo. **São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuros**. In: OLIVEIRA, A. U.; CARLOS, A. F. A. (Org.) Geografias de São Paulo. São Paulo: Contexto, 2004. v.2. p.123-61.

OLIVEIRA, Lia. **Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana: São Paulo, Montreal e Toronto**. Tese de Doutorado—[s.l.] FGV, 14 mar. 2017

OLIVEIRA, Rafael et al. **Quintais da Agricultura Familiar: relíquias do passado, pérolas do presente, tesouros do futuro**. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam. Caderneta Agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. Viçosa, MG. Editora Asa Pequena, 2021.

OLIVER BEATRIZ, Beatriz A4-Oliver. **“The Earth Gives Us So Much”**: Agroecology and Rural Women’s Leadership in Uruguay. Culture, agriculture, food and environment, [S. l.], v. v. 38, n. 1, p. 38-47–2016 v.38 nº1, 2016. DOI: 10.1111/cuag.12064.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Ultra-processed food and drink products in Latin America: Trends, impact on obesity, policy implications**. Washington, DC : PAHO, 2015. Disponível em < <https://iris.paho.org/handle/10665.2/7699>>. Último acesso em 22/09/2022

ORSINI, F. et al. **Urban agriculture in the developing world: a review**. *Agronomy for Sustainable Development*, v.33, 2013.

PACHECO, Maria Emilia. **Agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais: disputa por terra e território e afirmação de identidades**. In: CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (orgs). *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro* – São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.

PICCHIO, Antonella. **A economia e a pesquisa sobre as condições de vida**. In FARIA, Nalu.; MORENO, Renata. *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. A política de desenvolvimento rural sustentável na cidade de São Paulo. Disponível em < https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/seguranca_alimentar/>. Último acesso em 30/10/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Plataforma Sampa+Rural. Disponível em < <https://ligueosPontos.prefeitura.sp.gov.br/>>. Último acesso em 30/10/2022.

PRÉVOST, Heloise. **Agroecologia, uma ciência “norma(l)cho”??** sob as escrituras científicas, o androcentrismo. v.2 n.15 (2019): *Revista Cadernos de Ciências Sociais – Dossiê Feminismo e agroecologia*.

PULEO, Alicia. **Ecofeminismo para otro mundo posible**. Madrid: Cátedra, 2011.

PULEO, Alicia. **Perspectivas ecofeministas de la ciencia y el conocimiento - La crítica al sesgo andro-antropocêntrico**. *Daimon. Revista Internacional de Filosofía*, Suplemento 6 (2017), 41-54. ISSN: 1130-0507 (papel) y 1989-4651 (electrónico). DOI: <https://doi.org/10.6018/Daimon/290751>

RANIERI, Guilherme. *Guia prático sobre Panc: plantas alimentícias não convencionais*. São Paulo: Instituto Kairós, 2017.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. Disponível em < <https://olheparaafome.com.br>>. Último acesso em 20/10/2022. São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022

REYNOLDS, Kristin; COHEN, Nevin. **Beyond the Kale: Urban Agriculture and Social Justice Activism in New York City**. *Geographies of Justice and Social Transformation Series 28*. Athens, Georgia. The University of Georgia Press, 2016

SANTOS, M. M.; MARQUES, P. E. M. **Locavorismo: uma análise de suas contradições à luz de experiências de agricultura urbana em São Paulo**. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 35, n. 101, p. 257-268, 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35101.016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/185134>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **A Batalha da Alimentação no Governo Montoro**. PW, São Paulo, 1987.

SÃO PAULO (Município). **Decreto Municipal no 45.665**, de 29 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei no 13.727 de 13 de janeiro de 2004, que cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - Proaurp no Município de São Paulo e define suas diretrizes. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, SP, 2004c.

SÃO PAULO (Município). **Decreto Municipal no 56.913**, de 5 de Abril de 2016. Regulamenta a Lei no 16.140, de 17 de março de 2015, que dispõe sobre obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São Paulo. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, SP, 2016c.

SÃO PAULO (Município). **Decreto Municipal no 57.058**, de 14 de junho de 2016. Regulamenta a composição, as competências e o funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, instituído pelo artigo 192 da Lei no 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, SP, 2016d.

SÃO PAULO (Município). **Lei Municipal no 13.727** de 13 de janeiro de 2004. Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - Proaurp no município de São Paulo e define suas diretrizes. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, SP, 2004a.

SÃO PAULO (Município). **Lei Municipal no 15.920**, de 18 de dezembro de 2013. Aprova a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

SÃO PAULO (Município). **Lei Municipal no 16.050**, de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei no 13.430/2002. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, SP, 2014b.

SÃO PAULO (Município). **Lei Municipal no 16.140**, de 17 de março de 2015. Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São Paulo e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.

SÃO PAULO (Município). **Projeto de Lei no 234**, de 26 de abril de 2003. Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - Proaurp no município de São Paulo e define suas diretrizes. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, SP, 2003a.

SÃO PAULO, Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, 2013

SÃO PAULO. **A dinâmica do IDH-M e suas dimensões entre 2000 e 2010 no município de São Paulo**. Informes Urbanos, nº 29, 2017.

São Paulo. **ISA Capital 2015: inquérito de saúde de base populacional no município de São Paulo** (ISA Capital - 2015). Primeiros resultados. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=214666>

SÃO PAULO. **Proaurp**. 2013. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/servicos/proaurp/index.php?p=30091>. Acesso em: 4 mar. 2022. »

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/servicos/proaurp/index.php?p=30091

SCHAICK, J. **Municipal Policy Influencing: Experiences of Gardeners in Amsterdam**. Urban Agriculture Magazine.nº 17, 2007.

SCHMITT, Claudia. **Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional**. Dossiê Ciências Sociais e Desenvolvimento • Sociologias 13 (27) • Ago 2011 • <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200005>

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, UnB, Brasília, DF, 2009.

SYLVESTER, Olivia; LITTLE, Mary. **“I came all this way to receive training, am I really going to be taught by a woman?” Factors that support and hinder women’s participation in agroecology in Costa Rica**. Agroecology and Sustainable Food Systems, [S. l.], v. 00, n. 00, p. 1–24, 2020. DOI: 10.1080/21683565.2020.1811830. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21683565.2020.1811830>.

TAIT, Márcia Maria; JESUS, Vanessa Brito De. **Questions on gender and technology in the construction of agroecology**. Scientiae Studia, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 73, 2017. DOI: 10.11606/51678-31662017000100005.

TANAKA, Giselle. **Periferia: conceito, práticas e discursos; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.16.2006.tde-26052010-133856. Acesso em: 2023-08-13

TAVARES, Rossana. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero**. 2015. 230 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila. **As cadernetas agroecológicas: uma perspectiva feminista sobre a economia das agricultoras no Brasil**. In: Caderneta Agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

TRAVASSOS, Luciana; PORTES, Bruno. **Rural metropolitano: caracterização e regulação na Região Metropolitana de São Paulo (Brasil)** GOT, n.º 14 – Revista de Geografia e Ordenamento do Território (setembro de 2018)

TREVILLA ESPINAL, Diana Lilia; SOTO PINTO, María Lorena; MORALES, Helda; ESTRADA-LUGO, Erin Ingrid Jane. **Feminist agroecology: analyzing power relationships in food systems**. Agroecology and Sustainable Food Systems, [S. l.], v. 00, n. 00, p. 1–21, 2021. DOI: 10.1080/21683565.2021.1888842. Disponível em:

<https://doi.org/10.1080/21683565.2021.1888842>.

VALDIONES, A. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo**. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo.

VIVAS, Esther. **A crise alimentar ataca novamente**. Disponível em <<https://fbes.org.br/2011/12/23/a-crise-alimentar-ataca-novamente/>>. Último acesso em 15/12/2022.

WEITZMAN, Rodica. et al. Mulheres na pandemia: agroecologia, cuidado e ação política. **In: Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos, e organização das mulheres agroecológicas na pandemia**. Miriam Nobre (org). São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2021, 104 p.

ANEXOS

ANEXO I – Roteiro de Perguntas de Pesquisa

Sítio:	
Tamanho:	
EIXO SOCIOECONÔMICO	
Questão	Resposta
Há mulheres participando da produção dos alimentos?	() sim () não
Há mulheres participando da gestão e comercialização?	() sim () não
Idade e escolaridade da mulher	
Tem filhos?	() sim () não
Estão organizados em associações e/ou cooperativas? Se sim, qual e desde quando?	() sim () não Ano:
Tem algum tipo de certificação? Qual?	() sim () não
Participa de alguma rede?	() sim () não
Já acessou algum programa de governo ou política pública? Qual?	() sim () não
Comercializa os produtos? Se sim, onde?	() sim () não
EIXO ECOPRODUTIVO	
Variedades agrícolas produzidas – preencher também ao longo da caminhada	
Dado acima quantitativo	
A falta de chuva tem alterado a forma de produzir? Se sim, como?	() sim () não
Vocês se alimentam desses produtos?	() sim () não

Fale um pouco sobre sua alimentação	
Há uso de plantas para técnicas de manejo na propriedade? Quais? Ex: adubação verde, cobertura, quebra ventos?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quais?
De onde vem as sementes utilizadas? E o adubo?	
Faz compostagem? Como?	
Passou por algum evento climático extremo? Seca, enchente... Como se adaptou?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Já percebeu diferenças no clima local por conta dos plantios?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Há espécies nativas e áreas de proteção?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Cultiva plantas medicinais e aromáticas? Com qual finalidade?	
Já teve alguma questão com água em casa ou para irrigação? Como resolveu?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Houve alguma mudança na produção ou na comercialização após a pandemia? Comente	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
EIXO FAMILIAR / GESTÃO DO TEMPO	
Você trabalha ou já trabalhou fora?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Há divisão do trabalho? Como? E do trabalho doméstico?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Quantas horas você trabalha por dia e quantos dias por semana?	
Como você aproveita o seu tempo livre?	

EIXO CULTURAL / AFETIVO	
Sua família era da roça? Como se tornou agricultora?	
Como se relaciona com o território e com as plantas?	
Gostaria de dizer algo mais sobre a sua experiência enquanto mulher agricultora em São Paulo?	

ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**EACH**Escola de Artes, Ciências e Humanidades
da Universidade de São Paulo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Clara Camargo, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) do Instituto de Energia e Ambiente (IEE/USP), estou realizando a pesquisa intitulada **“Mulheres e diversidade vegetal na agroecologia do município de São Paulo: estudos de caso”** sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Sorrentino. Essa pesquisa tem como objetivo avaliar se a presença de mulheres agricultoras agroecológicas urbanas e periurbanas nas redes de Economia Solidária influencia a diversidade agrícola vegetal nos seus espaços de produção localizados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). As entrevistas serão utilizadas para aprofundar o entendimento da relação entre agricultoras, alimentação e construção social de mercados solidários.

Para tanto, gostaria que você participasse desta entrevista que encontra-se comprometida com a Resolução CNS nº 510/2016.

Desde já, deixo claro os direitos da participante de:

I - ser informado sobre a pesquisa;

II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;

III - ter sua privacidade respeitada;

IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;

V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;

VI – ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei;

VII – ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de participação na pesquisa.

É garantido o direito de ressarcimento de possíveis gastos para transporte e alimentação decorrentes da participação na pesquisa, tanto do participante como, se houver, do acompanhante. Cabe ao participante apresentar comprovantes dos gastos. O ressarcimento será realizado via transferência entre contas correntes.

Segundo a Resolução CNS nº 510/2016 que aponta que toda pesquisa com seres humanos apresenta riscos, esclareço como riscos durante a entrevista: a possibilidade de danos e/ou desconforto em relação à dimensão intelectual e cultural do ser humano. Sentimentos como constrangimento, ansiedade, lembranças negativas, cansaço e aborrecimento podem vir à tona durante a entrevista e afetar a saúde mental da participante.

Estão assegurados à participante o direito de pedir indenizações e cobertura material para reparação a dano causado durante a participação na pesquisa.

Também asseguramos à participante o direito de assistência integral gratuita devido a possíveis danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário.

Como benefícios diretos e indiretos, destaco que essa pesquisa deve gerar argumentos sobre produção de alimentos e redes de economia solidária contribuindo com o enfrentamento da fome e insegurança alimentar, assim como para a resiliência ambiental da região metropolitana de São Paulo. Como benefício direto à participante, a pesquisa pode proporcionar reflexões sobre o auto conhecimento com relação a seu papel enquanto agente de transformação socioambiental.

Garantimos à participante a manutenção do sigilo e da privacidade de participação e dos dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Esclareço-lhe que todos os dados coletados serão utilizados unicamente para atingir os objetivos propostos na presente pesquisa acadêmica, os resultados serão divulgados exclusivamente em publicações científicas e eventos acadêmicos.

Os participantes receberão um relatório final após a conclusão da pesquisas com as informações e desdobramentos obtidos com a contribuição na pesquisa.

O tempo estimado da entrevista será de 20 a 30 min.

Este Termo de Consentimento será emitido em duas vias, sendo que uma via ficará em poder do pesquisador e a outra em poder do participante. Deixo meu telefone para contato: (11)(998312885), email (clara.r.camargo@gmail.com) e o endereço do CEP-EACH-USP no rodapé deste documento, para que possa obter mais esclarecimentos ou informações sobre o estudo e sua participação.

Assinatura do (a) participante da pesquisa: _____

Assinatura do pesquisador responsável: _____

Pesquisador responsável: Clara Camargo

Declaro que, após convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa.

(local) _____, ____/____/____.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que tem por finalidade analisar as pesquisas desenvolvidas em seres humanos realizadas por docentes, alunos, técnicos da EACH-USP, e pesquisadores de outras instituições (que tenham sido devidamente encaminhadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) sob os aspectos ético e legal.

**CEP-EACH-USP: Endereço: Av. Arlindo Bétio, 1000 – Ermelino Matarazzo – CEP: 05508-000 – São Paulo – SP -
Telefone: 3091-1046 - e-mail: cep-each@usp.br. Atendimento: Segundas às sextas-feiras: das 9:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00.**
